

SIMONE BATTESTIN

**SER JOVEM E SER AGRICULTOR:
A AGRICULTURA FAMILIAR COMO PERSPECTIVA E
PROJETO DE VIDA PARA FILHAS E FILHOS DE
AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

SIMONE BATTESTIN

**SER JOVEM E SER AGRICULTOR:
A AGRICULTURA FAMILIAR COMO PERSPECTIVA E
PROJETO DE VIDA PARA FILHAS E FILHOS DE
AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de julho de 2009.

Prof^ª Fernanda H. Cupertino Alcântara

Prof^ª Daniela Alves de Alves

Prof^ª Elisa Guaraná de Castro
(Co-orientadora)

Prof^ª France Maria Gontijo Coelho
(Co-orientadora)

Prof. Marcelo Miná Dias
(Orientador)

Dedico

A Deus, pelo dom da vida e por colocar nela pessoas maravilhosas que me ensinam todos os dias, contribuindo para que eu possa me tornar uma pessoa melhor. Tudo que sou é dádiva de Deus.

À minha mãe Annita Cremasco Battestin que nunca mediu esforços para contornar os desafios que pudessem me impedir de estudar e seguir em frente. A meu pai Izidoro Battestin, que durante minha trajetória estudantil enxergou a importância dos estudos, aumentando o respeito entre ambos. A toda minha família, em especial minha irmã Zezé, pelo suporte nas minhas ausências.

A meu companheiro Adrian Rovetta da Silva que me incentivou e contribuiu para que eu conquistasse mais essa vitória. Com ele dividi as angústias e as alegrias de cada etapa do mestrado e de nossas vidas, que nesse processo se juntaram ainda mais.

A “mamãe” Maria Isabel Frade, uma mulher indescritível, tamanha sua capacidade de enxergar e se doar ao próximo, que me proporcionou condições de fazer esse mestrado. Sua coragem e capacidade de ser “tantas ao mesmo tempo” muitas vezes foram essências para me fazer seguir em frente.

Aos jovens rurais, em especial os que participaram da pesquisa, que jamais percam, na elaboração de seus projetos de vida, o desejo e a capacidade de serem felizes e realizados.

In Memoriam de José Maria dos Santos e Rita Janaine M. de Quadros, dois jovens rurais com que pude partilhar muitos momentos e que de forma precoce e dolorosa deixaram a luta no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e partiram para outro plano.

VERSOS DE ESPERANÇA

Wilson Coelho

*Quando teus olhos se abrirem
E perplexos enxergares
Guerra, poluição, miséria
Gente de fome morrendo,
E assustado protestares:
- Estarás nascendo...*

*Quando começarem a desaparecer
Tuas fantasias, teus sonhos,
E carinho não mais recebendo,
E mesmo assim, seguires teu caminho:
- Estará crescendo...*

*Quando surgirem os sofrimentos
E pensares em alguém
Como teu próximo, e ajudando,
Mais que a ti mesmo:
Estarás amando...*

*Quando invadido pelo medo,
Pisando na insegurança,
E seguindo sempre em frente,
Lutares por teu semelhante:
- Estarás sendo gente...*

*Se a tua fé nunca findar,
Nem fenecerem tuas esperanças
E continuares a caminhar
Ao lado de teu irmão,
Construindo um mundo de amor e paz:
- Terás aprendido a lição!*

AGRADECIMENTOS

Considerando esta dissertação o resultado de uma caminhada que não começou na UFV, agradecer pode não ser tarefa fácil; nem justa. Para não correr o risco de ser injusta, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

De antemão se faz necessário evidenciar que este trabalho é fruto principalmente da trajetória vivida junto à Comissão Nacional de Jovens Rurais da CONTAG. Conviver com aqueles jovens me propiciou vivenciar diversas realidades, o que despertou questionamentos que me levaram ao desejo pela realização desse. A todos os jovens rurais com que convivi e os que somente conheci, obrigada.

Ao professor e orientador Marcelo Miná Dias por seu apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram à execução e conclusão deste trabalho. Sempre se portando como um educador, que não se impõe, partilha, mostrou na prática que os alunos se desenvolvem mais e melhor quando são valorizados.

Às Co-orientadoras, professoras Elisa Guaraná de Castro e France Maria Gontijo Coelho que se dispuseram a partilhar e contribuir comigo nessa empreitada.

As Professoras Daniela Alves de Alves e Fernanda H. Cupertino Alcântara por aceitarem prontamente participar da Banca de Defesa.

A todos os professores do Mestrado em Extensão Rural, em especial aqueles com os quais fiz disciplinas, que foram fundamentais na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação.

A toda a turma de 2007 e aos adorados “agregados”, em especial àqueles com quem convivi mais, pela diversão, aprendizado, partilha, convivência, apoio, compreensão e amizade. Sobretudo pelas “terapias de grupo” que nos fizeram suportar as tristezas e decepções durante essa caminhada.

A Carminha, Secretária do DER, pelo apoio, sorriso estampado e disponibilidade.

À amiga Sara Deolinda Cardoso Pimenta, pelo incentivo, força, amizade, carinho que partilhamos durante e depois de nossa convivência em Brasília. Por suas

orientações, contribuições teóricas e principalmente pela amizade que se construiu para além dos espaços do MSTR.

À amiga e comadre Maria Lucimar Mattos de Lucena, que me acompanha e me dá tanto carinho e incentivo, apesar da distancia, apesar de sua vida atribulada. Obrigada por sonhar e se alegrar comigo ao realizar esse sonho.

Aos colegas de trabalho da SEMADER, que acompanham desde o início essa minha empreitada, em especial Rosangela e os Agentes de Desenvolvimento Rural (Geovani, Júlio, Rolidei, Fabrícia, Edinho) que me ajudaram no processo de coleta dos dados.

A Renato Lorencini, grande amigo, que durante a elaboração dessa dissertação, sempre me ligava da praia ou de outras farras para descrever (com detalhes) o que eu estava “perdendo”.

A Leonardo Rauta Martins, que me acompanhou em alguns momentos da pesquisa e compartilha até hoje as alegrias e desencantos da vida acadêmica.

A Marcia de Azevedo Gonçalves, Feliquix Bissa Meriguette e Regina Sabadine Lorencini, que abriram prontamente as portas das escolas para que eu pudesse realizar essa pesquisa.

A todos que disponibilizaram materiais e informações, de suma importância para os resultados desse trabalho: Prof. Jefferson, Sara Lyra, Jaudete, Magno e outros.

A Leonardo, Karina e Thales, D^a Elisabeth (extensivo a Cris e Paulo Henrique), Marcelige, Michelli, Icaro e Rafael pela “pousada” em Viçosa.

Enfim, a todos os amigos que dividiram e se alegraram comigo por mais esse projeto de vida.

BIOGRAFIA

SIMONE BATTESTIN é natural da cidade de Guarapari-ES, nascida aos 11 dias do mês de abril do ano de 1975, filha de Izidoro Battestin e Annita Cremasco Battestin. Graduada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário São Camilo - Campus Espírito Santo (1997). Possui Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras – MG (2004).

Atuou no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de 1995 a 2005, nas suas três instâncias: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anchieta e Piúma- STRAP (1995-1998); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES (1998-2001); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (2001-2005). Nesse período ocupou o cargo de Coordenação Nacional de Jovens Rurais, trabalhando com temas como, políticas sociais, gênero, geração, educação do campo, formação e capacitação, dentre outros, representando a entidade em conselhos e comitês como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Comitês Temáticos de Juventude Rural e de Educação do Campo.

Atualmente exerce cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Anchieta – ES, onde exerce o cargo de chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural, trabalhando principalmente nas áreas de: juventude, desenvolvimento rural, cidadania, agricultura familiar, movimentos sociais/sindicais, gênero e organização.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS PERCORRIDOS E OS PASSOS DADOS.....	9
1.1 – Origem do tema	9
1.2 – Delimitando e instrumentalizando a pesquisa.....	12
1.3 – Aplicando os instrumentos	17
1.4 - O processo e a realização dos Grupos Participantes	24
1.5 - Consulta a outras fontes	34
1.6 - Análise de dados.....	36
1.7 – Retorno ao público alvo	37
CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA, JUVENTUDE E SUCESSÃO.....	39
2.1 - Agricultura familiar: desafios e transformações	39
2.1.1 Antecedentes Históricos	39
2.1.2 Importância social e econômica da agricultura familiar.....	45
2.1.3 Novos tempos, novos conceitos, outras ruralidades	50
2.1.4 A agricultura familiar no município de Anchieta	56
2.1.4.1 Antecedentes Históricos	56
2.1.4.2 Dados atuais.....	59
2.2 - Juventude.....	62
2.2.1 Conceito de Juventude	62
2.2.2 Divisão social e trabalho como fatores decisivos entre “ficar e sair”	68
2.3 - Sucessão na agricultura familiar	71
2.3.1 As complexidades inerentes à herança	71
CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZANDO ANCHIETA RURAL A PARTIR DE SEUS CINCO SETORES.....	84
3.1 - O Setor Corindiba.....	86
3.2 - O Setor Horizonte	88
3.3 - O Setor Jabaquara.....	91
3.4 - O Setor Pongal	94
3.5 - O Setor São Mateus	96
CAPÍTULO 4 - DO COTIDIANO AO FUTURO DESEJADO: FATORES QUE INFLUENCIAM NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS	103
4.1 – O perfil dos jovens pesquisados	103
4.2 – O rural e o urbano representado pelos jovens	125
4.3 – O trabalho e a relação com a família.....	140
4.4 – O que pensam e querem os jovens rurais (de Anchieta)	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
ANEXOS	182

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR – Agente de Desenvolvimento Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DER - Departamento de Economia Rural
EFA-O – Escola Família Agrícola de Olivânia
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETAES - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
IJSN - Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES – Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
PDM – Plano Diretor Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PROMATERA – Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anchieta/ES
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMADER – Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
STRAP - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma.
UFV - Universidade Federal de Viçosa
VBP – Valor Bruto da Produção

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Roteiro dos Grupos Participantes.....	21
Quadro 02 – Cronograma de realização dos Grupos Participantes.....	24
Quadro 03. Quadro referencial para o conceito de juventude.....	67
Quadro 04. Esquema representativo da circulação de terras e trocas matrimoniais...	75

RESUMO

BATTESTIN, Simone, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES.** Orientador: Marcelo Miná Dias. Co-Orientadoras: Elisa Guaraná de Castro e France Maria Gontijo Coelho.

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as perspectivas e projetos de vida de jovens rurais do município de Anchieta-ES, inferindo sobre seus desdobramentos nos processos de sucessão na agricultura familiar, tendo por base as mudanças sócioeconômicas ocorridas no interior da família e município como um todo. A falta de autonomia no grupo familiar, nos momentos de decisão quanto ao quê produzir, como comercializar e, principalmente, no acesso à renda própria ou individual, somados ao estigma construído de uma suposta inferioridade em relação ao urbano, tem contribuído para que os jovens rurais projetem na cidade referências de melhores condições de vida. Tomando por base essa complexidade e se apoiando num marco teórico pautado nas Ciências Sociais e Humanas, esse trabalho se propôs a compreender a dinâmica de um grupo que, enquanto *categoria social*, está inserido numa realidade em mudança. Para tal, apropriou-se de métodos da pesquisa qualitativa, principalmente o uso de grupos participantes aplicado a jovens rurais de todo o município, confrontando as informações aí obtidas com dados secundários e diversas etnografias sobre o tema. Objetivou-se contribuir modestamente, a partir de um estudo localizado, com conhecimentos sobre o futuro da agricultura baseada no regime de economia familiar e possíveis contribuições para a permanência produtiva dos jovens nos espaços rurais. Ver-se-á que os jovens rurais de Anchieta-ES possuem desejos dos mais variados, confirmando que as relações familiares e extrafamiliares, o trabalho, infraestrutura, políticas de esporte, cultura, lazer e educação, bem como, a ampliação de seu espaço de sociabilidade, aproximando o rural e o urbano, são fatores que influenciam na elaboração, reelaboração e, futuramente, concretização de seus projetos de vida.

ABSTRACT

BATTESTIN, Simone, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2009. **Being young and farmer: family farming as a perspective and design of life for sons and daughters of farmers in the municipality of Anchieta-ES.** Adviser: Marcelo Miná Dias. Co-Advisers: Elisa Guaraná de Castro and France Maria Gontijo Coelho.

This study presents the results of research projects and the prospects of life of rural youth in the municipality of Anchieta, ES, inferring on their unfolding in the processes of succession in family farming, based on family and the city socio-economic changes occurring as a whole. The lack of autonomy in the family, in moments of decision about what to produce and market, and in particular, access to income or the individual, together built the stigma of a supposed inferiority in relation to urban areas has contributed to the young rural town in the reference design of better conditions of life. Building on this complexity and to support a theoretical framework based on Social and Human Sciences, this work is proposed to understand the dynamics of a group that, while social category is inserted in a changing reality. For this, appropriate methods are qualitative research, especially the use of focus groups, applied to the rural youth from across the city, confronting the information it obtained from secondary data and several ethnographies on the subject. The objective was to contribute modestly, from a found study, with knowledge about the future of agriculture based economy of the family and possible contributions to the productivity of young people stay in rural areas. It will be seen that young rural from Anchieta-ES have more varied wishes, confirming that the extra-family relationships and family, work, infrastructure, policies, sports, culture, recreation and education, as well as the expansion of its space of sociability, connecting the rural and urban, are factors that influence the elaboration, reconstruction and in the future, in completion their projects of life.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa realizada na área rural de Anchieta-ES, com o objetivo de analisar se a sucessão na agricultura familiar faz parte das perspectivas e dos projetos de vida dos jovens rurais, tendo por base as mudanças sócioeconômicas ocorridas no interior da família¹, mas principalmente no município como um todo.

As motivações desta pesquisa emergiram da trajetória, na condição de dirigente, nas três instâncias de Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), que proporcionaram um contato com distintas realidades, anseios e dificuldades do cotidiano dos jovens rurais do Brasil.

O retorno ao município de origem – Anchieta-ES –, no ano de 2005, tornou as inquietações sobre o tema ainda mais intensas, uma vez que no município iniciava-se uma onda de especulações e debates acerca da implantação de grandes projetos econômicos e, por consequência, se anunciavam significativas mudanças sociais.

Procura-se neste trabalho, a partir de elementos identificados na pesquisa, analisar as perspectivas e os projetos de vida dos jovens rurais junto à sucessão na agricultura familiar, pontuando algumas das ameaças presentes que dificultam ou inviabilizam sua realização, bem como, possíveis alternativas que contribuam para a permanência produtiva desses jovens nos espaços rurais.

Ao tratar das condições atuais da agricultura de base familiar (com variadas denominações), autores como Moura (1978), Woortmann (1995), Abramovay (1998a), Carneiro (1998), Bourdieu (2000), Castro (2005), Pereira (2004), dentre outros, consideram a questão da sucessão de grande importância não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção e de vida, com base na força de trabalho familiar. De um modo geral, a principal questão colocada por estes autores é: “qual o futuro desta forma socioeconômica de organização da produção?” No caso deste estudo, mais especificamente indagamos que possibilidades os jovens rurais do município de Anchieta vislumbram na agricultura familiar, ou fora dela?

¹ Vale ressaltar que não foi objeto de pesquisa aprofundar uma análise sobre as mudanças ocorridas no interior da família, mas sim tecer uma análise a partir do que os jovens diziam sobre ela.

Por “jovem rural” entende-se, nesse estudo, “aqueles que moram no campo, herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e comunidades” (CASTRO e STEPHAN, 2007, p.15). No entanto, os jovens rurais são, como bem define Wanderley (2007, p.30), “antes de tudo, jovens, em cujas experiências de vida entrelaçam o presente – as formas de vida cotidiana – e o futuro – os projetos referentes à vida adulta”. O que essa autora argumenta é que as semelhanças, sob vários aspectos, entre os jovens que vivem no rural ou no urbano estão cada vez mais próximas, desautorizando qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais. Essa realidade ficará melhor estabelecida na retomada de alguns dos conceitos que permeiam o jovem rural (Capítulo 2). De forma geral, o objeto de estudo em questão, a partir do que foi visualizado nas várias etnografias percorridas nesse trabalho, pode ser caracterizado a partir de duas matrizes principais: a “Geográfica/Residencial”: Jovens do campo, Jovens do interior, Jovens do sertão, Juventude rural, Juventude rural ribeirinha, entre outros; e a “Socialização/Ocupacional”: Jovens agricultores, Jovens assentados, Jovens empresários rurais, Jovens estudantes rurais, Jovens sem-terra, entre outros (WEISHEIMER, 2005, p.25).

É tomando por base essa complexidade que envolve a definição ou a delimitação conceitual da juventude rural que essa pesquisa se propõe compreender, a partir de um estudo localizado, a dinâmica de um grupo que, enquanto categoria social (CASTRO, 2005), está inserido numa realidade em mudança. Bem como contribuir, modestamente, com conhecimentos sobre o futuro da agricultura baseada no regime de economia familiar.

O município de Anchieta está localizado na microrregião “Metrópole Expandida Sul” do Espírito Santo. É considerado de pequeno porte populacional, com 19.459 habitantes, sendo 13.686 na área urbana e 5.773 na zona rural, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados do Censo de 2007 (BRASIL, 2008a)². É importante destacar que em 1970 o contingente era de 11.361 habitantes, dos quais 80,1% habitavam a zona rural. Mesmo tendo em conta o pequeno porte populacional, verifica-se um crescimento de população, tanto na área urbana quanto na área rural, consolidando uma tendência de predominância urbana.

² BRASIL. Dados do Ministério das Cidades. Perfil Municipal. Disponível em <<http://www2.cidades.gov.br/Geosnic/src/php/FrmPerfilMunicipal.php?idIBGE=320040>>. Acesso em 07 jun. 2008.

O município tem extensão territorial de 401,1 km³, com 42 comunidades que compõem três distritos: Sede, Jabaquara e Pongal.

As transformações qualitativas da dinâmica demográfica, principalmente no pós 1980, compõem um processo regional mais amplo, em parte vinculado à expansão do turismo e, no caso de Anchieta, relacionado à presença da empresa Samarco Mineração⁴, que influencia significativamente a vida econômica e social do município.

De acordo com os números dos orçamentos elaborados pela Prefeitura Municipal, ao longo dos anos a agricultura familiar vem obtendo poucos investimentos públicos em comparação aos destinados à indústria e ao turismo. A ineficiente política pública de assistência técnica e extensão rural, somada às dificuldades com a organização social e à produção agropecuária, indicando a persistência de práticas convencionais de utilização do solo e dos recursos naturais, pouco ou nenhum domínio no processo de comercialização, insuficiência de terra, e outros, tornam os agricultores familiares descapitalizados, descrentes, desestimulados e sem perspectivas de permanência no campo com qualidade de vida (PREFEITURA, 2006b).

Como na maioria dos municípios brasileiros, a taxa de urbanização de Anchieta elevou-se consideravelmente nas últimas três décadas. Apesar deste fenômeno, Veiga (2002) argumenta que muitos municípios brasileiros são mais rurais do que os dados oficiais do IBGE permitem perceber. Em Anchieta, apesar da elevada taxa de urbanização, a agricultura familiar possui grande relevância social, ambiental e econômica. Este fato se explica, em parte, de acordo com os dados e argumentos apresentados no estudo realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a

³ Idem 2.

⁴ Com duas unidades industriais – uma em Mariana/Ouro Preto-MG e outra em Anchieta, a Samarco é uma empresa com processo único de produção, que contempla lavra, beneficiamento, transporte, pelotização e exportação de minério de ferro. Fundada em 1977, ocupa hoje a segunda posição no mercado transoceânico de pelotas, comercializando 100% de seus produtos para mais de 15 países na Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Américas. O controle acionário da Samarco pertence à Companhia Vale e à BHP Billiton. Cada uma detém 50% das ações. Para maiores informações Cf. <www.samarco.com.br>. Acesso em 05 mai. 2008.

Alimentação e Agricultura - Incra/FAO (2000)⁵, pela notável capacidade que este tipo de agricultura tem de gerar ocupação, trabalho e renda, produzindo alimentos a um menor custo e com relativo baixo impacto ambiental.

Porém, no contexto mais amplo da agricultura familiar, pesquisas (ABRAMOVAY, 1998a) indicam um fator que chama atenção: a diminuição considerável do número de filhos nas famílias de agricultores familiares, aproximando-se dos patamares das famílias urbanas, que sempre apresentaram uma média menor. Essa mudança influi diretamente na gestão da propriedade. Por outro lado, o que tem se mantido inalterada é a relação de subordinação dos filhos aos pais, principalmente das filhas (CASTRO, 2006). Esses fatores interferem nos processos de sucessão na unidade produtiva.

A falta de autonomia no grupo familiar, nos momentos de decisão quanto ao quê produzir, como comercializar e, principalmente, no acesso à renda própria ou individual, somada ao estigma construído de uma suposta inferioridade em relação ao urbano, tem contribuído para que os jovens rurais projetem a cidade como uma referência de melhores condições de vida e expressão dos seus desejos de independência (BOURDIEU, 2000). Outro fator negativo é a ausência ou a insuficiência de políticas públicas voltadas para esse segmento, como políticas de esporte, cultura, lazer, saúde e educação.

Aos fatores até aqui mencionados, soma-se, no caso de Anchieta, o debate sobre a implantação de grandes projetos e investimentos. Segundo a Prefeitura (2006b), o município receberá projetos como uma refinaria e empreendimentos para exploração de petróleo e gás, *royalties* oriundos do petróleo, a Ferrovia Litorânea

⁵ Trata-se de um Projeto de Cooperação Técnica entre o Incra/FAO, que realizou estudo com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96. O objetivo deste trabalho era “demonstrar o enorme e pouco conhecido potencial de pujança da agricultura familiar brasileira” (p.5). O que contribuiu para uma mudança significativa na visão sobre o meio rural, antes baseada na visibilidade das grandes extensões de monocultura. A concepção básica que norteou o estudo foi a de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à “pequena produção” (p.14). Para maiores detalhes Cf. Incra/FAO (2000) ou <http://200.252.80.30/sade/>.

Sul, obras para diversificação do Porto de Ubu, a instalação de um polo empresarial⁶, um novo polo siderúrgico e a instalação de negócios vinculados às potencialidades locais, além da Terceira Usina de Pelotização da Samarco, inaugurada no dia 18 de abril de 2008.

Pelas projeções citadas nos relatórios da prefeitura, Anchieta poderá ter, em vinte anos, sua população triplicada. Essa mudança significativa, somada às condições adversas já mencionadas, podem minimizar a importância econômica e social da agricultura familiar no município, interferindo em sua reprodução.

Toda essa situação tem influências diretas sobre os jovens rurais. Isso porque, além da realidade sócioeconômica local, estes também vivenciam as mesmas problemáticas mostradas nas etnografias aqui revisadas: uma divisão sexual do trabalho dentro da família, baseado na hierarquia entre as gerações e uma forte subordinação de gênero, cabendo a mulher (mães e filhas) um papel, na maioria das vezes, de invisibilidade.

Foi neste contexto que essa pesquisa foi desenhada e realizada. O pressuposto orientador é que estas mudanças sociais influenciam o comportamento dos jovens, seja através do desinteresse pela continuidade da atividade desenvolvida pelos pais (por vários motivos que serão abordados), seja pela atração exercida pela cidade (principalmente com o crescimento de empregos na indústria) que poderia resultar, em médio prazo, num enfraquecimento desse modelo de produção.

A relação com a família, o interesse e acesso cada vez maior à educação, melhores condições sócio culturais e econômicas, experiências vividas a partir da socialização campo/cidade, tornam-se referências para que os jovens construam seus projetos de vida, dentro ou fora da agricultura, dentro ou fora do espaço rural. Isso porque os projetos de vidas são construídos, referenciados sobre o outro ou o social (VELHO, 2004). Situamos “projeto” e “projeto de vida”, em alguns momentos também referidos como “perspectiva”, como um:

⁶ No Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 13/2006, com nova redação dada pela Lei Complementar 14/2007, foi criada uma área chamada “Macrozona Industrial e de Expansão”, que compreende basicamente 1/3 da área do município. No momento de sua criação especulava-se a desapropriação das propriedades aí localizadas, sendo elas em sua maioria propriedades rurais. Para maiores detalhes Cf. Prefeitura (2007). Esse processo encontra-se atualmente paralisado, pois, conforme noticiaram os jornais (2º semestre de 2008), os estudos de impactos ambientais indicaram que a implantação de um polo siderúrgico ultrapassaria os limites permitidos/tolerados de partículas poluidoras no ar. Especulou-se também naquele momento, principalmente por parte das autoridades locais, que a confirmação de uma crise mundial inibia qualquer tipo de investimento de grande porte.

Subsistema psicológico principal da pessoa em suas dimensões essenciais de vida [...] é um modelo ideal sobre o qual o indivíduo espelha o que quer ser e fazer, que toma forma concreta na disposição real e suas possibilidades internas e externas de realizá-lo, definindo sua relação com o mundo e consigo mesmo, sua razão de ser como indivíduo em um contexto e tipo de sociedade determinada. (HERNÁNDEZ apud. PEREIRA, 2004, p.4).

Considerando que os projetos são, como trata Velho (2004), elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de vivências e interações, tinha-se em mãos um problema construído: a agricultura familiar figura como perspectiva e projeto de vida para os jovens, filhas e filhos de agricultores, do município de Anchieta-ES?

Interessava também saber até que ponto a presença (ou a especulação da presença) de um complexo industrial, influenciando a dinâmica econômica e social do município, contribuiria para a saída dos jovens (moças e rapazes) que vivem nos estabelecimentos da agricultura familiar; e, se nos processos sucessórios, aqui representados a partir dos desejos dos jovens, e da conseqüente decisão “entre ficar e sair”⁷, seriam diferenciadas de acordo com o sexo.

Para entender a partir de quais referências estão construindo seus desejos e projetos de vida, objetivou-se: caracterizar a agricultura familiar de Anchieta-ES, contextualizando-a historicamente e na atual conjuntura do município; caracterizar e analisar o contexto social e econômico desses jovens (moças e rapazes) rurais; identificar e analisar particularidades do contexto da sucessão a partir das percepções dos jovens e considerando as diversidades geográfica, cultural, econômica e social da agricultura familiar; caracterizar e analisar as perspectivas dos jovens filhas e filhos de agricultores familiares em relação à agricultura familiar como possibilidade de permanência produtiva nos espaços rurais do município.

A partir destes objetivos traçados, é importante entender que o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Ao contrário, é formulado dentro de um *campo de possibilidades*, condicionado a aspectos culturais, históricos e sociais (VELHO, 2004). Por isso mesmo, esse autor reforça que, sobretudo, “o projeto é um instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos” (id, 1994, p.103), ou seja, as expectativas dos jovens estão pautadas sobre interesses individuais, mas também sobre outros fatores, como condição e

⁷ Expressão trabalhada pela pesquisadora Elisa Guaraná de Castro em sua tese de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Cf. Castro, 2005.

necessidades de suas famílias. De acordo com as transformações vivenciadas pelos jovens ao longo desse processo, seus projetos podem mudar, isso porque são essencialmente dinâmicos; e o projeto “é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade” (id, 1994, p.104).

Ver-se-á nesse trabalho que os jovens rurais de Anchieta possuem projetos de vida dos mais variados, confirmando que as relações familiares e extrafamiliares, o trabalho, a educação, bem como a ampliação de seu espaço de sociabilidade, aproximando o rural e o urbano, são fatores de influência na elaboração, reelaboração e, futuramente, concretização de tais projetos.

Na seqüência deste texto, num primeiro capítulo, serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para se chegar aos resultados dessa pesquisa. Sabendo que ela não esgota a discussão, muito pelo contrário, pode suscitar críticas e até outras pesquisas, à medida que esta se trata de um olhar, que como qualquer outro, é carregado de valores, intenções e desejos.

O segundo capítulo, a partir da compilação do que apresentam alguns de teóricos, localizará a agricultura familiar enquanto atividade econômica, social, cultural e ambiental, de extrema relevância para municípios do porte de Anchieta-ES; como também para a sustentação da economia do país como um todo. Partindo de seus antecedentes históricos, apresentando sua importância social e econômica, suas transformações e dinamismos, até chegar à realidade de Anchieta-ES. Apresentará a diversidade de conceitos que permeia o “ator social” jovem, sem esgotar sua discussão. Discutirá o lugar e a condição desses jovens dentro da família, a partir principalmente da ótica do trabalho e como esses influenciam na decisão de “ficar e sair”. E, por fim, abordará as nuances que permeiam os processos sucessórios na agricultura familiar. Essa última discussão se faz necessária para pontuar a preocupação com os rumos de uma atividade econômica tão importante para municípios como Anchieta-ES.

A contextualização do rural de Anchieta, a partir da divisão em cinco setores constituirá o terceiro capítulo. Nele serão abordadas questões históricas que deram origem a população e a organização econômica do município nos dias atuais. Serão descritas as principais características sociais, econômicas, culturais, de infra-estrutura

e da população, em cada um dos setores, no intuito de melhor localizar a condição/situação vivida pelos jovens rurais pesquisados.

O quarto capítulo se debruçará sobre o jovem rural de Anchieta. Partindo do cotidiano ao futuro desejado, buscará apresentar alguns dos fatores que influenciam os desejos e projetos de vida. Contextualizar-se-á esses jovens, relacionado as especificidades de cada setor, relações de gênero no interior da família, papel e trabalho desenvolvido na unidade produtiva, socialização com o mundo externo, para então chegar ao que pensam e querem, para suas vidas, para seu meio.

Finalizar-se-á com algumas reflexões sobre o papel da família, os anseios e projetos de vida dos jovens rurais, entendendo que este é um processo em construção, influenciando e sendo influenciado pelo cotidiano no interior da família e nas relações sociais vividas na aproximação campo/cidade. Bem como, serão pontuadas algumas necessidades e ações de responsabilidades das organizações, mas principalmente do poder público, que via de regra, tem negligenciado essa significativa e importante parcela da população.

Entende-se que os resultados dessa pesquisa poderão fornecer subsídios e dados aos agentes públicos (formuladores e gestores de políticas públicas), aos movimentos sociais, sindicais e suas organizações, às lideranças comunitárias, às mulheres e aos homens do campo e, principalmente, aos jovens rurais, na busca por seus sonhos e na luta por seus direitos. Espera-se, por fim, também contribuir para ampliar o debate sobre um tema que ainda tem muito a ser pesquisado: a sucessão na agricultura familiar com todas suas nuances e complexidades.

CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS PERCORRIDOS E OS PASSOS DADOS

A realização de uma pesquisa, entre outras coisas, possibilita compreender que muitos caminhos podem ser traçados para se chegar aos resultados esperados, e que a escolha desses caminhos está longe de ser um processo simples e fácil. A escolha dos instrumentos adequados é sempre composta por dúvidas e anseios, já que durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo (DUARTE, 2002, p.140).

Os caminhos escolhidos nessa pesquisa foram traçados com o desejo de serem os mais adequados, respeitando as possibilidades e limites existentes, o que não impediu a presença de dificuldades e de possíveis erros. Assim, a primeira lição vivida nesse estudo é que, respeitados os rigores científicos e metodológicos, os caminhos podem ser muitos e em geral suas escolhas estão intimamente relacionadas às experiências e formação do pesquisador.

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. (DUARTE, 2002, p. 140)

Reiterando os limites dessa pesquisa, pode-se dizer que os caminhos escolhidos foram apropriados à medida que possibilitaram responder aos anseios estabelecidos inicialmente e, sobretudo, porque se acredita que também possibilitam que outros o refaçam, avaliando as informações aqui apresentadas (DUARTE, 2002).

Ciente de que nem todas as questões puderam ser superadas, mas ao contrário, remeteram a outras, confirma-se que a produção do conhecimento é inesgotável e está sempre em movimento, se renovando, se expandindo. E assim se espera que, mais do que apresentar alguns elementos que perpassam os projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta-ES, desperte ainda mais o interesse pelo estudo do tema.

1.1 – Origem do tema

A origem e vivência na agricultura familiar, a formação em Licenciatura em Ciências Sociais e os mais de dez anos de atuação no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTR), em suas três instâncias: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma (STRAP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), proporcionaram o contato com distintas realidades, anseios e dificuldades do cotidiano dos jovens rurais nas cinco grandes regiões do país.

Analisar as perspectivas que os jovens trazem sobre os processos de sucessão na agricultura familiar, bem como tratar, analiticamente, das ameaças presentes que dificultam ou inviabilizam sua realização, serviram como base para a proposta de uma pesquisa sobre os processos inerentes à sucessão na agricultura familiar, que como se verá, sofreu algumas modificações ao longo do processo.

A escolha do município de Anchieta-ES para a realização do estudo se baseou no fato de ser este um município de economia tipicamente agrícola, onde a presença de uma grande indústria em muito ofusca sua importância social e econômica deste setor. Naquele momento o município vivia uma onda de especulações e debates a cerca da implantação de grandes projetos econômicos que culminaria na formação de um polo industrial e, por conseqüência, se anunciavam significativas mudanças econômicas e sociais na região. O que resultou na intensificação das inquietudes outrora mencionadas. Soma-se a essas razões o fato da pesquisadora ter nascido na região, há muitos anos viver nesse município, bem como ter atuação profissional diretamente ligada ao tema.

Considerando sua situação de moradia, mas, sobretudo sua experiência profissional e sua militância, registra-se o envolvimento da pesquisadora com o tema em estudo. Esse envolvimento, principalmente no momento da construção metodológica, revelou um dilema: a relação com o objeto de pesquisa atrapalha ou ajuda o pesquisador?

Sem o propósito de aprofundar um debate e medir se a proximidade compreendia elementos mais favoráveis ou desfavoráveis, considerou-se que o conhecimento acumulado sobre o objeto de estudo tornar-se-ia mais vantajoso à medida que se tomasse dos cuidados pertinentes, além de entender que:

[...] quando se decide tomar sua própria sociedade como objeto de pesquisa, é preciso sempre ter em mente que sua subjetividade precisa ser “incorporada ao processo de conhecimento desencadeado” [...], o que não significa abrir mão do compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas buscar as formas mais adequadas de lidar com o objeto de pesquisa. (DUARTE, 2002, p. 148)

O entendimento de que o prévio conhecimento da realidade e do objeto de estudo facilitava a escolha dos procedimentos, instrumentos de coleta, amostra e colaboradores, bem como evitava a “estranheza” comum entre pesquisador/objeto de estudo, quando esses não se conhecem, diminuindo o tempo de superação das distâncias e da construção da confiança por parte dos “pesquisados”, contribuíram por dirimir os dilemas anteriores. (FUKUYAMA, 1996)

Além disso, a vivência e conhecimento anterior dispensaram a necessidade de se “situar”, e diminuíram os caminhos para “ver” e “sentir” (PEREIRA, 2004) a dinâmica social dos jovens pesquisados, sem comprometer a cientificidade necessária à pesquisa, principalmente porque, como argumenta Bourdieu:

O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente (BOURDIEU, 1998, p. 694).

A escolha do tema – desejos e projetos de vida dos jovens rurais, originada da experiência pessoal, constituiu corpo a partir do contato com diversas etnografias e pesquisas sobre o tema que serão referenciadas ao longo desse estudo⁸. Os jovens rurais, assim como outros grupos, compõem o universo das minorias socialmente desprivilegiadas (DURHAM, 1988), e que recentemente emergem como novos atores políticos, passando a ter importância na compreensão das transformações da sociedade brasileira, e, conseqüentemente, no universo acadêmico.

Nessa lógica, investigar os jovens rurais de Anchieta-ES, buscando compreender a vivência no interior das famílias e as práticas e representações que possuem sobre campo e cidade, pressupõe que exista “uma integração das partes no todo, (...) e, inversamente, a presença da totalidade nas partes” (DURHAM, 1988, p. 23), ou seja, o cotidiano e as nuances vividas pelos jovens rurais de Anchieta-ES se

⁸ Nesse trabalho os registros mais antigos de etnografia sobre juventude rural são de Bourdieu (2000), fazendo referência a pesquisa realizada na década de 1960 e Moura (1978).

tornam relevantes de serem investigadas porque compõem um fragmento da totalidade que é a sociedade brasileira.

1.2 – Delimitando e instrumentalizando a pesquisa

O pré-projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Mestrado em Extensão Rural, como uma das exigências do processo seletivo, visava identificar os fatores que caracterizavam os processos de sucessão na agricultura familiar, com ênfase naqueles que dificultavam e/ou inviabilizavam a sua realização, bem como possíveis alternativas que pudessem contribuir para permanência dos jovens e das jovens no campo, com dignidade e qualidade de vida.

A expectativa inicial era mapear e demonstrar a importância econômica e social da agricultura familiar em municípios de pequeno porte como Anchieta, e, como meio de reprodução e permanência, acreditava-se ser de grande relevância a identificação de fatores que caracterizam a sucessão rural, assim como os desafios e perspectivas que se apresentam para os/as jovens rurais.

Com o aprofundamento sobre o tema jovem rural, através do contato com outras etnografias e teorias, possibilitadas pelas disciplinas cursadas durante o mestrado, bem como as indicadas pelo orientador ao longo do processo de construção do projeto de pesquisa, achou-se por bem não sustentar o foco inicial que estava previsto no pré-projeto: os processos sucessórios.

Assim, voltou-se o olhar para compreender se aos jovens interessava ou não continuar a atividade econômica e produtiva da família, e sobretudo quais eram as razões de suas escolhas. Dessa forma, o tema da sucessão não desaparecia dos objetivos da pesquisa, só deixava de ser o fio condutor; e os objetivos passaram a ser os desejos e projetos de vida dos jovens rurais.

Nesse exercício puderam ser formuladas algumas questões que orientariam a objetivação do tema, a construção do referencial teórico e a condução da pesquisa: A agricultura familiar figura no horizonte das perspectivas dos jovens, filhas e filhos de agricultores familiares, do município de Anchieta-ES? Em que medida a chegada de um complexo industrial, e sua conseqüente influência na dinâmica econômica e social do município, contribui para a saída dos jovens (moças e rapazes) que vivem nos estabelecimentos da agricultura familiar de Anchieta-ES? Dentre os desejos e

projetos de vida dos jovens, a decisão “entre ficar e sair” é diferenciada de acordo com sexo? De maneira concisa, a pesquisa apontou para a construção da representação que os jovens rurais têm sobre o rural e o urbano, do papel social e produtivo que ocupam no seio da família e como esses interferem nos seus desejos e projetos de vida.

Com essa compreensão, em julho de 2008, em decorrência da realização do II Seminário Intermunicipal de Jovens Rurais⁹, aproveitou-se para se fazer a aplicação de um questionário, que parecia naquele momento ser uma ferramenta imprescindível (BLACK & STANLEY, 1976), que servisse como pré-teste, uma vez que o projeto, bem como sua metodologia, ainda não estava concluído, tampouco aprovado. O pré-teste foi aplicado no dia 18 de julho junto a cinquenta e um jovens de Anchieta e municípios vizinhos.

A análise do questionário, aplicado enquanto pré-teste, mostrou que para atender a todas as intenções expressas nos objetivos, se fazia necessário um grande número de questões e um demasiado cuidado com sua aplicação. Somando-se a essa preocupação, ainda não estava claro o tamanho da amostra necessária para garantir resultados sustentados cientificamente. Já que se pretendia, como será detalhado um pouco mais adiante, investigar todo o espaço rural de Anchieta.

Sabia-se que somente o uso do questionário não seria suficiente para responder a todas as indagações que permeavam a pesquisa, planejou-se também realizar entrevistas com questões semiestruturadas, visando dois públicos distintos – a família (pai e mãe), que manifestaria sua posição e decisão em relação à partilha das terras; e os jovens, para maior aprofundamento de suas opiniões sobre o processo sucessório e seus projetos de vida. A entrevista com esses dois públicos possibilitaria o cruzamento de posicionamentos, bem como sua relação com outras variáveis, que apareceriam no questionário e na coleta de dados secundários.

Até o momento da aprovação do projeto de pesquisa, havia algumas dúvidas sobre o enquadramento da pesquisa, ou seja, se ela se fundamentaria mais sobre bases quantitativas, qualitativas ou em ambas. Considerando as sugestões ocorridas no momento da defesa e o fato do marco teórico da pesquisa se basear nas Ciências Sociais e Humanas, decidiu-se (orientador e orientanda), sem anular ou invalidar

⁹ Atividade integrante da III Semana da Agricultura Familiar, realizada entre os dias 17 a 20 de julho de 2008, em Anchieta-ES, sob coordenação da Semader, STRAP, Incaper e Mepes.

outras metodologias, que a pesquisa assumiria características eminentemente qualitativas. Entendendo-se que transformações sócioeconômicas assumem aspectos que fogem às estratégias quantitativas e que, conforme argumenta Triviños (1995, p.120), “muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo”. Assim, aquele questionário aplicado como pré-teste deixou de constituir o rol das ferramentas de coleta, dando espaço a outras, mais adequadas e utilizadas na pesquisa qualitativa, como se verá ainda nesse item.

Gondim (2002) ressalta que numa pesquisa qualitativa (baseando-se nos teóricos construtivistas e participacionistas) a relação é do tipo “‘sujeito-sujeito’, ou seja, o que é investigado não é independente do processo de investigação e, sendo assim, o conhecimento produzido é valorativo e ideológico” (p.2).

Dadas as leituras recorrentes, bem como a orientação ocorrida durante a construção do projeto, chegou-se à conclusão de que a coleta de informações, a construção dos dados e sua posterior análise em bases qualitativas, seriam mais produtivas. Sobre a pesquisa qualitativa Silva e Lopes (2004) chamam a atenção para o equívoco muito cometido em achar que as técnicas qualitativas são de fácil utilização e de aparência banal. Existe nelas uma “simplicidade perigosa”, que leva muita das vezes o pesquisador a negligenciar sua própria vigilância epistemológica. Ao contrário, como reforçam as autoras, requerem intersubjetividade, reflexividade e interdisciplinaridade, principalmente quando o processo de construção e de desenvolvimento do saber tem um objeto “social próximo”, isto é, está configurado como menos abstrato e particularmente familiar a quem o está investigando (ibid. p.353), como é o caso.

Ciente da diversidade e complexidade que a pesquisa qualitativa imprime sobre uma realidade estudada, procurou-se, conforme seguem indicando as autoras, durante a escolha dos instrumentos, o preparo do uso do material, bem como, a sistematização e análise do material produzido, apropriar-se do melhor uso das técnicas, capacidade criativa, maturidade sobre elas e, sobretudo, orientação. E assim, conforme tratam as próprias autoras, a pesquisa tornou-se um processo de “forma ambígua”, ao mesmo tempo “sofrida e prazerosa” (ibid. p.354).

Considerando o que expõe Babbie (1992), esta pesquisa se caracterizou, enquanto seus fins, por exploratória e descritiva. Exploratória porque se tratou do

interesse em descobrir quais os desejos e projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta-ES; e descritiva porque visou descrever quais e porque determinadas estratégias são acionadas, considerando em sua base, relações de gênero, divisão do trabalho e relação campo-cidade.

Tendo por base o município de Anchieta-ES, a pesquisa buscou contextualizar os jovens rurais, qual a representação que fazem sobre o rural e o urbano, o trabalho e a relação com a família e assim chegar ao que querem e pensam, ou seja, quais as perspectivas de futuro dos jovens rurais, especialmente com relação à sua permanência no campo. Para tal, ficava estabelecido que os jovens rurais de Anchieta seriam a unidade de análise e que a família, anteriormente pensada também como objeto de investigação (principalmente os pais), seria abordada a partir do olhar e da representação que os filhos/jovens têm sobre ela.

Quanto aos métodos, essa pesquisa mesclou instrumentos de várias técnicas:

1) Levantamento – Desse método recorreu-se a instrumentos como a coleta de dados secundários, que se deu através da busca de dados oficiais e conversas com representantes de órgãos e entidades públicas e organizativas; questionário aplicado durante a realização dos *grupos participantes*; observações e anotações. Faz-se necessário esclarecer que tanto as observações quanto as anotações feitas no decorrer da execução dos grupos não tiveram a pretensão de se caracterizar como *Observação Participante* e *Caderno de Campo*, instrumentos importantíssimos e bastante utilizados na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2008). O que ocorreu foi o cuidado em observar e anotar situações que chamavam a atenção e tinham correlação *com o objeto* de estudo, algo que se acredita indispensável a toda pesquisa.

2) Grupos Participantes – Inspirando-se principalmente na técnica de *Grupo Focal*, mas também recorrendo a princípios da *Pesquisa Participante* e da entrevista semiestruturada, criou-se uma ferramenta própria que possibilitasse que os jovens pudessem refletir minimamente sobre a sua condição na família, bem como discutissem e apresentassem elementos de seus desejos e projetos de vida. Para melhor entendimento da opção adotada serão apresentados alguns conceitos ou princípios das técnicas citadas que serviram de inspiração à técnica utilizada.

Sobre *Grupo Focal* Minayo (2008) diz que tem se constituído uma das técnicas mais usadas na realização de pesquisa em grupo. Em sua definição e execução pondera que:

O *grupo focal* se constitui de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. Para serem bem-sucedidos, precisam ser planejados, pois visam obter informações, aprofundando a interação entre os participantes, seja para gerar consenso, seja para *explicitar divergências*. A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro que vai do geral ao específico, em ambiente não diretivo, sob a coordenação de um moderador capaz de conseguir participação e o ponto de vista de todos e de cada um. (MINAYO, 2008, p.269)

Argumenta ainda que o destaque principal dessa técnica se baseia e se estrutura “na capacidade humana de formar opinião e atitudes na interação com outros indivíduos” (ibid.) e que os *grupos focais* podem ter uma função complementar a outras ferramentas, como também podem ser definidos como uma modalidade específica da abordagem qualitativa.

Da Pesquisa Participante (PP) apropriou-se de um de seus principais princípios – a participação. Segundo Haguette a PP é um processo em que a unidade de análise, ou seja, o grupo a ser pesquisado “participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social” (1992, p.147). Ainda que não se pretendesse levantar as possíveis soluções para os conflitos ou problemas levantados pelos jovens, como preveem os princípios da PP, almejava-se que com a participação e discussão aqueles jovens, apresentassem questões que seguramente não seriam possíveis, através de coleta individual.

Da técnica de entrevista semiestruturada apropriou-se da sua capacidade de valorizar a presença do pesquisador ao mesmo tempo em que se oferecem todas as condições para que os pesquisados alçassem a espontaneidade necessária em suas respostas. Neste instrumento o pesquisador elabora “questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1995, p.146)

Tendo em vista que, dentre os objetivos da pesquisa, pretendia-se caracterizar e analisar o contexto social e econômico dos jovens (moças e rapazes) filhas e filhos de agricultores familiares; identificar e analisar as particularidades do contexto da sucessão a partir das percepções desses jovens, considerando as diversidades geográfica, cultural, econômica e social da agricultura familiar no município de Anchieta-ES; e analisar as perspectivas dos jovens filhas e filhos de agricultores familiares em relação à agricultura familiar como possibilidade de permanência produtiva nos espaços rurais do município; entendeu-se que a utilização da técnica de

Grupo Participante configura-se como viável para atender a tais objetivos, pois através dela possibilitar-se-ia a construção coletiva, onde a interação produzia construções mais completas e rentáveis para o objeto de estudo em questão, bem como propiciaria uma compreensão mais segura acerca da realidade estudada.

Também se intencionava realizar entrevistas individuais, mas por ausência de tempo hábil e por se entender que a gama de informações levantadas nos grupos eram suficientes para responder as questões colocadas para a pesquisa, optou-se por não realizá-las.

Como forma de assegurar a credibilidade científica e tentar minimizar possíveis críticas, buscou-se também ter clareza sobre o papel do moderador, que segundo Minayo (2008, p.270) se resume a: a) introduzir a discussão e mantê-la acesa; b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; d) buscar as *deixas* para propor aprofundamentos; e) construir relações com os participantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes para a pesquisa; f) observar as comunicações não verbais e; g) monitorar o ritmo do grupo visando finalizar o debate no tempo previsto.

1.3 – Aplicando os instrumentos

Seguindo uma clareza de propósito, a primeira questão a ser definida era o tamanho da amostra. Como uma das referências já construída nos objetivos da pesquisa era pesquisar todo o rural de Anchieta-ES, recorreu-se à distribuição geográfica utilizada pela Semader, que divide a área compreendida como rural em cinco setores. Tal divisão abarca características sociais, culturais, geográficas, econômicas e organizacionais distintas¹⁰. O uso desta divisão regional poderia contribuir para definição de uma amostragem que permitisse qualificar os dados sobre as perspectivas e projetos de vida dos jovens rurais, investigando-se se elas eram influenciadas ou determinadas pelas características específicas dos “setores”.

Portanto, entendeu-se que deveria realizar um grupo participante em cada setor, pois dessa forma tornar-se-ia possível se obter dados dos distintos setores sem

¹⁰ Uma melhor descrição sobre essas características está disponível no Capítulo 3 – “Contextualizando Anchieta rural a partir de seus cinco setores”

contudo ter a pretensão de garantir que essa amostra correspondesse à homogeneidade do universo. Por outro lado, na estratégia de superar as críticas sobre a escolha da amostra, buscou-se criar uma homogeneidade entre os grupos recorrendo à sua aplicação em escolas. Essa opção baseou-se na premissa de os grupos não devem ser “espontâneos” e que os indivíduos componentes devem possuir características reconhecidas como “grupo” (MINAYO, 1999). Pertencer a um “estrato social” garantia essa homogeneidade e a escolha das escolas era sem dúvida a estratégia mais acessível, bem como legítima.

A legitimidade do recorte escolar se afirmava na realidade de alguns dados próprios de Anchieta. Segundo os dados do Censo 2000 (IJSN 2007), registra-se uma tendência de aumento na média de anos de estudo da população rural com 15 anos e mais (ainda que continue sendo menor do que a urbana), bem como uma queda na taxa de analfabetismo dessa população. É importante destacar nesse dado as diferenças entre homens e mulheres. Em 1991 a taxa de analfabetismos entre as mulheres de domicílio rural era de 25,6% e a dos homens era de 21,6%. Em 2000 essas taxas passaram para: mulheres 15,2% e homens 15,8%.

Essa tendência foi justificada e reforçada junto a Secretaria Municipal de Educação, onde foi possível identificar que o município possui algumas peculiaridades que não são comuns aos municípios vizinhos. Segundo as informações levantadas, o analfabetismo entre os jovens rurais é uma realidade em superação em Anchieta, ou seja, há uma política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) visando atender aqueles que, seja por qual motivo for, não foram alfabetizados em idade regular. Outro fator relevante é a presença de escolas com ensino fundamental e de ensino médio localizadas nos próprios setores, como se poderá observar no Capítulo 03. Além disso um fator singular é o incentivo e os meios disponibilizados para que os jovens, tanto do espaço rural quanto do urbano, ingressem no ensino superior. Todos os dias saem de Anchieta em torno de 850 pessoas, sendo a maioria delas jovens, em transporte custeados pela administração municipal, para as faculdades e universidade da região.

Assim sendo considerou-se, com o conjunto de elementos apresentados, que a escolha por jovens estudantes era pertinente pelos números identificados em Anchieta, bem como por considerar que a educação tem sido relatada como uns dos fatores de saída dos jovens do campo, fazendo-se oportuno ouvir esses jovens.

Há que se registrar que um dos cinco grupos, o do Setor Horizonte, não foi possível ser realizado em uma escola, pois, ao contrário dos demais setores, esse é o único que não possuía escolas com a segunda etapa do ensino fundamental (5ª a 8ª), tampouco o ensino médio. E como dentre as estratégias queria-se realizar os grupos em escolas localizadas nos próprios setores, esse grupo foi realizado na própria comunidade, o que permitiu que servisse de grupo de controle, ou seja, foi possível identificar que o perfil dos participantes não destoou dos demais, como se verá na descrição de sua realização.

Considerando também, que dentre as hipóteses levantadas, na realidade vivida e/ou representada pelos jovens, há uma diferenciação entre rapazes e moças, a opção pela escola também garantia a representatividade de ambos os gêneros. Além disso, a realização dos grupos participantes nesse espaço garantiria a participação dos jovens, uma vez que se tratava de um tempo já disponibilizado, e, talvez, não tivessem a mesma disponibilidade em outros momentos, bem como incorreria no risco de atrapalhá-los em outros afazeres. Por fim, dentre as justificativas de se optar pela escola como melhor local de realização dos grupos, encontrasse o fato de a educação estar fortemente relacionada aos projetos de vida dos jovens, como se verá no capítulo de análise.

Com essa estratégia acredita-se ter alcançado uma amostra mais representativa, que possibilitasse à pesquisadora fazer inferências, visualizando o município como um todo, tornando-se esse um fator de controle de possíveis invalidades. Vale registrar que essa viagem não foi empreendida de forma solitária, tendo sido discutida com técnicos da Semader e assessores do STRAP, bem como submetidas à opinião e ressalvas do orientador. E, em momento oportuno, foram consultados os responsáveis pelas escolas escolhidas.

Quanto aos números propriamente ditos, de acordo com Triviños:

A pesquisa qualitativa [...] pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem.(Triviños, 1995, p.132)

Assim, levando em consideração a posição do teórico anterior e as ponderações feitas por Gondim (2002, p.154) sobre o tamanho do grupo, que deve ter uma previsão inicial, mas “seu indicador deve ser a saturação das alternativas de resposta”, buscou-se um número que permitisse a participação, com qualidade, por

parte de todos. Os grupos foram então planejados para terem entre 15 e 20 participantes, para que não ficassem tão grandes, tornando a discussão inviável, nem tão pequenos a ponto de não garantir representatividade ao pensamento daqueles jovens e, por extensão, de seu setor geográfico. É claro que, para garantir tal qualidade, também era imprescindível a forma como as questões iriam ser conduzidas.

Sobre o roteiro, Gondim (ibid.) alerta que este não deve ser confundido com um questionário. “Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes (p.155). Foi seguindo essa lógica, buscando evitar ou minimizar possível falta de controle no desempenho dos trabalhos, bem como ocorrerem divagações que não interessassem à pesquisa, que se elaborou o roteiro único a ser aplicado nos cinco grupos focais.

Para a construção do roteiro de questões, tinha-se em mente que se deveriam ter perguntas/questões fáceis, que possibilitassem condições para os jovens participantes se expressassem “do seu lugar, da sua condição de historicamente silenciados por uma linguagem hegemônica” (PIMENTA, 2005, p.36).

As questões deveriam também identificar, entre outras coisas, elementos sobre representatividade do rural e do urbano, como era ser/viver no rural, relação com a família, com o mundo do trabalho, autonomia, como era a relação com os pais e qual o papel junto à família/propriedade, projetos de vida e o que pensavam e esperavam do futuro.

Para cada abordagem, foram definidas as questões, a metodologia a ser aplicada e o tempo que deveria dispor como forma de controle, sem, contudo, negar qualquer flexibilidade necessária, conforme mostra quadro abaixo. Os grupos foram planejados para durarem aproximadamente quatro horas, prevendo-se um intervalo para descanso e um lanche com “bate-papo livre”. O Quadro 01 abaixo apresenta a composição das questões:

Quadro 01 – Roteiro dos Grupos Participantes

BLOCO 1											
ABORDAGEM	QUESTÕES	METODOLOGIA	TEMPO								
<p>Representação e Projeto de vida</p> <p>Como veem o rural / o urbano?</p>	<p>Questão 01 <u>Escrever uma palavra que descreva:</u> <u>O RURAL</u> <u>O URBANO</u></p>	<p>Todo mundo junto</p> <p>Entregar a cada um deles um pedaço de papel e pedir que escrevam (sem colar do vizinho) uma palavra que, na visão deles, descreva bem o “rural”, e outra que descreva bem o “urbano”.</p> <p>Eles teriam dois minutos, bate-pronto, o que viesse na cabeça.</p> <p>Quando todas as tarjetas estivessem entregues, colaria no quadro tarjetas com o seguinte esquema:</p> <table border="1" style="margin: 10px auto; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th colspan="2">RURAL</th> <th colspan="2">URBANO</th> </tr> <tr> <th>Coisas boas</th> <th>Coisas não tão boas</th> <th>Coisas boas</th> <th>Coisas não tão boas</th> </tr> </thead> </table> <p>Sob a orientação deles, fixar as tarjetas que eles fizeram de acordo com o que consideravam bom ou não tão bom do rural e do urbano.</p>	RURAL		URBANO		Coisas boas	Coisas não tão boas	Coisas boas	Coisas não tão boas	<p>Escrever na targeta – 02 a 5 min.</p> <p>Colar targetas – 10 min</p> <p>Debate – 30 mim</p> <p>Total – 45min</p>
RURAL		URBANO									
Coisas boas	Coisas não tão boas	Coisas boas	Coisas não tão boas								
<p><u>Problematizar os resultados:</u> questioná-los, fazendo-os imaginar se modificariam o resultado final. Nada muda, por enquanto, no quadro elaborado. Cada um, compulsoriamente, deve falar sobre o que concorda ou discorda no quadro elaborado e, se quiser, pode acrescentar mais tarjetas.</p> <p>(Diferenciar estas tarjetas com outra cor, para controlar as mudanças que ocorreram após a problematização).</p>											
ABORDAGEM	QUESTÕES	METODOLOGIA	TEMPO								
<p>Representação e Projeto de vida</p> <p>O que pensam/esperam sobre o futuro?</p>	<p>Questão 02 <u>Onde estarei no futuro e fazendo o quê?</u></p>	<p>Todo mundo junto</p> <p>Entregar a cada um deles nova tarjeta e pedir que escrevam, baseado na pergunta <u>onde estarei no futuro e fazendo o quê?</u>:</p> <p style="text-align: center;">“um lugar” e “uma profissão”</p> <p>Com as tarjetas recolhidas, fazer ao lado do quadro com o “rural” e o “urbano”, o quadro “lugar” e “profissão”.</p> <p>Fazer uma primeira classificação de lugares comuns, profissões comuns...</p>	<p>Escrever na targeta – 02 a 5 min.</p> <p>Apresentar colando targetas – 15 min</p> <p>Debate – 20 mim</p> <p>Total – 40 min</p>								
	<p>Questão 03 Abrir um debate sobre o que foi colocado nos dois quadros, perguntando: Qual a relação entre a primeira e a segunda questão? Entre a visão rural/urbano e a imaginação do futuro (lugar/profissão). Deve-se deixar livre, buscando a participação de todos.</p>		<p>Debate – 20 min</p>								
BLOCO 2											
ABORDAGEM	QUESTÕES	METODOLOGIA	TEMPO								

<p>Cotidiano / relação com o rural Como é ser /viver no rural?</p>	<p>Questão 04 <u>Um amigo seu, que vive em uma cidade grande, pediu que você escrevesse em uma página sobre o que é viver no campo ou no rural. O que você escreveria para ele?</u></p>	<p>Entregar uma folha e pedir que escrevam em uma página (não mais que isso) uma resposta à questão enunciada em seu cabeçalho.</p> <p>As respostas devem ser lidas. Após todas as leituras, uma rodada para comentários deles.</p>	<p>Escrever o texto – 10 min. Leitura dos textos – 15 a 20 min Comentários – 10 min Total – 40 min</p>
<p>Relação com a família / mundo do trabalho / autonomia Como é a relação com os pais? Qual o seu papel junto à família / propriedade?</p>	<p>Questão 05 <u>Como você convive e trabalha com sua família?</u></p>	<p>A idéia é deixar o espaço mais livre para responder a questão sugerida.</p> <p>De acordo com o tipo de resposta que surgir, instigar o surgimento de respostas mais específicas sobre os temas que se quer ter respostas: Aas relações sociais, a questão da sucessão, da autonomia, de gênero e outras...</p>	<p>Tempo de debate- 30 a 40 min</p>

Fonte: Autora

Além das cinco questões apresentadas, o trabalho com os grupos era sempre precedido da apresentação dos objetivos da pesquisa que estava sendo realizada. Ao longo do processo, buscou-se, ter apenas comentários técnicos, neutros, quase gerenciais, que não julgassem, não induzissem respostas. Tudo o que foi falado foi aceito, resguardando os limites “do outro”, ou seja, intervenções só eram feitas quando ocorriam falas que constrangessem colegas. A função da pesquisadora era, então, conduzir as questões, garantindo a livre expressão de idéias, ou seja, sua posição era a de moderadora.

Também foi planejada para no início do trabalho dos grupos, uma rodada de apresentações, quando cada um falava o nome, o que mais gostava de fazer e o que não gostava de fazer. A estratégia, ainda que demandasse certo tempo, foi pensada como meio de descontrair os participantes e ajudar na seqüência dos trabalhos.

Como se pôde perceber até agora, a construção das questões visou garantir participação individual de todos (ao se garantir em três questões e na apresentação que todos escrevessem e falassem), bem como a construção coletiva nos momentos do debate, ainda que alguns mais tímidos tivessem mais dificuldades de se manifestarem. Essa postura supera uma das críticas colocadas por Gondim (2002)

que se refere ao nível de resposta a ser considerado para efeito de análise em grupos focais. Tem importância tanto o que é declarado por uma pessoa, como construção sua, quanto a fala que é fruto da construção coletiva. A construção coletiva aqui entendida como uma fonte de desenvolvimento das questões, que, realizadas individualmente com os pesquisados, incorreria no risco de não se mencionar muitos elementos importantes, por esquecimento ou desconhecimento. Por outro lado, quando debatida num grupo, esses poderiam ser enriquecidos com as diversas vivências e opiniões.

Durante a realização dos grupos participantes, recorreu-se ainda à aplicação de um breve questionário que propiciaria algumas informações sócio-econômicas dos jovens e suas famílias. Tais informações, além de serem consideradas de suma importância para a pesquisa, uma vez que ajudaria a contextualizar o papel e posição do jovem na família, bem como as dinâmicas que permeiam as mesmas, contribuiriam, juntamente com a busca de outras fontes e dados¹¹, para construir uma análise do contexto dos jovens rurais e assim facilitar a compreensão dos significados expressos nas falas emergentes nos grupos. Com essa estratégia seria possível dar “um salto interpretativo que permite inferir razões e motivos que possam dar sentido ao que a pessoa diz” (GONDIM, 2002, p.159).

Construídos os instrumentos, era preciso constituir os grupos e sua realização. Recorreu-se então à ajuda de servidores da Semader, principalmente os Agentes de Desenvolvimento Rural - ADR¹², para se definir melhores dias, locais e hora. Conforme orientação, os melhores momentos de realização seriam durante a semana, nos períodos noturnos, utilizando os horários escolares ou, no caso do grupo participante realizado fora da escola, priorizar final de semana, principalmente sábados à tarde ou domingos após as celebrações religiosas das comunidades. Paralelo a esse processo, foi se definindo junto ao orientador as questões metodológicas já apresentadas.

¹¹ A busca de fontes e dados aí referidas foi com o propósito de contextualizar o rural de Anchieta, resgatando elementos históricos e dias atuais. Para maiores detalhes ver capítulo “Contextualizando Anchieta Rural a partir de seus cinco setores”.

¹² A Semader possui em cada um dos cinco setores um Técnico Agrícola, chamado de Agente de Desenvolvimento Rural - ADR, que tem o papel de articular a relação entre o setor e a secretaria. Esses ADR compõem o Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural, desenvolvido pela Semader em parceria com Incaper, STRAP e Mepes.

Considerando então, as especificidades de cada um dos setores com suas respectivas comunidades, e a confirmação com diretores das escolas e lideranças da comunidade de Belo Horizonte, ficou definida a realização dos 05 grupos durante os meses de novembro e dezembro de 2008, com as seguintes datas e locais:

Quadro 02 – Cronograma de realização dos Grupos Participantes:

DATA	HORÁRIO	COMUNIDADE	LOCAL
05/11 (quinta-feira)	18:30 as 22:30	Alto Pongal	Escola Coronel Gomes de Oliveira – Anexo Alto Pongal ¹³
23/11 (domingo)	09:00 as 13:00	Belo Horizonte	Centro de Convivência
24/11 (segunda-feira)	08:00 as 12:00	Olivânia	Escola Família Agrícola de Olivânia
27/11 (quinta-feira)	18:30 as 22:30	Alto Pongal	Escola Coronel Gomes de Oliveira – Anexo Alto Pongal
04/12 (quinta-feira)	18:30 as 22:30	Baixo Pongal	Escola Edna Maria Mezadre Mulinari

Fonte: Autora

A realização dos grupos participantes, estabelecida como o principal instrumento de coleta de dados, não significava que estaria descartada a necessidade de outras fontes, como as documentais que serão abordadas mais a frente. Triviños (1995) diz que, uma pesquisa qualitativa não deve seguir a seqüência rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento das pesquisas quantitativas. De acordo com ele, “as informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados” (Ibid., p. 131).

1.4 - O processo e a realização dos Grupos Participantes

Considerando que os cinco grupos participantes seguiram um mesmo roteiro, buscar-se-á fazer uma descrição, primeiro do que foi particular a cada grupo e depois do que foi comum a todos, seguindo a ordem das atividades realizadas.

¹³ A Escola tem essa denominação “anexo Alto Pongal” porque ela tem o prédio principal localizado no centro de Anchieta e no Setor Pongal, somente durante o período noturno, funciona o seu anexo, disponibilizando o Ensino Médio. Trata-se da única escola que oferece Ensino Médio localizada na área rural do município. A Escola Família Agrícola de Olivânia – EFA-O é a outra escola que oferece Ensino Médio, porém, profissionalizante (Técnico Agrícola) e a metodologia usada é a Pedagogia da Alternância, ou seja, os alunos alternam os estudos passando uma semana na escola (onde dormem) e uma semana em casa, onde realizam tarefas curriculares.

O Setor Jabaquara

O Grupo Participante do Setor Jabaquara foi planejado, juntamente com servidora da Semader que também é pedagoga, para acontecer na Escola Coronel Gomes de Oliveira – Anexo Alto Pongal, ainda que a escola se localizasse em outro setor. Optou-se por realizar o grupo nessa escola porque muitos jovens do Setor Jabaquara estudavam lá. Tratou-se então de solicitar a liberação junto à diretora. Aproveitando a oportunidade buscou-se levantar se haviam comunidades do setor que não tinham alunos na escola, identificando as comunidades de Serra das Graças e Pé do Morro. Como forma de garantir a participação, combinou-se com o Agente de Desenvolvimento Rural do Setor – ADR, que mobilizasse alguns jovens das referidas comunidades para participarem. A mobilização foi feita através de uma carta escrita à comunidade que deveria ser lida nas Igrejas e assim garantir uma participação aleatória dos jovens.

Com tudo organizado, o Grupo Participante do Setor Jabaquara aconteceu no dia 05 de novembro, das 18:30 as 22:30, na comunidade de Alto Pongal. A composição do grupo se deu de forma bem aleatória, ou seja, a pedagoga, previamente orientada sobre uma média de participantes de cada comunidade, passava nas salas de aula perguntando quem gostaria de participar, resultando numa participação espontânea. Além dos alunos, participaram também 04 jovens das duas comunidades que não tinham, naquele período e ano, alunos na escola. O grupo foi realizado com a presença de 23 jovens, sendo que dentre esses, 02 eram moradores de outro setor, mas como essa identificação só foi feita depois de algum tempo do início do grupo, preferiu-se deixá-los continuar participando. Participaram do grupo jovens das comunidades de Simpatia, Pé do Morro, Serra das Graças, Jabaquara, Limeira, Duas Barras e Jaqueira (Cf. Anexo A, Tabela 1.A).

O Setor Horizonte

A data do Grupo Participante do Setor Horizonte havia sido acertada com o Agente de Desenvolvimento Rural do setor para o dia 23 de novembro, um domingo, na Comunidade de Belo Horizonte, logo após a celebração religiosa. A realização do grupo se daria no Centro de Convivência. Assim combinado, elaborou-se um

convite, com 20 cópias, que foi entregue ao ADR para que distribuísse aos jovens e lideranças das comunidades do setor, e reforçasse o convite verbal, tendo sido orientado da importância da aleatoriedade e liberdade de participação.

No dia vinte e três, em companhia do articulador de jovens do STRAP, seguiu-se para a comunidade, com o intuito de participar da celebração que iniciaria às 8 h. No final da celebração, os celebrantes registraram a presença da pesquisadora e seu acompanhante, falaram da realização do grupo que aconteceria em seguida, convidando todos os jovens ali presentes.

Os trabalhos estavam marcados para acontecer das 09:00 às 12:30 e assim dirigiu-se para o local para arrumar os materiais enquanto os jovens iam chegando. Passados uns 20 minutos, percebeu-se que não chegavam jovens de outras comunidades. Como há mais de 10 dias, chovia muito em todo o município e conseqüentemente as estradas estavam em péssimas condições, entendeu-se ser um impedimento à participação das demais comunidades do setor. E como havia um considerável número de jovens da comunidade local, avaliou-se prudente realizar o grupo participante, que se deu com dezesseis participantes da comunidade de Belo Horizonte.

O Setor Corindiba

A data do Grupo Participante do Setor Corindiba foi definida com o Diretor da Escola Família Agrícola de Olivânia, para o dia 24 de novembro. Como foi identificado antecipadamente que nem todas as comunidades do setor tinham jovens na faixa etária desejada (acima de 15 anos), matriculados na escola, foi pedido a ADR do setor que distribuísse alguns convites nas comunidades não contempladas.

A importância em se reforçar o convite nas comunidades também se baseava no esclarecimento do diretor da escola ao dizer que, apesar de ela estar localizada no município de Anchieta, contava com mais alunos de municípios vizinhos, principalmente Guarapari.

Tal situação é justificada por uma característica específica desse setor. É que em sua composição existem comunidades que pertencem, oficialmente, ao município de Guarapari. Porém essa divisão fica basicamente restrita ao limites geográficos,

pois as famílias se organizam, se orientam e se identificam como Vale Corindiba, e independente dos limites territoriais, buscam em sua maioria, os serviços e estrutura do município de Anchieta. Inclusive esse é o único setor que tem uma associação organizada enquanto setor, e que possui diversos projetos em andamento¹⁴.

Assim sendo, no dia marcado, antes de se dirigir ao local, foi feito contato telefônico com a escola para ter certeza de que as estradas estavam transitáveis, uma vez que estava chovendo muito e a comunidade de Olivânia é a mais distante da sede. Foi informado que havia barreiras caídas na estrada, mas que ainda era possível passar. Ao chegar à escola, descobriu-se que a maioria dos alunos ainda não haviam chegado porque os transportes escolares (ônibus e kombi) tinham mais dificuldades de acesso. Por isso decidiu-se esperar um pouco para iniciar os trabalhos.

Por volta das 9 h, o diretor chamou todos os alunos daquele setor, que tinham mais de 15 anos, sendo um total de 16 jovens. E não comparecendo nenhum outro jovem de fora da escola, decidiu-se iniciar os trabalhos, que foram até 12:30.

O grupo contou então com a presença de jovens que, geograficamente não pertenciam à Anchieta. Mas considerando que limites geográficos não são, por si só, definidores da realidade sócioeconômica que os cerca, não se viu problemas nessa composição. O grupo foi representado pelas comunidades de Duas Barras, Olivânia, Dois Irmãos de Olivânia, São Felix, São Miguel e Cabeça Quebrada (Cf. Anexo A, Tabela 3.A).

O Setor Pongal

A data do Grupo Participante do Setor Pongal havia sido acertada com a pedagoga da escola para o dia 27 de novembro. E assim combinado, tratou-se de enviar uma correspondência à Diretora da escola, para que ficasse devidamente oficializado o grupo. Porém, no dia 27, a pedagoga entrou em contato pedindo para adiar a realização do grupo para o dia seguinte, 28/11, uma vez que, além das fortes chuvas que estavam caindo na região, ela não poderia estar presente na escola naquele dia. Sendo ela a principal referência na organização do grupo e como a alteração da data não trazia maiores transtornos, já que os participantes eram

¹⁴ Maiores detalhes no Capítulo 3 “Contextualizando Anchieta rural a partir de seus cinco setores”.

convidados minutos antes do início dos trabalhos, o Grupo Participante do Setor Pongal aconteceu no dia 28 de novembro das 18:30 às 22:30 h.

Conforme já fora citado, o procedimento para a escolha dos jovens se deu de forma bem simples e aleatória, com a pedagoga passando pelas salas. Como se tratava de uma escola que tinha jovens de todas as comunidades do setor, não houve necessidade de convites fora da escola. Vale mencionar que, ainda que a chuva tivesse diminuído nesse dia, muitos alunos, principalmente de comunidade mais distantes, faltaram. Por outro lado, havia mais jovens de duas comunidades que quiseram participar. O grupo foi realizado então com 22 jovens das comunidades de Alto Joeba, Alto Pongal, Córrego da Prata, Itaperoroma Alta, Itaperoroma Baixa e Dois Irmãos (Cf. Anexo A, Tabela 4.A).

O Setor São Mateus

A data do Grupo Participante do Setor São Mateus estava confirmada com a diretora para o dia 04/12, na Escola Edna Maria Mezadre Mulinari, em Baixo Pongal, e seria realizado com jovens das turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Porém, na tarde do dia 03 de dezembro, a diretora foi pessoalmente procurar a pesquisadora e pedir que adiasse a realização do grupo para a próxima semana. Segundo ela, as fortes chuvas que caíram durante as semanas anteriores atrapalharam muito as aulas e por isso uns dos professores, que daria aulas no dia 04, estava com seu conteúdo muito atrasado, não podendo liberar os alunos. A diretora propôs que o grupo fosse realizado no dia 08 de dezembro, a segunda-feira seguinte, ficando assim definido.

Mais uma vez recorreu-se ao ADR do setor para, assim como nos demais setores, convidar jovens de comunidades que não estavam contemplados na escola. No caso desse setor tratava-se das comunidades de Boa Vista, Subaia, Arerá Assim, no dia 08 de dezembro, das 18:30 às 22:00 h, na Escola de Baixo Pongal, foi realizado o Grupo Participante do Setor São Mateus, em companhia do articulador de jovens do STRAP. O grupo contou com a presença de 26 representantes das comunidades de Emboacica, São Mateus, Baixo Pongal e Itapeúna, faltando justamente as três que não tinham alunos, além se serem as mais distantes e,

provavelmente por causa das chuvas e as estradas danificadas, ficou difícil o acesso (Cf. Anexo A, Tabela 5.A).

Conforme se pode observar, o grupo contou com um número considerável de participantes (26). Porém dentre eles, haviam pessoas com mais de 30 anos. Preferiu-se não restringir essa participação, uma vez que a diretora passou pelas salas convidando livremente os jovens do setor e os referidos quiseram participar. Considerando que dentre os diversos elementos e posições que permeiam o conceito de juventude(s), faixa etária é só um deles, não se viu problema numa participação que partiu do interesse deles próprios. Além dos jovens da escola, participaram também cinco outros que não eram alunos.

De uma forma geral, avalia-se que a participação dos grupos foi bastante positiva, e ainda que as chuvas tenham atrapalhado bastante, não chegou a comprometê-los.

Pontos comuns

Em todos os grupos, buscou-se chegar um pouco mais cedo nas salas onde seria realizado o trabalho e arrumar as cadeiras em semicírculo, possibilitando que todos se vissem e participassem igualmente das atividades. O trabalho era sempre iniciado com a apresentação da pesquisadora. De forma objetiva e sintética falava-se do mestrado, do interesse no estudo e do que se esperava deles, sempre com cuidado, medindo as palavras para não influenciar comportamentos, discussões e respostas.

Aproveitava-se o momento para pedir permissão para gravar os trabalhos, como forma de facilitar a sistematização dos dados e resultados, mas garantindo o anonimato delas, com o compromisso de não identificar o autor ou autora de nenhum dos posicionamentos. Somente teriam seus nomes relacionados numa lista como forma de identificar e agradecer todas as pessoas que participaram da coleta de dados.

Na seqüência pedia-se aos jovens que se apresentassem. Além de dizerem o nome, deveriam dizer o que “mais gostavam de fazer” e o “que menos gostavam de fazer”. Essa estratégia, além de garantir boas risadas e bastante descontração, sendo

importante para o desenrolar dos trabalhos, mostrou os primeiros indícios sobre o cotidiano e os desejos dos jovens.

De uma forma geral, o desenrolar da apresentação foi igual nos cinco grupos, ocorrendo apenas alguns fatos esporádicos que merecem ser relatados. No Setor Jabaquara, o que chamou a atenção foi um considerável número de jovens manifestarem que “o que menos gostam de fazer” é estudar. Como se verá no capítulo de análise dos dados (Capítulo 04), algumas razões podem ser atribuídas a essa realidade, a principal delas é o fato de se deslocarem de comunidades distantes, depois de um dia de trabalho, para estudarem. Essa distância não impediu que esse grupo se caracterizasse como o mais participativo.

No Setor Horizonte, como se tratava de jovens da mesma comunidade, com relações de amizade e parentesco bem significativas (caracterizadas pelos sobrenomes e histórico da comunidade), não houve dificuldades de entrosamento. Vale registrar que um dos jovens era surdo/mudo, e que participou de todas as etapas sem apresentar dificuldades, principalmente por que uma das moças tratava de “traduzir”, com a linguagem dos sinais, o que era falado principalmente pela pesquisadora.

O Setor Corinbiba foi o grupo que mais demonstrou timidez e inibição, principalmente por parte dos rapazes. O grupo do Setor Pongal foi o mais trabalhoso de ser conduzido, pois alguns sempre riam e faziam comentários, brincadeiras sobre as posições dos colegas. No Setor São Mateus não houve nenhum fato relevante.

Na seqüência era apresentado o questionário, que continha em torno de 10 questões sócio-econômicas e que cada um deveria responder individualmente. As questões eram lidas com eles para que não ficasse dúvida sobre elas. Pediu-se que escrevesse o nome completo e o da comunidade para auxiliar na divisão de participantes/comunidades, bem como registrá-los como participantes. Sempre lembrando que nenhum nome em específico seria relacionado ao trabalho ali desenvolvido.

Não se registrou nenhum problema na aplicação dos questionários, somente dúvidas. O conjunto das informações do questionário, ainda que possa ser considerado pequeno e limitado, possibilitou uma ilustração bastante significativa da condição dos jovens em todos os setores, principalmente quando relacionado aos resultados das outras questões.

Terminada essa fase inicial, passava-se às questões de construção coletiva e debate. Elas foram divididas¹⁵, a título de melhor organização, em dois blocos: no bloco 01 (um) foram trabalhadas três questões com uma abordagem que possibilitaria visualizar e compreender elementos da representação que os jovens têm sobre o rural e o urbano, assim como, os projetos de vida. No bloco 02 (dois) foram trabalhadas duas questões que possibilitaram falarem de seu cotidiano e da relação (significado/pertença) com o rural e com a família. Essa divisão foi estabelecida a partir da estratégia de deixar para o final, ou seja, quando estivessem mais vontade e confiantes, para falarem de questões mais próximas e pessoais.

A primeira questão trabalhada objetivou visualizar como aqueles jovens veem o rural e o urbano. Como dinâmica de trabalho, pediu-se que escrevessem, em tarjetas, uma palavra que, na visão deles, descrevesse bem o “rural”, e outra que descrevesse bem o “urbano”. Muitos perguntavam que tipo de coisa era pra falar e era enfatizado que era livre, que escrevessem a primeira coisa que viesse na cabeça, que palavra representasse melhor para eles, o rural e o urbano.

Passado alguns minutos, as tarjetas eram recolhidas. Em seguida eram coladas na parede tarjetas identificando: Rural – “Coisas boas” e “Coisas não tão boas”; e do outro lado, Urbano – “Coisas boas” e “Coisas não tão boas”. E assim, passava-se a leitura de cada tarjeta escrita por eles, primeiro do rural e depois do urbano, fixando-as de acordo com o que eles orientavam como: bom ou não tão bom.

Em alguns momentos, havia divergência sobre onde colocar tal palavra, que para uns era considerado bom e para outros não. Como se tratava de uma construção coletiva, buscava-se fazer com que expusessem suas opiniões divergentes e a maioria decidia onde ficaria. Quando a divergência era muito grande, dividindo o grupo, optava-se por deixar a tarjeta no meio, mostrando que para o grupo tinha os dois significados. Ao final da colagem, era pedido que todos dessem uma boa olhada para ver se faltava algo, e assim sendo incluíam-se as novas tarjetas, utilizando cores diferentes para auxiliar na sistematização dos resultados.

A questão dois objetivou enxergar o que os jovens esperam/pensam sobre o futuro, ou seja, que questões estão presentes em seus desejos/projetos de vida. A dinâmica para o desenvolvimento deste trabalho, também foi o uso da tarjeta. Cada um recebeu duas tarjetas, de cores diferentes e em cada uma delas deveriam

¹⁵ Cf. Quadro 01.

responder a questão: onde estarei no futuro e fazendo o quê? Escrevendo um “lugar”, para responder à primeira e uma “profissão” para responder à segunda.

Um fato que precisa ser lembrado aqui, é que no Setor Jabaquara, no momento da apresentação, vários jovens manifestaram não gostar de estudar, porém, ao falarem das profissões que pretendem (ou querem) seguir, viu-se que a maioria delas exige o contrário.

Estando as questões um e dois bem visualizadas na parede, pedia-se logo em seguida que fizessem uma análise do que haviam construído, o que enxergavam como importante ou de destaque no que estava ali exposto. Essa análise e debate consistiam na terceira questão. Enquanto eram instigados a falarem, já que apresentavam certa resistência, timidez, anotavam-se as idéias expressas nas falas, para posterior sistematização e agrupamento em possíveis categorias.

A quarta questão aplicada buscou identificar qual era o olhar daqueles jovens sobre o rural. Foi entregue a eles uma folha com o seguinte cabeçalho: “Um amigo seu, que vive em uma grande cidade, pediu que você escrevesse uma página sobre ‘como é viver no campo ou no rural’. O que você escreveria para ele?”

Eles poderiam escrever livremente e não precisariam se identificar. A intenção era que, ao escrever a carta, expusessem seu cotidiano, como é ser/viver no rural, enfim suas representações sobre o espaço onde vivem. Ao final da escrita foram informados que deveriam ler suas cartas, de imediato alguns se manifestaram contrariamente, dizendo terem vergonha de ler o que escreveram, então foi proposto que quem quisesse poderia entregar as cartas, que seriam misturadas e distribuídas novamente, como não tinha nomes, não seriam identificados os autores das mesmas. A proposta foi aceita, alguns entregaram as cartas para proceder à troca, enquanto outros preferiram ler as próprias. Essa situação ocorreu no primeiro grupo (Setor Jabaquara) e pela experiência vivida, utilizou-se a mesma estratégia nos demais grupos.

Assim como nos outros momentos, à medida que iam lendo, a pesquisadora foi marcando as idéias principais para facilitar a volta e sistematização das cartas. Mais uma vez recorreu-se à dinâmica de agrupamento em categorias (como se verá no capítulo 04) para se ter uma imagem de suas interpretações. Além dos destaques da leitura, no debate que se seguia, apareceram algumas falas que foram destacadas de igual forma.

Essa atividade sempre propiciava um rico debate, levantando muitas questões. Uma coisa notada é que as questões anteriores e seus debates influenciavam os posicionamentos nessa. Percebeu-se nas cartas que havia, por parte da maioria, um cuidado em passar uma imagem bem positiva sobre o rural. Ao incorporarem o fato de estarem escrevendo a alguém da cidade parece ter desencadeado um esforço em mostrar que o rural não é inferior à cidade.

A questão cinco, por ser a última e já prevendo que nesse momento poderiam estar cansados, não requeria escrever ou produzir nada. A ideia era possibilitar um debate mais livre sobre questões como: relação com os pais, papel junto à família e propriedade, mundo do trabalho. Para iniciar o “papo” e com a preocupação de não direcionar as falas, lançava-se a pergunta: como é a convivência e trabalho com a família de vocês?

De forma geral, pelo cansaço e tempo, não houve um debate tão profundo e participativo quanto nas questões anteriores. Em todos os grupos houve inicialmente certa hesitação em falar, mas na medida em que um se manifestava, os demais iam se posicionando. E assim um assunto ia puxando outro. De forma geral os rapazes pareciam ter mais dificuldade em se manifestarem nessa questão.

Em suma, considera-se que a ferramenta Grupo Participante propiciou uma riqueza de informações que possivelmente não seria possível de ser atingida, num mesmo período, por outras ferramentas. A possibilidade dos debates enriquecia as questões. Os participantes, instigados pelas falas de seus colegas, aprofundavam questões que dificilmente sozinhos, isto é, numa entrevista individual pudessem aprofundar. A soma das experiências individuais ocorridas no momento do debate, propiciando que uma fala pudesse ser enriquecida ou contestada por outra, seguramente supera a soma das experiências quando feita pelo pesquisador na solidão de sua análise sobre o material coletado. Muitas interpretações equivocadas puderam ser evitadas aprofundando e averiguando junto ao grupo as questões que iam sendo identificadas pela moderadora /pesquisadora (Gondim 2007, p.155).

Como fora descrito, em todos os grupos fazia-se uso de caderno de campo para anotar tudo que ia sendo expresso, principalmente nos debates. Mas a utilização do caderno propiciou que se registrassem também as observações sobre particularidades dos grupos, tais como, manifestações verbais, ações e atitudes que pudessem ter algum significado relevante (TRIVIÑOS, 1995, p.154).

A estratégia de registrar observações, sentimentos e especulações foi de grande importância para o processo de análise dos dados, oferecendo caminhos para o entendimento das questões investigadas. O que estava em foco não era a descrição de acontecimentos ou situações, mas a forma como os integrantes dos grupos se expressavam, organizavam suas falas, davam sentido à interação.

E ainda que essas duas estratégias não tenham sido empregadas com rigor metodológico, considera-se sua importância pela capacidade de propiciar que a memória fizesse um retorno ao momento da realização dos grupos, retomando fatos relevantes, que por ventura haviam sido esquecidos.

Por fim, vale registrar que em todos os grupos havia uma parada de aproximadamente 20 minutos, mais ou menos na metade de sua execução para se fazer um lanche. Esse momento além de propiciar um descanso servia para o desenrolar de um diálogo mais descontraído e identificar o que estavam achando dos trabalhos. O lanche era sempre composto por bolos e sucos produzidos por agroindústrias familiares do município, o que sempre resultava numa conversa sobre a possibilidade de novas atividades no espaço rural.

1.5 - Consulta a outras fontes

Por se tratar de uma investigação qualitativa, achou-se estratégico integrar outras fontes de investigação consideradas imprescindíveis para realizar um levantamento da realidade socioeconômica do universo investigado. A coleta de informações adicionais, de dados oficiais estatísticos sobre a população, produção, cultura, infraestrutura, e outros, permitiram a construção de um material complementar à pesquisa junto aos jovens. E embora não se tenha constituído foco central da análise, foi fundamental para interpretação desta.

Toda essa complementaridade de dados, bem como a participação em alguns eventos ou reuniões que envolviam jovens rurais e/ou seus familiares foi importante para compor uma análise conjuntural e transformações sócioeconômicas dos setores, buscando sempre integrar a parte ao todo (município). Essa estratégia foi acionada com o intuito de situar o olhar, as estratégias e posicionamentos dos jovens, ou, como trata Pereira, decodificar

[...] as ações dos sujeitos dentro da uma estrutura que sustenta as mudanças de comportamentos, ou repensar seus significados. O cultural,

nesse caso, tornou-se imprescindível para a análise, que relacionou a ação do sujeito à estrutura societária [...]. Isso não quer dizer que se privilegiou a estrutura em detrimento da ação dos sujeitos, mas a forma como os sujeitos responderam a determinadas conjunturas. (PEREIRA, 2004, p.06).

Assim a pesquisa documental e a participação em ações e eventos com o público rural, além de compor as informações sobre o rural de Anchieta, serviram para orientar os Grupos Participantes, levantando questões a serem trabalhadas e aspectos a serem observados. E suma essa parte da pesquisa se constituiu de:

1. Levantamento de dados secundários, tais como, Censos do IBGE, em diferentes períodos, dados do Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IJNS, Novo Retrato da Agricultura Familiar (Inra-FAO) e o Censo Agropecuário de Anchieta (PREFEITURA, 2006d), identificando as transformações pertinentes à agricultura familiar em Anchieta-ES, nos últimos anos;
2. Levantamento de documentos e informações produzidos pelas instituições, poder público e pesquisadores, categorizados por Babbie (1992), como “artefatos sociais”, buscando um levantamento histórico sobre o rural anchietense, bem a identificação de políticas implementadas, ou pelo menos planejadas, que sejam voltadas especificamente ao rural e que possibilidades traziam aos jovens, como: Agenda 21, Plano Diretor Municipal - PDM, bibliografias diversas (revistas, livros, etc);
3. Participação em ações e eventos realizados pelas instituições ligadas à agricultura, como, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma - STRAP, a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Semader e o Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo – MEPES, com o intuito de observar e identificar o protagonismo dos jovens rurais junto as essas instituições, e que preocupações recaem sobre eles. Esses eventos foram: III Semana Municipal da Agricultura Familiar e dentro de suas atividades o II Seminário Intermunicipal da Juventude Rural (18 de julho de 2008); primeira etapa do Planejamento Estratégico realizado pelo Incaper, Semader e STRAP (26 de agosto de 2008), e; Assembléias do STRAP (14 de junho de 2008 e 23 de dezembro de 2008);

4. Busca de informações complementares junto às instituições e poder público: STRAP, Secretarias de Agricultura, de Saúde e de Esporte e Cultura.

A soma de dados estruturais aos conjunturais (Pereira, 2004) permitiu uma melhor compreensão das especificidades de cada um dos cinco setores, bem como sobre o rural de Anchieta-ES como um todo. A compilação desses dados, além de contribuir para um melhor embasamento na análise dos Grupos Participantes, já que a “compreensão deste contexto é fundamental para encontrar o significado dado à ação ou à fala emergente em um grupo (GONDIM, 2002, p.159), se traduziu no capítulo “Contextualizando Anchieta rural a partir de seus cinco setores”.

1.6 - Análise de dados

Ao final da coleta de dados, tinha-se nas mãos uma gama de informações produzidas a partir das questões iniciais, elaboradas com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa. Todo esse material precisava ser organizado e categorizado a partir de critérios flexíveis, tratando-se de um “trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais “braçal” do que propriamente analítico” (DUARTE, 2002, p.151)

Para não perder a fidelidade dos fatos ocorridos nos grupos, buscava-se fazer um relatório mais geral nos dias seguintes a sua realização. Digitava-se tudo o que tinha sido produzido com as tarjetas, bem como tudo o que fora anotado sobre cada questão no caderno de campo.

Ao final da realização dos cinco grupos, tinham-se cinco relatórios preliminares. E antes de trabalhar novamente sobre cada um deles, voltou-se à sistematização dos questionários aplicados no início dos trabalhos de cada grupo. Para a sistematização desses questionários recorreu-se ao uso de tabelas. Nesse caso, para cada questão perguntada, criou-se uma tabela mostrando os resultados dos cinco setores de uma só vez, permitindo análises e comparações entre os mesmos (Cf. Anexo C).

Num segundo momento, voltou-se aos relatórios preliminares, aprofundando cada questão trabalhada, setor por setor. Aprofundou-se na descrição de cada questão trabalhada e tudo o que surgiu nela, seja o que fora produzido por eles, seja o que fora observado e anotado pela moderadora/pesquisadora. A cada questão definiu-se um procedimento de relato: os questionários, apresentação e atividades trabalhadas

com tarjetas, recorreu-se a tabelas para melhor forma de visualização; com as cartas optou-se pela leitura e destaque de questões relevantes que depois foram digitadas e agrupadas por temas; com as anotações dos debates, procedeu-se da mesma forma. Ao final desse processo tinha-se cinco relatórios mais densos, que demonstravam o que havia se coletado em cada um dos grupos participantes.

O último passo foi juntar os resultados dos cinco setores, para se ter a dimensão de todo o município, juntando o que era comum, pontuando o que era específico, bem como identificando tendências e questões relevantes. O procedimento utilizado foi, a cada questão, colocar lado a lado o resultado de cada setor. Lendo e relendo o que foi pontuado em cada questão e, sempre voltando às anotações do caderno e materiais produzidos no próprio grupo, foi possível construir algumas categorias empíricas, sobre as quais se procedeu à análise dos dados. Essas categorias foram: o contexto dos jovens rurais; o rural e o urbano representado pelos jovens; o trabalho e a relação com a família, e; o que pensam e querem os jovens rurais de Anchieta.

Dentro de algumas categorias apareceram subtemas, pela relevância atribuída e importância dada pelo grupo. Sobre as categorias e seus subtemas, formam montados textos, concluída a análise de dados. Além disso, buscou-se, dentro do possível, fazer um recorte de gênero sobre os dados coletados e, sobretudo pautar a análise sobre princípios teóricos já produzidos sobre o tema em estudo.

Os dados e informações levantadas nos cinco setores propiciaram um enriquecimento mútuo, formando, mais do que um panorama geográfico, uma totalidade de pensamentos, representações do rural e do urbano, dos projetos de vida, influenciados pelo trabalho desenvolvido no interior da unidade produtiva ou fora dela, do espaço ocupado na família, das relações com o outro (parentes e amigos), das relações de gênero, como constitutivos da decisão entre “ficar e sair”, ou seja, dos desejos e projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta.

1.7 – Retorno ao público alvo

Faz-se oportuno registrar que desde a elaboração do projeto, definiu-se como parte da metodologia, apresentar os resultados aos sujeitos envolvidos na pesquisa. Tal compromisso não só se manteve de pé como começou a ser concretizado. Isso

porque no dia 04 de junho, ainda que a dissertação não estivesse concluída, foi possível apresentar e discutir os dados e informações coletadas, através da participação em painel temático na Jornada Temática da Câmara de Juventude Rural. Tal evento foi realizado pelo Mepes, em parceria com o Instituto Souza Cruz e contou com a participação maciça de jovens de Anchieta, bem como de outros municípios do Estado do Espírito Santo.

Uma segunda oportunidade já agendada é o III Seminário Intermunicipal da Juventude Rural, a ser realizado em outubro, em Anchieta-ES, sobre a coordenação do STRAP, da Semader, do Mepes e do Incaper.

Por fim, é oportuno esclarecer que toda “exploração tem muito de aventura, de risco, de hesitações, de dúvidas, junto com certa dose de coragem, ousadia e, mesmo, desprendimento” (SILVA E LOPES, 2004, p.344). A presença de considerável anexo nesse trabalho tem o intuito de permitir, a quem interessar, o acesso a alguns dos dados coletados e analisados nesse trabalho, submetendo-os ao conhecimento, críticas e conclusões de outros pesquisadores sobre o assunto, como forma de conferir-lhes confiabilidade e legitimidade (DUARTE, 2002).

Conhecendo e considerando os limites impostos às pesquisas dessa natureza, afirma-se que a “caminhada” empregada nesse trabalho está longe de esgotar as possibilidades de estudos sobre o tema. Ao contrário espera-se que através deste, novos objetos de estudo sejam despertados e realizados, conforme passa tempo e ocorrem mudanças na realidade empírica.

CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA, JUVENTUDE E SUCESSÃO

2.1 - Agricultura familiar: desafios e transformações

2.1.1 Antecedentes Históricos

A agricultura brasileira é marcada por sucessivos “modelos de desenvolvimento”¹⁶ que, de um modo geral, demonstraram ser politicamente conservadores, socialmente excludentes e concentradores de terra e renda, contribuindo por acentuar desigualdades sociais e relações de trabalho precarizadas, principalmente nos espaços rurais. Isto porque nesses “modelos de desenvolvimento” a noção de crescimento econômico sempre foi dominante (FAVARETO, 2007).

Na história do Brasil, a questão agrária¹⁷ se configura a partir de sua organização geográfica, econômica, política e social do meio rural. Torna-se questão relevante ainda no período colonial, com base na exploração agrícola resultante do regime de Capitânicas Hereditárias, do regime de sesmarias e da instalação de monoculturas de exportação baseadas no trabalho escravo. E finalmente, consolidou-se com a legalização e mercantilização da propriedade das terras estabelecida em 1850 com a Lei de Terras¹⁸. O desencadear desse processo impediu que milhões de

¹⁶ Em torno da idéia de desenvolvimento existe muitas discussões, antigas e contemporâneas, que podem se contradizer ou se complementarem. Nessa construção será feita referência a quatro principais visões que são trabalhadas pelo Professor Arilson Favareto em Favareto (2007): (a) Desenvolvimento como noção vinculada ao ideário do “evolucionismo”, aliada às idéias de progresso, evolução, modernização, ocidentalização e principalmente crescimento. Expressam, portanto, o “movimento histórico da humanidade e seu sentido”. (p.40); (b) Desenvolvimento tomado como sinônimo de “crescimento econômico”; (c) A noção de “ecodesenvolvimento”, que surge a partir de contestações sociais e movimentos acadêmicos; mais tarde esta noção dialogará com a idéia de “sustentabilidade”. Em novos desdobramentos essa idéia passa a incorporar “novas mediações e novas orientações capazes de fazer frente à desigualdade e a pobreza” (p.53); (d) Pós-desenvolvimento: “(...) para esse grupo o desenvolvimento não passa de uma invenção do mundo ocidental para dirigir as expectativas e os rumos das sociedades mais pobres”. (p.84). Vale mencionar que um posicionamento sobre a idéia de desenvolvimento no contexto da agricultura familiar será apresentado mais adiante.

¹⁷ Utiliza-se aqui, o conceito de “questão agrária” trabalhado por Stédile (2005, p.6), ou seja, “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”.

¹⁸ Promulgada em 1850 – ano em que também foi promulgada a Lei Eusébio de Queiros, que determinava a proibição do tráfico de escravos no Brasil – a Lei de Terras encerrou o regime das sesmarias, caracterizado pela aquisição de terras por meio da posse. Como forma de compensação econômica pelo fim do tráfico de escravos, foi para a terra que se transferiu valor econômico. A lei beneficiava então quem já possuía terras, que eram os poderosos e políticos da época e criava barreiras à implantação das pequenas e médias propriedades, uma vez que nem ex-escravos, nem pequenos comerciantes tinham poder de compra. Para maiores detalhes Cf. Cavalcanti (2008).

trabalhadores, principalmente ex-escravos, tivessem a posse legal da terra, resultando assim numa situação de exclusão e concentração de terra e de renda.¹⁹

Com a abolição da escravatura, uma crise se instala: quem substituiria a força de trabalho dos escravos? Conforme mostram Priore & Venâncio (2006), a saída foi o incentivo à vinda de imigrantes europeus. Esses autores mostram que muitos dos imigrantes que para cá vieram em busca de melhores condições de vida, eram “inexperientes no trabalho agrícola, vários deles eram desempregados urbanos, ex-soldados e até criminosos” (p.142).

Essa realidade gerava conflitos e abandono de terras por parte dos imigrantes que também se decepcionaram com as terras muitas das vezes pouco férteis, e com o não cumprimento das promessas de auxílio financeiro, sementes e gado. Mas, ainda assim, o incentivo à colonização europeia ganhava estímulos e estava associado ao racismo, isso porque, conforme mostram os autores, “sob o manto da defesa de uma ‘nação civilizada’ – em outras palavras, com o predomínio do elemento europeu – procurava-se contrabalancear a forte presença africana na população brasileira.” (Ibid., p.142).

Foi principalmente ao longo do século XX que se concretizou um processo de desenvolvimento capitalista em nosso país, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e fortalecendo a concentração fundiária, principalmente nas mãos daqueles que já detinham poder político e econômico.

O campo brasileiro, pelo domínio das elites que comandavam o Estado, é marcado no fim dos anos de 1950 pela implantação de um projeto desenvolvimentista e de modernização da agricultura, que visava tirar o campo do “atraso”. Este processo, de alcance bastante diverso em todo o país, foi chamado de “modernização conservadora” (GONÇALVES, 1999, p.35) ou, como trata Graziano da Silva, uma “reunificação agricultura-indústria”, em que a indústria “passa a comandar a direção, as formas, e o ritmo da mudança na base técnica da agrícola” (1996, p.32). Passa-se a estimular a produção para a exportação, fundada principalmente em monoculturas, contando com créditos subsidiados e com uso intensivo de tecnologias, como máquinas e insumos, principalmente os químicos, gerando fortes impactos ambientais e sociais.

¹⁹ Para maior aprofundamento sobre o assunto Cf. Stédile (1997).

Nesse processo, um dos principais instrumentos criados para concretizar esse modelo foi, conforme demonstra Dias (2007), a extensão rural, um tipo de serviço, principalmente fornecidos pelo Estado, que teve início ainda na década de 1940.

Um serviço público especializado, prestado por profissionais a agricultores, que teve início no final da década de 1940, em Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG), reproduzindo aqui o modelo norte-americano. Inclusive, neste primeiro momento, no contexto do pós-guerra, era interesse norte-americano instituir um aparato para-governamental que possibilitassem uma maior influência de sua ideologia e domínio político sobre o continente latino-americano. (DIAS, 2007 p. 1).

Como resultado desse processo, vivenciou-se, conforme descreve Gonçalves (1999, p.34), uma crise econômica, “já que o comportamento da agricultura não havia acompanhado a transformação da economia como um todo” e, principalmente, a intensificação das desigualdades sociais no campo, uma vez que o processo de modernização da agricultura, baseado no uso intensivo de tecnologias gerava lucros e servia aos propósitos somente de quem já as detinha – os empresários do setor industrial relacionado à agricultura e aos grandes proprietários – favorecendo ainda mais as estruturas de poder e domínio capitalista, outrora estabelecida, conforme discorre Graziano da Silva (2003):

Em resumo, uma vez que seu conteúdo está dado pelas relações sociais de produção, podemos dizer que a tecnologia cumpre duas funções básicas na sociedade capitalista. A primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de, aumentando a produtividade do trabalho, propiciar a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução das classes sociais – para a manutenção do modo capitalista de produção. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.16)

O autor ainda argumenta que, ao invés de romper com o latifúndio, configurado como uma estrutura de dominação, e com relações sociais marcadas pelos contrastes, para alguns pensadores da época, era natural e necessário (e principalmente benéfico) que uma massa de trabalhadores ficassem “de fora da terra” e migrassem para a cidade:

Para os conservadores, notadamente aqueles com viés setorialista (...) a agricultura tinha um excedente populacional que inexoravelmente deveria ser absorvido pelo setor urbano. Assim, a modernização teria como resultado o êxodo rural, que fortaleceria a demanda por produtos agrícolas, sendo, portanto, duplamente benéfica ao setor agrícola, pois, ao mesmo tempo em que promoveria a melhoria das condições dos trabalhadores que ficassem no campo pelo aumento dos salários, os que migrassem para as cidades obtendo também salários superiores, provocariam o aumento da demanda por produtos da agricultura. (PAIVA, *apud* GONÇALVES, 1999, p. 46).

Esse tipo de posição era conservadora e oportunista, uma vez que não existiam garantias de que a população migrante seria absorvida pelas indústrias, tão pouco que teriam bons salários e direitos garantidos. Não se tratava de uma opção e sim de uma imposição econômica e social. Na ideia do progresso econômico não existia o “camponês” ou o “pequeno agricultor”. O crescimento, a inovação tecnológica e a alta produtividade, bases da grande unidade capitalista, só admitiam a figura do trabalhador assalariado.

Na década de 1960, a marca do cenário agrário era o desenvolvimento, a desigualdade, a concentração de poder e renda, e teve como principal instrumento o crédito rural, implantado a partir de 1965, pois “privilegiou regiões mais desenvolvidas, produtos mais dinâmicos, principalmente de exportação, e agricultores mais capitalizados.” (ARMANI, 1998, p.28).

A primeira metade da década de 1970 marcou, como também retrata Graziano da Silva (1996, p.107), “o fim de um período expansivo da economia brasileira que ficou conhecido como o ‘milagre brasileiro’”. Os anos seguintes e a década de 1980 foram marcados pela crítica ao modelo de desenvolvimento do pós-guerra e, no meio rural particularmente, por uma “crítica ao processo de modernização da agricultura, genericamente conhecido como ‘revolução verde’ e adequadamente definido como ‘modernização conservadora’”. (PREZOTTO, 2005, p.13).

Nesse último período, a política agrícola era definida por planos anuais de safra, um modelo de intervenção que levou à redução de área cultivada de grãos e queda nos preços agrícolas, constatando-se que a “perda da renda e a exclusão social dos pequenos e médios produtores agrícolas no período foi crescente” (ARMANI, 1998, p.29). Já Graziano da Silva (1996, p.109) considera que essa não foi a “década perdida”, mas sim a “década perversa” em relação às políticas agrícolas e agrárias, argumentando que:

Em parte, essa crescente desigualdade e o crescimento da pobreza absoluta decorrem da incapacidade dos assalariados rurais e dos pequenos e médios produtores agrícolas de repassar seus preços no mesmo ritmo da inflação. Mas, em grande parte, também o crescimento da desigualdade e em especial da pobreza no campo que se pode observar na segunda metade da década dos 80 se deve à perda do poder aquisitivo do salário mínimo real, em função da política de arrocho imposta a partir dos acordos com o FMI. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, P.134)

Na década de 1990, ainda que tenham sido marcados por conquistas de direitos, principalmente previdenciários, vivenciou-se a abertura do mercado internacional e uma marginalização política, econômica, social e cultural dos trabalhadores rurais, com o aumento e evidência do trabalho escravo e infantil, intensificação do êxodo rural, queda do emprego na agricultura, flexibilização dos

salários e das relações de trabalho (cooperativas de mão-de-obra, trabalho temporário etc.), aumentando-se os prejuízos causados ao meio ambiente. (CONTAG, 1997). Além da “desestruturação e o sucateamento dos serviços públicos de assistência técnica, de pesquisa, de financiamento, de formação profissional, de armazenamento e de comercialização”, que foram altamente danosos ao desenvolvimento da agricultura familiar. (ARMANI, 1998, p.29).

Mais do que nunca, dois setores – o do ramo da indústria de bens de produção (máquinas, defensivos e fertilizantes) e das agroindústrias – impuseram, principalmente no centro-sul do país, parâmetros à agricultura, determinando o grau de modernização e produção (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.38). Para o autor, o controle da terra, da produção e do mercado tornaram-se pilares constitutivos de uma sólida sociedade capitalista. Isso porque:

A introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, a adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, as divisões mais eficientes das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade da agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. Em outras palavras, contribuem para elevar a taxa geral de mais valia e, assim, para a acumulação de capital. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.23).

Porém, como ponderou Abramovay (1998b), ao longo desse processo que em grande parte contribuiu para a exclusão do modo de produção familiar²⁰, há um paradoxo: a agricultura familiar não só continua existindo, como passou a ser importante pilar do capitalismo. Essa funcionalidade se deu porque este modo de produção, baseado na mão de obra familiar, conseguia garantir a oferta de alimentos a preços menores para que a população assalariada tivesse mais poder de compra sobre bens duráveis. Vale ressaltar que o termo “pequena produção” sempre fora de grande imprecisão, uma vez que não é o tamanho da propriedade ou da produção que designa a integração com o mercado, tão pouco sua base técnica. (VEIGA, 1991).

No mesmo trabalho, que se tornou clássico, o autor mostra que a agricultura (familiar) é uma forma de organização única dentro do capitalismo contemporâneo; e é em torno dela que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas

²⁰ É no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990 que o termo “agricultura familiar” surge impulsionado principalmente pela mobilização social, tornando-se uma denominação de uma identidade política em construção. Tanto o conceito de *agricultura familiar* como o de *modo de produção familiar* serão apresentados no tópico seguinte.

avançados. E que, para tal, o Estado desenvolve um papel decisivo: comanda, controla e responde pela formação dos preços. Ao “proteger” a agricultura com sua “mão invisível”, sua única intenção e compromisso é manter um piso mínimo, sustentável de renda agrícola e, ao mesmo tempo, controlar os preços alimentares.

Com esse modelo de capitalismo agrário e a inserção do Brasil no processo de globalização no início dos anos de 1990, que culminaram numa série de transformações, frutos das fortes pressões do mercado internacional, pode-se dizer que a realidade econômica, social e organizacional do campo, que já era carregada de desigualdades, se agravou ainda mais.

Dentre os problemas mais drásticos, podem ser considerados a exploração e enfraquecimento dos agricultores familiares, as péssimas condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais e a marginalização dos trabalhadores rurais sem terra. Essas transformações trouxeram reflexos diretos na alteração da estrutura ocupacional da população rural. Com a queda das ocupações agrícolas, provenientes da modernização e mecanização, parte da população rural, principalmente jovens e mulheres, passam a não mais imaginar em seus projetos de vida a agricultura como única ocupação e meio de vida capaz de proporcionar condições dignas e trabalho e geração de renda. (BALSADI, 2001, p.156).

A presença do latifúndio, segundo Graziano da Silva (2003), para além da posse da terra, engloba poder econômico, social e político, confere aos proprietários fundiários domínio total sobre a propriedade, fazendo nela o que bem entendem e, inclusive, lhes garante o direito de fazer nada, e assim tê-la para proveito especulativo e poder de compra e venda. Como bem demonstra o autor, “todas as terras disponíveis já se encontram apropriadas privadamente, ou seja, não existem mais ‘terras livres’ para serem incorporadas à produção agrícola” (Ibid., p. 31). A terra, neste sentido, não cumpre mais sua função social, tornou-se poder de compra, base de exclusão, e não mais é vista como bem coletivo, para produzir, gerar alimentos, vida, trabalho e renda.

Foi buscando reverter esse quadro que trabalhadores rurais, com ou sem terra, organizados em movimentos como Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - MSTR e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, travaram paralelamente suas lutas e ações coletivas contra os grandes proprietários e contra o

modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no crescimento econômico, na produção ambientalmente insustentável baseada na mercantilização das técnicas.

Para Veiga (2001), ainda que não sejam totalmente incompatíveis, existe sobre o campo dois grupos ou pontos de vista: “os adeptos do projeto de maximização da competitividade do agronegócio que lutam pela eliminação do grande excesso de agricultores” e “os adeptos do projeto de maximização das oportunidades de desenvolvimento humano[...] que lutam, ao contrário, pela expansão e fortalecimento das pequenas e médias empresas de caráter familiar” (p.50).

Considerando a contradição nas perspectivas de desenvolvimento acima expressas, pretende-se construir a seguir uma argumentação da agricultura familiar, com base na revisão da literatura, como modo de produção com maior capacidade distributiva, diversificadora da produção e geradora de trabalho e renda. Para tal, se faz necessário enfatizar um olhar nas relações humanas e não só no econômico, como se verá a seguir.

2.1.2 Importância social e econômica da agricultura familiar

Não se pode negar que o Brasil tem força econômica e social em sua agropecuária, tendo o complexo do *agronegócio* contribuído significativamente para o Produto Interno Bruto - PIB Nacional. Porém, sempre que se necessita ilustrar essa exuberância jornais, revistas, mídia televisiva, campanhas publicitárias e institucionais apelam para imagens de exuberantes lavouras, máquinas gigantescas, safras recordes e rebanhos de milhares de cabeças, sempre com apelo exclusivamente econômico.

Historicamente, como se tentou rasamente mostrar nos antecedentes históricos, raras foram as atenções dispensadas a um dos motores desta realidade: a agricultura familiar, aquela cuja propriedade rural é mantida quase que exclusivamente pelos integrantes da família, salvo contratações temporárias, como em tempo de colheita.

A denominação “agricultura familiar” é um dos inúmeros termos usados para caracterizar essa forma de organização do trabalho pautado na família, e surgiu no início dos anos 1990. Dois estudiosos do tema, José Eli da Veiga e Ricardo

Abramovay, nos trabalhos “O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica” (1991) e “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1998b), respectivamente, comungam na defesa da importância econômica e social da agricultura familiar. Esses pesquisadores somam argumentos para mostrar sua capacidade de produção e distribuição de renda.

Eles explicam em seus trabalhos como a agricultura familiar predominou nos países capitalistas desenvolvidos. E que, principalmente, os governos desses países colocaram à disposição da agricultura familiar os meios necessários para seu desenvolvimento, como pesquisa, assistência técnica, infraestruturas de comercialização, subsídios econômicos etc, tudo com o objetivo de tornar as unidades familiares estabelecimentos viáveis e eficientes, complementares a processos de industrialização.

A esses autores, somam-se os esforços de outros intelectuais, políticos e sindicalistas no sentido de dar visibilidade ao projeto de valorização da agricultura familiar, como ressalta Neves (2007, p.15), ao expor que “nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*.”

Com base nesses autores e também em Incra/FAO (2000), vê-se que opção pela agricultura familiar no Brasil se justifica pela sua capacidade de geração de emprego e renda, retenção da população fora dos centros urbanos e, principalmente por sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e com menores danos ambientais, o que pode representar alternativa concreta de desenvolvimento para o país. É construído um argumento político de que a agricultura familiar é mais sustentável, em termos sociais, do que a *agricultura patronal*.²¹

A discussão sobre sua importância, de modo particular entre acadêmicos e lideranças políticas, ganhou dimensões principalmente após a divulgação dos resultados do Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, realizado entre 1996 e 1999. O estudo mostrou que a agricultura brasileira é bastante diversificada em relação à produção, meio ambiente, situação dos produtores, relação com a terra, acessos à infraestrutura, a políticas públicas, como crédito, assistência técnica e outros. Uma

²¹ “Patronal” é o termo utilizado no Incra/FAO (2000) para designar o sistema de “agricultura industrializada empresarial”, este último utilizado por Neves (2007). Ambas as terminologias distinguem-se da agricultura familiar mediante as condições de uso da força de trabalho: assalariada na primeira e familiar na segunda. Para maiores detalhes ver NEVES (2007, p.5).

importante caracterização reforçada é o conjunto de atributos que compõem o conceito de agricultura familiar, principalmente o caráter social:

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento e de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 2000, p.14).

O termo “heterogêneo” é o que melhor define a agricultura familiar brasileira. Podemos dizer que existem formas variadas de agriculturas familiares, espalhadas pelo Brasil, de norte a sul, compondo um leque de diversificação da exploração econômica da propriedade, bem como de organizações sociais e culturais marcantes e distintas.

Em recente estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, intitulado “PIB da Agricultura Familiar” (BRASIL, 2007), que se propôs a fazer “um mapa de sua evolução” entre 1995 e 2005, mostrou que “os agricultores familiares respondem por parcela expressiva da riqueza nacional, não obstante a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão de obra” (Ibid., p.69). Diz ainda que o segmento é responsável por 1/3 dos negócios agropecuários brasileiros, apresenta taxas de crescimento igualando-se às do seguimento patronal e que esta qualidade decorre, entre outros fatores, principalmente pela utilização plena de suas terras.

Segundo o Incra/FAO (2000, p.21), dos quase cinco milhões (4.859.864) de estabelecimentos rurais existentes, 4.139.369, ou seja, 85,2%, são de agricultura familiar, ocupando 30,5% da área. A área média dos agricultores familiares no Brasil é de 26 hectares. E ainda mais significativo é que os agricultores familiares demonstraram ser mais eficientes no uso do crédito rural, pois produzem mais com menos recursos, ou seja, somente 25,3% do contingente total foi destinado a agricultura familiar.²²

²² É importante ressaltar que os dados do Incra/FAO são do Censo Agropecuário de 1995/96, os últimos disponíveis. Os dados do Censo Agropecuário de 2006/2007 ainda não estavam disponíveis no momento da construção desta.

O estudo Incra/FAO argumenta que o fortalecimento da agricultura brasileira cria impacto positivo sobre a geração da renda agropecuária, contribuindo para a redução da pobreza no campo. A agricultura trabalhada exclusivamente pela mão-de-obra de casais e filhos e demais integrantes da família foi saindo gradativamente da invisibilidade, assumindo, a partir da ação política de seus representantes, importância no cenário econômico nacional. De acordo com dados do Plano Safra 2008/2009 (BRASIL, 2008b), a agricultura familiar é responsável por 14 milhões de ocupações produtivas no campo e produz cerca de 70% (setenta por cento) dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Destarte, o que os referidos estudos apontam é que a agricultura familiar pode ser considerada um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade, e também responsável pelo abastecimento do mercado interno, já que são os agricultores familiares que dinamizam a vida sócioeconômica de pequenos municípios brasileiros. O que permite argumentar que, mais do que um bem para investimento, uma unidade produtiva familiar é um espaço de trabalho e de vida, como bem argumenta Wanderley (2007, p.1) “as formas como esses três elementos – terra, trabalho e família – se combinam socialmente estão na origem da grande diversidade de expressões da agricultura familiar”.

Vê-se então que a agricultura familiar é um modelo de produção combinado com um estilo de vida, conforme afirmam Fritzen & Fritzen (2006, p.12), que mesmo sofrendo algumas mudanças culturais, vem passando de pai para filho (e também de mães para filhas) em tantas áreas rurais espalhadas por este país. Isto porque, para esses autores ela é um modo de viver que congrega a família reunida para as refeições ao final da “lida”, do bate-papo ao redor do fogão à lenha nas noites mais frias (no centro-sul do país), da celebração conjunta da boa colheita e comercialização e também do sofrimento pelas dificuldades físicas e financeiras, e das perdas produtivas. Como reforça Wanderley (2007, p.4), trata-se de uma “forma social de produzir”.

Na busca de reconhecimento e de uma estratégia que respondesse aos problemas sociais presentes no meio rural, diversas organizações sociais, entre elas a Contag²³, reivindicaram a importância e o fortalecimento da agricultura familiar,

²³ Para mais detalhes Cf. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONTAG, 1999).

bem como da consolidação da reforma agrária, para a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Para a Contag (1999, p.10), investir na agricultura familiar significa tratar, na sua origem, as causas da migração campo-cidade e os problemas que dela decorrem.

Desse processo de reivindicações e lutas foi instituído, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, segundo Mattei (2006), surge:

[...] para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacitação técnica e de inserção em mercados agropecuários. (MATTEI, 2006, p.13).

O Pronaf, segundo o autor, dentro de uma estratégia de desenvolvimento rural, busca fortalecer a agricultura familiar, principalmente porque não se limita ao crédito, mas atuava em grandes quatro linhas estratégicas: financiamento da produção; financiamento de infraestruturas e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; financiamento de pesquisa e extensão rural (Ibid., p.15).

Para a pesquisadora Wanderley (2007, p.3), o que é imprescindível destacar é que independente das dificuldades e limitações dessa política pública, com a criação do Pronaf, fica reconhecida a condição de agricultor e as potencialidades do antes chamado “pequeno produtor”, que era “mais visto como pequeno do que como produtor”. E ainda que essa política esteja longe de atender o conjunto de seu público alvo, muitos dos que já foram beneficiados puderam pela primeira vez ter acesso a um recurso financeiro, que antes se restringia a agricultores capitalizados, e assim poder diversificar, aumentar e, ou, melhorar sua produção, influenciando positivamente sobre as condições sociais dessas famílias.

Desse ponto de vista, ao se discutir “desenvolvimento rural” pode-se fazer referência à abordagem de desenvolvimento defendida por Sen (2000), que o relaciona à liberdade e ao exercício de direitos sociais:

A expansão da liberdade é vista, por esta abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exceder ponderadamente sobre sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (SEN, 2000, p.10).

Com base nas idéias de Amartya Sen, pode-se afirmar que não há desenvolvimento rural sem que haja esforços coordenados para redução da pobreza, inclusão social e políticas públicas específicas e eficazes, que de fato cheguem ao seu público beneficiário. E para superar de vez essa ideia de que desenvolvimento rural é aumento da exploração agrícola e simultâneas safras recordes.

É partir desta lógica que Veiga (2006) argumenta sobre o “nascimento” de uma nova ruralidade – que a nosso ver, se aproxima mais da agricultura familiar, que está relacionada à produção de alimentos saudáveis, à preservação das tradições, conhecimentos, cultura, saberes etc, do que da agricultura patronal de caráter empresarial, que se limita à exploração econômica. Essa nova ruralidade apresentada pelo pesquisador está baseada em três vetores: *diversidade ambiental e cultural, aproveitamento econômico e suas amenidades e fontes renováveis de energia* (Ibid., p. 335), que vão na contracorrente dos argumentos das produções especializadas, da monocultura, da exploração ambiental intensiva. O posicionamento de Veiga nesse trabalho reforça a importância e valorização ambiental, cultural, social e também econômica que estão presentes na agricultura familiar.

2.1.3 Novos tempos, novos conceitos, outras ruralidades

Para alguns pesquisadores como Borin e Veiga (2001), o desenvolvimento rural não pode ser concebido sob uma ótica setorial, como se a expansão da agricultura fosse a única condição necessária e suficiente desse desenvolvimento. As constantes crises que têm se abatido sobre a agricultura como um todo têm redefinido os espaços e processos de organização da produção, bem como a atuação dos agentes aí envolvidos. Entendendo como agentes, desde os agricultores familiares até os movimentos sociais organizados. São novos processos de produção que se organizam, a partir principalmente da atuação desses agentes em distintas instâncias (desde o local, na propriedade, até uma intervenção junto a poderes públicos), ao mesmo tempo em que os perfis desses próprios agentes vão se redefinindo.

Para a agricultura familiar os reflexos das crises são imediatos: queda dos preços e da rentabilidade da atividade ligada à produção, perda de capacidade competitiva; em decorrência, diminuição do número de produtores e busca de outras fontes de renda que, em muitos casos, se direciona para atividades não agrícolas

(GRAZIANO DA SILVA, 1996). Passou a ser freqüente ver trabalhadores rurais que residem nas sedes dos municípios e todos os dias se deslocam para suas áreas de trabalho no espaço rural e vice-versa, trabalhadores tipicamente urbanos, que residem em espaços rurais. E principalmente, trabalhadores que desempenham funções em ambos os espaços.

Em outros casos, muitos agricultores familiares têm procurado investir numa produção dirigida a nichos de mercado específicos e de alto valor agregado, que estão, no outro lado da ponta, em estreita sintonia com um novo consumidor que tem fortalecido um mercado para produtos orgânicos, naturais, que a cada dia tem ganhado mais importância (FRANÇA, 2002; 2003). Este espaço produtivo redefinido traz consigo também novas exigências tecnológicas e gerenciais que esticam a cadeia produtiva desde os insumos para a produção até o consumidor final.

Cada vez mais novas atividades surgem nos espaços rurais, complementando a renda tradicionalmente obtida com as atividades agrícolas. Estas atividades remetem à necessidade de novos arranjos organizacionais, como associações, cooperativas, mudanças nas relações trabalhistas, que permitam a cobertura e os direitos principalmente de quem vende sua força de trabalho, uma vez que, com tantas mudanças e grande fragilidade, os trabalhadores, principalmente os assalariados, ficam cada vez mais vulneráveis. Como observa Graziano da Silva (1980), ao discutir o assalariamento temporário:

O assalariamento temporário, do ponto de vista do camponês, representava a oportunidade de complementar a sua renda familiar, mas do ponto de vista do proprietário capitalista, representava o não pagamento do tempo de *não-trabalho*²⁴, na medida em que lhe era permitido contratar esses assalariados apenas nos momentos em que se faziam necessários. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 55).

A ideia de um “novo rural”²⁵, defendida por Veiga (2002), fundamenta-se no número e na qualidade, cada vez mais diversificados, de ocupações e sua heterogeneidade. Se, em geral, têm-se reduzido as perspectivas de trabalho na agricultura, provenientes de maior uso de tecnologias, ao mesmo tempo há ampliação das referências de padrão de vida baseadas no estreitamento das relações campo/cidade. Não numa lógica do campo subordinado aos parâmetros da cidade, mas numa nova configuração, como destaca Pereira (2004):

²⁴ Para maior aprofundamento sobre o tema Cf. GRAZIANO DA SILVA (1980).

²⁵ Terminologia usada por José Eli da Veiga. Para maior aprofundamento ver VEIGA (2002)

As condições das localidades estudadas, com a melhoria da infra-estrutura, comunicações, transporte, etc., aliadas às modificações ocorridas no mundo do trabalho com o assalariamento de parte dos membros da família dentro e fora da agricultura, às atividades não-agrícolas que se intercalam com a produção agrícola, ao ecoturismo que questiona o rural como sendo definido apenas pelas atividades ligadas à agricultura, à indústria no meio rural, entre outras mudanças, cada vez mais nos tem levado a questionar os modos de vida ditos “rurais”, ou a existência do “rural” oposto à “cidade” [...]. As imagens de referência que foram construídas pela Sociologia Rural para se referirem ao campo, falam de polaridades, mas na prática, as dicotomias fazem pouco sentido. As relações sociais entre campo e cidade estão cada vez mais interligadas, apontando para uma desconstrução das perspectivas dicotômicas que orientaram o fazer sociológico. (PEREIRA; 2004, p.122).

Nessa nova configuração do rural, novos mercados, como o Comércio Ético e Solidário²⁶, abrem diferentes espaços de inserção para a agricultura familiar. Porém, trazem novas e rigorosas exigências organizacionais e gerenciais que dificultam, até certo ponto, esta inserção. Resta aí, mais do que nunca, um importante papel ao Estado no sentido de desenvolver ações que busquem facilitar estes novos processos. A expressão mais visível dessas mudanças, segundo Schneider seria:

[...] a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos. (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Dessa forma, a pluriatividade tem sido objeto de inúmeros debates entre os estudiosos do universo rural e, conforme expressa Alves (2002), “compõe a discussão teórica, iniciada na década 1990, sobre o “novo rural” brasileiro, que envolve autores como José Graziano da Silva, Maria Nazaré Baudel Wanderley Baudel, José Eli da Veiga, dentre outros” (p,4). A autora enfatiza já no início de seu trabalho, que entre as preocupações destes estudiosos encontramos a do conceito de “setor rural”, as novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, bem como discussão sobre as atividades e fontes de renda não-

²⁶ “Fomentar a criação de um ambiente favorável à construção e implementação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário, promovendo a equidade e inclusão social e aproximar quem produz de quem consome, a partir de valores e motivações relacionadas à cooperação. Para o FACES do Brasil produtores e consumidores precisam voltar a se reconhecer como partes de uma mesma construção social, especialmente quando partilham de um mesmo território ou país”. (FACES do Brasil, Fundação Friedrich Ebert/ILDES, folha de rosto). Para maiores detalhes Cf. FRANÇA (2003).

agrícolas das famílias rurais. Portanto, as diversas funções da agricultura associadas à noção de pluriatividade devem ser analisadas de uma forma mais concreta, isto é, devem ser compreendidas as implicações desse conceito em termos de estratégia dos atores sociais (agricultores familiares ou não) frente a tantos desafios.

Trata-se de uma realidade onde agricultores vêm pondo em prática estratégias de diversificação socioeconômica de seus estabelecimentos, através por exemplo, do associativismo e da agroindustrialização em pequena escala. A ideia é que a renda de atividades não-agrícolas “complementaria” a renda agrícola, possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, buscando capitalizar suas propriedades.

Uma outra noção também colocada por Schneider (2003), é a ideia de *multifuncionalidade* da agricultura, que distingue outras funções para a mesma, tais como, a contribuição à segurança alimentar, função ambiental, função social, além da econômica. E o espaço rural, que durante muito tempo, para a maioria dos pesquisadores, se limitou a cumprir suas funções produtivas agrícolas, ganha novas atribuições e papéis, como o de consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por exemplo) e serviços (agro e ecoturismo, atividades ligadas à preservação ambiental etc.), mostrando que este espaço não pode mais ser concebido como um lugar homogêneo, cultural, social e economicamente. Conforme também argumentam Carneiro e Teixeira (2003):

A organização social e econômica de unidades familiares especializadas na agricultura compete com as formas de organização pluriativas fundamentadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho. Se a organização social do trabalho agrícola baseada na família não desaparece totalmente, a tendência é que ela se retraia e passe a ocupar apenas um indivíduo, sendo os demais direcionados para outras atividades. A conformação dessa nova organização familiar, que deixa de ser agrícola para ser uma unidade de reprodução pluriativa, leva-nos a falar de “famílias rurais” nas quais o significado que o recurso da atividade não agrícola vai receber dependerá da lógica de reprodução social dessas famílias, apontando para o fato de que a pluriatividade não é um fenômeno homogêneo. (CARNEIRO & TEIXEIRA, 2003, p.16).

As autoras reforçam ainda que, em alguns contextos, este cenário “pode expressar uma fase de transição que culminaria com o abandono da atividade agrícola ou, alternativamente, pode simplesmente ser a alternativa apresentada pela conjuntura pra lidar com as ameaças estruturais à reprodução social”. (Ibid., p.17).

A multifuncionalidade tem sido sim uma das formas que a agricultura familiar vem desenvolvendo para resistir e mostrar-se como segmento estratégico, econômica e socialmente, principalmente por sua potencialidade de manter e

recuperar mão de obra, de distribuição de renda e de garantia de segurança e soberania alimentar. O que a torna mais importante por cumprir, segundo Balsadi (2001, p.158), um “papel não apenas produtivo, mas de manutenção do tecido social articulado no meio rural.”

De acordo com Alves, um resgate histórico mais preciso sobre esta discussão em nível mundial desloca-nos para o início do século XX, com o surgimento de “termos como agricultura em tempo parcial, atividades não-agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fontes de renda diversificadas e pluriatividade” (2003, p.3). No Brasil, essa discussão, assim como a da dicotomia campo/cidade (Cf. KAGEYAMA, 2007), toma vulto a partir da década de 1990. Ainda em seu estudo, Alves diz que entre meados da década de 1970 e início da década de 1980, principalmente na Europa e nos Estados Unidos

[...] foi estabelecido que a unidade de análise relevante era a família e que a agricultura de tempo parcial não era um fenômeno temporário, tampouco de transição, no desenvolvimento agrícola, constituindo, contrariamente, uma forma bem definida e persistente de relacionamento inter-setorial em muitos países. (ALVES, 2002, p.03)

Contudo, diz ela, ainda não se tem uma definição precisa deste conceito. Enquanto alguns autores consideram que esta definição “inclui atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas ou não”, para outros, “o termo “pluriativo” deve ser usado para identificar os agricultores que exercem outras atividades remuneradas e para os quais a agricultura não é a principal atividade, seja em termos de tempo de trabalho ou de renda” (Ibid., p.3 e 4).

Para Schneider (*et al.*, 2003) a pluriatividade é percebida como:

[...] um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Embora não exclusivamente, a pluriatividade é um fenômeno que pode ser observado com maior intensidade entre os agricultores familiares, especialmente naquelas regiões onde esta forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território. (SCHNEIDER *et al.*, 2003, 10).

Em outro artigo, ainda sobre a definição do conceito, o mesmo autor, citando Fuller mostra que:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based*

farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990 *Apud* SCHNEIDER, 2003, p.105).

As concepções sobre a pluriatividade são diversas, trazem elementos de análise por vezes diferentes, por vezes semelhantes, porém, uma característica parece comum: a pluriatividade assume condições específicas de acordo com cada unidade produtiva, dependendo da realidade social, econômica, cultural etc, em que está inserida. E que, portanto, o que se deve analisar é a frequência e intensidade com que as famílias, ou parte de seus membros, estão envolvidos com as atividades não agrícolas, dentro e fora de seu espaço, conforme advoga Schneider (2001):

Para conhecer melhor os significados da pluriatividade para o conjunto das unidades familiares, é preciso indagar-se a respeito de suas relações com a atividade agrícola e a dinâmica econômica e produtiva que a propriedade apresenta. Nesse sentido, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por uma mesma unidade pode estar relacionada a variáveis como a forma de uso da terra, o ciclo demográfico familiar, entre outras. Cada um desses aspectos pode provocar mudanças internas diferenciadas na propriedade e na forma como os membros da família, especialmente o chefe (mas não somente ele), organizam e gestionam o processo produtivo. (SCHNEIDER, 2001, p.17).

O que se observa é que estas estratégias são sempre acionadas por fatores primeiramente econômicos, ou seja, necessidade financeira: nas entressafras, num caso de perda da produção, quando o trabalho ou a atividade é pouco ou nada rentável, como forma de ganhar um dinheiro mais fácil ou rápido do que na atividade agrícola, enfim, é sempre vista como uma atividade viável e alternativa à agricultura, considerada em muitos momentos como bastante penosa.

Para Abramovay (2007), longe de ser uma particularidade exclusiva dos países desenvolvidos, a perda de importância da agricultura e do trabalho agrícola no mundo rural é um fenômeno internacional generalizado – cujo ritmo, evidentemente, pode ser mais ou menos acelerado. Ele coloca como evidente que o peso da agricultura nos países em desenvolvimento é e será por um bom tempo mais importante que nos países desenvolvidos, isso porque, como se viu nos dados anteriores, os números que estão por trás da produção agrícola no Brasil são de grande relevância, tanto econômica quanto social. Mas é óbvio também que o

desenvolvimento rural não pode ser confundido com o crescimento da agricultura. O autor afirma ainda que o desafio (científico e político) está em descobrir as fontes e as oportunidades de diversificação do tecido social, econômico e cultural das regiões rurais e não em apostar todas as fichas num setor só, por mais promissor que seja imediatamente.

Assim sendo pode-se afirmar, com bases nos autores analisados, que a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura apresentam perspectivas de crescimento em todo o Brasil, ainda que para alguns (Cf. NASCIMENTO, 2005), essas novas dinâmicas não contribuam necessariamente para que os agricultores, principalmente os mais descapitalizados, alcancem melhores condições econômicas e, por conseguinte, mobilidade social. Para este autor, essa mudança só é possível, com uma forte intervenção do Estado, com políticas públicas que a promovam, tanto através do fomento dessas novas atividades, mas primordialmente pelo incentivo ao não abandono das atividades agrícolas.

Se, conforme destaca Nascimento (Ibid., p.5) “a pluriatividade é um fenômeno social *encontrável* em todo o território nacional”, faz-se necessário direcionar nosso olhar para o interior da família, tentando compreender como se dão as relações sociais e econômicas em seu âmago. Principalmente porque várias pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos aqui citados mostram que os membros da família que mais se destacam no ingresso dessas novas atividades são os jovens e as mulheres.

2.1.4 A agricultura familiar no município de Anchieta

2.1.4.1 Antecedentes Históricos

Os antecedentes econômicos e sociais de Anchieta coincidem temporalmente com o desenvolvimento do Espírito Santo. O município, na época aldeia, foi fundado no século XVI, entre os anos de 1565 e 1567, conforme registra Gonçalves (1996, p.18), sob o nome de aldeia de “Reriritiba” ou “Rerigtyba”, situada as margens do Rio Benevente. Porém, como ressalta a própria autora, a data de fundação é objeto de controvérsias.

A presença jesuítica marcou a colonização do estado, sendo que na aldeia Reriritiba esteve centrada nas mãos do padre espanhol José de Anchieta, que veio para o Brasil com 19 anos de idade. José de Anchieta pertencia à ordem religiosa companhia de Jesus de Portugal, que tinha como objetivo a divulgação dos dogmas da Igreja Católica, bem como de criar uma base econômica voltada aos interesses da Coroa Portuguesa, como retrata a Prefeitura (2006a, p.20), “Os membros da Companhia de Jesus garantiram a posse da terra, ainda que restrita aos seus limites litorâneos. Fundaram todo um sistema produtivo, bastante organizado para a época, cuja sede administrativa ficava em Vitória.”

Faz-se importante mencionar que nos primeiros 300 anos da história de Anchieta, os índios formavam a maioria da população. E depois deles predominavam os portugueses, aqui estabelecidos desde o período das Capitâneas Hereditárias. (NEVES *et al.*, 1995).

Até a segunda metade do século XVIII pouca coisa havia mudado no Estado do Espírito Santo e em especial em Reriritiba. Dentre outros motivos, o descobrimento de ouro em Minas Gerais, que causou a imediata proibição de abertura de qualquer estrada ou portos no estado, para que as matas do Espírito Santo servissem de escudo protetor às minas de ouro de Ouro Preto, evitando assim o contrabando para outros países. Em 1759, Reriritiba tornou-se Vila Nova de Benevente. Com o declínio do ciclo do ouro, deixa de cumprir seu papel de “cinturão protetor” das Minas Gerais.

O século XIX foi marcado pelo ciclo econômico do café, que garantiu prosperidade econômica ao Espírito Santo. Nesse período os escravos negros viveram e trabalharam nas terras do município, onde deixaram sua marca cultural (Ibid., 1995). A exploração desse produto só se inicia em Benevente no final do século com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente italianos. E, assim, a Vila viveu um dos momentos de maior prosperidade econômica, tendo o Rio Benevente como a principal via de comunicação e escoamento. Conforme mostra a Prefeitura (2006a, p.20), “o porto que serviu de entrada para os imigrantes, tornou-se a saída para a exportação de café de toda a próspera região²⁷. A Vila de Benevente progrediu. Tornou-se cidade em 1883, ganha o nome de Anchieta.” Sendo o nome

²⁷ A região de Benevente compreendia o que seria hoje os municípios de Piúma, Iconha e Alfredo Chaves, para mais informações Cf. Prefeitura (2006a).

uma homenagem ao Padre Jesuíta que morreu no dia 09 de junho de 1597, neste município.

Ainda segundo o documento, se Anchieta vivia um período de crescimento econômico, o Espírito Santo desenvolvia-se em maiores proporções e alguns de seus investimentos, como a implantação da Ferrovia Sul, culminou com a mudança do escoamento do café, que antes era feita pelo Rio Benevente, para Vitória, a capital, e mais tarde, já na década de 1940, a construção da Rodovia BR-101, passando pelo interior do município, “acaba com a passagem obrigatória das viagens rodoviárias que partiam de Vitória com destino ao Rio de Janeiro.” (Ibid., p.21). Essa mudança provocou esvaziamento econômico no município, sendo ainda agravado pelo desmembramento de Piúma, causando impacto direto nas receitas oriundas do café.

Todo o estado sofreu com os impactos das duas grandes guerras e das crises da agricultura que culminaram na política de erradicação do café, promovendo transformações no campo e na cidade ocasionadas pelas iniciativas, em primeiro momento, de industrialização do Espírito Santo. Anchieta não sofreu com a crise, nem participou do processo de recomposição produtiva impulsionada pela indústria fomentada pelos incentivos fiscais do governo estadual (Ibid.). Porém, como mostra o referido documento, “a incorporação de progresso técnico e novas relações de trabalho serviram para nivelar as mudanças verificadas no campo, inclusive marcadas pelo retorno do café em novas relações de trabalho e com outro padrão técnico.”

O impacto maior que o município de Anchieta recebeu (Id., 2006b) foi decorrente da reestruturação produtiva que se perseguia no estado, naquele momento em que as atividades econômicas já se achavam expostas a todo tipo de concorrência, não mais regional, mas nacional/internacional, dada como consequência da implantação dos grandes projetos no Espírito Santo:

Anchieta figura, nesse momento de definição industrial, como lugar da instalação da Samarco, que hoje tem a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) do município. O município integrou-se, na década de 1970, à lógica metropolitana, já que, até então, apresentava-se como um município de pouco dinamismo, sustentada por uma agricultura tradicional e pouco diversificada, um turismo incipiente e um comércio de curto alcance. (PREFEITURA, 2006a, p.21).

De uma forma geral, os estudos sobre a região mostram que, no curso de sua história, Anchieta pouco participou dos principais momentos do desenvolvimento do

Espírito Santo. O município na maior parte do tempo esteve à margem de todo o processo. O que se relata também no documento (Id., 2006b), é que quem permaneceu no campo, por falta de alternativas ou mesmo por opção, viveu momentos de grande dificuldade. Mas a experiência desastrosa da guerra também serviu para desenvolver resistência, principalmente dos chamados “pequenos agricultores”, que produziam de tudo um pouco e mantinham em suas propriedades animais para seu consumo ou comércio, sem abrir mão de produção do café. O que resultou nos dias atuais em propriedades, em sua maioria absoluta, de agricultores familiares.

2.1.4.2 Dados atuais

Quando nos referimos ao meio rural de Anchieta, podemos caracterizá-lo como pequeno e diversificado, com baixo emprego de tecnologias mais “avançadas”. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, analisado por Incra/FAO (2007) ²⁸, existia naquele período 544 estabelecimentos no município, que ocupam uma área de 24.147 hectares. Desses, 424 são classificados como “familiares”, o que equivale a 78% do total; e 119 são denominados “patronais”, correspondendo aos 21% restantes. Porém, quando se analisa a área ocupada por cada um, os familiares ocupam 40%, enquanto os patronais 60% da área. Considerando no Valor Bruto de Produção (VBP) da safra analisada²⁹, o valor correspondente à agricultura, identifica-se que 45,8% dele tem origem na produção da agricultura familiar, enquanto 53,5% da agricultura patronal. O que significa que mesmo com menos área, a agricultura familiar produziu mais naquele período.

Com base na mesma fonte, ao analisar a situação da estrutura fundiária, observa-se que, ao somarmos os estabelecimentos familiares de até 50 hectares, chegamos a um percentual de 90% do total de propriedades do município. Os mesmos correspondem a aproximadamente 60% da área do conjunto dos estabelecimentos familiares, bem como somam 73% da renda desse grupo. Segundo a Prefeitura (2006c, p.13), 78% do total das 568 propriedades rurais do município

²⁸ Informações obtidas em “Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto”, pesquisa cujo banco de dados eletrônico está disponível *online* em <<http://200.252.80.30/sade/default.asp?c=c>>. Acessado em 26/10/2007.

²⁹ Dados de 1995/96, considerando a safra anterior.

ocupam áreas de até 50 hectares (ha), sendo que a Samarco Mineração, é detentora de 5.000 hectares. Ainda que a área rural de Anchieta seja eminentemente formada por propriedades de agricultura familiar, essa grande concentração de terra revela contraste preocupante.

Voltando ao estudo feito pelo Inbra/FAO, a agricultura familiar em Anchieta pode ser considerada grande geradora de postos de trabalho. Isso porque, nos dados (de 1995/96) sobre *mão-de-obra empregada familiar e mão-de-obra utilizada*, das 929 unidades de trabalho existentes, em 766 predomina a mão de obra exclusivamente familiar, 51 possuem mão de obra temporária e somente 41 fazem uso de máquinas.

Nos dados de 1995/96 sobre *grau de integração com o mercado*, observa-se que dentre os estabelecimentos familiares, 50,5% eram considerados “muito integrados”³⁰ e tinham participação de 66,8% no VBP. Enquanto 17,2% são considerados “pouco integrados” e tinham participação de 9,4% no VBP. O que significa que quanto mais integrado ao mercado, melhor era a participação no VBP.

De acordo com dados do IBGE (2007)³¹ sobre produção agrícola municipal (2001 e 2002) e do Sebrae-ES (2007), as principais culturas do município são café, banana e mandioca, plantados em regiões de “meia encosta” e morros, verificando-se ultimamente o café junto com o coco ocupando áreas de baixadas. Porém, há inúmeras outras produções em menor peso, como o arroz, a cana de açúcar, o feijão, o milho, a borracha, fruticulturas, bovinos, suínos, ovinos, caprinos etc., indicando que existe uma considerável diversificação da produção nas unidades familiares, ainda que estas produções não representem relevante participação no percentual de produção total do estado.³²

De acordo com IJSN (2007), de 1990 a 2005 houve diminuição na área ocupada com lavoura permanente (4.836 ha em 1990 e 3.888 ha em 2005) ao passo que sua participação no valor de produção aumentou de 76,4% em 1990 para 94,9%

³⁰ As categorias construídas pelo estudo do Inbra/FAO são as seguintes: (a) “Muito Integrado”: agricultor familiar com grau de integração ao mercado igual ou superior a 90% (“Grau de integração ao mercado = % Valor da Produção Vendida / VBP); (b) “Integrado”: agricultor familiar com grau de integração ao mercado inferior a 90% e igual ou superior a 50%; (c) “Pouco integrado”: agricultor familiar com grau de integração ao mercado inferior a 50%; (d) “Grau de integração não identificado”: agricultor familiar com grau de integração ao mercado não identificado por não possuir VBP positivo.

³¹ Os dados são de IBGE Cidades 2005. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php)> e em <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15/11/2007.

³² Fonte: “IBGE: Produção Agrícola Municipal”. Disponível em: idem anterior.

em 2005.³³ O Instituto, ao analisar a população ocupada em 2000, mostrou que a agricultura é responsável por 19,8% (1.603) dos postos de trabalho no município. Seguido por comércio, serviços domésticos, construção, respectivamente segundo, terceiro e quarto colocados. Isso mostra que a agricultura, mesmo não sendo a principal economia do município, é uma das mais importantes geradoras de trabalho e renda.

Quanto ao crédito rural, principalmente os vinculados ao Pronaf, detecta-se um número muito pequeno de operações em Anchieta se comparado ao município vizinho Alfredo Chaves. Enquanto no primeiro foram realizados 167 contratos, totalizando um valor de R\$ 898.448,19, no segundo, no mesmo período foram realizados 5.342 contratos com um montante de R\$ 24.525.378,47³⁴. Algumas hipóteses podem ser atribuídas a esse fato, como o considerável número de propriedades em situação irregular³⁵, a cultura contrária a utilização de crédito, pouco conhecimento sobre o mesmo, dentre outros.

Além das culturas já exploradas no município, há um favorável potencial para o agroturismo, isso porque, segundo a Revista Vida Vitória (1997), o município está localizado entre o mar e as montanhas, têm um rico potencial hídrico com lagoas e represas, parque fluvial e picos para lançamento de voo de asa delta. Além de um considerável número de famílias agricultoras que desenvolvem outras atividades, como o artesanato com subprodutos da agricultura e as agroindústrias caseiras, que carregam principalmente traços da imigração italiana (PREFEITURA, 1997-2000, p.16). Dessa forma, com o incentivo do SEBRAE-ES e da Prefeitura Municipal de Anchieta, estão sendo construídos, junto às famílias rurais, circuitos de turismo rural que compõem a Rota Agroturística do Sol e da Moqueca (SEBRAE, 2007)³⁶, que visam contribuir para a geração de emprego e renda no meio rural.

³³ Fonte: IJSN: Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=perfil/select_Topic.asp&cls=1&obj=07>. Acesso em 15/10/2007.

³⁴ Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=812>>, acessado em 22/04/2008.

³⁵ Segundo o Censo Agropecuário realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Anchieta (Semader), em torno de 33% das propriedades do município não possuem escrituras registradas. Para maiores informações Cf. Anchieta (2006d).

³⁶ Trata-se do Programa SEBRAE-ES de Turismo norteado pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado, que entre outras, criou a Rota do Sol e da Moqueca compreendendo os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Guarapari e Anchieta e tem como objetivo "Fortalecer a atividade turística nos municípios, efetivando a Rota do Sol e da Moqueca, como um destino turístico competitivo e sustentável". Para maiores detalhes ver <<http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo/areas-de-atuacao/turismo>>.

Considerando os dados aqui apresentados, pode-se observar que há um predomínio da agricultura familiar na economia agrícola, bem como esta exerce grande importância no desenvolvimento socioeconômico do município de Anchieta. Ainda que, no interior da família, existam questões de grande relevância a serem descortinadas, como a condição e anseios dos e das jovens rurais em relação às atividades rurais.

2.2 - Juventude

2.2.1 Conceito de Juventude

Conceituar juventude é um trabalho de grande complexidade e conhecimento profundo, isso porque, como defende Bourdieu (1983), não se pode falar dos jovens como se fossem “uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns” e que qualquer relação entre interesses e idade cronológica constitui manipulação. Para o sociólogo não é permitido nada menos do que falar em *juventudes*, pois existem grandes diferenças entre condições de vida, renda familiar, acesso a mercado de trabalho, ao estudo, lazer, formação, enfim, existem “diferenças análogas em todos os domínios da existência.” (p.113)

Essa compreensão também é visualizada nos trabalhos de muitos outros teóricos ao falarem da juventude como um todo ou especificamente da juventude rural. Por isso, o que se tentará mostrar aqui são algumas abordagens defendidas por esses teóricos sobre a juventude, que a nosso ver mais se complementam do que se contradizem. O que deve ficar evidente é que as abordagens aqui apresentadas estão longe de esgotarem o tema, tampouco os autores aqui mencionados são os únicos a falarem sobre o mesmo.

A primeira abordagem a ser trabalhada é a ideia de juventude como ciclo de vida. Nessa abordagem destacamos Wanderley:

Assumimos que a juventude corresponde a um momento no ciclo de vida, caracterizado por um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária. (WANDERLEY, 2007, p.22).

Maria José Carneiro também transita por essa abordagem ao dizer que

[...] a dificuldade em delimitar com rigor uma categoria demográfica – que se define essencialmente pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – não justifica que recorramos a critérios exclusivamente biológicos, ou mesmo jurídicos, para definirmos a juventude. (CARNEIRO, 1999, p.1).

A autora lembra ainda que a juventude rural, com recentes e significativas mudanças, passava despercebida na maioria das pesquisas acadêmicas. E que sempre recebiam por parte dos qualificadores denominações como “estudantes” no caso dos de origem urbana ou “filhos de agricultores” no caso dos de origem rural.

Nesse processo de socialização e atribuição de papéis específicos, onde a juventude é vista como um estágio, uma situação de passagem para a vida social plena, também merece destaque a visão de Silva:

A juventude, como construção social, tem sido vista como uma “fase da vida”. Fase esta marcada pela instabilidade e incertezas que são relacionadas a “problemas sociais”, freqüentemente associados aos jovens do universo urbano. Um dos desdobramentos dos assim-denominados “problemas sociais” são as tensões que vão sendo gestadas em torno da vontade de permanecer por muito mais tempo longe das responsabilidades, tais como casamento e constituição de família, para dedicar-se a outros projetos (estudo, profissão, divertimentos, por exemplo) e um mercado de trabalho cada mais restrito aos jovens com ou sem experiência profissional. (SILVA, 2002, p.99).

A segunda abordagem é a ideia de *juventude como geração*. Para Pereira (2004, p.15), os estudos sobre juventude caminham no sentido de “reconhecer particularidades ligadas à geração ou especificidades características de grupos de jovens”. Características essas que se mostram nos estilos de vida, de moda e comportamentos, que atribuem à juventude “o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais, políticas e culturais”. O autor defende que o potencial de mudança aparece como inerente a juventude, dada a “originalidade que caracteriza a posição de cada nova geração em relação à tradição no momento em que ingressa no sistema social” (Ibid, p.16).

Nesta mesma abordagem, Paul Singer é mais categórico e incisivo em dizer que:

A juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles. Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque estes têm mais poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes. (SINGER, 2005, p.29).

Bourdieu (1983, p.112 e 113) também já tratava da relação de poder que perpassa entre as gerações. Para ele “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas entre todas as sociedades”, sendo os limites impostos à juventude “manipulação por parte dos detentores do patrimônio”. E que para saber como recortam as gerações é preciso conhecer “as leis específicas do funcionamento do campo³⁷, os objetos de luta e as divisões operadas por essa luta”.

O autor resgata situações encontradas desde a Idade Média para mostrar que se trata de uma estrutura construída e encontrada em muitos lugares que estabelece uma divisão lógica entre jovens e velhos, “trata-se do poder, da divisão (no sentido de repartição) dos poderes” e ainda que “a representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras aos mais velhos” (Ibid., p.112). A ideia principal desenvolvida pelos autores nessa abordagem é então a de poder.

A terceira abordagem a ser levada em consideração, e que está muito próxima das anteriores, é a da juventude como faixa etária. Nessa abordagem destacamos o papel dos organismos de governos ou de representação social e, ou, sindical – tais como, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag – no intuito de se debruçarem sobre questões particulares e de relevância para seus interesses.

Para Weisheimer (2005), que realizou um importante Mapa de Estudos Recentes sobre as juventudes rurais, o “uso da faixa etária muitas vezes se torna fundamental para o estabelecimento preciso de um público alvo” (p.21). Mas chama a atenção para o fato de que, “como qualquer outra forma de classificação, suas

³⁷ O conceito de *campo* foi desenvolvido por Pierre Bourdieu, e aqui é apresentado por Thiry-Cherques (2006, p.35) como estruturas não fixas. “São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. O que determina a existência de um *campo* e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas. Todo *campo* se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O *campo* estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o *campo*. O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o *campo* é a exteriorização ou objetivação do *habitus*. O *campo* é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico. A estrutura do *campo* é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do *campo*, isto é, o monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada *campo*”. Para maiores detalhes Cf. THIRY-CHERQUES (2006)

fronteiras são socialmente construídas”. É o que também afirma Bourdieu (1983) ao dizer que a idade não é um dado livre de manipulações. Segundo ele, o simples fato de falarmos dos jovens como uma unidade social, um grupo estável, composto de pessoas com interesses comuns e, mais do que isso, dizer que tais interesses estão relacionados com uma faixa etária, já caracteriza uma ação manipuladora. Sendo necessário ter-se muito cuidado ao fazer seu uso.

A quarta abordagem relaciona juventude com modo de vida. Nela voltamos a destacar a posição de Carneiro que mostra a juventude como “a mais afetada pelas transformações que o campo vem sofrendo, oriundas de processos econômicos que deflagram na desestabilização da agricultura familiar.” (1999, p.1).

Para ela os contextos da crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes, tornam o rural um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, influenciando diretamente sobre a identidade da juventude, que há muito não pode ser mais considerada como homogênea. Mas sim uma categoria imprecisa, variável e constituída socialmente, isso porque a “juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos” (Ibid., p.1).

Essa ideia também é reforçada por Pereira (2004) quando diz que:

[...] os jovens das localidades agrícolas não estão isolados ou imunes às transformações da sociedade moderna, mas suas respostas são resultados da força que exerce a cultura local diante das novidades que parecem pertencer a um outro mundo. Na verdade, diante da fluidez das fronteiras entre os espaços sociais, é preciso observarmos as respostas locais e temporais. (PEREIRA, 2004, p.17)

O que estes autores mostram principalmente é que a disseminação de uma cultura urbana no espaço rural, tida por Bourdieu (2000) como um *habitus* constituído, fazem com que os jovens rurais se identifiquem com outras juventudes, que não excluem necessariamente valores tidos como locais, tradicionais, anteriormente incorporados.

A quinta abordagem a ser exposta é a da *condição e situação juvenil*. Nesta abordagem, explorada em Battestin e Costa (2007), um primeiro aspecto a ser levado em consideração é que a condição juvenil parece, num primeiro momento, algo óbvio e simples. Entretanto, a diversidade de elementos utilizados para compor tal identidade só evidencia sua complexidade.

Como já se viu não é possível analisar a identidade juvenil apenas pela questão etária. Dizer que juventude é uma parcela da sociedade compreendida entre uma idade e outra, como se costuma fazer, é reduzir por demais uma realidade que vai muito além de dados meramente biológicos ou etários. Desse modo, para uma percepção mais acertada da identidade juvenil, é preciso lançar mão dos vários elementos que estão no cotidiano dos jovens, como o trabalho, a independência financeira, posição em relação à família, a sexualidade, o casamento, bem como a capacidade de assumir responsabilidades. Teríamos assim, uma maior clareza do que seja a condição juvenil.

De acordo com Abramo (2005, p.43), existe uma diferença entre o que vem a ser “condição juvenil” e “situação juvenil”. A primeira, que também está ligada a uma etapa do ciclo de vida, localizada entre a infância e a vida adulta, possui processos que podem ser considerados constitutivos, tais como, relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade, atividades nas quais suas vidas estão centradas, como a escola, o trabalho e o lazer. Contudo, a condição juvenil não é algo cristalizado, estratificado. Ela sofre influências históricas e sociais. Nesse sentido, compreende-se melhor o que Bourdieu quer dizer quando afirma que “a juventude é apenas uma palavra” (1983, p.112).

Já a situação juvenil pode ser entendida como o modo através do qual a condição juvenil é vivida, levando-se em consideração os diversos recortes que podem ser feitos como classe social, gênero, etnia, ambiente em que vive etc.

Tendo sido expostas cinco de muitas outras abordagens que podem ser apresentadas, vale ressaltar que os autores comungam a opinião que, na formulação de qualquer conceito sobre juventude, deve-se ter por base as representações sociais que permeiam a realidade do público em questão. A escolha dessas abordagens se justifica por traduzirem os elementos que parecem constituir o universo da juventude rural, com suas nuances e paradigmas. A divisão delas se configura como mera formatação para facilitar distintas visões, que na realidade se confundem o tempo todo.

Para os objetivos do estudo desenhado neste projeto pretende-se usar elementos das abordagens apresentadas anteriormente: *Juventude como geração*, por entender ser imprescindível conhecer a relação entre pais e filhos no processo de

construção dos projetos de vida; *Juventude como modo de vida* para identificar a fluidez entre as fronteiras rural/urbano e a(s) identidade(s) desses jovens; e *Juventude a partir da condição e situação*, para perceber quais e como as mudanças econômicas e sociais influenciam ou determinam as escolhas.

Considerando a complexidade que cerca o tema e a íntima relação que existe entre as abordagens, sabe-se que qualquer escolha ou exclusão pode levar a consideráveis sonegações. Desta forma, empreender-se-á o esforço de construção de um olhar mais atento e complexo, dentro dos limites do estudo que podem, ao longo da pesquisa, conduzir a alterações. O Quadro 03, apresentado a seguir, é ao mesmo tempo uma tentativa de síntese e de construção de referencial para a captura da complexidade da categoria “juventude”, destacando os “fundamentos centrais” que orientaram diversos autores na formulação de conceitos sobre juventude.

Quadro 03. Quadro referencial para o conceito de juventude

DENOMINAÇÃO DA ABORDAGEM	AUTORES REFERENCIAIS	IDEIAS QUE FUNDAMENTAM O CONCEITO DE JUVENTUDE	FUNDAMENTO CENTRAL
<i>Juventude como ciclo de vida</i>	Wanderley	Período de transição entre infância e idade adulta	Transição
	Carneiro	Início da vida profissional	
	Silva	Estágio, situação de passagem para a vida social plena	
<i>Juventude como geração</i>	Pereira	Particularidades de uma geração, como estilo de vida, moda, comportamento, em relação à outra	Conflitos, diferenças e relações de poder Autonomia
	Singer	Submissão dos mais novos em relação aos mais velhos	
	Bourdieu	Forte relação de poder	
<i>Juventude como faixa etária</i>	Weisheimer	Recorte de idade para o estabelecimento preciso de um público alvo, usado principalmente pelos organismos de representação governamental, de classe e outros	Recorte de idade
	Bourdieu	Idade é um dado livre de manipulações	
<i>Juventude como modo de vida</i>	Carneiro	Transformações oriundas de processos econômicos que influenciam na identidade juvenil	Diluição de fronteiras e absorção de valores externos
	Pereira	Fluidez de fronteiras entre espaços sociais	
	Bourdieu	Ideia de um <i>habitus</i> constituído, que leva absorção de valores externos	
<i>Juventude a partir da condição e da situação</i>	Abramo	Ligada a influências históricas e sociais, a condição juvenil não é algo cristalizado, estratificado	Situação econômica e social
	Battestin & Costa	A situação leva em consideração aspectos como classe social, gênero etnia, ambiente etc.	

Fonte: Autora

2.2.2 Divisão social e trabalho como fatores decisivos entre “ficar e sair”

Muito se tem estudado e produzido sobre a divisão social dentro da família rural, descortinando a presença de uma hierarquia entre as gerações e uma forte subordinação de gênero, cabendo à mulher (mães e filhas) um papel renegado, invisível e excludente (CASTRO, 2006).

Como se viu, a agricultura familiar se organiza através do trabalho conjunto dos membros da família, e as mulheres (mães e filhas) desempenham papel preponderante, através das atividades que exercem, seja nos âmbitos chamados doméstico, produtivo ou comunitário. Entretanto, essas atividades são comumente caracterizadas como uma obrigação natural ou tomadas apenas como uma ajuda, de caráter complementar ao trabalho do homem.

As mulheres não são reconhecidas no seu papel produtivo, reproduzindo essa condição ao se declararem “domésticas” ou “do lar”. Tal situação acaba por se refletir nos censos e estatísticas do setor agropecuário, mantendo a mulher trabalhadora rural, produtora de alimentos e vida, na condição de invisibilidade.

Se a origem do trabalho rural está na posse ou outra forma de acesso à terra, tê-la ou não contribui para definir, muitas vezes, a posição social de homens e mulheres, jovens e adultos. Essas *relações de hierarquias*, conforme determinou Castro (2006, p.245), podem ser reproduzida numa etapa fundamental da unidade produtiva familiar: a sucessão das terras pelos filhos. Essa passagem, que muitas vezes se dá por um longo processo, é marcada por uma clara subordinação e divisão social e sexual dentro da família, e que pode comprometer o futuro da atividade como um todo e continuar reproduzindo desigualdades de gênero.

Moura (1978) em seu estudo mostrou que a divisão sexual do trabalho dentro dessa unidade produtiva, onde o trabalho da casa, considerado como ajuda ou complementar em relação ao da roça e é feito pelas mulheres (mães e filhas), e o trabalho da roça – considerado o mais pesado e jamais complementar ao trabalho da casa, mas sim, sempre mais importante que ele, feito pelos pais e filhos – foram e são determinantes na condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Se para os jovens, de uma forma geral, o trabalho carrega significados como necessidade, autoestima e independência, retratados na pesquisa Retratos da

Juventude Brasileira³⁸, a condição de “ajudantes” a qual os/as jovens rurais estão submetidos perante seus pais, tende a reforçar uma tendência cada vez mais presente no meio rural – seu envelhecimento e masculinização, considerando que são as jovens mulheres as mais afetadas nesse processo de exclusão fazendo com que vislumbrem um futuro mais promissor na cidade.

A divisão social dentro da família, as transformações do espaço rural e a unificação do que Bourdieu (2000) chama de *mercado dos bens simbólicos*, têm levado a uma subordinação da economia rural em detrimento de uma lógica de mercado mais global, que reconhece um valor como dominante, o urbano. Esse é um processo que se consolida, segundo o autor, atuando sobre os filhos através de duas forças: uma *força de atração* – exercida pelo campo social unificado ao redor das realidades urbanas dominantes – e uma *força de inércia* – percebida de acordo com as categorias de percepção, de apreciação e de ação constitutivas de seu *habitus*, ou seja, a escolha entre sair e ficar está relacionada com a medida em que os valores estão ou não profundamente interiorizados.

Segundo o autor, os filhos que opõem a mais fraca resistência às forças de atração externa, que percebem mais cedo e melhor do que os outros as vantagens associadas à emigração, são os menos ligados objetiva e subjetivamente à terra, à casa, sendo eles principalmente mulheres, filhos caçulas ou pobres.

Ainda considerando as análises de Bourdieu, dentre os principais fatores que podem contribuir com a saída dos e das jovens, está o conflito com a família no que diz respeito à liberdade e autonomia, pesando principalmente sobre as mulheres. O controle que os pais e irmãos exercem sobre as jovens as levam a vislumbrarem na cidade, por meio de um emprego, liberdade pessoal e autonomia financeira. No entanto, o peso da autoridade paterna não recai somente sobre as filhas. Os filhos se veem logo cedo com responsabilidades na produção, porém, não lhes é permitida a participação nas decisões e gestão das atividades, e para agravar, muitas das vezes essa situação persiste inclusive depois do casamento, até que se tenha a posse da terra de fato.

O difícil acesso às políticas públicas básicas como educação, lazer e cultura, também tem peso significativo na saída desses jovens. O desejo de continuidade dos estudos, de cursos profissionalizantes, que possibilitem oportunidades fora de seu

³⁸ Para maiores detalhes Cf. Abramo (2005).

espaço de origem, é valorizado tanto pelos jovens como pelos próprios pais, pois estes carregam em si a imagem de inferioridade do campo em relação à cidade (Bourdieu, 2000). Portanto, estudo e trabalho na cidade podem significar para esses a possibilidade de mobilidade e ascensão social.

Essa visão desqualificada que se tem sobre o campo se dá, segundo Bourdieu (Ibid), porque houve uma unificação do mercado de bens simbólicos levando ao enfraquecimento da resistência dos agricultores frente ao modo de vida urbano, que se apresenta com vantagens atrativas para os e as jovens rurais, resultando numa *conversão coletiva* que confere ao campo social urbano um poder simbólico fundamentado como valores dominantes. É nesta lógica que Abramovay (1998a) observa, num futuro próximo, uma possível crise na agricultura familiar decorrente dos padrões sucessórios e dos papéis sociais desenvolvidos no interior da família, desestimulando os jovens a permanecerem agricultores familiares. É o que também reforça Carneiro (1999):

O estímulo da família no sentido de que apenas um filho permanecesse na terra exercia uma forte pressão sobre os demais: a migração para a cidade passa a ser uma necessidade de sobrevivência e de reprodução da unidade camponesa em uma situação de impossibilidade da “colônia” absorver a prole numerosa (CARNEIRO, 1999, p.03).

A saída dos filhos, principalmente das mulheres, em busca de outras atividades fora da unidade produtiva familiar, resulta no envelhecimento e masculinização do campo brasileiro, levando, segundo Abramovay (1998a; 2001), a outra crise: o celibato. Tão importante quanto a preocupação da divisão da terra entre herdeiros não comprometer a propriedade, a ponto de não conseguir ser mais uma unidade produtiva, é a preocupação de não se ter para quem deixar a terra e a continuidade dessa atividade econômica. Se diminuem as possibilidades de casamento na área rural, diminui-se a possibilidade de novas famílias e, conseqüentemente, não tendo família, base dessa atividade, não há agricultura familiar. A sucessão, considerado aqui o assunto de grande relevância, será tratado no tópico seguinte.

É evidente que, juntamente a toda essa situação desfavorável, podem surgir inúmeras novas oportunidades e dinâmicas capazes minimizar as graves conseqüências de todo esse processo discurrido e reorientar a economia rural familiar. Se, por um lado, a cidade pode representar ascensão social, por outro os jovens não têm a mesma expectativa quando se trata de tranquilidade e qualidade de

vida. Para tanto, os jovens desejam, conforme ilustra Carneiro (1999, p.14), a possibilidade de unificação do que há de melhor nos “dois mundos”, ou seja, unificar valores tidos como tradicionais e necessários, como os laços afetivos, familiares, comunitários e religiosos, com o moderno, predominantemente disponível na cidade, como, por exemplo, a informática, bens de consumo e outros, distinguindo definitivamente as aspirações desses jovens com as das gerações anteriores.

A revitalização do meio rural, com ampliação do mercado de trabalho através das alternativas de ocupação e renda geradas por atividades rurais não agrícolas, pode melhorar as condições de vida dos jovens rurais e garantir a permanência e sucessão na agricultura familiar.

Se os jovens rurais são “atores estratégicos no desenvolvimento agrário e rural” (WEISHEIMER, 2005, p.27), sem perder de vista que também se trata de um “grupo de risco”³⁹ (ABRAMO, 2005, p.39), e sem dúvida sujeitos de direito, é preciso se debruçar sobre este potencial e significativo segmento, compreendendo-se o que lhes garantiria a satisfação de necessidades vitais, sociais e produtivas, para que a saída do campo e da atividade agrícola familiar seja uma opção e não uma imposição econômica e social. Como reforça Carneiro (1999, p.15), “a liberdade de escolha é o valor que deve orientar a opção” de sair e ficar, ter ou não o acesso a terra, e manter-se ou não nessa atividade produtiva.

2.3 - Sucessão na agricultura familiar

2.3.1 As complexidades inerentes à herança

Embora as famílias rurais estejam, de forma menos rápida e sistemática do que as urbanas, diminuindo o número de filhos, possuem um dilema em suas mãos: como garantir a integridade da unidade produtiva considerando sua distribuição entre seus herdeiros? Por outro lado, quais fatores, sociais e culturais, levam os pais a considerar e até determinar o privilégio de uns filhos em detrimento dos outros?

³⁹ O termo deve ser entendido como a preocupação com os problemas vividos e representados pela juventude, que abundantemente aparecem no noticiário e que estão relacionados a problemas de saúde, violência, drogas, criminalidade, entre outros. Para maior aprofundamento Cf. ABRAMO & BRANCO, 2005.

Dadas as devidas considerações sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento econômico do Brasil, buscamos agora fazer uma análise da divisão social da família e da prática da herança nessa organização que, como já vimos, combina ao mesmo tempo, unidade de produção, unidade de consumo, unidade familiar e também, como destaca Paulo Freire (1983), uma unidade pedagógica, pois nela se ensina e se aprende. E o quanto relações históricas, e socialmente estabelecidas, produzem situações baseadas na desigualdade e na hierarquia entre os sexos e faixa etária, podendo assim, comprometer o futuro da mesma.

O tema da herança, como instrumento da continuidade da condição camponesa, da autonomia ou emancipação dos filhos e da divisão sexual e social na família, não está ainda devidamente explorado ou disseminado entre os pesquisadores da realidade rural no Brasil, apesar de, já na década de 1970, a antropóloga Margarida Maria Moura (1978) ter feito um importante estudo sobre o tema. De lá pra cá pouco se tem produzido sobre a temática, merecendo destaque os importantes trabalhos do sociólogo Ricardo Abramovay (1998a; 2001), da antropóloga Maria José Carneiro (1999; 2001) e da doutora em antropologia Elisa Guaraná de Castro (2005). Outro teórico que também merece destaque é o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2000), que também na década de 1970 abordou o tema. Baseando-se nas produções dos referidos pesquisadores, far-se-á uma análise sobre o processo da herança da terra na agricultura familiar no Brasil, na década de 1970 e nos dias atuais.

Para Bourdieu (2000), a herança pode ser considerada uma dimensão altamente estratégica para o sistema social camponês, uma vez que em seu bojo está uma reflexão sobre o jogo da interdependência entre níveis da infraestrutura e supraestrutura, considerando o uso da terra e suas representações. E sua principal estratégia é conseguir poupar ao máximo a integridade do patrimônio territorial. Manter a continuidade da unidade camponesa e sua viabilidade econômica frente à penetração do capitalismo no campo não foi um processo fácil para esse segmento lá pelos anos de 1970, bem como não o é nos dias de hoje. A divisão sexual nessa forma de organização e a herança ainda são estratégias (penosas) tidas como condição para a permanência da condição camponesa.

Segundo Moura (1978, p.3), nos jogos de herança aparecem dois tipos de transações: as *transações verticais* – onde há a passagem da terra de pais para filhos; e *transações horizontais* – onde a passagem da terra se faz entre colaterais, de irmão a irmão, através da compra com valores abaixo do mercado. Porém antes que esse processo se dê legalmente (inventário e posse da terra segundo as leis do Código Civil), toda uma situação que estabelece devidamente papéis e direitos diferenciados entre homens e mulheres já estão incorporados pelo grupo familiar, como um *habitus* (BOURDIEU, 2007), perpetuando assim, valores simbólicos. Essa divisão sexual determinaria processos da herança, como mostra essa autora, entre os agricultores.

No período analisado por Moura (1978), a presença da mulher no trabalho da roça significava motivo de incapacidade do homem, o provedor. Hoje podemos observar a forte presença da mulher no trabalho da roça, apesar de ainda ser considerado como ajuda e não um trabalho propriamente dito. Outra situação relevante existente naquela época e ainda hoje, era que a mulher jamais negociava, seja a produção propriamente dita, mas principalmente terras. Esse era um papel exclusivo do homem.

Voltado para o funcionamento da unidade de produção, o homem aparece nela e também naquelas atividades que dependerem de um contato com o meio externo às propriedades: os contatos comerciais. Restrita à “casa” a mulher tem toda sua atuação econômica voltada para a unidade de consumo. Sendo ali o *locus* social, ela não trabalha a terra e também não “negocia”. Depende de alguém que o faça para ela, a quem estará necessariamente ligada pelo parentesco: seu marido, na maior parte das vezes. A interdependência da unidade de produção e da unidade de consumo só funciona de fato com o matrimônio. (MOURA, 1978, p.28)

Reforçando a condição de desigualdades entre os sexos, segundo Moura (1978), antes da efetivação propriamente dita da herança, os filhos homens podiam ter acesso a um pedaço de terras sob sua inteira autonomia em duas situações: em forma de “presente”, quando este voltava principalmente do serviço militar ou simplesmente alcançava a maioridade, ou quando se casava e formava uma nova família. Essa situação configurava que a propriedade, considerada uma única unidade econômica, agora se divide em duas unidades econômicas, porém permanecendo uma única propriedade. Vale considerar que na primeira situação onde o filho recebe uma parte sem ter se casado, não o libera da condição de hierarquia junto ao pai, pois o trabalho em seu “pedaço” de terra não pode comprometer o trabalho do conjunto da família, porém sua autonomia total só vem com o casamento. Com a mulher, o direito à terra, à herança, só vem a partir do casamento.

Destarte, o casamento, principalmente para a mulher, pode ser relacionada ao trabalho, uma vez que quem não tem terras poderá vir a tê-la pelas núpcias ou, ainda, quem já possui alguma gleba, vir a aumentá-la. Para tal, as relações de parentesco, mais do que uma organização social está moldada sob fins econômicos (Ibid.) Se há trinta, quarenta anos atrás uma prole grande garantia à família mão de obra necessária para a unidade produtiva, com os casamentos, essa mesma unidade, através da herança, sofre com o problema da fragmentação.

Esse grave problema também é ressaltado por Carneiro (1999; 2001), ao ilustrar que as famílias acionam estratégias para neutralizar a ameaça que cada casamento de um filho traz ao conjunto da família, fazendo com que a transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso à terra mostrem não somente as condições sociais e econômicas das famílias, mas também a hierarquia interna dessas, consolidando relações desiguais entre os membros:

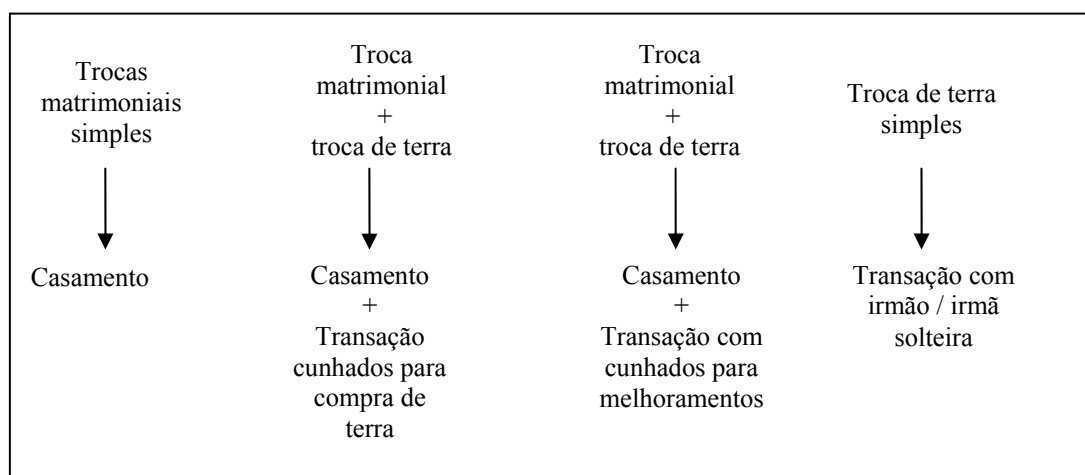
Os interesses coletivos em jogo [...] se sobrepuja aos interesses individuais e eram legitimados pela autoridade paterna. Mesmo que houvesse discordância, ela não podia ser expressa. Antes de mais nada, aos filhos cabiam obedecer os pais. Assim, a desigualdade entre os irmãos era vivenciada, e ainda o é até hoje, como uma condição indispensável à manutenção do grupo doméstico e à continuidade da exploração agrícola. (CARNEIRO, 1999, p.05).

O casamento é então, como trata Bourdieu (2000), uma estratégia chamada de *trocas matrimoniais*, onde as estruturas de parentesco, mostram que as condições hierárquicas dos filhos não são as mesmas, ela muda de acordo com sexo e idade, e a estrutura econômica, onde os agentes buscam preservar a integridade, e se possível aumentar, a propriedade territorial. Moura (1978) também observou em seu trabalho que, com o matrimônio, a mulher poderá juntar sua terra de herança à que seu marido originalmente possuía. Como essa obviamente não se dará fisicamente, pois trata-se de propriedades distintas, cria-se uma lógica de reciprocidade entre as famílias, ou seja, como solução os maridos negociam com o irmão da esposa a venda da parte que cabe à mesma por um preço menor do que o de mercado; e com o dinheiro ele poderá comprar a parte de sua irmã, que por sua vez é negociado com o marido dela e assim segue o mecanismo, possibilitando uma relação de troca e reciprocidade entre o conjunto da comunidade, e mais ainda, reforçando e garantindo o poder de decisão nas mãos masculinas.

Obviamente, a base de toda essa organização são as relações de confiança que se estabelecem entre os membros da família, e dessas com outras. O conceito de confiança é trabalhado por vários autores, entre eles Fukuyama (1996), e estaria relacionado com a capacidade das pessoas de se organizarem e agirem de forma cooperativa apesar das incertezas, pois ela se trata mais de um recurso moral, apesar de estar associada a relações econômicas e contribuir para o bem-estar e a estabilidade do conjunto dessas pessoas. A confiança fica cada vez mais forte com o uso e pode assim se transformar em duradoura.

Para ilustrar melhor a estratégia de reciprocidade baseada na confiança, apresentaremos, no Quadro 04, um esquema⁴⁰ que sintetiza a circulação de terras e as trocas matrimoniais.

Quadro 04. Esquema representativo da circulação de terras e trocas matrimoniais.



Fonte: MOURA (1978, p. 43).

Esse esquema nos mostra que além das negociações entre cunhados para a compra de terra, um deles pode “quebrar” a regra vendendo a parte de sua esposa e, ao invés de comprar a da sua irmã, faz investimentos na propriedade. Neste caso, outro irmão provavelmente comprará a parte da irmã que ainda é solteira, prevalecendo a solidariedade entre irmãos, do mesmo sexo ou do sexo oposto, sendo

⁴⁰ Esquema formulado por MOURA (1978) em seu livro “Os herdeiros da terra” que ilustra uma circulação através da venda de preferência, sendo que esta assegurava a união de grupos e gerações através dos anos.

esta uma condição para a manutenção da propriedade, como está retratada no último esquema da direita.

Esta lógica, aparentemente simples, estabelecida localmente, é considerada por pensadores como Godbout (1999) como a existência da dádiva⁴¹ na sociedade moderna. Se para Mauss (1974) parece ser difícil reconhecer que a dádiva exista ainda hoje de outro modo que não exclusivamente para a sobrevivência, para o teórico anterior, ela não só existe como continua sendo extremamente necessária:

A idéia que pouco a pouco nos impôs é que a dádiva é tão moderna e contemporânea quanto característica das sociedades primitivas; que ela não se refere unicamente a momentos isolados e descontínuos da existência social, mas a sua totalidade. Ainda hoje, nada pode se iniciar ou empreender, crescer e funcionar se não for alimentado pela dádiva. [...] No entanto, tudo leva a crer – não importa o que digam os sociólogos do interesse e do poder – que as famílias se dissolveriam instantaneamente se, repudiando as exigências da dádiva e da contradádiva, elas passassem a se assemelhar a uma empresa ou a um campo de batalha. (GODBOUT, 1999, p. 20).

Essa lógica pode ser observada no estudo de Moura (1978), pois ela descreve casos, em que por algum motivo, o favorecimento da venda se dá para um não-consangüíneo, e a prática da solidariedade é rompida:

As transações acontecem porque é exercida uma solidariedade entre cunhados. Eles compõem na verdade uma relação tensa e temida: o marido de uma mulher é para o pai e irmão dessa mulher um desconhecido, que pode recusar – se a vender a parcela de terra que ela possui ao próprio irmão (dela), deixando de pôr em prática a solidariedade acima mencionada. (MOURA, 1978, p.44)

Nesse momento pode-se iniciar um processo de rancor e até de disputa, inclusive legal, uma vez que esse processo não passa de uma estratégia desenvolvida localmente, no qual as regras são estabelecidas ignorando ou até indo em direção oposta ao que dizem as leis, principalmente o Código Civil. O estabelecimento dessa estratégia é uma regra que tem por objetivo a não fragmentação da propriedade. Ao

⁴¹ O conceito de dádiva, segundo Mauss, que a estudou nas sociedades primitivas, é referido às relações sociais não econômicas, que tem em sua engrenagem a base de sustentação dessas próprias relações e da sobrevivência do grupo. Pois o que importa não é o valor econômico que esse bem possa ter, mas a simbologia do ato de reciprocidade e sustentação, principalmente onde riscos de escassez estão presentes.

quebrá-la ocorre, como diz Mauss (1974), o rompimento da obrigação da dádiva⁴²; e mais que isso, põem em risco a manutenção das unidades familiares.

Apesar desta, a lógica identificada pela referida autora em sua pesquisa, e com o passar dos anos, ainda que o número de filhos tenha diminuído, a fragmentação da propriedade familiar é cada vez mais presente, mudando as estratégias de sucessão, sem contudo mudar a lógica das hierarquias etárias e a subordinação de gênero.

Assim, salvo as particularidades locais, não são mais todos os filhos que herdarão a terra. Existe no interior da família uma divisão social que leva a escolha de um, no máximo dois filhos, à sucessão desse modo de produção. E estes, com raríssimas exceções, serão sempre os filhos homens. E a mulher, como outrora, provavelmente só terá acesso à terra a partir de um casamento com um já proprietário, ou mais provável, com toda a aproximação de valores de um modelo de vida urbano, combinado com um maior acesso à educação, buscará sua autonomia em outras atividades profissionais. Como mostra Pereira (2004):

Eles acreditam que seus filhos não serão agricultores e colaboram para que isso aconteça. Incentivam os filhos a buscarem outras atividades remuneradas em virtude das dificuldades enfrentadas pela pequena agricultura familiar. Por outro lado, essas mudanças que vêm se operando na relação dos jovens com o mundo do trabalho mostram que a autoridade dos pais sobre eles tem diminuído porque os valores locais passam a perder espaço para outros valores no processo socializador dos filhos. (PEREIRA; 2004, p.44).

Para Bourdieu (2000), esse processo é sustentado em valores simbólicos de um *habitus* fortemente enraizado na tradição patriarcal que tem levado a uma crise: o celibato dos herdeiros, ou como o próprio autor trata, “compreender as ‘escolhas’ matrimoniais dos agentes como o produto das estratégias razoáveis, mas não desejadas, de um *habitus* objetivamente ajustado às estruturas” (BOURDIEU, 2000, p.95). Em outras palavras, ele observa que o celibato masculino constitui um dos mecanismos ao qual recorre a família para preservar a integridade da propriedade territorial.

⁴² Para Mauss, nas sociedades pré-capitalistas os bens são distribuídos de três formas: por meio da reciprocidade, da redistribuição e do intercâmbio. Em todas essas formas estão presentes relações de poder, de parentesco, de prestígio, de dom e reciprocidade – uma vez um pouco da própria pessoa vai junto com o bem – e tem por finalidade evitar desigualdades, criar aliados, vínculos mútuos e elos de confiança. Para maior aprofundamento Cf. MAUSS (1974).

A terra, como parte da ordem simbólica, tem significado que ultrapassa o seu valor econômico. As estratégias familiares são acionadas para neutralizar a ameaça que cada casamento de um filho traz ao conjunto da família. A transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso à terra refletem não somente as condições sociais e econômicas das famílias, mas a hierarquia interna dentro dessas, e consolidam relações desiguais entre os membros (Ibid.).

Em seus trabalhos, o autor mostra que a probabilidade de partida das mulheres é muito maior que a dos homens, e que entre estes as chances de permanecer na terra aumentam conforme o tamanho do patrimônio. As moças de família com maior renda deixam a terra numa proporção levemente mais alta do que as outras, e as chances de casamento são nitidamente mais altas entre os que partem do que entre os que ficam. Portanto emigração e celibato estão estritamente ligados.

É importante ressaltar que para as mulheres, campo ou cidade não constitui apenas uma opção de moradia, o que está em jogo é a relação entre dependência e independência, já que para elas “casar não é uma simples questão de escolha individual: a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo” (STROPASOLAS, 2004, p.253).

Para Bourdieu (2000), com a abertura do mercado matrimonial, as jovens mulheres passam a olhar cada vez mais para a cidade, assim como para os ideais urbanos. Percebem a possibilidade de realizarem casamentos fora do mundo e das tradições rurais, reforçando assim, a restrição matrimonial e social para os jovens homens do campo que passam a aumentar sua área de prospecção, sem, no entanto, ampliar as possibilidades de deixar o celibato.

Na mesma lógica, o sistema de ensino acelera o processo de desculturação do mundo rural a partir do qual as aspirações passam a se organizar, em especial para as jovens, em função do casamento. As jovens rurais estão mais propensas a adquirir do ensino escolar os sinais exteriores da “civilidade cidadina”. Com isso, Bourdieu (2000) ressalta que a escolarização dos agricultores, em especial das jovens aliada à abertura do mercado matrimonial, contribuem para separar os agricultores de seus meios de reprodução biológica e social e tende a favorecer o aparecimento, na consciência dos e das jovens, de uma imagem negativa de seu espaço e condição de origem.

Hoje, em várias pesquisas sobre o tema (Cf. CARNEIRO, 2005), observa-se que a saída do campo passa a ser vista, por parte da juventude rural, como a melhor opção para melhoria de vida e concretização de seus projetos para o futuro, negando assim a reprodução do modelo social vivido pelos seus pais.

Bourdieu (1983, p.118) trata essa situação como uma “coisa muito simples e na qual não se pensa”, ou seja, nada mais é do que um “conflito de gerações”. Isso porque as aspirações das sucessivas gerações, de pais e filhos, se dão em espaços temporais bem distintos, com valores e desejos distintos. Diz ele: “aquilo que era para o pai um privilégio extraordinário, se tornou banal, estatisticamente”. O que era tão importante e tão objetivo para uma geração, já não é mais para a outra. A juventude rural não intenciona permanecer nas atividades rurais nos mesmos moldes de seus pais.

Essa dinâmica temporal que ocorre entre as gerações também é tratada por Wanderley:

[...] o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações jovens e a reprodução do estabelecimento familiar. Essas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural. (WANDERLEY, 2007, p.23)

Importa-nos, então, saber qual a situação da juventude, mulheres e homens, inseridos em famílias que têm na agricultura familiar o modelo de organização. Dentro desse contexto, “casamento”, “trabalho” e “sucessão” são temas que não andam dissociados. Muito pelo contrário, essas questões possuem força definidora nos processos de sucessão, principalmente quando nossa observação é feita a partir de uma perspectiva de gênero.

2.3.2 Juventude rural e sucessão no município de Anchieta

Para entender o que permeia os projetos de vida e se a sucessão na agricultura familiar faz parte do universo dos jovens rurais de Anchieta-ES é preciso identificar

em que condições vivem. Para compreendermos o universo desse jovem é preciso caracterizar as mudanças que vêm ocorrendo ao seu redor e que influenciam diretamente a formulação de seus projetos.

Nosso primeiro desafio é identificar quantos são esses jovens, entendendo que existe uma construção social heterogênea a cerca do que é ser jovem, como se viu no item “Conceito de Juventude”. Fazendo uso meramente do critério faixa etária, segundo IJSN (2007)⁴³, existem 1.201 pessoas entre 15 a 24 anos dentro de um universo de 5.965 considerados população rural, ou seja, esse número corresponde 20% da população rural. Se incluirmos a faixa etária 25-29 anos esse percentual sobe para 28% da população. A população de 30-49 anos representa 25% do total rural. Esses números mostram concordância com uma tendência nacional de amadurecimento da população rural com a diminuição da população considerada jovem.

Na construção de seus projetos de vida, a juventude rural de Anchieta enfrenta algumas dificuldades. Primeiramente em relação ao trabalho, de acordo com Prefeitura (2006b, p.50), observa-se uma grande migração dos postos de trabalho existentes em Anchieta, um claro reflexo da transformação econômica pela qual passou o município. No ano de 1970, a agropecuária empregava 29,2% da mão-de-obra local, em 2002 apenas 4,5% trabalhavam nessa atividade. Já a indústria neste município atingiu, em 2002, 30,4% do total de trabalhadores, contra apenas 3,8% em 1970. O destaque fica para o item “outras atividades” que, mesmo tendo sofrido redução significativa entre 1970 e 2002, continua sendo o maior alocador de mão-de-obra do ponto de vista formal. Ele compreende atividades como: limpeza urbana e esgoto; atividades associativas; atividades recreativas, culturais e desportivas; e serviços pessoais e/ou domésticos. Essa primeira constatação já nos leva a indagar sobre as perspectivas do jovem de continuar nas atividades vinculadas à agricultura familiar.

Contudo, quando se observa especificamente a população de 15 a 24 anos que trabalha, segundo atividade/ano 2000 (IJSN, 2007), vê-se que é o complexo agricultura, pecuária, silvicultura que mais dispõe de mão-de-obra, representando 19% do total, seguido pelo comércio e serviços domésticos (em torno de 12% cada um). Se considerarmos ainda os dados do Censo Agropecuário da Semader

⁴³ Dados de 2000.

(PREFEITURA, 2006d), encontramos 954 pessoas ocupadas com laço de parentesco em contraposição a 225 ocupadas sem laço de parentesco. Quanto ao rendimento do trabalho, dentro da população geral do município, encontramos 2.006 pessoas entre 15-24 anos ocupada. Desses, 74% recebem entre meio e dois salários mínimos. Esses dados são de grande importância e deve ser aprofundados, pois nos mostram, por um lado, que apesar das mudanças econômicas ocorridas no município, a agricultura ainda desempenha importante papel de geradora de postos de trabalho, principalmente para os jovens inseridos na agricultura familiar. Mas, por outro lado, podem significar também poucas oportunidades de acesso a outras atividades econômicas, principalmente nas que requerem maior formação.

Além dos problemas já apresentados nos dados anteriores, soma-se como fator negativo os problemas de infra-estrutura do meio rural, como a conservação de estradas, saneamento básico e destino do lixo – 66,3% do lixo rural de Anchieta é queimado ou enterrado, segundo dados do IJSN (2007). Sem mencionar que as políticas públicas como esporte, cultura, lazer e saúde também tendem a se concentrar na área urbana.

Além da realidade indicada nos dados anteriores, algumas informações e tendências apresentadas no documento “Agenda 21 Local: Plano Estratégico do Município de Anchieta 2006-2025” (PREFEITURA, 2006a), são dignas de grandes preocupações, principalmente sobre o futuro da agricultura familiar e da juventude rural. O referido documento (Ibid., p.68) diz que a Região Metrópole Expandida Sul, onde está o município de Anchieta, até 2010 irá receber um volume de 11,5 bilhões de investimentos, ficando atrás apenas da Região Metropolitana da Grande Vitória. O governo do Estado e grandes empresas privadas anunciam a disposição de implementar grandes projetos na região, que se expressam na fala de que “Anchieta será um local de grande desenvolvimento” (Ibid., p.68).

Esses investimentos, prevê o documento, acarretarão elevado crescimento populacional, que criará forte pressão por ampliação da área urbana do município, o que possibilitará o surgimento de conflitos de ocupação do solo e pressões sobre o meio ambiente e infraestrutura. Conforme está expresso, dentre os principais desafios previstos nesse processo, aparece o de “promover o ordenamento do crescimento urbano, preservando áreas para expansão urbana contínua, visando abrigar 150 mil habitantes, conforme estudos de projeção populacional para os próximos 20 anos”

(Ibid., p.83). Este crescimento projetado ocorrerá no que é hoje área rural do município.

Uma metodologia utilizada no documento foi o levantamento de cenários desejados e indesejados. Neles, com poucas exceções, o rural sempre aparece vinculado à preservação ambiental. Sua importância social e econômica é timidamente expressa. A título de exemplo, em um dos itens do cenário indesejado, lê-se que “a concentração industrial comprometerá os potenciais econômicos como os segmentos do turismo, pesca e agricultura” (Ibid., p.73). De uma forma geral, das informações dispostas no documento pode-se apreender que um dos aspectos positivos de Anchieta é a economia. O aspecto social, todavia, ainda apresenta carências que precisam ser solucionadas. Dentre elas podemos mencionar a má distribuição de renda do município e as ameaças que circundam a atividade rural e o futuro da agricultura familiar.

Os elementos até aqui apresentados mostram questões que influenciam diretamente no universo da juventude rural de Anchieta, principalmente da “porteira para fora”. As dificuldades e carências encontradas pela juventude rural e o apelo quase místico que ronda as mudanças na economia de Anchieta, com promessas de oportunidades de inserção social, sugerem, como demonstra Carneiro (2005), que a saída do campo passa a ser vista pelos jovens, como a melhor opção para melhoria de vida e concretização de seus projetos para o futuro, negando assim a reprodução do modelo social vivido pelos seus pais.

Nos elementos inerentes à família, para Carneiro (1999), há uma tensão vivenciada pelo jovem, entre o projeto individual de construir vidas mais independentes, o que se expressa no desejo de melhorarem o seu padrão de vida; e o compromisso com a família, que se confunde, também, com o sentimento de pertencimento à localidade de origem (STROPASOLAS, 2004). Dentro dessa dualidade está em curso a construção de uma nova identidade, onde são cultuados laços que os prendem à cultura de origem e, ao mesmo tempo, se identificam com a cultura “urbana”.

Conforme mostrou Carneiro (2005), os jovens, filhos de agricultores familiares deixam o mundo rural e vão para as cidades com o objetivo de melhorar de vida. Essa relação está, na maioria das vezes, pautada na possibilidade de acesso ao mundo do trabalho. Mas apesar do vigor, de seu otimismo e quase sempre, do

aumento de escolaridade em relação à geração de seus pais, a ida do jovem rural para a cidade nem sempre possibilita a realização de seus ideais, uma vez que o “jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo), dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável” (Ibid., p. 253).

O fato de as aspirações da juventude não serem exatamente as mesmas que seus pais tinham quando herdaram a propriedade, já se constitui um fator importante no processo de sucessão das propriedades. Porém, no caso de Anchieta, o que mais chama a atenção em relação à sucessão é a questão relativa a quantas propriedades existirão para serem herdadas pela juventude. E, existindo a propriedade, quantos jovens permanecerão desenvolvendo as atividades rurais? Para Bourdieu (2000), a herança possui uma função social definida que é a de dar continuidade à exploração da propriedade familiar, mas essa será a realidade em Anchieta? Por fim, se há, como ressalta Carneiro (1999), uma nova identidade em construção, que unifica o melhor dos “dois mundos”, essa realidade se aplica a Anchieta, que vive uma onda de valorização do desenvolvimento industrial?

CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZANDO ANCHIETA RURAL A PARTIR DE SEUS CINCO SETORES

Para efeito de melhor organização e atendimento, recorreu-se a uma divisão da área rural do município em cinco setores, utilizada pela Prefeitura Municipal, principalmente pelas Secretarias de Saúde e Agricultura, pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Igreja Católica e outros. Existem pequenas diferenças nos agrupamentos desses setores que variam de acordo com as especificidades dos órgãos/entidades que a utilizam, dessa forma, para efeito desse estudo utiliza-se a distribuição adotada pela Semader e pelo STRAP, visualizada no mapa que se encontra no Anexo D.

Na seqüência tem-se breve contextualização sócioeconômica desses cinco setores, com a apresentação de dados divididos em duas partes. Na primeira estão os principais serviços e infraestrutura disponibilizados em cada setor, como número de escolas, atendimento de saúde, telefone, transporte público, opções de lazer e comércio em geral, bem como, os principais produtos e manifestações culturais. Dados esses que foram disponibilizadas por servidores das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação e de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Na segunda estão os dados que compõem o Censo Agropecuário da Semader⁴⁴, dentre eles: número de propriedades e sua distribuição em área; a situação de registro desses imóveis, fato de grande preocupação e relevância para a Semader, uma vez que o elevado número de propriedades sem correta documentação legal tem inviabilizando muitos avanços, inclusive o acesso a políticas públicas tal qual o Pronaf; a classificação das famílias aí residentes; faixa etária e número de pessoas que estão no trabalho rural; outras profissões; aposentados ou em idade de se aposentar; e, uso de crédito. Os dados serão aqui apresentados de forma descritiva, tendo de imediato alguns esclarecimento sobre o elementos contidos no Censo (BOX

⁴⁴ O Censo Agropecuário de Anchieta, realizado pela Semader, foi aplicado no segundo semestre de 2006. Os aplicadores foram os ADR ligados à secretaria e algumas lideranças das comunidades locais, previamente treinados. Quanto à metodologia, foi aplicado um questionário quantitativo, com as perguntas fechadas, onde os pesquisadores liam as questões e suas opções e os respondentes escolhiam as que mais lhes convinham. Vale ressaltar que, conforme observa a Secretaria Maria Isabel Frade, trata-se de uma produção principalmente de uso interno do órgão, não tendo sido publicada, porém, sempre que solicitada é disponibilizada por trazer dados que não se encontram em outras fontes. Para fins de identificação os dados do Censo serão nesse trabalho identificados como Prefeitura 2006d.

1) e na medida que for necessário, pode-se recorrer também às tabelas contidas no Anexo B.

BOX 1

Alguns esclarecimentos sobre o Censo Agropecuário de Anchieta (PREFETURA, 2006d), conforme informações encontradas no mesmo e complementadas em conversas com servidores da Semader:

Todas as famílias e pessoas contabilizadas nesse censo foram contadas a partir das propriedades, entendendo que se elas tivessem vínculo rural, elas apareceriam como proprietárias, parceiras / meeiras, comodatárias ou assalariadas. Dessa forma, o número de pessoas que mora na área rural pode ser maior, já que em certas comunidades existem aglomerados de pessoas sem vínculos com atividades rurais que não foram contadas, como por exemplo, nas comunidades de Jabaquara e Limeira em número maior e em Alto Pongal, com menor expressão. Essa estratégia foi utilizada porque, conforme informação da Semader, no momento da aplicação o interesse era diagnosticar a realidade das famílias com vínculos às atividades rurais.

Alguns termos utilizados no censo, amparados conceitualmente na Legislação Previdenciária:

Produtor: aquele que, proprietário ou não, desenvolve atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, por conta própria, individualmente ou em regime de economia familiar;

Parceiro: aquele que tem contrato, escrito ou verbal, de parceria com o proprietário da terra ou detentor da posse e desenvolve atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando lucros ou prejuízos;

Meeiro: aquele que tem contrato, escrito ou verbal, com o proprietário da terra ou detentor da posse e da mesma forma exerce atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando rendimentos ou custos;

Arrendatário: aquele que comprovadamente, utiliza a terra, mediante pagamento de aluguel, em espécie ou in natura, ao proprietário do imóvel rural, para desenvolver atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, individualmente ou em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada de qualquer espécie;

Comodatário: aquele que, por meio de contrato, escrito ou verbal, explora a terra pertencente à outra pessoa, por empréstimo gratuito, por tempo determinado ou não, para desenvolver atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira;

Segurado Especial – I - o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário rural, o pescador artesanal e os assemelhados a estes que exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, em sistema de mútua colaboração e sem utilização de mão-de-obra assalariada, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo;

Propriedade Familiar - o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

Módulos Fiscais da região:

- Minifúndio – até um módulo ou dezesseis hectares;
- Pequena Propriedade – de 01 a 04 módulos ou entre 16 e 64 hectares;
- Média Propriedade – de 04 a 15 módulos ou entre 64 e 960 hectares;
- Grande Propriedade – mais de 15 módulos ou acima de 960 hectares.

Assalariado - todas as pessoas que trabalham como empregadas nas propriedades, de forma permanente ou temporária (também denominados como diaristas ou boia fria) e que para tal recebem uma remuneração. (Conceito elaborado conforme informações do STRAP)

Fonte: BRASIL (2009) – Ministério da Previdência Social - Legislação Previdenciária: Instrução Normativa INSS/PRES N° 20 e Estatuto da Terra

3.1 - O Setor Corindiba

Esse setor é composto pelas comunidades de Dois Irmãos de Olivânia, Duas Barras, Jaqueira, Olivânia, São Vicente e Barro Branco. Essa última não aparece no censo, foi agregada à Duas Barras e Jaqueira. A explicação da Semader para tal opção é pautada na referência que os moradores têm sobre comunidade⁴⁵, ou seja, determinado espaço que agrega, principalmente, igrejas, escolas e pequenos comércios, considerando a presença de todos ou de um destes. Como atualmente a referida localidade não possui mais esses elementos, somente as propriedades e suas famílias, optaram por agregá-las às comunidades vizinhas.

O setor possui uma característica bem peculiar. É também conhecido por ‘Vale Corindiba’, pois, além das comunidades que pertencem a Anchieta, compõem-se também por partes de comunidades que pertencem oficialmente ao município de Guarapari, ou seja, trata-se de propriedades que são registradas como Anchieta, mas que compõem comunidades de Guarapari, como o caso de Cabeça Quebrada e Independência. Esse é o Setor mais distante da sede do município.

Como infraestrutura e serviços, esse setor conta com: 04 escolas de Ensino Fundamental e a única Escola Família Agrícola do município, com 5ª a 8ª série e Ensino Médio Profissionalizante⁴⁶; 01 Unidade Intermediária de Estratégia de Saúde da Família; 01 linha de ônibus que funciona de segunda-feira a sábado, com apenas 01 horário/dia (comunidades X sede pela manhã e sede X comunidades à tarde), e; telefone público (orelhão) em 04 comunidades. Além desses, está em construção o asfalto Jaqueira - Olivânia, cerca de 12 km, uma extensão que corta todo o setor⁴⁷.

Como opções de lazer encontramos: cachoeiras; propriedades com piscinas naturais, que estão, ainda que de forma bem incipiente, desenvolvendo o agroturismo; 02 campo de futebol; 02 quadras poliesportivas e 01 Centro de

⁴⁵ Para efeito desse trabalho, diferencia-se comunidade de localidade. Em DIAS (2006, p.18) encontramos dentre os conceitos de comunidade, um que é elaborado por CÂNDIDO (1987) e expressa bem a realidade diagnosticada nesse trabalho: “é um agrupamento dotado de equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para as diversas atividades de seus membros: religiosas, criativas, políticas, administrativas, econômicas etc”. Como localidade, entende-se aqui, um espaço onde basicamente existem as propriedades e as famílias aí existentes, sem um espaço comum de sociabilidade ou de referência, como nas comunidades.

⁴⁶ Trata-se da primeira Escola Família Agrícola do Brasil, fundada em 1969 por Padre Humberto Pietrogrande, conforme informação de informante do Mepes.

⁴⁷ A obra faz parte do Programa Caminhos do Campo, do Governo do Estado, tendo também recursos municipais, conforme informações da Semader.

Convivência. Como manifestações culturais tem-se a Folia de Reis e as festas religiosas das comunidades.

O comércio se caracteriza como simples, ou seja, na maioria das comunidades, encontram-se apenas alguns estabelecimentos conhecidos como vendas, que se caracterizam principalmente pela venda de bebidas alcoólicas e também alguns produtos alimentícios básicos.

Os principais produtos/atividades aí encontrados são: banana, café, feijão, gado de leite, inhame, mandioca, coco, piscicultura e o início de algumas experiências de agroturismo, como se pode observar com mais detalhes no Mapa (Cf. Anexo D)

O setor constitui 17% das propriedades do município (Cf. Anexo B, Tabelas 01 a 04,). Dentre essas, 77% têm até 50 hectares, 16% têm de 51 a 100 ha e 7% têm entre 101 e 200 ha. Se somarmos as propriedades até 100 ha, elas serão 93% do setor, ou seja, a maioria das propriedades aí localizadas são minifúndios e pequenas propriedades. Por outro lado, somente 64,8% dessas propriedades têm escritura com registro, o que não garante que estejam no nome dos atuais donos, já que filhos ou outros parentes podem ter herdado mas ainda não terem legalizado a nova situação. Seis por cento estão com escritura sem registro e 28% não têm documento definitivo⁴⁸ (Cf. Anexo B Tabelas 5.B a 7.B).

Quanto à classificação das famílias (Cf. Anexo B, Tabelas 8.B a 11.B), 44% de seu total são proprietários e 35% parceiros, o que somam 79% do total de famílias considerados agricultores familiares. Quinze por cento são assalariados, com destaque para a comunidade de Jaqueira, que das 41 famílias identificadas, 19 são assalariadas. Esse é o setor que proporcionalmente mais tem parceiros, estando aí 30% dos parceiros do município, com destaque para a comunidade de Olivânia que, das 46 famílias identificadas, 28 são parceiras. Dos 10 comodatários encontrados no município naquele ano, 07 estavam nesse setor.

Saindo das famílias e partindo para uma análise das pessoas que estão no trabalho rural (Cf. Anexo B, Tabelas 15.B a 20.B), das 871 pessoas contabilizadas nesse setor, 48% estão no trabalho rural. É o setor com maior percentual. Além desses, 18% são aposentados e 14% são crianças até 10 anos. Se somarmos esse

⁴⁸ Não ter documento definitivo agrupa as opções: posse com documento, posse sem documento, propriedade em espólio e propriedade em inventário.

número, veremos então que 20% estão fora da atividade rural. Nas outras profissões (Cf. Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B), desenvolvidas por pessoas que moram no setor, a profissão mais significativa é funcionário público, somando 34% do total. As outras opções ficaram bem mais divididas.

De forma geral, esse é um setor que tem sua base social e econômica pautada nas propriedades de base familiar, com uma boa organização social e produtiva. As famílias em grande parte são proprietárias ou parceiras, demonstrando que o vínculo com a atividade rural parece se manter bastante forte, ainda que aí também haja a presença da pluriatividade.

3.2 - O Setor Horizonte

Esse setor é composto pelas comunidades de Belo Horizonte, Chapada do A, Goembê, Monteiro e Itajobaia. No mapa (Cf. Anexo D) aparece também uma comunidade chamada Taquara do Reino, porém essa é uma comunidade que pertence ao município de Guarapari. O grande diferencial desse setor, é que entre suas comunidades está a sede da empresa Samarco Mineração, ocupando muito das terras que outrora foram de algumas das famílias aí encontradas.

Como infraestrutura e serviços esse setor conta com: 03 Escolas de Ensino Fundamental; 03 Unidades Intermediárias de Estratégia de Saúde da Família; 02 linhas de ônibus que funcionam de segunda-feira a sábado, com apenas 01 horário/dia passando por Goembê, Belo Horizonte e Chapada do A. A grande reclamação dessas comunidades é que quando chove, o transporte é suspenso. Três comunidades possuem telefonia pública (orelhão).

Como opções de lazer encontra-se: o Monte Urubu, onde é feita a prática de trilhas e turismo ecológico; lagoas para banho e pesca, com potencialidade para o agroturismo; 03 campos de futebol; 02 quadra poliesportiva e 01 Centro de Convivência.

Como manifestações culturais encontramos os “Brandarinos”, um grupo de dança portuguesa, formado por crianças e adolescentes da comunidade de Belo Horizonte, que, à medida que crescem, vão sendo substituídos por crianças mais novas. O grupo já existe desde 1990 e, segundo informante local, foi formado a partir

da Peça Teatral “Aparição de Fátima”, que era tradicional na comunidade. O comum a todas as comunidades são as festas religiosas.

O comércio desse setor também pode ser considerado como simples, ou seja, na maioria das comunidades, além das vendas, encontram-se também pequenos mercados, que diferente das anteriores, têm mais opções de produtos alimentícios e não funcionam à noite ou nos finais de semana vendendo bebidas alcoólicas.

Os principais produtos/atividades lá encontrados são: banana (com destaque para experiência de produção agroecológica), mandioca, principalmente para a agroindústria caseira (produção de farinha e tapioca), pecuária de leite, piscicultura e artesanato, de taboa e cipó.

O setor representa apenas 11% das propriedades do município (Cf. Anexo B, Tabelas 1.B a 04.B), ou seja, o menor percentual. Por outro lado é o setor que possui o maior número de propriedades acima de 200 ha (tem 41% das propriedades de 201 a 500 ha e 67% das propriedades acima de 501 ha, de todo o município). Quando analisamos a distribuição das propriedades internamente, vemos que esse número aparentemente não é tão significativo, ou seja, soma 12% das propriedades aí existentes. Porém esses 12% ocupam uma considerável parcela das terras agricultáveis do setor. As outras se distribuem em 41% tem entre 0 e 10 ha e 38% de 11 a 50 ha. Esses números mostram claramente uma concentração de terras que se dá principalmente pela presença da Samarco Mineração, que é detentora da maior parte dessas propriedades e também em outros setores (a empresa é proprietária de aproximadamente 5 mil hectares, conforme registra Prefeitura 2006b). Enquanto a maior parte dos demais proprietários possui até 10 ha.

Quanto ao registro, aproximadamente 70% das propriedades têm escritura com registro, 6,5% têm escritura sem registro e aproximadamente 21% não têm documento definitivo (Cf. Anexo B, Tabelas 5.B a 7.B).

Quanto à classificação das famílias (Cf. Anexo B, Tabelas 8.B a 11.B), esse é o setor que menos tem proprietários (25%) e parceiros (20%), a soma dos dois não chega a 50% do total de famílias. Vinte e um por cento são assalariados rurais, e o maior percentual, ou seja, 33% das famílias declararam ter outros vínculos/profissões. Tais números são justificados a partir das distintas realidades das comunidades.

Em Goembê, na contramão dos números do setor, 36% das famílias são proprietárias e 44% são parceiros, somando 80% das famílias e 15% são assalariados rurais. Em Belo Horizonte também encontramos mais de 50% das famílias sendo proprietárias (37%) e parceiras (20%). E 14% são assalariados rurais. Nas demais comunidades, a soma de proprietários e parceiros é sempre menor que 50% das famílias. Itajobaia por exemplo, tem 38% das famílias assalariadas e Monteiro tem 32% são assalariados e 48% estão em outras atividades não rurais. Mas é em Chapada do A que mais encontramos famílias fora das atividades rurais (62% delas).

O Censo mostra que esse é o setor que mais tem famílias com vínculos em atividades fora do rural (78%). Porém ele mesmo explica que, ainda que aí existam muitas famílias nessa condição, por causa da presença da Samarco, de outras empresas e da proximidade com a sede, a elevação desse número se dá porque as famílias sem vínculo rural que residem em Limeira, Jabaquara e Alto Pongal, não estão contabilizadas no censo.

Saindo das famílias e partindo para uma análise das pessoas que estão no trabalho rural (Cf. Anexo B, Tabelas 15.B a 20.B), veremos que a tendência presente nos dados da família se reproduz aqui, e o setor é de novo o que menos tem gente na atividade rural (22%). Além desses, 10% são aposentados e 16% são crianças até 10 anos. Se somarmos esses três números, considera-se então que o restante, ou seja, 52% estão fora da atividade rural.

Nas outras profissões (Cf. Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B) desenvolvidas por pessoas que moram no setor, o destaque foi para a opção ‘outros’ (69%), que engloba diversas atividades⁴⁹, o que é justificado por motivos já mencionados. Na comunidade de Chapada do A em especial, encontram-se muitos catadores de caranguejo.

De forma geral esse é um setor onde principalmente duas comunidades se destacam com a presença de agricultores familiares e as demais com a presença de assalariados, rurais e/ou em atividades urbanas. A presença da Samarco e outras empresas em muito influencia a vida social e econômica dessas famílias, principalmente porque suas terras já pertenceram a grande parte das famílias que

⁴⁹ Conforme consta nas Tabelas de 12B a 14B no Anexo B, a opção ‘outros’ engloba: estudantes, serviços gerais, domésticas, pescadores, autônomos (pedreiros).

hoje são assalariadas, conforme relatam as entidades/órgãos representativos da categoria. E a proximidade com a sede que encurta, em muito, as relações.

3.3 - O Setor Jabaquara

O setor é formado pelas comunidades de Jabaquara, Limeira, Pé do Morro, Serra das Graças, Simpatia, além de Araquara, Canela, Picuã, Cachoeira Alta e Segundo Território, que apesar de aparecerem nominalmente em alguns documentos (mapas, documentos de terra), assim como ocorreu no Setor Corindiba, não são reconhecidas ou identificadas por seus moradores propriamente como comunidade⁵⁰. No mapa (Cf. Anexo D), não aparece a localidade chamada de Canela, que fica entre Cachoeira Alta e Segundo Território. Tem ainda a comunidade que lá aparece como Sarampo e hoje é conhecida por Limeira.

O grande diferencial desse setor é que dentre suas comunidades, duas, ou seja, Jabaquara e Limeira, são mais populosas, caracterizando-se como vilarejos maiores, com casas lado a lado, ruas pavimentadas e maior infraestrutura. Mas principalmente diferenciam-se por ter a maioria das famílias sem vínculos com as atividades rurais. Essas peculiaridades serão melhor visualizadas nos dados a seguir.

Como infraestrutura e serviços esse setor conta com: 05 escolas de Ensino Fundamental, sendo que uma delas também tem Ensino Médio; 02 Unidades Intermediárias Estratégia de Saúde da Família; 01 Unidade Núcleo de Estratégia de Saúde da Família, e; 03 comunidades possuem telefonia pública (orelhão) e 02 possuem telefone residencial.

Basicamente todas as comunidades são cortadas pela BR 101, além disso, também está aí localizada a Rodovia conhecida por Gilberto Domingues, que liga a BR 101 a Rodovia do Sol, ou seja, a sede do município. Assim, essas comunidades têm mais acesso à linha de ônibus que circulam pela BR 101 e, principalmente, leva aos outros municípios. Porém, para se chegar à sede do município existe apenas uma linha de ônibus que funciona de segunda-feira a sábado, com apenas 01 horário/dia. Como opções de lazer, encontram-se 03 campo de futebol, 04 quadra poliesportiva; 04 Centro de Convivência. E ainda: bares, pequenas lanchonetes, *lan house* (só uma)

⁵⁰ Idem 45

e 01 restaurante caseiro. Como manifestações culturais encontra-se a “Dança do Divino” na comunidade de Jabaquara, manifestada principalmente em sua festa religiosa que acontece em maio e, nas demais comunidades, as festas religiosas.

O comércio, na maioria das comunidades, pode ser considerado como simples, ou seja, basicamente encontramos as vendas. Porém, em Jabaquara e Limeira existe, ainda que de forma modesta, farmácia, padaria, material de construção, *lan house*, mercadinhos, bares etc.

Os principais produtos/atividades lá encontrados são: pecuária de leite e corte, fruticultura, café, seringueira, culturas anuais (feijão, milho e mandioca), a floricultura, como uma atividade nova e a agroindústria, principalmente de processamento de frutas, transformando em polpa, licores e geleias.

O setor representa 21% das propriedades do município, o terceiro maior em número de propriedades (Cf. Anexo B, Tabelas 1.B a 4.B), mas observando o mapa (Cf. Anexo D), parece ser o maior em extensão. Oitenta por cento dessas propriedades têm até 50 ha e se somarmos com as que vão de 51 a 100 ha, chegará a um total de 89%. As demais, ou seja, 11% têm entre 100 e 500 ha, ou seja, trata-se de médias propriedades. Quando analisamos a distribuição das propriedades internamente, veremos que essas propriedades médias estão concentradas, primeiro em Jabaquara e Simpatia, seguido por Canela e Picuã e por último Peraquara. Nas demais comunidades predominam os minifúndios e as pequenas propriedades. Dentre as propriedades médias de Jabaquara, algumas que são da Empresa Samarco Mineração e as demais pertencem a fazendeiros da região, que exploram principalmente a pecuária e, em menor intensidade, o café.

Quanto ao registro, 66% das propriedades têm escritura com registro, 3,4% tem escritura sem registro e 31% não têm documento definitivo (Cf. Anexo B, Tabelas 5.B a 7.B). O que mais chama a atenção é que do total de propriedades do município que estão em situação de posse sem documento, 43% estão nesse setor. Não se pode afirmar, mas se pode inferir que essas sejam os minifúndios que vão sendo passados de pai para filho ou sendo vendidos sem que haja documentação.

Quanto à classificação das famílias (Cf. Anexo B, Tabelas 8.B a 11.B), logo em destaque, esse é o setor que mais tem assalariados rurais, ou seja, 44% das famílias aí residentes que foram contadas pelo censo. Se comparado aos demais setores, esse percentual fica ainda mais significativo, ou seja, nó nesse setor

encontramos 54% de todos os assalariados rurais do município. Num percentual muito próximo (43%) ficam os proprietários, seguidos pelos parceiros (13%). A opção ‘outros’ foi a menor (1%), porém trata-se de uma situação já explicada na metodologia do censo, ou seja, esse percentual poderia ser o maior do município se todas as famílias tivessem sido contadas, principalmente em Jabaquara e Limeira.

Ressalvado os que não têm nenhum tipo de vínculo com as atividades rurais, vemos que basicamente as famílias, ou são agricultores familiares, ou são assalariadas rurais nas propriedades médias que aí se encontram, isso porque se fizermos uma análise a partir das comunidades, veremos que os assalariados estão justamente onde estão as propriedades maiores. Em Araquara, por exemplo, temos 46% de assalariados, 27% de proprietários e 27% de parceiros. Já em Jabaquara, o número de assalariados sobe para 81% do total de famílias. Em Limeira, que tem 93% das propriedades menores que 10 ha, 72% de suas famílias são assalariadas. Temos ainda Pé do Morro com maior presença de assalariados, e nas demais comunidades, ainda que também tenham assalariados, não é em número maior que proprietários. Destaque para Serra das Graças, que tem 87% de suas famílias proprietárias e 97% de suas propriedades vão até 50 ha, ou seja, trata-se de propriedades familiares

Adentrando às famílias que têm vínculos com a atividade rural, e partindo para uma análise sobre seus membros (*Cf.* Anexo B, Tabelas 15.B a 20.B), veremos que menos da metade desses estão na atividade rural (41%). Além desses, 11% são aposentados e 18% são crianças até 10 anos. Se somarmos esses três números, considera-se então que o restante, ou seja, apenas 30% estão efetivamente na atividade rural. Esses números nos indicam mais uma vez a tendência a pluriatividade dentre as famílias. E dentre as outras profissões (*Cf.* Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B), desenvolvidas por essas pessoas, o destaque foi para a opção funcionários públicos (41%), seguido por ‘outros’ (36%) e comerciante (18%).

De forma geral esse é um setor, a princípio, dividido em duas realidades: algumas comunidades que se destacam com a agricultura familiar e outras onde predomina o trabalho assalariado, em atividades rurais e não rurais, assim como o Setor Horizonte. Jabaquara é onde mais se tem propriedades médias e grandes, que exploram basicamente a pecuária.

3.4 - O Setor Pongal

Compõe este setor as comunidades de Alto Joeba, Alto Pongal, Córrego da Prata, Dois Irmãos, Itaperoroma Alta e Itaperoroma Baixa. O que de imediato caracteriza esse setor é a presença da imigração italiana e uma agricultura familiar mais consolidada, como poderemos comprovar nas informações que seguem. Enquanto o Setor Corindiba é o mais distante da sede, nesse setor encontramos as comunidades de maior altitude.

Como infraestrutura e serviços esse setor conta com: 06 escolas de Ensino Fundamental e uma delas também possui o Ensino Médio; 02 Unidades Intermediárias de Estratégia de Saúde da Família e 01 Unidade Núcleo de Estratégia de Saúde da Família; 03 comunidades têm estrada asfaltada que as ligam a BR 101; 05 comunidade possuem telefone público (orelhão) e 04 têm telefone residencial.

Existe uma linha de ônibus que funciona de segunda-feira a sábado, com apenas 01 horário/dia (comunidades X sede pela manhã e sede X comunidades à tarde). Como a maioria de suas comunidades é cortada pela BR 102, contam também com as diversas linhas intermunicipais que passam por aí.

O setor também se destaca em opções de lazer. Possui lanchonetes, bares, pequenos restaurantes caseiros com comidas típicas italianas, piscinas naturais, 05 campos de futebol, 05 quadras poliesportivas e 03 Centros de Convivências. É também o setor que mais explora o agroturismo possuindo o Circuito dos Imigrantes, que acontecesse principalmente no verão, levando os turistas que estão no litoral para conhecer os atrativos rurais. Além dos Passos dos Imigrantes que acontece no mês de setembro, consistindo numa caminhada de dois dias que reconstitui o caminho que os imigrantes italianos fizeram quando chegaram a Anchieta e foram povoando o território que forma as atuais comunidades. Essa caminhada termina na comunidade de Alto Pongal e continua com uma festa que reúne comidas típicas, danças, manifestações culturais, barracas com produtos da agroindústria e outros. Existe também na comunidade um grupo de dança italiana chamado “Grupo Floklorístico Nona Adelia” que se apresenta de duas formas, com crianças e com jovens. Como se pode ver, esse é de longe o setor mais estruturado.

O comércio, assim como no setor Jabaquara, é mais estruturado, principalmente na comunidade de Alto Pongal que acaba se tornando referência.

Ainda que de pequeno porte, lá encontramos: farmácia, padaria, mercado, oficina, lava-jato, material de construção e outros. A presença de oficinas, lava-jato são justificadas principalmente pelo número de caminhoneiros que aí moram e guardam seus caminhões (sendo proprietários ou empregados). Nas demais comunidades, o comércio se restringem a bares.

Os principais produtos/atividades aí cultivados são: banana, café, gado de leite e corte, cana, seringueira. Tem ainda várias agroindústrias de massas, pães, bolos e de cachaça (02 alambiques no setor), desenvolvidas pelas famílias, de forma individual ou em associações. Tem ainda o agroturismo, artesanatos diversos, floricultura, e a criação de animais exóticos (avestruz).

O setor responde por 25% das propriedades do município (Cf. Anexo B, Tabelas 1.B a 4.B), ficando atrás apenas do Setor São Mateus que possui 26% do total. Dentre suas propriedades, 93% tem até 50 hectares, 5% têm entre 51 a 100 ha, se somados representam 99% das propriedades. O 1% restante têm entre 101 e 200 ha. É o setor que percentualmente mais têm propriedades de 11 a 50 há, ou seja, o setor basicamente é formado por propriedades familiares. Setenta e oito por cento dessas propriedades têm escritura com registro, 9% têm escritura sem registro e somente 13% não têm documentação definitiva (Cf. Anexo B, Tabelas 5.B a 7.B). É o setor com maior percentual de propriedades legalizadas.

Quanto à classificação das famílias (Cf. Anexo B, Tabelas 8.B a 11.B), esse setor tem o segundo maior número de proprietários (72%) e parceiros (27%). Juntos somam 99% das famílias. Somente 1% das famílias é assalariada rural. Essa realidade é recorrente em todas as comunidades que compõem o setor. A soma dos dados até aqui confirmam que esse é o setor com melhor distribuição das terras em propriedades de regime familiar, e que estas estão mais estruturadas e legalizadas.

Ao se direcionar a análise para o interior da família, veremos que o setor tem o segundo maior percentual de pessoas que estão no trabalho rural (46% das pessoas), perdendo apenas para o Setor Corindiba (Cf. Anexo B, Tabelas 15.B a 20.B). Além desses, 14% são aposentados e 12% são crianças até 10 anos. Se somarmos esses números, concluiremos que 28% de pessoas estão fora da atividade rural.

Nas outras profissões desenvolvidas por pessoas que estão fora da atividade rural, o destaque desse setor é o número de funcionários públicos. É o maior

percentual do município, corresponde a 26% do total. Mas o que é mais significativo é internamente no setor esse percentual sobe para 45%, ou seja, basicamente metade das pessoas que aí residem e têm outra profissão, são funcionários públicos. As outras opções ficaram bem mais divididas, sendo, 8% comerciante, 5% caminhoneiro e 'outras' que somaram 38%. Mais do que confirmar uma tendência à pluriatividade nas famílias, esse setor, principalmente na comunidade de Alto Pongal, demonstra um forte vínculo com o poder público, (Cf. Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B). Essa realidade pode ser vinculada ao fato de a comunidade historicamente ter peso na constituição política do município, tendo sempre representantes na Câmara Municipal e o atual prefeito também ser dessa comunidade.

De longe esse é o setor mais bem estruturado do município, onde as famílias estão melhor assistidas e a agricultura familiar mais consolidada, econômica e socialmente. Servindo sempre de referência como agricultura mais desenvolvida e forte presença de atividades rurais não agrícolas.

3.5 - O Setor São Mateus

O setor é composto pelas comunidades de Arera/Peraquara, Baixo Pongal, Boa Vista, Emboacica, Itapeúna, São Mateus, Subaia/Inhauma, e Viegas/Macabu. Assim como Horizonte, esse é um setor que fica próximo à sede do município, mantendo uma relação bem estreita com a dinâmica da mesma. O setor é ligado à sede pela Rodovia do Sol, e em seu decorrer encontramos algumas empresas, como metalúrgica, cerâmica etc, que, conforme veremos nos dados que serão apresentados, absorvem mão de obra das pessoas aí residentes.

Como infraestrutura e serviços esse setor conta com: 07 escolas de Ensino Fundamental, sendo que em uma delas é trabalhado a Educação de Jovens e Adultos (EJA); 02 Unidades Intermediárias de Estratégia de Saúde da Família e 01 Unidade Núcleo de Estratégia de Saúde da Família, e; 03 comunidades com telefone público.

Como opções de lazer destacam-se: lagoas, represa, bares (botecos), 04 campos de futebol e 03 Centros de Convivências. O agroturismo é uma atividade quase ausente nesse setor. Existe lá apenas um Hotel Fazenda, bastante estruturado, que pertence a um empresário da sede. A principal referência cultural desse setor é o Congo (ou Jongo como é tratado em alguns documentos), desenvolvido pela

comunidade de São Mateus, através do grupo “É a força da Raça”, que já existe a mais de 150 anos. As comunidades mais centrais ou referências desse setor são Baixo Pongal e São Mateus.

O comércio é bem pequeno e restrito, contando principalmente com vendas e botecos. As comunidades contam com apenas 01 linha de ônibus que funciona de segunda-feira a sábado. Outra opção é chegar até a Rodovia do Sol, onde passam diversos ônibus de linhas intermunicipais.

Ao passar pelas comunidades e ver tantas áreas de pastagem, já se percebe que a atividade de maior peso desse setor é a pecuária, de leite e corte, tendo inclusive um frigorífico. Mas além dessa atividade, encontramos a seringueira, mandioca, eucalipto, fruticultura, ovinocultura e uma experiência de criação de animais exóticos (javali). Possui algumas agroindústrias, principalmente no processamento dos derivados da mandioca, uma fabriqueta de picolés e sorvetes, com base nas frutas e produção de leite da região e o artesanato, principalmente de cipó (produção de peneiras).

O setor responde por 26% das propriedades do município (Cf. Anexo B, Tabelas 1.B a 4.B), ou seja, é o que mais têm propriedades. Dentre suas propriedades, 60% têm até 10 hectares, sendo então o setor que mais possui minifúndios (36% do total do município). Vinte e sete por cento têm entre 11 a 50 ha, 6% de 51 a 100 ha, 5% têm entre 101 e 200 ha e somente 1% têm entre 201 a 500 ha. Nos números absolutos do censo, foi encontrada uma propriedade entre 500 e 1000 ha. A presença de tantos minifúndios pode ser justificada pela divisão das propriedades entre os herdeiros ao longo dos anos, pois, ao se conhecer um pouco o setor, percebem-se os núcleos familiares aí redistribuídos e que muitas das famílias basicamente produzem para subsistência, sem excedentes para a comercialização. E também por uma concentração, ainda que pequena, de terras nas mãos de fazendeiros da região (Anchieta e municípios vizinhos).

Essa informação é reforçada ao se analisar a situação do imóvel (Cf. Anexo B, Tabelas 5.B a 7.B). Aproximadamente 52% de suas propriedades têm escritura com registro, sendo o menor percentual de todo o município. Aproximadamente 5% têm escritura sem registro e em torno de 40% não tem documentação definitiva, com destaque para a situação de posse sem documento e propriedade em espólio. Esse

dado reforça o processo de fragmentação das propriedades ao longo dos anos e a conseqüente dificuldade de garantia do sustento familiar só na propriedade.

Quanto à classificação das famílias (Cf. Anexo B, Tabelas 8.B a 11.B), esse também é o setor com maior número de proprietários, 35% do total dos proprietários do município. Analisando internamente a categoria representa 78% das famílias do setor. Por outro lado é o que menos tem relações de parceria, estando nessa condição apenas 9% de suas famílias, representando 11% do total do município. Esses números são justificados pela distribuição das propriedades em basicamente duas realidades: ou são minifúndios, dando conta apenas das necessidades das famílias; ou são propriedades médias e grandes que mantêm como relação de trabalho, o assalariamento, permanente ou temporário. Nove por cento das famílias são assalariadas rurais e 7% estão em outras atividades que não sejam rurais.

Mas esses números são mais expressivos quando se direciona a análise para o interior da família. Vê-se que o setor tem o segundo menor percentual de pessoas que estão no trabalho rural (27% das pessoas), perdendo apenas para o Setor Horizonte (Cf. Anexo B, Tabelas 15.B a 20.B). Além desses, 12% são aposentados e 16% são crianças até 10 anos, somando um total de 56% da população. O que nos leva a considerar que 44% das pessoas estão fora da atividade rural, uma característica muito parecida com o Setor Horizonte, reforçando a hipótese de que quanto mais próximo da sede, mais vínculos se tem com outras atividades não rurais.

Nas outras profissões (Cf. Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B) desenvolvidas por pessoas que estão fora da atividade rural, o destaque desse setor, assim como no Setor Pongal, é o número de funcionários públicos, representa 25% do total do município (segundo maior percentual). Analisando internamente, os funcionários públicos representam 24% dos outros profissionais aí existentes. O grande percentual ficou com 'outras'⁵¹ que somaram 67%. Segundo informações mais distribuídas nos dados do censo e confirmadas pelos informantes da Semader, dentre esses existem muitas jovens que trabalham como domésticas nas residências na sede de Anchieta e também pescadores.

Considerando a infraestrutura, a forte presença da pecuária, o tamanho das propriedades, o número de pessoas fora da atividade rural e os relatos dos

⁵¹ Idem 49.

informantes da Semader, pode se dizer que esse é o setor com maiores carências sociais.

De tudo que foi apresentado, pode ser dizer que esse é um setor menos consolidado, assim como o Setor Horizonte. O que os caracteriza é a proximidade com a sede e a presença de empresas e outras atividades não rurais em suas imediações. Fica uma questão: a pluriatividade é uma possibilidade de sobrevivência para as famílias onde a propriedade e a produção desenvolvida não são suficientes, ou é uma ameaça, fazendo com que essas famílias abandonem a atividade agrícola?

#

Além das características de cada setor que foram apresentadas separadamente, é importante destacar alguns dados que ficam mais interessantes se vistos conjuntamente. O primeiro deles é distribuição e faixa etária da população (Cf. Anexo B, Tabelas 15.B a 17.B).

Os dois setores mais populosos são Jabaquara⁵² (22%) e São Mateus (24%), juntos possuem 46% do total pessoas que estão no campo. Em todos os setores, a faixa etária de maior representação é a de 11 a 30 anos. O Setor Horizonte é o que mais tem jovens nesse recorte, ou seja, 42% de toda sua população. Seguido por Setor São Mateus com 37% da população nessa faixa etária. Em relação ao todo, os setores que mais têm jovens é Jabaquara e São Mateus, somando eles tem 45% dos jovens entre 11 e 20 anos e 49% dos jovens entre 21 e 30 anos. São os maiores também no recorte de 0 a 10 anos, em que empatam com 26% cada. O Setor São Mateus é o que tem também o maior percentual de pessoas maiores de 55 anos (24%). Já de 41 a 54 anos, a maior concentração está no Setor Pongal, 24% do total.

O trabalho rural e as outras profissões que são desempenhadas por pessoas que estão residindo na área rural, ainda que já tenha sido analisado em cada setor, merece um destaque, um olhar menos fragmentado. Viu-se claramente como a pluriatividade das famílias é algo crescente a cada dia, dialogando com uma

⁵² Na realidade o Setor Jabaquara tem maior número de pessoas, porém, como já foi devidamente explicada, uma parte delas não aparece no Censo porque no critério metodológico, os questionários eram aplicados a partir das propriedades e chegando a todas as famílias que tinham vínculo com a atividade rural. Ficando de fora da somatória as famílias de Limeira, Jabaquara que não tinham nenhum vínculo rural.

tendência nacional, mas o que é intrigante é o quanto as famílias rurais desse município estão envolvidas com o serviço público, a prefeitura municipal.

No resultado do censo, dentre o total de pessoas que tem outras profissões (Cf. Anexo B, Tabelas 12.B a 14.B), no município, apareceram: 3% de caminhoneiros, 4% de motoristas, 7% de comerciantes, 32% de funcionários públicos e 55% de outros. A opção ‘outros’, como já se viu, contemplava estudantes, serviços gerais, doméstica, pescador, autônomo e pedreiro, opções essas que não estavam contidas no questionário. Ainda que outros tenham tido o maior percentual, por englobar várias opções, o destaque fica com funcionários públicos, que sozinho representa quase 1/3 das pessoas residem na área rural e desempenham outras profissões.

Fazendo um comparativo entre os setores, os que se destacam com maior percentual de funcionários públicos é, primeiro Pongal, com 26% do total, seguido por São Mateus, com 25% do total, ou seja, os dois juntos respondem por mais da metade de pessoas com essa função. E como se viu na descrição do setor, Pongal é o que mais tem funcionários públicos, ou seja, 45% de seus habitantes com outras profissões. E em segundo lugar o Setor Jabaquara, 41% de funcionários públicos dentro do setor.

Nos setores Horizonte e São Mateus, dentre as outras profissões desenvolvidas, o destaque foi para a opção ‘outros’, com 69% e 67% respectivamente. Esses valores são justificados pela proximidade desses dois setores com a sede do município, o que “facilita” a inserção de membros da família em atividades urbanas. Essa realidade dialoga com uma dinâmica nacional, conforme foi visto no capítulo de outras ruralidades.

Outro item importante para ser analisado é o uso do crédito rural (Cf. Anexo B, Tabelas 21.B e 22.B). Até ano de 2006, só 12,3% das famílias rurais haviam acessado o Pronaf. Um número muito pequeno de acessos, considerando ser este um programa exclusivo para os agricultores familiares, com as menores taxa de juros do mercado. Algumas questões podem ser relacionadas que justifiquem esse fato.

Primeiro a regularização das propriedades. Como já foi visto, basicamente 33% delas não possuem documentação definitiva, regularizada (escritura sem registro, posse com ou sem documento, espólio e inventário). E dentro dos 65,4% que declararam ter escritura com registro, não significa necessariamente que a

propriedade esteja no nome dos atuais proprietários, mas sim no nome de seus pais ou avós. Considerando que documentação da propriedade é um item imprescindível para as instituições financeiras, muitos créditos deixam de ser acessados por causa dessa realidade.

Estima-se também que, em decorrência da não regularização da propriedade, muitas relações de parceria e comodato também não são formalizadas, o que impede parceiros e comodatários de acessarem os créditos. Outra situação que foi levantada nas conversas com representantes da Semader e do STRAP, é que existe uma resistência, receio em contrair créditos e correr o risco de ficar inadimplente, devedor junto às instituições financeiras.

Ainda que o número seja pequeno, é importante visualizar sua distribuição de acordo com os setores. Assim, o setor que mais acessou o Pronaf foi Pongal, com 47% das operações, e o segundo setor foi Corindiba, com 24% das operações. Esses dados eram esperados, uma vez que são justamente esses setores que também apresentam maior número de agricultores familiares, proprietários e com produção diversificada.

Além das informações do Censo, outros dados ou características ainda podem ser levantados. Quanto à religião, em todos os setores predomina o catolicismo, porém, em algumas comunidades, também encontram-se várias igrejas evangélicas.

Basicamente todas as casas do município contam com energia elétrica, mas em algumas localidades essa energia não tem força suficiente para suprir a atual demanda. O município desenvolve, em parceria com os Governos Estadual e Federal, o Projeto Luz Para Todos, visando suprir essa demanda.

Além das associações de moradores ou produtores em geral, que existem em todos os setores, existem duas associações de nível municipal, formadas a partir do produto, que são as associações de Bananicultores e de Floricultores.

A Semader, em parceria com o Incaper, o Mepes e o STRAP, desenvolvem o Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural – Promatera. Trata-se de um programa que conta com 05 Agentes de Desenvolvimento Rural, atuando um em cada setor, mais 03 técnicos agrícolas, que ficam nos órgãos representativos, e são responsáveis pelo acompanhamento de políticas como o Pronaf, o atendimento de máquinas pesadas e o encaminhamento ou viabilização de documentos diversos (Incrá, ITR, Inscrição Estadual, Blocos de Notas e outros).

Além desse programa, essas entidades/órgãos desenvolvem outras parcerias no dia a dia. Uma delas é a realização da Semana da Agricultura Familiar, que acontece há 04 anos. O Evento propicia cursos, oficinas, palestras, seminários, vendas dos produtos da agricultura (in natura e processados), rodada de negócios, praça de alimentação com comidas típicas das etnias, mostra de tecnologias, apresentações culturais e outras atrações que caracterizem, divulguem a agricultura familiar do município.

Diante de todas as informações aqui apresentadas, conclui-se que a área rural de Anchieta, com algumas ressalvas, é bem diversificada e estruturada. Há um predomínio de propriedades familiares em todos os setores, ainda que em alguns haja também a presença significativa de assalariados rurais, bem como outras atividades econômicas não rurais. E ainda que a pluriatividade seja crescente, a economia do município tem grande parcela proveniente das atividades rurais (agrícolas e não agrícolas). Elas dinamizam o município e garantem a sustentação de muitas pessoas, que vivem no rural, mas também de muitas que vivem na cidade.

CAPÍTULO 4 - DO COTIDIANO AO FUTURO DESEJADO: FATORES QUE INFLUENCIAM NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS

Como foi descrito no capítulo metodológico, a intenção inicial era aprofundar as nuances que cercam os processos sucessórios na agricultura familiar de Anchieta-ES. Todavia no decorrer do trabalho acreditou-se ser melhor investigar os desejos e projetos de vida desses jovens entendendo que dessa forma também se identificaria se a herança da terra e a continuidade da atividade econômica desenvolvida pela família, estavam ou não presentes nos desejos desses jovens.

Tomada essa decisão, os pais deixaram de ser foco direto da pesquisa para aparecerem somente nas falas dos filhos (jovens pesquisados), sabendo que esses são, em grande parte, peça chave na elaboração dos desejos e projetos de vida dos jovens.

Assim sendo, nesse capítulo analisaremos o contexto e os projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta - ES. Perceber a realidade que os cerca, através da leitura contextual feita por eles mesmo, a relação com o trabalho e a família, bem como a representação que fazem do rural e do urbano, são trilhas imprescindíveis de serem percorridas para se compreender o que pensam e querem esses jovens rurais.

Como e em que medida a realidade sócioeconômica, o papel desempenhado no interior da família e as experiências vividas “dentro” e “fora” de seu local de moradia (e trabalho), influenciam nos desejos e projetos de vida desses jovens? Na análise que segue, espera-se identificar e problematizar minimamente essas e outras questões que permeiam o universo desses jovens rurais, bem como perceber, através da leitura de importantes etnografias realizadas por estudiosos do tema, se a realidade vivida em Anchieta-ES dialoga com as dos referidos estudos.

4.1 – O perfil dos jovens pesquisados

O fator idade ficou relativamente direcionado uma vez que, por opção metodológica, usaram-se as escolas para a realização de quatro dos cinco grupos focais. Conseqüentemente a participação dos jovens se deu, em sua maioria, em

idade regular ao ensino médio, ou seja, entre 15 e 20 anos (*Cf.* Anexo C, Tabela 2.C). Ainda assim houve exceções que valem ser ponderadas.

No Setor São Mateus, o grupo foi formado por alunos das turmas de EJA – Educação de Jovens e adultos, que cursavam o ensino fundamental. Nesse grupo houve a participação de pessoas com idade que normalmente extrapolam as faixas etárias estabelecidas pelas organizações⁵³, ou seja, oito pessoas com mais de 30 anos num grupo de vinte e seis participantes. O que se pode perceber no decorrer dos trabalhos é que alguns ali estavam por se considerarem jovens, independentemente da idade. Mas outros parecem não ter entendido, na hora do convite na sala de aula, o critério de ser jovem (que não mencionava idade), uma vez que não demonstraram se sentir assim em suas falas, pois muitas das vezes se referiam aos colegas dizendo “você jovens...”, demonstrando com essa postura se entenderem adultos.

Já no Grupo Participante do Setor Horizonte, o único grupo que não foi realizado em escola, a participação foi através de convite livre feito às comunidades. Lá participaram três pessoas com idade superior a 30 anos. Como a participação foi espontânea, e não houve nenhuma fala que demonstrasse que eles estavam ali porque não havia entendido o convite, considerou-se o “se sentir jovem”.

No Setor Jabaquara, a maioria tinha entre 15 e 20 anos, porém estiveram presentes jovens em idades de 25 a 30 anos. Nos Setores Corindiba e Pongal, todos tinham idade entre 14 e 20 anos. A idade está aqui mencionada como um dos tantos elementos que constroem a categoria de juventude. Não se pretende com o uso dela reduzir ou simplificar um universo que é tão complexo, como bem pondera Castro:

Diversos autores demonstram [...] a necessidade do esforço analítico para se fugir dos caminhos “fáceis” da substancialização e das pré-definições, e se embarcar em uma “aventura antropológica”, como condição para aprofundar a compreensão de processos de construção da categoria. Nessa empreitada parti do debate travado entre as diversas matrizes que apontam a categoria como socialmente construída, permeada por diferentes interesses, realidades e assim, multifacetada. Mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a própria produção acadêmica, as propostas e projetos de políticas públicas e as diversas formas de auto-expressão e auto-organização, diacrônica e sincronicamente vivenciadas, reforçam e sustentam uma categoria que se constrói e se reconstrói enquanto ator social. (CASTRO, 2005, p.33)

⁵³ Ver Capítulo 2 – Subcapítulo Juventude, dentre algumas abordagens que compõem o conceito de juventude, a discussão da faixa etária.

O fato de quatro dos cinco grupos serem realizados nas escolas já garantiu que a maioria absoluta dos participantes estivesse estudando. Três grupos foram realizados em escolas/turnos de ensino médio e 01 grupo foi realizado com alunos do EJA que estavam fazendo o ensino fundamental. Como o convite foi aberto à jovens de fora da escola, os Grupos Participantes de Jabaquara e de São Mateus também contou com a presença de jovens não estudantes ou estudantes de outros níveis.

Então considerando esses outros jovens e o Grupo Participante do Setor Horizonte que foi fora da escola, a escolaridade (Cf. Anexo C, Tabela 04) ficou assim distribuída: 26 (vinte e seis) no ensino fundamental incompleto (sendo que 01 deles não estuda mais), 01 (um) com ensino fundamental completo, 64 (sessenta e quatro) cursando o ensino médio, 08 (oito) com ensino médio completo e 04 (quatro) com ensino superior completo. Vale reforçar que o alto índice de estudantes foi garantido pela realização dos grupos em escolas, o que não garante corresponder aos índices de escolaridade do município⁵⁴.

A aproximadamente dez anos atrás, a realidade era que mais da metade dos jovens ocupados não estavam estudando (IJSN 2007), e somado à leitura de outros dados, tudo indicava que a maioria dos jovens que se encontravam nessa condição eram justamente os rurais.

Carneiro (1999) identificou que o grau de escolaridade entre os jovens rurais vem aumentando gradativamente, mas que ainda persiste um abandono dos estudos principalmente por parte daqueles que assumem a terra.

Mas, são raros os sucessores dos pais na exploração familiar que ultrapassam o curso primário. A permanência na atividade agrícola é entendida como a alternativa mais viável para aqueles que “não gostam de estudar” mas, mesmo assim, em decorrência até das necessidades da própria modernização da agricultura, passa a exigir familiaridade com cálculos eficientes no que se refere à comercialização do produto, ao crédito, juros e investimentos, registra-se o esforço dos pais para que os filho-sucessor conclua o segundo grau. (CARNEIRO, 1999, p.11)

O abandono dos estudos atribuído ao “não gostar” de estudar, é construído a partir de muitos fatores no meio rural. As distâncias e dificuldades para se chegar à escola depois de um dia de trabalho e não ter sua realidade enxergada na escola são alguns dos elementos que fazem o jovem rural muitas das vezes desistir dos estudos.

⁵⁴ Para maiores detalhes ver Capítulo 02, subcapítulo “Juventude rural e sucessão no município de Anchieta”.

Por outro lado, as facilidades de transporte e a melhoria de infra-estrutura que vem ocorrendo no meio rural, ainda que lentamente, somado à credibilidade, tanto dos pais quanto dos filhos, de que o estudo é necessário para um futuro melhor, seja no rural, seja no urbano, estão melhorando os índices de escolaridade no rural.

Sobre essa “conversão de atitude” que os jovens, e principalmente os pais, vêm construindo sobre a escola, visivelmente diferente das gerações anteriores, Bourdieu (2000, p.113) esclarece que é justamente porque a escola é o principal instrumento da dominação simbólica do mundo da cidade. Aquela negação que os pais das gerações anteriores tinham sobre a escola, de defender que quem trabalha na roça não precisa estudar, foi (ou está) desaparecendo à medida que a escola foi (ou está) se configurando como “a única capaz de ensinar as competências que o mercado econômico e o mercado simbólico exigem com uma urgência cada vez maior”. Com isso, diz o autor, torna-se fato que através da escola os jovens rurais apreendam outros valores e desejos que se diferem e se afastam de suas origens.

Se a escola, por um lado é reconhecida como um direito fundamental para os jovens rurais, propiciando um acúmulo de saberes que lhes são necessários, por outro lado tem sido também, como tratam vários dos pesquisadores aqui mencionados, bem como se pôde observar no processo de coleta de dados, um dos principais instrumentos para reproduzir a ideia de que os valores citadinos são os melhores. Assim sendo, como será visualizado durante esse trabalho, a escola tem sido um caminho para saída dos jovens do campo para a cidade, seja através do que é construído por ela, seja em busca dela.

Além da idade e escolaridade outras características dos participantes chamaram atenção, como sexo e estado civil (*Cf.* Anexo C, Tabelas 1.C e 3.C respectivamente). De modo geral, a participação entre moças e rapazes foi equilibrada, sendo 47 (quarenta e sete) delas e 56 (cinquenta e seis) deles no total. Nos grupos individualmente essa distribuição também não apresentou variações tão significativas, com exceção do Setor Horizonte, onde dos 16 participantes, apenas 02 (duas) eram mulheres. Como não foram explorados junto aos participantes os motivos ou razões de tal situação, prefere-se não fazer nenhuma inferência.

Já no Setor São Mateus, dos 26 (vinte e seis) participantes 16 (dezesesseis) eram mulheres. Considerando ser essa uma turma de EJA, ou seja, de pessoas que interromperam seus estudos por algum motivo, ou até mesmo nunca tinha estudado,

e agora estão na escola, a informação mais explícita que chama a atenção é o fato de ter mais mulheres que homens. Aprofundando ainda mais a investigação, nota-se que das 08 (oito) pessoas acima da idade estabelecida que participaram desse grupo, 06 (seis) eram mulheres, o que leva a pensar, juntando as duas informações, que as mulheres estão mais propensas a voltarem a estudar que os homens, independente da idade, que é colocado muitas das vezes como um empecilho. As estatísticas oficiais têm, nos anos recentes, demonstrado uma progressiva presença das mulheres no sistema de ensino, mas essa afirmação precisa ser melhor aprofundada para que de fato possa se afirmar uma reversão nas desigualdades de gênero e escolaridade (SPOSITO, 2005, p.101).

Considerando essa informação e os dados apresentados um pouco atrás sobre a escolaridade dos jovens pesquisados, vê-se o quanto o tema está presente e influencia nos projetos de vida dos jovens. Castro (2005, p. 249) em sua pesquisa observou que embora o interesse pela escola fosse de ambos os sexos, as filhas tendem a ter mais anos de escolaridade, associando que o desinteresse das jovens pela roça, leva a uma maior permanência na escola. Segundo ela essa percepção é identificada tanto em pesquisas realizadas em assentamentos rurais, como em áreas de produção familiar. Em ambas as realidades, existem diferenças na formação e preparação dos “jovens” e das “jovens”.

É no período escolar que começam os processos sucessórios, já que, como se pode observar nessa pesquisa, e é retratado por Castro (ibid), as filhas são incentivadas a buscar atividades em núcleos urbanos, e os filhos a se inserirem em atividades em áreas rurais:

As filhas seguem outra dinâmica. Elas buscam emprego, principalmente no comércio e em alguns casos, como doméstica/babá, mas têm mais dificuldade de se colocar no mercado. Esse fator se associa a um maior controle da família sobre as mulheres, principalmente “jovens”, que são “proibidas” ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento, [...]. Essa dificuldade de inserção no trabalho externo, aliada ao controle e a uma menor atuação na “roça”, podem contribuir para uma maior permanência na escola. (CASTRO, 2005, p.253)

Bourdieu também chama a atenção para o processo em que as jovens são levadas, pelos próprios pais, a aspirarem maior tempo de estudo e que através dele, desvinculam-se da vida e de um futuro no meio rural:

[...] a ação de desculturação encontra terreno particularmente favorável entre as jovens cujas aspirações tendem sempre a se organizar em razão

do casamento e que, por isso, são mais atentas e mais sensíveis aos modos e às maneiras urbanas e ao conjunto dos mercados sociais que definem o valor dos parceiros potenciais no mercado de bens simbólicos, logo mais propensas a reter do ensino escolar pelo menos os sinais exteriores da civilidade cidadina. E é significativo que, como se, mais uma vez, elas se tornassem cúmplices de seu destino objetivo, os camponeses escolarizam mais e por mais tempo as suas filhas. (BOURDIEU, 2000, p. 116)

Quanto ao estado civil 83% (oitenta e três por cento) dos participantes dos cinco grupos focais, eram solteiros, 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento) casados e 0,5% (zero vírgula cinco por cento) separado. Dentre os casados, que somavam 16 (dezesseis), foi interessante perceber que 09 (nove) eram mulheres, bem como a única pessoa separada. Esse é um dado que remete pensar sobre o papel do casamento na agricultura familiar, principalmente para as mulheres, anteriormente abordado. O casamento é considerado muitas das vezes a única possibilidade de acesso à terra por parte das mulheres, uma vez que no processo de herança é comum ficarem de fora, em detrimento de seus irmãos.

Mas como nesse mesmo processo tem se observado que as estratégias familiares levam as moças a preferirem o estudo à terra (essa situação será reforçada nas falas das jovens sobre sucessão mais à frente), há uma tendência por parte delas a procurarem casamento fora do rural. Castro (2005, p. 162) diz que o “casamento externo pode indicar uma maior valorização dos rapazes da cidade visando romper com a autoridade paterna”, bem como, “o interesse por serviços e estilo de vida urbano”. Bourdieu também reforça essa escolha ao confirmar que,

[...] as mulheres olham cada vez mais para a cidade em vez de seu lugarejo ou para os lugarejos vizinhos. Mais dispostas que os homens a adotar os modelos e os idéias urbanos, elas se recusam a se casar com um camponês que lhes prometa aquilo mesmo de que querem fugir (entre outras coisas, a autoridade dos sogros). (BOURDIEU, 2000, p. 109)

Independente das especificidades que recaem sobre as jovens, diante das informações obtidas junto aos jovens pesquisados é que, entre 15(quinze) e 20 (vinte) anos, faixa etária predominante nessa pesquisa, o casamento não tem sido uma realidade, já que dos que se declararam casados, todos estavam acima dos 20 (vinte) anos. Esse dado dialoga com os resultados da Pesquisa Retratos da Juventude Brasileira (ABRAMO E BRANCO, 2005, p.377). O casamento tem acontecido um pouco mais tarde na vida dos e das jovens. A busca por maior escolaridade e melhores condições de trabalho, principalmente por parte das moças, tem se

traduzido na ampliação da idade em que se casam, mas principalmente do universo do mercado matrimonial, ainda que as razões sejam diferentes para as moças e os rapazes, como demonstra Castro:

Essa tendência nos colocaria diante de um processo de masculinização (Abramovay:1998), onde a saída seria em função de interesses externos, como a continuidade dos estudos e a busca de trabalho remunerado. De fato, percebe-se um interesse maior das jovens do que dos jovens de irem morar em núcleos urbanos [...]. Como parte desse processo, temos [...] a tendência ao deslocamento do mercado matrimonial para esse universo, “justificado” pela desqualificação do universo rural, principalmente no discurso das “jovens”. Contudo, a associação entre namoro e casamento externo e desinteresse pela vida na *roça*, está permeada por outros fatores constituidores dessa prática matrimonial. O casamento “fora” pode ser antes consequência da ampliação da circulação entre a área rural e a urbana, e a consolidação de novas redes sociais, no caso dos “jovens”, redes formadas nas escolas, mas principalmente nas igrejas. (CASTRO, 2005 p. 160)

A autora pondera também que nesse processo de ampliação do mercado matrimonial, não necessariamente os jovens estão buscando uma ruptura na família, mas podem estar sim buscando um distanciamento da autoridade paterna e do controle da comunidade.

Dentre as mudanças observadas no espaço rural, uma que fortemente chama a atenção, e é tratado no referencial teórico (ABRAMOVAY, 2001), é a diminuição do número de filhos nas famílias (Cf. Anexo C, Tabela 8.C). Entendendo aqui um enfoque nas famílias rurais. Dentre os participantes 67% (sessenta e sete por cento) respondeu que a família tem entre 04 e 06 (quatro e seis) membros. Se partir da hipótese de que todas as famílias são constituídas por pai, mãe e filhos, poder-se-ia dizer que a média de filhos nas famílias desse município está entre 02 e 04 (dois e quatro) filhos. A segunda opção mais marcada foi “entre 01 e 03 (um e três) membros”, significando 18% (dezoito por cento) dos respondentes. Somando esses dois intervalos pode-se concluir que a média não ultrapassa a três filhos, uma realidade bastante diferente nas famílias de gerações anteriores.

Essa diminuição no número de filhos é uma tendência generalizada, percebida principalmente no espaço urbano, mas também, ainda que de forma mais sutil, nas famílias rurais. Observando as especificidades, viu-se que nos Setores Horizonte e São Mateus foi onde mais apareceram famílias com números de membros superiores a sete. Considerando que esses dois setores não estão social e economicamente estruturados como os demais, e é aí que se concentram a maior parte das

propriedades familiares com até 10 ha, ou seja, minifúndios onde se produz mais para subsistência, reproduz-se o que mostram as estatísticas oficiais - as famílias são maiores justamente onde há mais carências econômicas e desigualdades sociais.

Considerando que as informações que os jovens trazem sobre a condição de suas famílias condiz com a realidade, pode-se afirmar que predominam no município de Anchieta famílias proprietárias, ainda que em condições bem diversas. A pluriatividade das famílias mostrou-se ser uma realidade em todo o município, estando presente tanto em famílias com propriedades menores e menos consolidadas, quanto nas consideradas mais consolidadas⁵⁵. (Cf. Anexo C, Tabela 5.C)

No Setor Corindiba, a soma dos proprietários e parceiros correspondem a 80% (oitenta por cento) das famílias. Esses números demonstram um forte vínculo das famílias com a atividade rural, o que é reforçado na questão ‘quantos membros da família permanecem na atividade rural’ (Cf. Anexo C, Tabela 9.C). Nove responderam que todos os membros permanecem e 07 (sete) responderam que só alguns permanecem. Ninguém marcou a opção “nenhum”, fato que não ocorreu nos demais setores. Geograficamente esse é o setor que fica mais distante da sede, tem uma Escola Família Agrícola atuando em suas comunidades, bem como propriedades consideradas mais consolidadas. Esse conjunto de fatores bem como outros que não foram abordados nos trabalhos de grupo, como produtividade, podem contribuir para ser esse o único setor com vínculo quase que exclusivo com a agricultura.

No Setor Horizonte, apreende-se que a realidade é bem diferente do setor anterior. Metade dos jovens declarou que o vínculo de suas famílias é com as atividades rurais (06 declararam serem proprietários, sendo que um deles também desenvolve atividades como parceiro e dois assalariados rurais). A outra metade declarou que só alguns membros da família têm vínculo com a atividade rural ou que só moram na área rural, mas não têm nenhum vínculo com atividade rural.

⁵⁵ Sobre esse conceito Abramovay constrói as seguintes categorias: (a) “Agricultores consolidados”: aqueles cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação. Sua renda de operação agrícola é superior a US\$ 4.200/família/ano (incluindo a renda atribuída ao consumo de subsistência); (b) “Agricultores em transição”: aqueles que vivem da agricultura, mas que não conseguem realizar investimentos e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. A idéia de transição procura enfatizar o fato que este declínio não é uma fatalidade e que o agricultor possui base para melhorar seu desempenho caso possa realizar alguns investimentos na propriedade. Sua renda agrícola líquida fica entre US\$ 2.400 e US\$ 4.200 família/ano (incluindo auto-consumo); (c) “Agricultores em exclusão”: apesar de sua importância social, sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento. Sua renda (inclusive a de auto-consumo) situa-se abaixo de US\$ 2.400 família/ano. Para maiores detalhes Cf. ABRAMOVAY (1998a, p.24).

A análise desses dados dialoga com o que está apresentado no Censo da Semader⁵⁶, quando mostra que nesta comunidade mais de 50% (cinquenta por cento) das famílias são agricultores familiares e 29% (vinte e nove por cento) estão em outras atividades não rurais. Esses dados podem ser explicados pela presença da Samarco e outras empresas menores no setor, pela proximidade com a sede do município, que estreita e facilita as relações, inclusive de trabalho, bem como, pelo número de minifúndios que aí se encontram não sendo autosuficiente para prover a renda da família que busca sua complementação em outras atividades.

Essa realidade fica explícita nos resultados expressos na questão ‘quantos membros da família permanecem na atividade rural’ (Cf. Anexo C, Tabela 9.C). Dez responderam que só alguns membros permanecem e 06 responderam que nenhum membro permanece.

Nesse aspecto, o Setor São Mateus em muito se assemelha com o anterior. Dezesete dos 26 (vinte e seis) respondentes declararam que o vínculo da família é com atividade rural (nove proprietários, três parceiros/meeiros e cinco assalariados rurais) o que não exclui a possibilidade de membros dessas famílias também desenvolverem atividades externas. Cinco declararam que só moram na área rural, mas não tem nenhum vínculo com agricultura, mostrando a relação que as famílias desse setor têm com atividades consideradas não rurais. Dentre os demais, um declarou que só alguns membros da família têm vínculo com a atividade rural, um declarou outras e dois não souberam responder. Se forem somados os parceiros e assalariados rurais, vê-se que 08 (oito) dos respondentes, aproximadamente 1/3 (um terço), mostram que suas famílias não possuem terras e estão trabalhando nas propriedades de outros, um forte fator que leva à pluriatividade das famílias. Stropasolas (2006, p. 58) diz que “as rendas provenientes de fontes exteriores ao estabelecimento agropecuário são tão importantes quanto maior a pobreza das famílias”.

Esses dados são reforçados com os resultados da questão ‘quantos membros da família permanecem na atividade rural’: 13 (treze) responderam que só alguns permanecem, 08 (oito) responderam que nenhum permanece e somente 03 (três) responderam que todos os membros permanecem. E dois marcaram não saber responder. Informações que, assim como no Setor Horizonte, demonstram a

⁵⁶ Cf. Anexo B.

pluriatividade como uma dinâmica crescente e até necessária à realidade socioeconômica desses setores.

Em setores mais estruturados como Jabaquara⁵⁷ e Pongal, a pluriatividade é uma realidade visível nas próprias comunidades, principalmente nas maiores, como Jabaquara e Alto Pongal. Diferentemente dos outros setores onde o que prevalece são membros da família que desenvolvem atividades fora de suas comunidades, principalmente na cidade, naquelas comunidades veem-se as famílias desenvolvendo outras atividades não agrícolas, principalmente através de pequenos comércios, no próprio local. Na Comunidade de Alto Pongal, por exemplo, é crescente o número de estabelecimentos que também desenvolvem atividades rurais não agrícolas, principalmente a agroindústria e o agroturismo.

No Setor Jabaquara, 10 (dez) respondentes, ou seja, em torno de 43% (quarenta e três por cento), declararam que só moram na área rural, mas não tem nenhum vínculo com agricultura, 03 (três) declararam que só alguns membros da família têm vínculo com a atividade rural, 02 (dois) declararam outras, 05 (cinco) declararam ser proprietários, 02 (dois) declararam ser assalariados rurais e 01 (um) declarou ser parceiro/meeiro. Se forem somados as três primeiras opções ver-se-á que 65% (sessenta e cinco por cento) dos respondentes tem poucos ou nenhum membro que desenvolve atividades rurais. Por outro lado, as outras três opções, proprietários, parceiros/meeiros e assalariados rurais, juntas correspondem a oito respondentes, ou seja, 35% (trinta e cinco por cento) deles.

Esses dados são reforçados com os resultados da questão ‘quantos membros da família permanecem na atividade rural’: 12 (doze) responderam que nenhum membro permanece, 09 (nove) responderam que só alguns permanecem, e somente 02 (dois) responderam que todos os membros permanecem. A realidade é fortemente moldada pela presença das propriedades médias, principalmente nas comunidades de Jabaquara e Simpatia, que exploram a pecuária através do trabalho assalariado, e nas demais comunidades, prevalecerem minifúndios de até 10 há (dez hectares).

O Setor Pongal, considerado pelos órgãos e entidades locais, como o de agricultura familiar mais consolidada, também surpreende. De seus respondentes, 12 (doze) declararam ser proprietários, 01 (um) parceiro e 02 (dois) assalariados rurais. Esses dados dialogam com a realidade apresentada no Censo da Semader ao mostrar

⁵⁷ Cf. Descrição sócio econômica dos setores no Capítulo 3.

esse setor como um dos mais fortes em presença de agricultores familiares, principalmente proprietários. Além desses, 06 (seis) declararam que só alguns membros da família têm vínculo com a atividade rural e 01(um) que respondeu outras. Esses números demonstram, considerando os debates que se sucederam, que ainda que sejam proprietários, na maioria das vezes, poucos ou somente um dos membros continua na atividade rural.

Essa situação se confirmou com as resposta da questão ‘membros da família que permanecem na atividade rural’, onde, 19 (dezenove) disseram que só alguns membros permanecem, 02 (dois) disseram que ninguém permanece, e somente 01 disse que todos os membros permanecem na atividade rural. Isso se explica pelo considerável número de outras ocupações lá existentes, como, funcionários públicos, caminhoneiros e comerciantes locais, identificados no Censo da Semader.

Visualizando os cinco setores, identifica-se que o rural de Anchieta é eminentemente formado por agricultores familiares e que pluriatividade é uma realidade. Análise essa baseada principalmente nas informações declaradas de que em torno de 56% (cinquenta e seis por cento) dos jovens (precisamente 58 deles) declararam que só alguns membros de suas famílias permanecem na atividade rural (Cf. Anexo C, Tabela 9.C). E os que disseram que nenhum membro da família permanece (28), foi maior do que os que disseram que todos permanecem (15).

Seja em setores mais estruturados ou com agricultura mais consolidada, seja em setores econômica e socialmente mais fragilizados, a pluriatividade é identificada como uma realidade e até necessidade, resultante de fatores como: não acesso à terra; propriedade insuficiente para garantia de sustento de toda a família; proximidade com a cidade, possibilitando envolvimento em atividades urbanas; presença de empresas, serviços e comércio, ainda que incipiente, nas próprias comunidades, absorvendo a mão de obra local; entre outros. Carneiro (1999, p.7) identifica que as crises econômicas que podem se abater sobre a agricultura de base familiar é o que levam os agricultores e seus filhos a buscarem alternativas de trabalho fora da propriedade ou da comunidade, e que essa atitude tanto pode ser um complemento às atividades realizadas nas unidades produtivas, como uma saída definitiva. Em alguns casos, segundo a autora, o exercício da pluriatividade ganha tamanha dimensão que “se traduz na retração da atividade agrícola que passa a ocupar o papel de renda complementar.”

Mas em comunidades como Jabaquara e Alto Pongal o que parece saltar aos olhos enquanto atividades externas que absorvem membros das famílias rurais é o serviço público, principalmente através de cargos como, agentes de saúde, auxiliar de serviços gerais, motoristas, merendeiras, professores e outros. Essa realidade bastante visível nessas comunidades dialoga com as constatações feitas por Stropasolas (2006, p.56) ao dizer que “as estratégias familiares em torno da organização do trabalho fazem parte, sem dúvida, das dimensões mais importantes que orientam a vida das unidades de produção familiares”. Mas o mais importante é que esse autor ressalta “que em todos os contextos a pluriatividade tem como pano de fundo o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural”

Ter alguém da família envolvido em outras atividades que não as agrícolas, parece influenciar os jovens que ainda não estão envolvidos, a também almejá-las. Pelo menos esse foi um desejo manifestado nos trabalhos dos grupos. Sem a preocupação de analisar se essas mudanças são benéficas ou maléficas, tão pouco esgotar todas as razões, pretende-se nesse momento mostrar em que situação encontram-se os jovens. Quais tem sido suas atribuições, trabalho desempenhado pelos jovens rurais, nesse momento da vida, para entender depois a influência desses nas escolhas e projetos de vida desses jovens.

Das opções mais marcadas destacam-se: 28% (vinte e oito por cento) declarou ‘fazer de tudo um pouco na atividade rural’, 26% (vinte e seis por cento) ‘só as atividades domésticas’ e 18% (dezoito por cento) declarou ‘outros’. Na opção outros, apareceu: estudantes, funcionário público, "bicos", "faz nada", auxiliar de biblioteca, mecânico automotivo, indústria, comércio, soldador, fábrica de móveis, garçomete, serviços gerais, eletricitista, abastecimento de água e servente (Cf. Anexo C, Tabela 10C).

Porém se forem somadas todas as opções que compõem o conjunto de atividades que envolvem o trabalho no regime de economia familiar, tais como, ‘fazer de tudo um pouco na atividade rural’, ‘só na lavoura’, ‘outras atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria etc)’, ‘domésticas e atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria e agroturismo)’ ‘domésticas e esporadicamente na lavoura’, ‘domésticas e lavoura sempre’, ‘só as atividades domésticas’⁵⁸ e ‘mescla

⁵⁸ Considera-se a atividade doméstica uma base importante no regime de economia familiar, e portanto, trabalho produtivo. Maria Ignez S. Paulilo diz que o não reconhecimento do trabalho doméstico no

atividades rurais com outras’, ver-se-á que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) dos jovens respondentes.

Esse percentual é bastante significativo, demonstrando que os jovens estão envolvidos no trabalho familiar, ainda que convivam com a realidade da pluriatividade. Em suas falas, demonstram o desejo de também desenvolver atividades fora do rural ou atividades rurais não agrícolas.

Mas outros elementos também chamaram a atenção nessa questão, e um deles é o lugar que a jovem ocupa na família. Salvo as peculiaridades dos Setores São Mateus e Corindiba, que serão consideradas em breve, a maioria das mulheres disse desenvolver atividades domésticas. Ou olhando de outra forma, de todos que marcaram a atividades domésticas, sozinha ou mesclada a outras atividades, só um era homem, do Setor Horizonte. Essa informação demonstra que ainda não existe um reconhecimento da importância da atividade doméstica para a economia familiar, e que essas continuam sendo desenvolvidas quase que exclusivamente pelas mulheres, ou seja, ainda são atividades consideradas secundárias, o que torna o papel das mulheres menos importante e até invisível. Paulilo chama a atenção para esse fato:

Faz sentido também atentarmos para a discriminação que é não considerar as lidas femininas, na casa ou na roça, como ‘trabalho’. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’- é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade se suas principais instituições, incluindo a família. (PAULILO, 2004, p. 235)

Tal é a forma que essa discriminação está construída nas jovens, que elas mesmas não reconhecem a importância de seu papel no regime de economia familiar, assim como os pais e irmãos. A interiorização dessa divisão de papéis entre homens e mulheres, dando maior importância e significado aos primeiros, tem por base um fundo econômico e tem seus resultados apresentados em outro momento da vida das jovens – na sucessão – quando as próprias moças entendem não ter direito à terra já que são seus irmãos que trabalham nela. Veremos a ocorrência dessa realidade um pouco mais à frente.

regime de economia familiar, tem sua origem nas bases do capitalismo. Segundo ela “o capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. [...] E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo a ser remunerado foi o despendido nas atividades econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender”. Para maiores detalhes Cf. PAULILO (2004, p. 243).

Sobre as peculiaridades referidas aos Setores Corindiba e São Mateus, vê-se no primeiro, que das 09 (nove) moças presentes, 04 (quatro) declararam desenvolver atividades rurais. Já em São Mateus 07 (sete) das 16 (dezesesseis) mulheres presentes disseram desenvolver atividades rurais, sozinha ou mesclada a outras atividades. Nesses dois setores foi onde mais apareceram manifestações de mulheres envolvidas diretamente com as atividades rurais.

Já no Setor Pongal, as únicas duas referências ao trabalho rural foi à atividades rurais não agrícolas, no caso, agroindústria. Chamou atenção também o Setor Jabaquara. Das 09 (nove) moças presentes, nenhuma declarou desenvolver o trabalho em atividades rurais, apesar de se saber que algumas o faziam, principalmente o trabalho assalariado. As respostas se concentraram nas atividades ‘domésticas’ e ‘outras’, com destaque para ‘estudante’. O que leva a crer que houve aí certo desconforto em assumir uma atividade que, dentro daquele grupo, naquele momento do trabalho, não tivesse reconhecimento, ou fosse visto como um trabalho sem valor. Esse sentimento era explícito quando algum rapaz falava da atividade rural que desenvolvia, e os participantes manifestavam risos ou comentários como “tá ferrado”, dando sempre a ideia de ser um trabalho “sem futuro” e inferior. Castro (2005, p.247) diz que “nesse discurso acionam-se imagens e construções do ‘homem do campo’ associado à ‘atraso’”, falta de opção, falta de escolha, opção para quem não é inteligente. E que por isso o estudo, que já foi abordado, é “associado a percepções que representam mobilidade social, onde a sua própria condição de trabalhador do meio rural aparece em posição de inferioridade”.

Uma possível razão dessa compreensão que os jovens têm sobre o trabalho rural pode ser, em grande parte, consequência direta da relação trabalho versus renda, que foi também investigado.

Perguntados se possuem renda própria pelo trabalho que desempenham, 49% (quarenta e nove por cento) disseram não ter nenhuma renda. Vinte e sete por cento disse ter até 01 (um) salário, 10% (dez por cento) de 01 a 02 (um a dois) salários e 5% (cinco por cento) mais de 02 (dois) salários mínimos (Cf. Anexo C, Tabela 07). Seis por cento disseram não saber. A não remuneração pelo trabalho desenvolvido pode, sem dúvida, ser uma das razões do descontentamento dos jovens com o trabalho rural, bem como o motivador para desejarem um trabalho no meio urbano, onde serão remunerados.

Os setores que anteriormente se destacaram pela presença dos jovens nas atividades domésticas e rurais, como Jabaquara⁵⁹, Pongal e Corindiba – foram justamente onde o número de jovens sem nenhuma renda foi mais significativo. O que leva a concluir que há participação dos jovens nas atividades familiares, mas em grande parte eles não são reconhecidos e remunerados por isso. Por outro lado, os Setores Horizonte e São Mateus, onde encontrou-se uma relação mais forte com as atividades da cidade e empresas locais, foi onde constatou-se proporcionalmente mais jovens com renda própria.

Nos debates das questões pôde ser percebido que para eles renda própria era principalmente um valor em dinheiro recebido pelo trabalho desempenhado, que tinha constância, e que podiam decidir sobre ela. Mas o que a maioria dizia, é que no momento em que precisavam de algum dinheiro, pediam aos pais, o que nem sempre era atendido. Essa situação mostra uma forte subordinação e hierarquia dos filhos, junto aos pais, fator esse que pode influenciar consideravelmente nas perspectivas e projetos de vida dos jovens.

Paulilo (2004) lembra que muitas das vezes o(s) sucessor (es) só assumem a total responsabilidade sobre a terra e as atividades desenvolvidas nela com o falecimento do pai, já que a aposentadoria não significa parar de trabalhar. Dessa forma o trabalho subordinado e dependente dos filhos, mais dos que as condições econômicas, tem sido causa para a saída.

Essa situação ficou ainda mais evidente junto às mulheres. No Setor São Mateus, por exemplo, dos 09 (nove) jovens que responderam não ter nenhuma renda, 07 (sete) eram mulheres, e dentre os 04 (quatro) que recebiam até meio salário, todas eram mulheres. No Setor Jabaquara, do total de mulheres, ou seja, 09 (nove), 06 (seis) estavam entre os que não têm nenhuma renda. No Setor Corindiba, das 09 (nove) moças presentes, 06 (seis) declararam não ter renda. Assim como no Setor Pongal, onde das 11 (onze) moças, 09 (nove) também declararam não ter renda. No Setor Horizonte, ainda que estivessem presentes apenas 02 (duas) moças, a situação não foi diferente.

⁵⁹ Volta-se aqui ao número de jovens que marcaram a opção ‘outros’ e dentre elas se declararam ‘estudantes’. Pode-se entender que o trabalho desenvolvido no conjunto da família, por não ser remunerado, também não é compreendido como tal.

Esses dados reafirmam o não reconhecimento do papel e trabalho das jovens no seio da família, identificado e discutido por vários dos pesquisadores aqui utilizados. A subordinação de gênero na agricultura familiar tem sido, sem dúvida, um dos principais fatores para a masculinização do campo. As moças são as primeiras a buscarem oportunidades e reconhecimento fora do espaço rural, como mostra Stropasolas:

De acordo com esse ponto de vista, modificam-se também as relações da pequena produção com a natureza, com o trabalho, com a família, com a terra e as relações de herança. Como indicam as pesquisas sobre o que representa a terra para os agricultores familiares, observa-se que, embora as modificações sejam expressas a partir das dificuldades econômicas para a produção do grupo doméstico, a “desvalorização” se manifesta, simultaneamente e com maior amplitude, no questionamento a matriz valorativa, cultural e simbólica, que constitui e dá forma também à categoria terra, pois, uma vez abalados os alicerces que sustentam esses laços afetivos – a exploração agrícola – precipita-se o processo de desagregação social de diversos grupos que integram a agricultura familiar, particularmente aqueles cujos laços são mais fáceis de serem rompidos, entre os quais os jovens e, entre estes, as filhas dos agricultores. (STROPASOLAS, 2006, p.73)

Como também afirma Abramovay (1998a, p.16), o “viés de gênero no êxodo rural”, para além das favoráveis particularidades do mercado de trabalho urbano, situa-se fortemente no papel subalterno que as jovens ocupam no interior da família.

A não participação dos jovens nas questões da família foi reforçada na pergunta sobre a renda familiar (Cf. Anexo C, Tabela 6.C). Quarenta e sete por cento (47%) dos participantes disseram não saber qual é a renda da família, referendando a exclusão dos jovens nas discussões econômicas da família. E mais uma vez fica evidente a subordinação de gênero, tendo em vista que dentre os que responderam não saber, a maioria eram as jovens. No Setor Jabaquara, das 09 (nove) jovens, 04 (quatro) disseram não saber; no Setor Corindiba, das 09 (nove) jovens, 06 (seis) disseram não saber; e no Setor São Mateus, das 16 (dezesesseis), 10 (dez) disseram não saber. Só por esses três setores constata-se a restrita participação das jovens na vida econômica da família, que historicamente tem se concentrado nas mãos masculinas e adultas.

Dentre as opções de renda marcadas, a que teve maior expressão foi a de ‘Renda superior a R\$ 6.720 família/ano’⁶⁰. Para tal resultado pode-se inferir pelo

⁶⁰ Foram utilizados 03 intervalos: ‘Possui renda até R\$ 3.840,00 família/ano’, ‘Possui renda de R\$ 3.840,00 a R\$ 6.720 família/ano’ e ‘Renda superior a R\$ 6.720 família/ano’ conforme Anexo B, Tabe-

menos duas hipóteses - a presença da pluriatividade em comunidades de todos os setores, fazendo com que a renda das famílias que vivenciam essa realidade seja complementada com a renda das atividades externas e; ter comunidades onde a agricultura familiar está mais diversificada, estruturada e consolidada⁶¹, principalmente nos Setores Corindiba e Pongal. Já os que marcaram a opção de ‘renda até R\$ 3.800,00 família/ano’, foram justamente os de comunidades onde se identificou o trabalho assalariado (principalmente diaristas), e a forte presença de minifúndios onde a produção se destina quase que exclusivamente à subsistência.

Além das questões acima, que foram coletadas através de questionário⁶², pôde-se também complementar as informações sobre aqueles jovens a partir de elementos abstraídos da apresentação deles. Além do nome, foi pedido que dissessem o que mais gostavam e o que menos gostavam de fazer. Mais que a intenção de desconstruir o trabalho que se iniciava, essa questão visava levantar as primeiras informações do cotidiano daqueles jovens.

Dentre as respostas dadas no ‘que mais gosta de fazer’, o destaque ficou com as opções de lazer e/ou ócio e estar com os amigos, entendendo que “ficar em casa” carregava a ideia do não trabalho. Essa opção apareceu como principal em todos os setores, exceto em Horizonte que apontou, antes dela, o trabalho e as atividades de cunho coletivo/social, como participar de movimentos, atividades da comunidade e serviços voluntários.

Esse diferencial observado na comunidade de Belo Horizonte pode ter como explicação o fato de ali se registrar um alto grau de parentesco entre as famílias e vários espaços de participação coletiva, como, associação comunitária, grupo de jovens, grupo de dança, grupo de música e outros instrumentos de relações sociais. A interação dos jovens com esses espaços e momentos ao longo de sua vivência na comunidade, faz com que valorizem, assim como em outros setores, as experiências coletivas e sociais.

la 6.B. Para se chegar a esses intervalos foi feita uma conversão, em junho de 2008, dos valores expressos em dólar, utilizados por Abramovay (1998a, p.24) na construção de categorias como, consolidados, transição e excluídos, que classificam os agricultores familiares enquanto condição econômica.

⁶¹ Ver conceito de consolidados em ABRAMOVAY (1998a, p.24). Cf. nota de rodapé 55.

⁶² Ver capítulo metodológico.

Castro (2005) defende que esses espaços e processos contribuem para a “descoberta de um mundo rural prazeroso”. É forte a presença de jovens em ações como a Semana da Agricultura Familiar⁶³, acompanhando os momentos de comercialização, de formação, de manifestações culturais e em todas as outras atividades. Assim como é comum vê-los em espaços organizativos, como associações e sindicato. A autora diz que nessas situações coletivas em que brincavam, trabalhavam, participavam de reuniões e encontros, juntos, é que “a categoria jovem aparece como uma identificação coletiva que unifica a ação, podendo ser lida, nesse contexto, como ‘categoria social em construção’, ainda que não tenha se materializado em um grupo formal” (p.375).

Depois do lazer, o que mais aparece é o estudo e o trabalho. Ainda que esse último tenha anteriormente aparecido como bem pouco reconhecido pela família. Quando citado carregava uma conotação de trabalho sem obrigação, sem compromisso. Se for considerado que o trabalho na agricultura familiar é também um espaço de coletividade e vivência, assim como a escola, deduz-se aí que as relações interpessoais demonstram ter grande valor e importância para esses jovens. Estar com os amigos, desenvolvendo ou não algum tipo de lazer, ou estar com a família, desenvolvendo ou não algum tipo de trabalho, pôde ser visualizado como espaços de relações afetivas, de grande importância.

Da mesma forma, na questão ‘o que menos gostam de fazer’ também ficou evidente elementos ligados a valores, à formação da pessoa. Os mesmos itens colocados no ‘que mais gostavam de fazer’, também apareceram no ‘que menos gostavam de fazer’. Quando esses elementos não eram como desejavam, por exemplo o trabalho, quando feito sem compromisso, obrigação, mas sim como um momento de socialização, era bom, mas quando se tratava de uma realidade menos favorável, como por exemplo o trabalho assalariado, era colocado como penoso e se tornava algo que não gostavam. No Setor Pongal as moças manifestaram o trabalho doméstico (aqui considerado os cuidados com a casa e o quintal, junto com a mãe) e os rapazes manifestaram ser ruim trabalhar com o pai.

⁶³ Durante a realização do mestrado e conseqüentemente dessa pesquisa foi possível acompanhar a realização de duas edições da Semana da Agricultura Familiar de Anchieta, evento que acontece anualmente, sempre no mês de julho e é realizado pelas principais entidades e órgãos públicos que lidam com a agricultura, conjuntamente com as comunidades rurais.

Em contrapartida o ócio, “fazer nada”, também apareceu como uma coisa ruim, sendo manifestações em todos os setores. Pode estar ligado a valores que usualmente se vê no rural, onde os filhos são levados a acompanharem os pais desde cedo nas tarefas, para que “aprendam a trabalhar e não fiquem preguiçosos”⁶⁴. A incorporação do valor do trabalho como algo de dignifica as pessoas pode ser a razão da negação do ócio. Ainda em relação aos valores, atributos como fofoca, preconceito, mentira, traição e outros, apareceram em todos os setores. Mas onde esses itens mais se destacaram foi no Setor Corindiba.

A escola e os elementos ligados a ela também tiveram uma conotação negativa, principalmente no Setor Jabaquara. Chamou a atenção o fato de, aproximadamente metade dos jovens ali presentes manifestarem não gostar de estudar ou ler. Seria oportuno investigar porque tantos manifestaram esse sentimento, qual é o sentido ou importância da escola para eles? Considerando os limites dessa pesquisa, pode-se levantar pelo menos duas razões: a primeira é o fato de a escola está localizada em outro setor, e por isso, precisem se deslocar gastando mais tempo para ir e vir. Considerando que muitos desses são de comunidades onde prevalece o trabalho assalariado, torna-se ainda mais penoso e cansativo, depois de um dia de trabalho, se deslocar a uma escola distante. A segunda razão também está atribuída á localização da escola, que fica num setor economicamente mais consolidado. As diferenças sociais e econômicas, ainda que não sejam tão grandes, parecem constranger os jovens de famílias em condição econômica mais vulnerável. Mas ainda que tenham manifestado não gostar de estudar, é fato que aí estão e, de acordo com as conversas informais que se teve com membros do corpo docente da escola, a grande maioria conclui o ensino médio e uma boa parcela busca a continuidade dos estudos⁶⁵. Com essa constatação, confirma-se o que foi apresentado anteriormente sobre a escola ser vista como o principal instrumento de mobilidade social, uma vez que através da formação, podem vislumbrar melhores condições de trabalho.

Além do que já foi até aqui apresentado, mais dois temas serão comentados, ainda que de forma superficial, já que os mesmos não foram aprofundados nos trabalhos da coleta de dados. Apenas serão considerados porque saíram

⁶⁴ Situação vivenciada pela autora, tanto em sua infância, quanto nos dias atuais ao atuar junto às comunidades rurais. Também apontada por Castro que reforça o trabalho familiar como um processo de aprendizado que inculca valores, como o valor do trabalho. (2005, p.176)

⁶⁵ Conforme já fora mencionado, cerca de 850 jovens utilizam o transporte universitário disponibilizado pela gestão municipal para saírem do município todos os dias e cursarem o ensino superior.

espontaneamente nos grupos e acredita-se terem importância junto ao objeto dessa pesquisa. O Primeiro é a relação com a família, e o segundo, como parte do primeiro, trata da liberdade e do namoro

O tema da relação com a família é considerado como transversal em tudo que está sendo apresentado, e no que ainda será, como na representação do rural e do urbano, na relação com o trabalho, bem como no que pensam e querem os jovens. A relação com a família pode ser um fator de grande influência nos desejos e projetos de vida dos jovens, pois como diz Castro (2005, p. 155) “a família é uma rede que para além das relações familiares, envolve amizade, religião e outras formas de sociabilidade, mas também controle”. Vejamos o que foi relatado em algumas falas⁶⁶:

“Os pais rurais tem mais preocupação com os filhos, tem mais conversa.”;

“Parece que aqui os filhos ouvem mais os pais.”;

“A família rural tem mais entrosamento do que no urbano.”

Em que se baseiam para fazer essa afirmação? Em relações que mantém com famílias urbanas? Ou é fruto da produção cultural absorvida através da mídia?

“Acha que na comunidade as famílias discutem o trabalho; tem trabalho dividido entre as famílias; há bastante discussão sobre a produção agrícola; há envolvimento de toda a família, bem como da comunidade; há dialogo.”;

“Há conversa entre todos os membros, mesmo que haja divergências. Há dialogo, e mesmo que trabalha fora ajuda no trabalho familiar também.”;

“Há maior conversa do que antes, antes era mais rígido, fechado.”;

“Não há mais distinção entre pais e filhos, cada um tem responsabilidade e tem divisão de tarefas.”;

“Já sabe dirigir e o pai libera o carro para ela dentro de Pongal (não tem carteira). Os Pais ouvem, pedem a opinião dos filhos.”

Será que acontece assim mesmo? Com todos os jovens? Ou o que melhorou foi a relação afetiva entre pais e filhos, havendo atualmente mais troca de carinho em contraposição a antes, onde as relações eram mais rígidas e frias? Esse

⁶⁶ As falas não estão reproduzidas na íntegra, como uma transcrição, estão descritas conforme iam sendo ditas pelos jovens e anotadas pela pesquisadora.

questionamento é levantado, porque na relação de trabalho, que já apareceu em parte e voltará a ser abordado mais à frente, os jovens não manifestam tanta cumplicidade.

“Há discussão entre pais e filhos.”;

“Hoje os jovens têm mais liberdade do que antes. Antes se respeitava mais os pais.”

Por que dizem isso? Pelo que é dito pelos pais e acabam reproduzindo? Ou para quem já passa pela experiência de ser pai ou mãe, vivencia que não é a mesma forma de tratamento que sua geração teve com os pais? Ou também é fruto de produção cultural?

“Não vê muito os pais – eles trabalham o dia todo e a noite ela vai para a escola, só tem contato mais nos fins de semana.”

Essa fala em muito lembra a vida agitada que se vê na cidade, onde os pais e filhos, pela rotina de trabalho, às vezes não se encontram.

“A esposa às vezes ajuda na roça, mas ele não ajuda nas tarefas domésticas (diz não saber), é o serviço dela.”;

“É separada, tem ajuda do pai e da mãe. Tem dois filhos, menino menor e a menina maior, que já manifesta que quer ser veterinária. Sai junto com ela para que saia, é muita responsabilidade criá-los sem o marido.”

Nesses últimos relatos é possível enxergar, ainda que superficialmente, as relações de gênero dentro da família. O trabalho da jovem (esposa) na roça e isso é visto como ajuda pelo jovem (marido), já no trabalho da casa ele não ajuda, pois esse é papel da mulher. Outra jovem relata a responsabilidade de criar os filhos sem a presença do marido. A responsabilidade dos cuidados com os filhos, que já é colocada como uma tarefa feminina, parece ganhar ainda mais peso.

Nas falas que foram agrupadas como o tema da liberdade e o namoro, os relatos foram mais das jovens, que manifestavam principalmente as diferenças de tratamento entre moças e rapazes:

“Mora com os avos, sai mesmo que eles não deixem.” (rapaz);
“Mesmo que os pais não deixem sair, sai assim mesmo.” (rapaz);
“Ir para o forró sem autorização dos pais – uns podem, outros não. Se desobedecer e ir, leva pau.”(moça);
“Nas festas, os pais levam. Se não forem, na maioria das vezes as filhas não vão. Com os filhos (rapazes) não é assim.” (moça);
“Os rapazes têm mais liberdade.” (moça);
“Tem tido liberdade com controle.” (moça);
“Considera que tem liberdade para sair.” (moça);
“Quanto a liberdade, a medida que vai tendo mais idade vai tendo mais liberdade para sair.” (rapaz);
“Não tinha quase liberdade nenhuma, tem melhorado, principalmente depois que arrumou namorado.” (moça);
“Acha-se presa para sair, começou a ter um pouco mais de liberdade agora que tem um namorado.” (moça);
“Quer liberdade, tenha um namorado” (risos) (moça).

A liberdade de sair foi colocada em pelo menos três condições: ter liberdade, ainda que sem a permissão ou contrariando os responsáveis; ter liberdade sob controle, ou só ter liberdade à medida que vai tendo mais idade; e a liberdade relacionada ao namoro. A princípio esses relatos causaram estranheza, pois o mais esperado era que, namorando, fossem mais vigiadas. Mas analisando melhor a questão pode-se atribuir que o fato de estarem namorando remete ao saírem acompanhadas de uma figura masculina, que, na compreensão dos pais, podem tornar-se os maridos. E ainda, o fato de estarem namorando não impede de serem vigiadas por outros membros da família, bem como da comunidade.

O que se viu, principalmente porque a maioria das manifestações partiu das jovens, é que a liberdade para sair é reforçada como um privilégio masculino. As moças, em sua maioria, só saem acompanhadas dos pais. Vieira (2006) em seu trabalho, mostra que aos jovens homens são oferecidos maiores possibilidades, em quantidade e amplitude, do que em relação às jovens, que não se deslocam tão facilmente para espaços fora da comunidade:

Nas famílias, ainda que os pais sejam citados como os responsáveis por permitir ou não que suas filhas saiam sem a companhia da família, parece caber à mãe o cuidado com a vida sexual das filhas. Na comunidade, também são as mulheres mais velhas que as jovens mencionam ao relatarem o controle sobre seu comportamento. (VIEIRA, 2006, p.208)

Mas além de identificar as desigualdades de gênero que recaem sobre as jovens, também nos momentos de lazer, demonstra que a responsabilidade por garanti-lo (o controle) também carrega um viés de gênero

4.2 – O rural e o urbano representado pelos jovens

Tendo construído uma ideia, ainda que inicial, sobre o cotidiano e a realidade daqueles jovens, interessava agora identificar qual visão que eles tinham do rural e do urbano. Essa representação do urbano e do rural basicamente foi expressa em todo o processo de coleta de dados. Mas foram em duas questões, em que essa visão ficou mais demarcada, sendo elas, a questão 1 – O rural e o urbano; e na questão 4 – A carta⁶⁷. A análise pretende mostrar como essa representação apareceu em cada uma.

Na construção das palavras que representavam o rural e o urbano e sua posterior divisão em ‘coisas boas’ e ‘coisas não tão boas’, de imediato o que se pode perceber na maioria dos setores, é que as palavras que representavam o rural em sua maioria foram colocadas na coluna de ‘coisas boas’, já no urbano as colocações pareceram mais divididas. Na sequência veremos cada uma delas.

Nas coisas boas do rural, apareceram palavras como, vida, a agricultura (como capacidade de produção), união, força, sobrevivência (como garantia de vida, alimento), sossego, natureza, liberdade (no sentido da não violência) e outros. Já nas coisas não tão boas do rural foi ilustrado a escassez ou pouco acesso à infraestrutura e serviços, como transporte, internet, desmatamento, preconceito (referindo-se as conotações sobre o rural que o colocam como inferior ao urbano), trabalho penoso, fazendas (no sentido de grandes propriedades que acabam sufocando os agricultores familiares), mato (como algo que precisa ser controlado nas lavouras) e ‘falta mais desenvolvimento para a agricultura’ - referindo-se a incentivos.

Tiveram também palavras que na discussão chegou-se à conclusão de que carregavam os dois sentidos, como o caso de interior e campo - como lugar bom,

⁶⁷ Ver descrição no capítulo metodológico.

saudável, mas que a palavra carrega a conotação de atrasado, e lavoura - bom porque refere-se à produção de alimentos, mas ruim porque significa trabalho penoso.

Foi curioso no Grupo Participante do Setor Pongal aparecer nas ‘coisas não tão boas’ não ter ensino superior no meio rural. Essa colocação pareceu demonstrar como os desejos e necessidades vão se renovando e aprofundando à medida que necessidades anteriores vão sendo supridas. Surpreendeu positivamente que esses jovens vislumbrem não só ter acesso ao ensino superior, como este deve estar disponível onde vivem. Já nos outros setores, foram manifestadas outras necessidades, que aparentemente nesse setor estão, em parte, superadas.

Um ponto comum a todos os setores, é que nessa atividade, o rural pareceu ser um espaço respeitado e valorizado pelos jovens como um lugar bom de viver, de produção e qualidade de vida, e que por isso, como identificou Carneiro (1999), os jovens, mesmo que saiam por causa dos estudos, “não vislumbram mais um rompimento definitivo com o universo cultural de origem” querem sim,

A possibilidade de conjugar o melhor dos dois mundos: a “tradição” – representada pela família, altamente valorizada como universo afetivo além de expressão e condição de pertencimento à localidade e à cultura de origem – e a “modernidade”, que se traduz na realização de um projeto profissional individualizante, autônomo, representado na figura de um profissional liberal ou de um pequeno empresário. (CARNEIRO, 1999, p. 14)

Nas referências sobre o urbano, de imediato o que se viu é que o bom de lá está ligado às facilidades de acessos, à disponibilidade de serviços e emprego. E o ruim à temas como violência, poluição, agitação – no sentido de mais estressante. A palavra mais citada foi cidade, e em todos os lugares ela foi colocada na coluna de ‘coisas boas’. Sempre que expressavam suas escolhas, diziam que era porque lá que tudo acontecia e era mais “evoluída”, tendo muitas coisas as quais desejavam, como internet, shopping, comércio mais estruturado, etc. Essa construção é o que Bourdieu (2000, p.98) chama de “efeito das transformações globais do espaço social e, mais precisamente, da unificação do mercado dos bens simbólicos”. As relações sociais vivenciadas por esses jovens, numa aproximação cada vez maior do rural e o urbano, considerada por este autor como a abertura objetiva e subjetiva do mundo camponês, faz com que esses jovens não só desejem, mas busquem o que identificam como positivo e, até então, considerado como exclusivo do urbano.

Fazendo um recorte setorial, os Setores Horizonte, Jabaquara e São Mateus, foi onde o urbano apareceu com mais ‘coisas boas’ do que ‘coisas menos boas’, já nos Setores Corindiba e Pongal foi o inverso, o urbano foi retratado com mais ‘coisas menos boas’ do que com ‘coisas boas’. Seria essa uma visão formada justamente a partir das condições econômicas dessas famílias? Já que justamente os dois setores onde a agricultura familiar está mais consolidada se evidenciou uma visão mais desfavorável do urbano.

Nas ‘coisas boas’ do urbano, o destaque, como já foi dito, foi cidade, tendo também comércio, mar, saneamento básico, progresso, modernismo, supermercado, tecnologia, praticidade e outros. Outro elemento a ser destacado na lista das coisas boas do urbano, foi o trabalho. Ele apareceu em basicamente todos os setores e foi manifestado de diferentes formas: como trabalho mesmo, como oportunidades, como emprego e através da indústria, que também foi mencionada como ruim porque causa poluição.

No geral, o que conta como bom no urbano é a infraestrutura e serviços disponibilizados na cidade, bem como maiores possibilidades de trabalho/emprego. Por outro lado, um dos grupos também manifestou, na coluna das ‘coisas não tão boas’ do urbano, o desemprego, explicando que lá havia mais possibilidades, mas também mais concorrência, disputa e que, via de regra, as pessoas que saíam do rural eram as que mais tinham dificuldade de consegui-los.

Em suma, dentre as coisas levantadas pelos jovens como não tão boas no espaço urbano, destacam-se dois blocos: estresse, poluição, desmatamento, artificial, desordem (no sentido de pressa, correria, barulho), dando ideia de um ambiente muito modificado, e que parece não agradar os jovens. E no outro, inclusive manifestado com mais ênfase pelo número de vezes que era mencionado, o medo, violência, perigo, drogas, roubo, favela e preconceito.

O que chamou a atenção é que algumas das coisas apontadas como ruins no urbano, também estão presentes no meio rural, ainda que não na mesma intensidade, e talvez por isso não tenha sido referenciado por eles, como por exemplo, a pobreza, que apareceu em um dos grupos como algo exclusivo do urbano. Mas o tema da violência foi o que mais chamou a atenção, pois foi o que manifestaram mais ênfase. É curioso que num pequeno município como Anchieta, onde os índices são

considerados dentro da normalidade, esses jovens tenham, em sua totalidade, atribuído violência ao urbano, em diferentes formas.

Pelo menos duas hipóteses podem ser levantadas aí: os números de violência, roubos e outros, do município, ainda que considerados dentro do normal, realmente assustam esses jovens, ou; a construção que eles têm sobre aquele espaço é influenciada principalmente pelo que veem nos meios de comunicação. De modo que esses jovens têm uma imagem pré-concebida do urbano, como um espaço hostil e sem qualidade de vida.

Em suma, o rural foi até aí representado como um espaço bom para morar e se relacionar, e o bom do urbano está relacionado à praticidade, acessos e a possibilidade de trabalho, representado nas falas, também pela presença e possível crescimento do polo industrial. Sobre esse último, no momento da pesquisa era um debate que rondava, tanto nas conversas informais, quanto nas ações das entidades e poderes constituídos locais. E é claro que toda essa especulação também era assunto dos jovens, que, assim como a população em geral, se dividiam entre as possibilidades de novos e considerados bons empregos e as incertezas sobre seus impactos, principalmente ambientais.

O outro momento onde se presenciaram elementos sobre a representação do urbano, mas principalmente do rural foi nas cartas. A estratégia utilizada para esse passo foi pedir que escrevessem ‘uma carta a um amigo que mora na cidade’, falando sobre como é viver no rural. As cartas foram lidas e debatidas por eles.

Numa leitura posterior e mais minuciosa das cartas, foi possível identificar algumas características recorrentes a todas elas. Essas características levaram a elaboração de algumas categorias de ideias que facilitam visualizar e compreender o cotidiano e representação que aqueles jovens têm sobre o rural. Espera-se que facilite também o entendimento do leitor.

Uma coisa notada é que as questões anteriores e seus debates parecem ter influenciado os posicionamentos nessa. Os grupos foram bastante participativos e a discussão, as falas pareceram ir mais além. Os destaques mais recorrentes nas cartas fora, o rural como um espaço de qualidade de vida e a discussão sobre o trabalho, que será tratado em tópico específico.

O que ficou marcante nessa questão foi que basicamente todos expressaram o rural com positividade. O que fortemente demonstra essa posição foi o destaque dado

ao rural como um lugar bom de viver por sua qualidade de vida, que foram expressos através da liberdade, segurança e tranquilidade; dos valores e relação com o outro; da relação com a natureza / meio ambiente; da ausência de poluição e violência.

Nos aspectos mais negativos do rural, aparece a infraestrutura e serviços, sempre colocados como escassos, ineficientes ou ausentes. Lazer e trabalho - que será abordado em tópico específico - trouxeram elementos positivos e negativos. E por fim, apareceram as falas que demonstram a valorização ou a desvalorização do rural pelo olhar do jovem. Seguem então as categorias de ideias:

a) O rural como lugar de qualidade de vida:

A qualidade de vida foi valorizada por todos, sendo muito forte principalmente os aspectos ambientais, liberdade e ausência de violência. A amizade, relação com o próximo e honestidade são alguns dos valores que apareceram nas cartas como algo intrínseco e valorizado no rural. Segue as subcategorias da qualidade de vida:

a.a) Liberdade, segurança e tranquilidade:

“O campo é uma ótima moradia para quem gosta de ter uma vida tranqüila, sem a correria das grandes cidades.”

“Há tranqüilidade, beleza, felicidade e liberdade.”

“Viver no rural é ser livre!”

“Primeiramente são lugar ótimos de se viver porque tem espaços suficientes e interessantes para se caminhar (com amigos) muita calma já diferente da cidade que nos vivemos na correria do dia a dia. [...] Por isso o melhor lugar para se viver com tranqüilidade é o meio rural.”

“Viver no campo é maravilhoso”

“Não existe a palavra stress aqui em meu mundo particular e escondido”

“A vida no campo é uma maravilha, aqui todos são sadios, pois não cultivam alimentos tóxicos só naturais.”

“É um lugar bom para viver, com excelente qualidade de vida e grandes oportunidades.”

“É bom pois as crianças brincam livres o ar é puro e o som dos caros são trocados pelos cantos das aves a chuva é mais bonita os rios tem mais vida. [...] estou bebendo e comendo o que é bom e sei de onde veio.”

“Aqui é muito bom quando não se tem nada para fazer porque podemos admirar o canto dos pássaros, a brisa de tarde, o ar puro após a tempestade, as manhãs serenadas, a fruta que é colhida pé fresquinha o leite tirado na hora quentinho.”

“É um lugar de se descansar, esquecer os problemas, se divertir, conhecer a natureza...lugar que se faz saber o verdadeiro sentido da vida.”

“Apesar de tudo, viver no campo vale a pena.”

“É um lugar maravilhoso que se pudesse viveria aqui para sempre, pois sou muito feliz.”

“A vida no campo é muito simples, e boa de viver. [...] eu adoro a vida no campo aqui é tudo tranquilo eu gosto de plantações.”

“É viver bem, com saúde. Você só vai comer coisas naturais, respirar ar puro, tratar de animais andar a cavalo fais muito bem a sua cabeça.”

Pode-se notar uma visão bucólica e idílica do rural. Retratado como um espaço de liberdade, aparentemente ligado tanto à área, propriamente dito, quanto à não violência, o que também o torna tranqüilo e seguro. Além disso, as pessoas são colocadas como saudáveis, felizes e tranqüilas. Uma construção aparentemente idealizada.

a.b) O rural como um lugar onde se praticam e se respeitam valores e a relação com o outro:

“Somos amigos de todos, convivemos bem com a comunidade.”

“Viver em harmonia com amigos. E no meio rural pode se dizer que todos são amigos pois uns conhece o outro.”

“Fala Brother!”

“Não se encontra preconceito, pois todos trabalham com a agricultura.”

“Porem é um lugar que preserva tradições culturais, religiosas e tem um povo que defende seus ideais.”

“As famílias são unidas.”

“É uma sensação totalmente diferente onde, um bom dia e um obrigado são constantes, onde pessoas se respeitam de verdade.”

“As pessoas convivem as vezes, quase todas, muito bem, exeto quando começam a falar da sua vida.”

“No meio rural é muito bem melhor que no meio urbano, que ninguém olha para o lado da outra pessoa se ela se veste bem ou mal, todos são iguais.”

“Sem contar na relação que temos com outras pessoas. Pois em nossas comunidades vivemos em família, sempre um contribuindo com o outro.”

“Todos se respeitam e trabalham honestamente [...] há umas intrigas, mas sempre um ajudando o outro.”

“Não temos inimizade com as pessoas, porém, existe muitas amizades falsas, amizades que só querem, te afundar, te destruir enfim, te fazer sofrer. Mais é nessa pequena comunidade que nos podemos contar um com o outro que nos podemos ser companheiros, que nos podemos ser solidários com os outros. [...] E conserteza em uma cidade grande é muito mais difícil de encontramos amizade verdadeira, encontrar uma pessoa leal.”

“viver no campo é viver em paz e poder dormir sabendo que vai acordar e ver um belo céu azul; é ouvir pássaros e não tiros, é saber o nome do vizinho, é passar pelas pessoas e receber um bom dia, ou um oi, é ter esperança, é ser feliz.”

Ainda que mencionem que haja fofoca ou intrigas, prevalece o bom relacionamento entre as pessoas. A ideia de coletividade, a relação com o outro pareceu forte e valorizado por aqueles jovens. Essa construção pode se dar pelo fato de entre si não sentirem os pré-conceitos que sentem aos se relacionarem com o urbano. Estar “entre iguais”, ou seja, com outras pessoas que vivem o rural de igual forma, cria laços de amizade e cumplicidade que são fundamentais. O grau de parentesco e estilo de vida da comunidade também influenciam esse comportamento. As visitas uns aos outros, as celebrações religiosas e até mesmo o trabalho, já que existe em muitos locais a prática da ajuda mútua, principalmente nas colheitas, estreita ainda mais esses laços afetivos, mantendo uma coesão entre o grupo. A presença desses laços é sem dúvida relevante para os jovens, que os coloca como um elemento onde em muito o rural supera o urbano. Quando manifestam as razões que podem levá-los a optarem pela permanência no campo, essa é uma delas.

a.c) O rural como um lugar de relação com a natureza, meio ambiente:

“O ar é puro, sentimos o cheiro do verde, das árvores, [...] Podemos ouvir o canto dos pássaros, o barulho das águas dos córregos e rios [...] Podemos produzir nossos alimentos, sem química, agrotóxico, ou seja nos alimentamos de alimentos saudáveis, produzidos por nós. [...] Não posso esquecer de falar que há muito verde, água, e uma grande diversificação de animais”

“Aqui você tem contato direto com a natureza, com as plantas e os animais. Aqui você pode, à noite, olhar para o céu e ver incontáveis estrelas (o que na cidade é quase impossível, pois a única coisa que se vê piscando nos céus urbanos são aviões), e pode acordar no dia seguinte com o canto dos pássaros, comer uma fruta fresca, onde você mesmo arranca do pé, tomar um café com leite tirado direto da vaca.”

“Viver no campo é todo dia acordar e respirar ar puro, ouvir o galo cantar, os pássaros e até mesmo os vizinhos levantando cedo p/ ir p/ lavoura [...] pode plantar suas verduras sem qualquer tipo de agrotóxico.”

“Viver no campo é viver no ambiente agradável sem poluição, tendo a natureza ao nosso lado.”

“É muito bom acordar de manhã, ver o sol nascendo, aquele silêncio, só os pássaros cantando, os gados pastando nas lindas pastagens verde que da gosto de ver. As

peças indo para as lavouras, outras tirando leite e as cigarras a cantar para a alegria do dia.”

“Desfrutar das maravilhas da natureza. [...] Mas fico muito triste em saber que as vezes essa maravilha de vida é ameaçada e infelizmente não temos quase nenhuma proteção.”

“Mais existe aquelas que tem um pensamento desarmônico (não respeito a natureza, uso excessivo de agrotóxico).”

“Viver no meio rural é muito bom, pois lá encontramos, uma bela natureza, água fresca, alimentos... [...] Mas no meio rural temos que trabalhar-mos nele hoje, pensando no que ele será no futuro, para que as futuras gerações tenham os mesmos recursos que temos hoje.”

“Poder respirar ar puro, beber água limpa, caminhar tranquilamente sem preocupações, viver entre os animais [...] O conviver com essas maravilhas naturais proporcionam a um ser, o prazer em viver, porém para isso ser maravilhoso nós temos que merecê-lo de forma a não prejudicá-lo e sempre respeitá-lo, para que dure, e que não só como nós, mas também as gerações futuras possam desfrutar e conviver nesse meio tão MARAVILHOSO.” (conforme original)

A relação com a natureza e meio ambiente por parte daqueles jovens é um item que remete a alguns questionamentos. Dificilmente o meio onde vivem tem toda essa visão de preservação e respeito à natureza que é manifestado nas primeiras frases, colocando como um lugar onde tudo é harmônico, puro, saudável e equilibrado. Isso porque, nas frases seguintes, aparece a preocupação com desmatamento, uso de agrotóxico e outros, que vem alterando e comprometendo aquele espaço cada vez mais.

Mas ainda que não seja um espaço tal qual eles caracterizam o que não se pode negar é que o rural de fato mantém uma relação com a natureza e o meio ambiente muito mais presente que no urbano. E pelas frases pode-se perceber que existe uma maior preocupação dessa geração com as questões ambientais e os consequentes prejuízos de uma atuação inconsequente para as gerações futuras. Mais uma vez esse é um elemento que conta positivamente sobre rural, quando comparado ao urbano. Ainda que gostem e desejem muitas das coisas que a princípio estão presentes no urbano, aquele espaço tão modificado parece não agradar a todos os jovens, inclusive os que manifestavam a certeza de irem para lá.

Moreira (2005) ao discutir as identidades sociais que permeiam o campo, traz à tona vários outros pesquisadores que problematizam a ruralidade como novas identidades em construção, como frutos das relações campo-cidade. Nessa

construção, destaca-se uma revalorização da natureza que, conforme o autor, “por vários e complexos processos, cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimento saudáveis” (p.20). Essa construção parece estar bem presente na representação que os jovens pesquisados têm sobre o rural.

a.d) O rural como um lugar sem poluição e sem violência:

“Mas aqui é um lugar tranquilo e muito calmo, raramente se ver brigas como na cidade, mortes, drogas, tiros e outros. Bom a cidade eu vejo que nela, há muitas mortes, muitos tiros, brigas, violência, fome, miséria, poluição, desemprego e muitos más. Aqui não há isso tudo não.”

“Temos paz e socego, ninguém perturba ou atrapalha ninguém, não tem tanta violência, vandalismo e crimes igual no meio urbano.”

“A gente tem uma liberdade muito grande. Podemos sair de casa sem preocupação, de transito, violência, não há muita poluição, como tem na cidade.”

“Também tem a vantagem de você poder dormir c/ as janelas abertas [...] você pode se divertir sem se preocupar se alguém vai te assaltar na hora de voltar p/ casa.”

“É claro que existe violência, mas não é como nas grandes cidades onde é preciso morar atrás de grades nas janelas e portas. Além disso, podemos criar nossos filhos com mais liberdade, sem precisar se preocupar em ele ser atropelado, entrar para o crime, etc”

“Ladrão por aqui? só de galinha, de milho, feijão, mas as pessoas não esquentam muito a cabeça com isso.”

“No meio rural, não tem violência, como em cidades, ou seja, no meio urbano, assim, como a pedofilia que é grande no meio urbano.”

“Pense bem, viver é saber que ao sair na rua você não corre o risco de ser assaltado, pode sair de casa e deixar a casa aberta...”

“Ao contrário da vidinha que você leva aí, viver no campo é espetacular aqui não temos problemas com a poluição, levamos uma vida tranquila onde não precisamos nos esconder de ninguém principalmente de bandidos, andamos despreocupados pela rua sem medo de sermos assaltados e por aqui não vi ninguém matar ninguém por que de ciúmes nem por outros motivos.”

“As crianças podem brincar a vontade não tem perigo, tanto como na cidade [...] andar sem medo porque não tem perigo não tem tanta violência como na cidade.”

“Viver no campo é bom é um lugar de paz silencio e sem violência. As crianças no campo podem brincar de bola corre de um lado para o outro que não tem nenhum acidente ou até mesmo violência.”

“Viver no campo é bom demais, não tenho preocupações de nada, durmo sossegado, a vista daqui é boa, o ar é puro, a água é potável e uma diversidade grande de animais e plantas ao seu redor, viver aqui é viver no paraíso, você amigo que vive nessa poluição vem morar aqui no campo.”

Entre os itens que foram relacionados na categoria 'rural como qualidade de vida', a violência foi o mais tratado. A ausência ou baixo índice de violência no rural, como é dito em uma das frases, foi considerado de grande relevância, sendo talvez, sem desconsiderar os anteriores, o que mais pese na decisão sobre ficar ou sair. Pode ser que pelo fato de alguns terem filhos, a discussão da violência tenha ganhado tanta evidência, estando presente em praticamente todas as cartas. Mas o que chama a atenção é o nível da violência exposto nas falas. Como já foi dito, não parece ser baseado no que veem no próprio município, mas parece ser construído a partir do que é visto nas telenovelas e telejornais.

No geral da categoria de ideia 'qualidade de vida', o rural é retratado como melhor lugar para se viver. Em certas passagens, vê-se uma visão idílica, quase romantizada desse espaço. Wanderley (2000b) mostra em seu debate sobre a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas que essa construção está longe de ser uma visão isolada de um pequeno município. Ao contrário, apresenta que a posição que associa o "meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas" (p.92), está difundida no mundo inteiro, já que seu trabalho analisa principalmente a realidade em sociedades modernas avançadas. Assim, diz ela, os espaços rurais tornam-se espaços de consumo e não mais apenas produtivos, ganhando força as funções de residência e lazer, não só como objeto de interesse exclusivo dos agricultores, mas reclamado também por quem está fora desse espaço, tornando-se o campo um "patrimônio" da sociedade, acessível a todos.

Entende-se que, por essa razão, dentre os itens presentes nas cartas dos jovens, a relação com a natureza e com as outras pessoas aparece como um valor forte, essencial. Mas o que obteve especial atenção é a pouca ou nenhuma violência atribuída ao rural e que no urbano, ao contrário, é colocado como uma constância.

Essa colocação do rural como um espaço de preservação e de vida, debate que Wanderley (ibid.) mostra em seu trabalho, ao mesmo tempo em que demonstra a justa preocupação desses jovens com o futuro, também traz à tona a preocupação em se atribuir quase que exclusivamente ao rural a responsabilidade de preservação ambiental, uma posição que parece estar sendo absorvida por aqueles jovens.

Essa percepção que "situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte

integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não” (ibid., p. 93), segunda a teórica, tem contribuído para um “campo reinventado” e uma “neonatureza” que culminam numa busca ou retorno ao rural, especialmente por parte dos jovens.

Contudo, volta-se à preocupação manifestada anteriormente, para que essa “reinvenção” de fato favoreça aos jovens rurais, garantindo-lhes qualidade de vida e sustentação econômica, há que se ter vontade e ações políticas, que determinem e distribuam papéis e responsabilidades a toda sociedade.

b) O rural e o lazer: inexistente ou diferente?

“Aqui você pode correr, subir em árvores, nadar e pescar nos rios e lagos, andar a cavalo e no fim do dia apreciar o pôr do sol da varanda.”

“Temos também os rios, cachoeiras que é um lazer para quem vive no meio rural.”

“É muito bom porque temos lagos, piscinas naturais, represas para nos tomarmos banho.”

“Viver no campo tem seus lados bons como: assistir aos domingos um jogo de futebol no campo (campo ou quadra) [...] as festas no campo são melhores que na cidade (você pode dançar mais), tem mais facilidade de reunir a família aos domingos já que todos moram perto; nos finais de semana o campo se torna mais animado que a cidade.”

“Aqui é tranquilo, mas nem por isso deixamos de ser divertir, como festas nas comunidades, e em esporte”

“É realmente chato não ter, as vezes, nada pra fazer, ter que ficar em casa sentado assistindo TV ou coisa parecida.”

“Não temos muito p/ onde ir nos finais de semana pois raramente acontecem festas, por aqui.”

“Viver no campo pode ser muito entediante porque o acesso a internet, ao shopping, celular é limitado.”

“...é ruim pois você quase não tem opções para sair, durante a semana você quase não sai por não ter o que fazer, e falta de alguns recursos como internet, boates, festas, cinemas, são alguns motivos que fazem com que o campo se torne ruim. [...] Para lazer o campo é o melhor local por você ficar isolado, coisa que você não consegue fazer na cidade (como vê o lazer?)”

“Meu amigo é muito ruim, porque não tem nada para fazer, e é muito difícil acontecer uma festa nesta zona, as pessoas ficam fazendo fofoca da vida das pessoas, mas sempre que fazer querer sair de casa, não vai achar uma diversão. Digo mais amigo, não veio para cá, me leve para a sua casa porque estou odiando tanto este sossego me manda uma passagem só de ida para onde você mora, para nunca mais voltar a este lugar.”

A fala sobre o lazer não teve a mesma dimensão que a qualidade de vida manifestada no rural. Tudo que apareceu foi bem espontâneo e demonstra duas posições mais explícitas: os que enxergam a presença de lazer diferenciado no rural, e que este é principalmente ligado à natureza; e os que trataram de sua ausência ou escassez, considerando lazer principalmente algumas opções mais presentes ou próprias do urbano.

Para os que consideraram sua presença, o lazer foi mencionado e valorizado como práticas livres e ligadas à natureza (tomar banho em lagos, represas), como tempo livre, onde podiam ver um jogo de futebol ou estar reunidos em família, como práticas esportivas e as festas das comunidades.

Para os que reclamaram sua ausência, consideraram o campo como um lugar monótono e sem diversão, com poucas festas ou lugares para ir. Reclamam principalmente da ausência de atrativos como shopping, internet, boate e cinema, normalmente presente no espaço urbano. Essa manifestação é considerada por Bourdieu (2000) como a incorporação de valores ditos citadinos. Querer ter acesso às opções de lazer disponíveis no meio urbano é um direito de qualquer jovem, bem como uma situação inversa. Porém, o que é ponderado pelo autor é o risco presente na unificação do que ele chama de mercado dos bens simbólicos, que podem levar a subordinação dos valores e características próprias do rural em detrimento de outros valores tidos como dominante - o urbano.

Carneiro e Stropasolas também tratam do tema lazer, sobretudo, situando-o na relação campo-cidade. A crescente mobilidade que existe entre dois esses espaços possibilitam ao jovem rural descobrir e desejar ter acessos a serviços e bens de consumos inexistentes no campo, como cinema, shoppings, aparelhos de som, etc, como retrata Carneiro (1999, p.14), bem como veiculam junto aos urbanos, valores idealizados sobre a natureza e a vida no campo, fazendo-os também desejarem aquela realidade, como demonstra Stropasolas (2006, p.63).

c) Infraestrutura e serviços:

“Mas também é ruim pois quando chove aqui a gente não pode sair para lugar nenhum tem que ficar presa em casa pois dá muita lama nos caminhos e não tem como passar.”

“A maioria das casas (no rural - grifo nosso) possuem água encanada e telefone ao seu acesso, mas não tem internete. Aqui também não tem escola de ensino médio

somente a que estou, e muito menos universidades. Onde, as pessoas que querem seguir outra profissão tem que sair daqui p/ estudar.”

“Só que em alguns momentos a vida no campo se torna ruim, pois temos poucos acessos há: hospitais (saúde), INTERNET, comércios.”

“Se estiver chovendo cuidado é costumado o ônibus não passar. O que estraga é só a estrada, isso eu concordo.”

“Com alguns problemas de infra-estrutura talvez, mas com aspectos de melhorias em maior quantidade.”

“Mas o seu lado ruim, que é não ter acesso a muitas coisas como, internet, lojas, bancos, os quais quando precisamos, temos que nos deslocar para a cidade.”

“Não encontramos aqui o que precisamos no nosso dia a dia.”

“A vida no campo tem suas dificuldades, o acesso a supermercados, farmácias, hospitais e os vários serviços públicos, se tornam complicados.”

“As pessoas ficam muito sem acesso a tecnologia, posto médico, uma faculdade para exercer a profissão desejada por isso as pessoas acabam deixando este local maravilhoso para ir para a cidade porque lá as pessoas tem esse acesso.”

“O estudo se torna mais fácil no campo, pois, apesar de escolas públicas com bons professores, o transporte é gratuito e de segurança.”

“Sem contar que temos muito conforto que as pessoas do meio urbano tem: carro, rádio, TV, computador, celular e outros. Hoje o jovem do campo já tem acesso a faculdade.”

Destaque para um trecho de uma das cartas que fala sobre mudanças que ocorreram na comunidade e são vistas como melhorias:

“Caro colega, [...] devido você ter ido para a cidade por causa do trabalho e a mais de vinte anos não nos visita [...] Posso te falar que o nosso interior e não (não é – grifo nosso) roça como você fala, pois roça é onde à plantações mudou muito, as estradas ou via de acesso como você fala estão asfaltadas, temos hoje campo muito bonito e quadra bem estruturada, ou seja, a pratica de esporte é bem exercida por todos. Há a entidade (pode ser a associação – grifo nosso) que você falava mal, mas não participava foi estruturada e há varias empresas que são parceiras, foi através dela, e pode acredita que temos internet e por fim os habitantes tiveram de novo o prazer de morar na comunidade.”

Dentre as manifestações negativas sobre o rural, que nas cartas não foram muitas, infraestrutura e serviços foram as mais mencionadas. Com raras exceções, mais precisamente as duas passagens acima descritas, esse item era sempre colocado com um problema do rural. As reclamações giravam principalmente em torno do difícil acesso a saúde, internet, ensino superior, supermercado, lojas, bancos, condições das estradas e outros. Para Castro (2005, p. 150), a saída para um núcleo

urbano além de ser o caminho para conseguir um serviço diferente daquele desempenhado na roça, é também pelo acesso a serviços, comércio, escola, e outros, que são precários ou não existem na área, e que os jovens rurais não desejam se manterem privados deles.

Foi considerável ver que, embora manifestadas somente em duas falas, visualizem as mudanças que vêm ocorrendo no rural nos últimos tempos, e que essas têm garantido, nas próprias comunidades, o atendimento das necessidades básicas, o que é manifestado como uma forte condicionante para a permanência dos mesmos no meio rural.

d) (Des)Valorização do rural:

“Viver no campo, pra mim não é lá tão bom [...] é ruim porque é realmente deserto. As ruas só ficam com sinal de vida humana, quando há alguma festa comunitária, etc.”

“Aqui em Belo Horizonte não tem mudado muito, mas espero que mudanças possam trazer o desenvolvimento que tanto almejo e espero.”

“Pode parecer estranho, mas embora o campo nos ofereça tantas coisas boas, as pessoas preferem ir morar na cidade, isso porque aqui não temos muitas oportunidades.”

“Mesmo assim gosto de onde vivo, foi aqui onde meus pais nasceram e onde me criei. Caso um dia sair pretendo retornar ao meu lar.”

“Aqui também lutamos para ter o alimento do dia-a-dia, porém ao final do dia grande é a satisfação de saber que graças a nós que as pessoas da cidade se alimentam.”

“Aqui simplesmente é um paraíso, e não tenho vergonha de falar que sou da ‘roça’, porque sei o quanto é bom viver aqui.”

“Diante de tantas coisas boas, as coisas não tão boas até desaparecem... Porém elas existem!!!”

“No campo onde vivo tem mais qualidades do que defeito [...] As vezes o campo é discriminado amigo, não pela terra, mas por quem vive nela, um dia quem foi discriminado por morar no campo poder ser uma pessoa muito importante em nosso meio e colocar para trás quem o discriminou, ou até mesmo ensina-lo, o que é viver realmente da terra viva o ‘campo’. Por isso que não devemos desprezar a vida no campo, devemos nos influenciar a nós mesmo.”

“É um lugar bom de se viver, um lugar que tem muita juventude que se interessa pelo meio rural e também tem suas virtudes.”

“Não troco minha vida na roça pela da cidade se quer saber.”

“Mas eu no meu pensar eu não troco, pois morar no campo é muito bom, pois aqui temos estudos, meios de transporte, e podemos lutar por um futuro melhor basta querer e acreditar.”

*“Viver no campo é uma das melhores opções que uma pessoa possa ter”
“Assim digo-lhe que esse meio de vida que escolhi para viver, muitas pessoas possam achar a meio estranho ou indigno, mas fazer o que, se esse foi o melhor meio para mim. [...] a cidade é dependente dos agricultores [...] viver no campo é um maior privilégio...”*

Como se buscou ilustrar, houve mais manifestações de valorização do que de desvalorização do rural. As referências negativas fazem alusão às melhores possibilidades de trabalho, infraestrutura e serviços estarem mais na cidade e sobre a discriminação que ainda pesa sobre o rural como espaço inferior.

Dentre as manifestações positivas está o local onde os pais nasceram e, ainda que dele saíam, querem voltar um dia. Demonstraram satisfação em saber da importância do rural para o urbano, em não sentirem vergonha de morarem lá e que diante de tantas coisas boas no rural, as ruínas perdem sentido. Sobre essa colocação Carneiro (1999) pondera que apesar da intenção declarada de preferirem morar no espaço rural por conta das qualidades já mencionadas, são poucos os jovens que, principalmente depois de saírem para cursar uma faculdade, efetivamente retornem. Isso porque o retorno estaria vinculado ao ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que no rural surgirem, possibilitando a realização dos projetos de vida desses jovens.

Em suma, esse último item serve bem para ilustrar uma tendência percebida em quase todas as cartas: uma tentativa de afirmação do rural sobre o urbano. O que está por trás dessa atitude? É resultado de um processo de valorização do rural que tem se vivenciado ultimamente, através de políticas públicas para o setor, reconhecimento e divulgação de sua importância econômica e social? Ou essas posições estariam influenciadas pelo fato de estarem falando ao “outro” no urbano, e querem com isso valorizar seu ambiente que ao longo da história foi colocado como inferior?

Stropasolas (2006, p.43) defende que, com a crise do modelo urbano-industrial, o rural passa a ser visto de uma forma mais valorizada, ou, a partir de uma “representação mais positiva do papel e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade contemporânea”.

Pensa-se que pode ser tudo isso e mais que isso. Mas o que importa é que esses jovens demonstram querer, como classifica Carneiro (1999), reunir o melhor

dos dois mundos. Se por um lado reclamam faltar muitas coisas no rural, por outro acreditam em sua melhoria, sem inclusive que haja mudanças bruscas em suas características básicas, que foram evidenciadas nas cartas.

Não desejam tudo que existem no urbano, tão pouco negam, rejeitam tudo que vivem no rural. Como retrata Carneiro:

A migração, temporária ou definitiva, para a cidade expõe os jovens ao contato com um sistema variado de valores que são absorvidos, ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los. Essa mobilidade simbólica, que permite sentir-se pertencente a uma ou a outra cultura, supõe uma margem de negociação entre níveis distintos da realidade. (CARNEIRO, 1999, p. 12)

Importa refletir que na construção social sobre o rural, pautado principalmente sobre o modelo relacional campo-cidade, onde, conforme apresenta Ferreira (1999, p. 147), concepções evolucionistas previam uma “gradação hierárquica entre o rural e a sociedade urbano-industrial, que, se supunha, iria substituí-lo”, não ocorreu. Mas ao contrário, no lugar desse processo dicotômico, que define um em função do outro, surge uma interação verificada entre esses diferentes espaços, que por sua vez reforçam identidades territoriais apoiadas sobre um sentimento de pertença a uma “localidade” (STROPASOLAS, 2006, p.64)

Aqueles jovens demonstraram compreender que os dois mundos possuem elementos favoráveis e desfavoráveis, e que dentro de seus projetos de vida, o ideal é estar onde seus desejos e projetos de vida possam ser mais facilmente realizados.

4.3 – O trabalho e a relação com a família

O trabalho, produção e renda, foi sem dúvida o item que pareceu ser a maior preocupação deles. Duas ou três posições parecem ter demarcado as frases: uma é a de que esses jovens enxergam o trabalho somente como aquilo que é feito pela família, principalmente o pai, e que, via de regra parece ser um trabalho penoso e sem reconhecimento e por isso não o querem para suas vidas; outra, que pode ser inclusive conseqüência da anterior, é de que as melhores opções de renda e estabilidade só podem ser conseguidas no urbano, e que por conta disso, a maioria dos jovens está deixando ou vai deixar o rural; e na terceira estão os que enxergam a

renda naquilo que deixar de comprar, porque produzem, bem como existem muitas possibilidades de se crescer, tendo trabalho digno e renda no rural, principalmente através de atividades como agroturismo, agroindústria e outros.

Os trechos das cartas que seguem ilustram bem essas posições:

Primeira posição

“E quando saímos pra zona rural já é você meter a mão na massa mesmo trabalhando duro de sol a sol, mechendo coco boi cavalo limpando pasto. É um trabalho muito esforçado ainda mais para as famílias pobres, que dão o duro danado se semana inteira pra ganhar mixaria. Viver no campo eu acho o seguinte é pra quem é rico que tem muitas fazenda, sítios, chácara etc. Tem uns que moram na roça e tem casa na cidade outros que moram na cidade e tem casa na roça. Na minha opinião campo é pra dono de terras e rural é mais pra quem trabalha mesmo”(está relacionando campo e rural como conceitos de quem trabalha e quem não trabalho, só possui as terras? – grifo nosso)

“[...] mas tem alagamento de lavouras em épocas chuvosas estragando algumas plantas que poderiam ajudar no meio econômico.”

“Porém as pessoas pensam que a vida no campo é fácil é só sombra e água fresca, mas não é assim não, as pessoas trabalham muito (agricultores) para poderem sobreviver eles trabalham duro de sol a sol.”

“[...] Mas por outro lado é ruim alguns tipo de trabalho, pois o sol castiga um pouco.”

“Nesse sol quente, trabalhar na roça não é mole não, sai que é furada.”

“As vezes pra gente ganhar um dinheirinho extra a gente tem que se dá ao esforço.”

“Agora o trabalho, não é dos melhores nem a remuneração supera qualquer vida em favela.”

“Viver no campo ou no rural não é ruim, mas tem certas coisas que não é bom, porque no interior é um lugar bom pra viver, você pode aprender muitas coisas, como se lidar com os proprietários, fazendeiros, no interior é muito divertido, porque você pode ir a qualquer lugar, tem cachoeiras, piscina, lagoas. Você vive no ambiente tranqüilo, só é ruim na hora do trampo, que é pesado, mas você acostuma. Você fará muitas amizades, não precisa se preocupar por que boteco tem em qualquer lugar, só não é bom na hora que você estar trabalhando quando o sol está rachando, mas você será muito feliz com o lugar, por que você pode ficar tranqüilo, é só curtir e esperar para ver o que acontecerá com o presente, e te resultará o presente e te faltara o futuro, mas só não te garanto que você vai a frente trabalho na roça, trabalhando a dia-a-dia, seja feliz como você é, e não tente mudar nada, seja feliz com todo mundo, seja sempre contente com o teu trabalho.”

Esses trechos mostram o quanto o trabalho rural é penoso na visão daqueles jovens. Os que têm terra reclamam também das incertezas que cercam a atividade,

ocorrendo muitas das vezes a perda da produção e a conseqüente diminuição ou perda total da renda. Mas independente das condições climáticas atrapalharem ou não, soma-se à condição de pesado, a renda, que nas frases é sempre colocada como insuficiente.

Mas é penoso principalmente para quem não tem terras, ou seja, trabalha para outros (fazendas/diaristas), cuja remuneração é mais baixa, inclusive o trabalho e a renda foram comparados com a vida na favela, querendo demonstrar inferioridade e privações. Esse posicionamento foi sobretudo colocado por jovens que residem em algumas comunidades dos setores Jabaquara, São Mateus e Horizonte, o que é legitimamente justificado pela prevalência do trabalho assalariado (diaristas⁶⁸), em algumas comunidades desses setores. A não posse da terra implica também em outras privações.

Os jovens são com certeza os mais visados para desempenhar o trabalho assalariado pelas condições físicas que estão em sua plenitude. Dessa forma nas famílias que não possuem terra, esses têm um papel relevante para o conjunto quando se trata de obter renda. Inclusive em algumas falas pode-se ver que eles dizem que o rural é bom para quem tem terras, pois quem não tem trabalha muito para ganhar “mixaria”.

Carneiro (1999) identifica que, para os jovens que se encontram nessa condição, o projeto ideal consiste em conseguir um “bom emprego” ou “ter um negócio próprio”, que tanto pode ser no rural quanto no urbano, e que para muitos, a situação de agricultor, já declarada penosa, instável e sem recompensas, é vista como uma fase transitória.

Se o trabalho assalariado, como compararam os jovens, não possibilita renda suficiente muita das vezes nem para o sustento da família, fica difícil almejar outras coisas, como por exemplo, a continuidade dos estudos, mas especialmente a possibilidade de adquirir sua própria terra, e assim ter uma relação diferente com a atividade rural. Bourdieu (2000, p.103), ao analisar as condições econômicas e sociais de “pequenos proprietários convertidos em quase-assalariados”, contextualiza

⁶⁸ Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, diarista é um trabalhador rural que não possui terras, ou a terra que possui é insuficiente para o sustento da família, e esse (ou essa) trabalha “a dia” em algumas propriedades ao redor. Trabalhar “a dia” por sua vez significa que a pessoa trabalha e recebe pelo dia de trabalho realizado. Toda essa relação de trabalho costuma ser sem vínculo empregatício, ficando o trabalhador ou trabalhadora, totalmente desamparado de seus direitos trabalhistas e previdenciários.

que essa situação faz parte da subordinação da “economia camponesa” à lógica do mercado. As condições semelhantes em que vivem os jovens assalariados rurais, identificados nesse estudo, mostram, como no caso pesquisado por aquele teórico, que os rendimentos recebidos, dificilmente lhes permitirão uma mobilidade social no espaço rural. Dessa forma, fica praticamente impossível resistir e recusar o campo de atração presente na cidade, para onde a maioria desses jovens vão em busca de melhores oportunidades econômicas.

No debate que se seguiu, outros elementos do mundo do trabalho rural foram colocados em evidência. Um deles, bem marcante – há que se dizer, é a subordinação que esses jovens têm em relação aos pais. A maioria disse depender dos pais financeiramente. Que trabalham juntos, mas que nem sempre há uma divisão de renda. Quando querem ou precisam de algum dinheiro tem que pedir, o que também nem sempre é atendido.

A renda é sempre primeiramente canalizada nas necessidades da própria atividade e da família, depois, se sobrar, pode ser usado pelos jovens. Inclusive os que declararam ter alguma atividade fora da propriedade, disseram que o dinheiro que ganham, primeiro ajudam nas despesas da casa e sobrando, gastam com o que querem, ou “no boteco”, como relatou um.

Na relação com o trabalho, a presença da autoridade paterna salta aos olhos, sendo identificada por todos os teóricos tratados nesse capítulo. No trabalho de Castro (2005, p.271), por exemplo, é identificado que “os discursos e práticas que expressam essa autoridade paterna e os diversos mecanismos de controle repercutem na construção da categoria “jovens”, na atuação e autopercepção dos que assim se identificam”. Em outras palavras, se perceberem e serem percebidos como subordinados à figura paterna faz parte da condição de ser jovem, ainda que nem sempre concordem com isso.

Os rapazes manifestaram trabalhar mais com os pais, já as moças disseram ter principalmente a responsabilidade do trabalho doméstico, casa e quintal. No Setor Pongal, algumas demonstraram estarem muito insatisfeitas nessa relação com a família. Não que queiram fazer as mesmas coisas que os rapazes, quando se trata do trabalho pesado. O que reclamam é que não têm, na maioria das vezes, nenhum reconhecimento perante os demais membros da família. Recorremos a Sousa Santos

para ilustrar essa subordinação do trabalho feminino, e o quanto ela ultrapassa as fronteiras da família:

O espaço-tempo doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjuges e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo doméstico e é aliás visível no espaço-tempo da produção ou no espaço-tempo da cidadania, [...]. Mas o patriarcado familiar é em meu entender a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que actue sempre em articulação com outros factores. Esse carácter matricial manifesta-se, por exemplo, no facto, freqüentemente notado, de que a divisão sexual do trabalho no espaço-tempo doméstico tende a ser homogênea e relativamente estável em formações sociais em diferentes divisões sexuais do trabalho noutros espaços-tempo. (SANTOS, 2005, p.301)

A subordinação do trabalho, ou o trabalho invisível como já fora ilustrado anteriormente, se configura de imediato na renda. Enquanto os rapazes diziam que a renda era primeiro pra suprir as necessidade da família e sobrando, podiam usar como quisessem, foram elas as que mais relataram que sempre tinham que pedir, o que nem sempre era atendido.

Os rapazes de uma forma geral reclamavam e afirmavam não quererem continuar fazendo o que o pai faz. Não querem o trabalho pesado, “pegar no cabo da enxada” e ter pouca renda, como normalmente é vivenciado por eles. E por isso, como identificou Carneiro (1999), surgem os projetos individuais, que serão ou não colocados em prática de acordo com a dinâmica do campo de possibilidades que os cerca e o grau de incorporação de valores externo.

Em alguns setores, essa posição é ainda mais legitimada, por exemplo, onde há o trabalho assalariado, já mencionado. O trabalho é realmente pesado, considerando que atividade principal nessas áreas é a pecuária de leite, e a remuneração garante, aparentemente, só o sustento da família. Mas o que surpreende é ver jovens de comunidades onde a agricultura está mais consolidada, como no Setor Pongal, Corindiba e outros, terem as reclamações muito próximas. A condição econômica das famílias é bem diferente da realidade anterior.

Em comunidades como Alto Pongal, Alto Joeba, Córrego da Prata, Olivânia, é comum ver as famílias com suas casas bem estruturadas, carro, moto e outros bens. Mas ainda assim, os jovens dali reclamam consideravelmente uma não renda. O que leva a pensar, que ainda que a renda seja problema mais para umas famílias do que

para outras, para os jovens, a situação parece ser a mesma no município inteiro: quando trabalham junto às suas famílias, não têm acesso ou controle sobre a renda, independente de ser uma comunidade mais ou menos estruturada economicamente. Trata-se da subordinação dos jovens junto aos pais, que, com o aumento da longevidade, tende a se estenderem por muito tempo, já que a autonomia frente ao trabalho na propriedade, na maioria das vezes, só se dá com a morte do pai (PAULILO, 2004, P.235).

Segunda posição

“[...] na cidade não tem tranqüilidade, mas se vc quiser vim pra cá para trabalhar, não vem não, só se vc tiver passando fome falou!!”

“Sei que na cidade onde mora tudo é mais ‘fácil’ em termos de emprego.”

“Outro ponto negativo do campo é a falta de empregos, não se tem muitas oportunidades”

“Mas a fonte de renda é pouca não tem imprego suficiente.”

“Eu vivo de forma muito boa e gostaria de si viver mais, pena que eu só posso prezenciar o que as pessoas plantão em suas lavouras, e o que colem, eu tenho terra pro errança dos meus pais, mais não cultivo, eu trabalho no meio urbano, e sou subgerente de uma pousada. E tenho o prazer de pelo menos morar no interior.”

“Devido você ter ido para a cidade por causa do trabalho.”

“A única dificuldade é que faltam recursos como ensino superior, mais oportunidades de empregos formais, ou seja, para se viver não há lugar melhor mas infelizmente a gente ainda tem que recorrer aos avançados e disponíveis recursos da cidade.”

“Só tem um grande problema a falta de oportunidades, fazendo com que as pessoas busquem a cidade para viverem. Teria que ter algo que as pessoas se interessassem, para viver no campo, algo que pudesse ganhar também, pois geralmente o que se faz não se ganha.”

“Minha renda no campo está caindo cada vez mais, pois hoje em dia as pessoas não veem o campo como um lugar de produção alimentícia, etc... mas sim um lugar de se promover turismo, preservação, e também os investimentos no campo estão cada vez mais caros. Por isso, te digo meu amigo, que o melhor lugar de se viver e ter oportunidade na vida é viver na região urbana.”

Esse conjunto de ideias expressa o pensamento de que só existe possibilidade ou oportunidade de trabalho com boa renda na cidade. E que por causa dessa situação, ou seja, a busca por melhor trabalho, emprego, os jovens precisam sair, ainda que alguns demonstrem com pesar que não se trate de um desejo, mais sim de

uma necessidade. A primeira constatação é que a razão que leva os jovens a só enxergarem melhores possibilidades de trabalho, reconhecimento e renda na cidade é fruto da subordinação aos pais, visualizada na posição anterior, e defendida por Paulilo (2004) como uma das principais causas da saída dos filhos da propriedade e não a precária situação econômica.

A busca pelo trabalho fora apareceu em todos os setores. Em alguns essa busca era justificada pela não posse da terra e/ou o fato do trabalho ser mais caracterizado como assalariado. Mas mesmo onde os jovens eram de famílias proprietárias de terra e, sabendo que a herdariam, foi manifestado o desejo pelo trabalho na cidade, o que reforça a afirmação da pesquisadora citada acima.

Essas alegações sempre vinham acompanhadas de justificativas como “não há mais trabalho aqui” ou “o trabalho aqui é sempre o mesmo” – fazendo referência ao trabalho na lavoura, que como foi visto, além de pesado, é considerado como gerador de renda insuficiente. Um dos jovens também disse que as condições climáticas eram difíceis para a lavoura, trazendo perdas ao longo do processo, e que por isso contabiliza que uns 60% das pessoas da comunidade desistiram da lavoura e buscam outras fontes de renda fora do rural. Ainda que possa ser uma estimativa grande, o fato é que outros jovens também apresentaram esse posicionamento, dizendo que as incertezas climáticas no trabalho rural perdem diante da possibilidade de se ter emprego com carteira assinada no urbano, dando a ideia de segurança.

Outro item presente nessa posição, considerado aqui de grande relevância, é que os jovens sempre usavam a palavra ‘trabalho’ como referência ao que faziam junto à família, na propriedade; e ‘emprego’ como aquilo que estava na cidade, com mais valor e segurança. Essa colocação remete a pensar que para eles trabalho era interpretado como “ajuda” à família e, sobretudo sem garantia de renda, como já foi mencionado. Já o emprego, tão desejado, significava salário, reconhecimento e poder de decisão, e esse só era possível na cidade.

Uma das frases trouxe a necessidade de ter “algo que as pessoas se interessassem, para viver no campo, algo que pudesse ganhar também”, referindo-se a melhores investimentos e também a atividades rurais não agrícolas. Já em outros trechos, viu-se que um deles fez menção a alguém que teve que deixar a comunidade para ir trabalhar e em outro, o jovem fala de si próprio com pesar por estar trabalhando na cidade, ainda que tenha terra, recebida em herança. Aí entram outros

elementos, principalmente de ordem social e econômica, que permeiam o trabalho rural, que serão melhor demarcadas na terceira posição.

Terceira posição

“Viver na zona rural é cultivar a agricultura, e aprender a valorizar a terra, para não ficar dependendo do comércio. Pois se você tem um pedaço de terra, já serve para plantar algumas coisas, porque as coisas cada dia esta caro, como arroz, feijão, carne etc. E no campo você vive um pouco melhor evita pagar energia, água e aprende a construir alguma coisa para você e seus filhos ensinando a eles a plantar e colher do seu próprio suor. Não é diferente da cidade não e quase tudo igual, se você não tem dinheiro você não compra e se você não tem terra você não planta. Só que você gasta mais só comprando e ganha mais se plantar e colher um pouco.”

“Aqui no campo se você tiver um pedaço de terra, você não irá trabalhar pra ninguém, mas si próprio se você sober investir na sua terra, meu amigo eu só te falo uma coisa o campo é o melhor lugar pra si viver.”

“Muitas pessoas dizem que no campo temos menores oportunidades de emprego, que é uma coisa equivocada, haja vista, que não sabemos aproveitar as oportunidades que nos são oferecidas.”

“Mas agora está um pouco moderno pois surgiram algumas máquinas boas para nossa colheita, onde não precisamos nos esforçar muito”

Os trechos das cartas presentes nesta posição trazem a defesa de que no rural existem tantas oportunidades quanto no urbano, mas que é preciso saber trabalhar, saber administrar esse trabalho, essa atividade e aproveitar outras oportunidades que estão despercebidas. Dentre os posicionamentos de defesa, um que apareceu várias vezes, é a não necessidade de comprar ou pagar por coisas que no campo estão disponíveis, como a água, que pode ser do poço ou nascente, frutas, verduras e outros que podem ser plantadas ainda que se tenha pouca terra.

Esse posicionamento é interessante porque indica que contabilizam como renda tudo aquilo que deixam de gastar, com coisas que plantam ou que estão acessíveis, ao passo que se estivessem na cidade, teriam mais esses custos. Também foi citado o uso de tecnologias como possibilidade de eliminar ou diminuir muito do trabalho pesado, que é um elemento colocado por todos como desfavorável no trabalho rural.

No debate essas colocações foram reforçadas e outras apareceram. Um jovem relatou que mesmo sendo proprietário já saiu em busca de ter maior renda e melhores perspectivas de vida. Mas que hoje tem uma consciência melhor sobre isso, pois vê

que nem o urbano é tão favorável e facilitador, como imaginava, e tampouco o rural é desprovido de oportunidades ou possibilidades de crescimento. Foi dito ainda, no debate, que na lavoura é preciso saber plantar e comercializar, e que por isso, acha que viver da agricultura pode ser melhor que da indústria, só precisa de planejamento, saber gerenciar a propriedade para se ter uma melhor produção e comercialização. É o que fazem nas indústrias e por isso têm sucesso, ponderou o jovem.

De novo apareceu a fala sobre ser possível desenvolver atividades lucrativas no rural, mas que para isso são necessários incentivos e oportunidades por parte dos governos. O que demonstra que os jovens têm compreensão dos problemas ou dificuldades que os cercam e que sabem da importância e da necessidade de políticas públicas para a área rural.

A possibilidade para uns, e já realidade para outros, de atividades rurais não agrícolas, também foi colocado como uma expectativa de melhoria de trabalho e renda no meio rural. Um jovem chegou a comentar que as pessoas que vivem da agricultura eram muito desinformadas e que por isso houve muito desânimo com a prática e tradição da monocultura. Essa prática acarretava muitos altos e baixos, por não se ter o conhecimento e as possibilidades que se tem hoje, de diversificar a agricultura e sobreviver dela. Considerou ainda que o problema agora é que as famílias não têm renda para recomeçar esse processo, e a busca aos créditos agrícolas ficam restritas por causa da informalidade das propriedades (não ter a documentação devida, legalizada).

Uma jovem relatou que vê na comunidade possibilidades de outras rendas, como o turismo ecológico, e que não entende a agricultura como única fonte de renda. A agroindústria também apareceu como uma realidade que já está dando certo. Em outra passagem um jovem relata que sua família tem agroindústria de produtos caseiros (típicos da cultura italiana) e que além dos membros da família, mãe, pai e ela, mais duas pessoas, ligadas pelo parentesco, trabalham com eles para dar conta da produção. Ela disse não ter salário, mas tudo o que pede, precisa, ela tem.

Esse depoimento merece um destaque, pois, de acordo com Brenneisen (2008), a realidade vivida por essa jovem demonstra que a agroindústria surge como novas oportunidades de trabalho para os jovens, possibilitando que permaneçam no

campo. Porém, também nessas novas possibilidades de renda que estão sendo apropriadas pelas famílias rurais, as desigualdades e subordinação de gênero estão, igualmente, sendo reproduzidas. Às mulheres cabem mais uma vez a produção e fabricação, trabalho desempenhado no interior do estabelecimento, já aos homens cabe à comercialização, feita no espaço público. Mais uma vez fica evidente a invisibilidade e a não valorização do trabalho realizado pelas mulheres, no caso específico, das jovens. Assim sendo, mesmo que as condições econômicas da família melhorem, é provável que o desejo de um emprego no meio urbano, por parte das jovens, persista.

Ressalvadas as desigualdades reproduzidas, é importante destacar nos depoimentos sobre a agroindústria, que além estar sendo um diferencial para aquela família, tem propiciado trabalho e renda a outras duas pessoas. E essa possibilidade parece já ter sido entendida por outros jovens, já que um deles avaliou que no processo de uma agroindústria pode existir uma relação entre famílias, em que umas podem plantar, e outras processarem, e assim garante-se crescimento para todos.

Em suma o que as três posições trouxeram é que a ideia de trabalho rural que paira nesses jovens está fortemente associada ao que os pais (principalmente o pai) fazem. Os jovens demonstram claramente que não querem fazer o que seus pais e avós faziam. E o que se reproduz de uma geração a outra é que o trabalho rural, pautado no regime de economia familiar, é pesado, sem reconhecimento e de pouca rentabilidade, ainda que em algumas famílias essa realidade seja bem diferente.

Considera-se que sobre a produção agrícola, poucas referências foram feitas, e quando o fizeram, os posicionamentos se concentraram na possibilidade de produzirem a maioria de seus alimentos. Não houve maiores destaques sobre a produção como viés econômico, o que reforça que esses jovens, quando manifestam o rural como fonte de renda, não desejam mais fazer o que seus pais fazem, pensam em novas atividades.

Carneiro (1999, p.16), sobre essa situação, registra que o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor e afirma, pelo que observou em suas pesquisas, “que mesmo que a terra permaneça como propriedade familiar, dificilmente a associação entre terra-trabalho-família permanecerá como um valor estruturante da ordem moral e econômica dessa geração de jovens”. E vai mais além dizendo que “a terra, deixando de ser um meio de

produção para se transformar em um bem de consumo, passa a ocupar outro lugar nas preocupações e nos projetos da juventude rural”.

Além das três posições mostradas até o momento, outro elemento que apareceu fortemente nos debates foi a presença da pluriatividade nas famílias rurais. Essa realidade ficou visível ainda na aplicação/análise dos questionários, mas foi no momento do debate que se pode observar como ela parece estar inerente ao espaço rural. Segue então o relato de algumas falas:

“Na família tem quem trabalhe fora, quem é aposentado rural, quem trabalha com a agricultura, e quem trabalha só com o lar.” (moça)

“Sua atual responsabilidade é o trabalho doméstico e cuidar do irmão que é mais novo. Tem uma empregada que vai alguns dias da semana para ajudar. O pai é professor e tem propriedade, onde tem gente que trabalha para ele.” (moça)

“Os pais têm comércio e propriedade, mas tem gente que trabalha para eles. Faz os trabalhos domésticos e depende financeiramente dos pais.” (moça)

“Os pais têm propriedade, o pai trabalha com café, mas também tem um lava-jato e trabalha como pintor. A mãe é doméstica.” (moça)

“Trabalha por conta própria (fábrica de móveis) e tem liberdade para fazer o que quer com o dinheiro, mas também ajuda em casa.” (rapaz)

“Tem propriedade, onde o pai trabalha e a mãe é servente.” (rapaz)

“Eles tem propriedade, o pai trabalha também como pedreiro e a mãe é merendeira, tem dois irmãos que moram na cidade e estão estudando. E ele vende os produtos processados que a mãe faz, principalmente com coisas da propriedade. Não fica com o dinheiro, mas quando precisa, pede e tem.” (rapaz)

“Trabalha com comércio que a família tem (na própria comunidade), recebe por isso e usa o dinheiro para gastos próprios.” (rapaz)

“Faz unhas porque gosta e consegue um dinheiro, que é todo para ela.” (moça)

“Ajuda nas tarefas domésticas e já trabalhou de babá.” (moça)

“Trabalha como motorista e também na agricultura.” (rapaz)

“Trabalha com atividades fora e também com as atividades rurais, para ajudar a pagar os estudos e outras coisas que queira e também para ajudar em casa.” (rapaz)

“A maioria quer conciliar a terra com outra atividade fora, não quer a atividade agrícola que é muito incerta.” (rapaz)

“O pai tem um bar, onde seu irmão trabalha direto e ela um pouco menos. Ele recebe pelo trabalho, ela não. Quando ela pede dinheiro o pai reclama para dar. O pai não gosta que ela trabalhe no bar no fim de semana por que tem muitos homens. Acha injusto que o irmão receba e ela não, e o irmão é mais novo que ela.” (Moça)

Como se vê, parece estar se tornando comum ver na família rural o exercício de várias atividades, dentro e fora da agricultura, dentro e fora da propriedade e

dentro e fora da comunidade. Carneiro (1999) explica que, motivadas principalmente por crises na agricultura local, várias famílias, e principalmente os filhos, buscam alternativas fora do setor agrícola para complementar a renda familiar.

Além de ficar bastante evidente, a pluriatividade parece ser vista com bons olhos pelos jovens. Talvez porque além de possibilitar uma melhoria de renda para a família e para o próprio jovem, possibilite aproximar o que eles veem de “melhor dos dois mundos”, continuar morando na propriedade/comunidade e desenvolver outras atividades que não só agrícolas. Assim sendo, quando ocorre a “saída” de um jovem, mais do que uma atitude, muitas das vezes entendida como individualização e ruptura, pode estar sendo acionada uma estratégia de reprodução da família e de seu patrimônio. (CASTRO, 2005)

O que significa para essa pesquisadora, que os jovens estão buscando articular as atividades externas, centradas na escola e trabalho, e o seu interesse pela terra. Essa (nova) dinâmica pode contribuir favoravelmente para a sucessão na agricultura familiar, na medida em que ela possibilitar a articulação da vida na propriedade com outras inserções e interesses, reforça ela.

Porém, baseado no que foi retratado na última fala, vê-se que a subordinação de gênero pode até ser minimizada, mas está longe de ser superada, ainda que haja novas dinâmicas no campo. Para Castro,

Na divisão sexual do trabalho, pode-se afirmar que a diferença entre os mecanismos de socialização da família para rapazes e moças contribui para essa mobilidade. Mas, também observamos como o normatizado varia de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e a relação que estabelecem com as regras e normas que regem suas vidas (Bourdieu, 1962). Pode-se perguntar, que outros fatores estão em jogo nas escolhas das futuras inserções dos filhos? Até que ponto os interesses individuais, negociações e ações mais drásticas são fruto do “modelo” ou são formas de atuar nos seus limites. Por exemplo, quando determinadas atitudes significam rupturas definitivas ou temporárias, por parte dos filhos, em busca de alternativas diferentes das propostas pelos pais. (CASTRO, 2005, p.244)

4.4 – O que pensam e querem os jovens rurais (de Anchieta)

Na estratégia de investigar os elementos que cercam os desejos e projetos de vida dos jovens, a partir da representação do urbano e rural, buscou-se visualizar o que eles pensavam e esperavam do futuro. Para tal foi pedido que individualmente escrevessem ‘um lugar’, onde quisessem estar e a ‘profissão’ que queriam exercer.

O resultado do ‘lugar’ que desejam estar foi⁶⁹: (02) dois mesclaram desejo de estar no rural e urbano ao mesmo tempo; 09 (nove) foram respostas mais evasivas, como, ‘depende de muitos fatores’, ‘algum lugar no mundo’ e outras; 15 (quinze) referiram-se às condições de trabalho ou estudo, que pelo cunho das mesmas, também remetiam ao desejo pelo urbano. Eram elas: pista de Interlagos, escritório, Samarco, empresa, na universidade, etc...; 25 (vinte e cinco) disseram querer estar no rural; e 44 (quarenta e quatro) disseram querer estar no urbano. Dentre esses últimos, cinco manifestaram querer estar fora do país.

Além dessas respostas, houve mais 04 (quatro) que chamaram a atenção. Eram elas: “no cemitério”, “em guerra”, “lugar que possa me fazer feliz” e em “Mãe-bá”. A princípio, as duas primeiras, pareceram ter mais tom de brincadeira, mas ainda que o fossem, a brincadeira não estaria carregada de um descontentamento com a vida que levam? assim como a terceira, que carrega o sentimento de que onde ou como vive não o faz feliz. Já a última, era sim brincadeira, pois Mãe-bá é uma comunidade de Anchieta onde existe um estabelecimento de profissionais do sexo e ao colocar no quadro, todos riram sabendo do que se tratava.

Importante mencionar que nos setores Corindiba e Horizonte, as manifestações ficaram bem divididas entre estar no urbano ou rural. Diferente dos outros três, cuja maioria manifestou o urbano, direta ou indiretamente. No caso do setor Corindiba, pode ser pelos fatos já mencionados, ser um setor mais distante da sede, que tem a agricultura familiar mais forte, e pela influência da Escola Família Agrícola na formação dos jovens e na família. Já o Setor Horizonte atribui-se à sua proximidade com a sede, permitindo que se more lá, mas se trabalhe nas empresas e na cidade.

Percebe-se então que estar no urbano faz parte dos desejos daqueles jovens. Já que, se juntarmos os que falaram diretamente do urbano mais os que expressaram profissões de cunho mais urbano, teremos aproximadamente uns 60% (sessenta por cento) do total. É importante mencionar que quando eram apresentadas as palavras que traziam o desejo de permanência no rural, havia-se muitos risos, como algo que não tinha valor, importância.

⁶⁹ Se a soma não estiver correspondendo ao total de participantes, é porque alguns não quiseram ou se sentiram à vontade para responder, e achou-se por bem não insistir no contrário.

Considerando as informações até aqui disponibilizadas, percebe-se que veem o rural como um espaço de produção e qualidade de vida, mas que de uma forma geral não desejam, nem permanecerem e nem trabalharem lá, como confirmaremos nos dados seguintes, sobre as profissões almejadas.

Nas profissões encontramos: 20 (vinte) manifestações por profissões rurais, sendo que dentre elas, houve uma divisão quase igualitária de manifestações tanto em serem agricultores, quanto por profissões das ciências agrárias, como agronomia, veterinária e outros; 72 (setenta e duas) manifestações por profissões mais desenvolvidas no urbano (ainda que algumas delas estejam também presentes no rural, como professor, doméstica, caminhoneiro); 2 (duas) manifestações ainda indecisas entre profissões das ciências agrárias, como veterinária e agronomia e profissões urbanas; 06 (seis) manifestações mais evasivas; e 02 (duas) manifestações voltadas à formação escolar/profissional.

Carneiro e Castro trazem, sobre as escolhas profissionais, reflexões importantes de serem ponderadas aqui. A primeira diz que “a intenção de estudar fora e ter uma profissão convive com a vontade de permanecer residindo na localidade de origem”, porém, as carreiras escolhidas - e é o que vemos nos dados apresentados no parágrafo anterior – “apontam para certa incompatibilidade com a intenção de continuar vivendo na localidade” (1999, p.7). Já a segunda demonstra que “a formação escolar também segue diferentes direcionamentos, em que os filhos homens tendem a optar por cursos na área de ciências agrárias e as mulheres buscam cursos bem diversificados e que não tenham ligação imediata com a área agrária” (2005, p. 290). Castro diz ainda que,

[...] mesmo a opção por carreiras em ciências agrárias não representa, necessariamente, uma intensificação da relação com a terra, na medida em que as condições de vida e retorno financeiro da produção são muito precários. Essa situação reforça a análise de que a transformação dessa realidade não está nos marcos somente da ação individual, pois é fruto das relações de desigualdade no campo brasileiro e na história recente da região. (CASTRO, 2005, p.380)

De novo os setores Corindiba e Horizonte foram os que mais tiveram manifestações por permanecerem em atividades rurais. Nesse último, surpreendeu que houvesse quatro manifestações de interesse nas atividades rurais, em razão de estarem numa área sobre forte influência da indústria. Os jovens do setor Corindiba

que manifestaram sair, diziam também que era para terem melhores rendas e um dia voltarem às suas propriedades com condições de investirem como achassem melhor.

Mas o que realmente chama atenção é porque no setor Pongal, mais estruturado de todo o município, formado basicamente por agricultores familiares, consolidados, os jovens desejem tanto saírem? Que fatores influenciam esses jovens? Como já foi citado, algumas das possíveis razões podem estar na relação entre os pais e filhos; estes não participam dos planejamentos e decisões sobre a atividade, bem como o vínculo que algumas comunidades de lá, principalmente Alto Pongal têm com o Poder Público⁷⁰. Os razoáveis salários (se comparados aos salários da região, são os melhores) e facilidades, já que muitas das ocupações são na própria comunidade, sem dúvida tornam “o emprego na prefeitura” objeto de desejo de todos.

O setor São Mateus foi onde proporcionalmente mais foi manifestado o desejo de profissões fora do rural. Foi lá que apareceram duas manifestações de “doméstica”. É comum ver a presença de moças desse setor trabalhando como domésticas no domicílios urbanos, ficando por lá durante a semana, o que as possibilita continuarem os estudos, e só voltarem as suas comunidades nos finais de semana. A manifestação pelo desejo de ter essa profissão (ou colocação) pareceu fazer parte de um sentimento de inferioridade e incapacidade de se alcançar algo maior, e por isso bastava ir para a cidade e ter uma ocupação que lhes garantisse uma renda, tirando-as da condição de subordinação, principalmente econômica, em que viviam. Como trata Carneiro (ibid., p.4) a essas jovens não importam se estão se submetendo a empregos pouco qualificados, mas se esse rende o suficiente para garantir os estudos e conseqüentemente, autonomia em relação aos pais.

Para aprofundar o assunto e entender melhor o que estava ali visualizado em poucas palavras, foi provocado um debate. As falas puderam ilustrar melhor o que pensam sobre esses dois espaços, como se veem nele e seus desejos. Para maior facilitar o entendimento, tentou-se agrupar em categorias de idéias, que seguem⁷¹:

⁷⁰ A explicação para o Setor Pongal ter maior relação com o poder público é porque historicamente aquela região elege representantes, no Executivo e no Legislativo. O atual Prefeito é da comunidade de Alto Pongal e dos nove vereadores que compõem a Câmara, dois são do setor.

⁷¹ Idem As falas não estão reproduzidas na íntegra, como uma transcrição, estão descritas conforme iam sendo ditas pelos jovens e anotadas pela pesquisadora..

Valorizam, enxergam a importância do rural:

“Na área rural você pode ser seu patrão, na urbana não. Você terá um patrão.”

“A comunidade tem idéia do que é desenvolvimento sustentável – “veio para a comunidade”- a comunidade tem importância para a cidade, com sua produção. Esse é o desenvolvimento sustentável que veio como valorização do rural. O mercado está aprendendo a olhar o rural com responsabilidade.”

“O que vai ser na cidade se todos saírem do rural?”

“Quem produz alimentos?”

“O campo / rural tem mudado muito, as facilidades estão chegando.”

“Novas profissões podem surgir no rural (referindo-se a agroindústria, agroturismo – grifo nosso).”

“Será então que na roça é menos digno?”

“No rural as pessoas são mais sensíveis, solidárias.”

“No rural você tem mais abertura, domínio para poder estudar, sendo empregado na cidade nem sempre dá.”

“Acha ilusão querer ir para o urbano. Na maioria das vezes pode se tornar um bandido ou ter uma vida ruim.”

“As pessoas às vezes fantasiam com o urbano. Se esforçando tudo é possível, mas precisa querer.”

Acreditam e defendem que no rural também há possibilidades de crescimento, mas que pra isso é preciso superar algumas carências e ocorrer mudanças:

“Depende do ponto de vista, pois no rural pode ser melhor (trabalho, renda).”

“Para plantar e se ter boa renda na roça, é preciso ter muita terra.”

“Acha que precisa ter outras opções de trabalho no rural.”

“Não queremos trabalhar na roça como nossos pais.”

“É preciso valorizar mais a agroindústria, incentivos, ter programas.”

“As pessoas rurais se sentem excluídas, são acomodadas. Porque não ter no rural o que se tem no urbano?”

“É preciso facilitar o trabalho rural, que é muito penoso. Tem uso de tecnologias em outros países, que melhora a agricultura, as atividades.”

“Existem muitos agricultores que financeiramente são bem sucedidos, estão ganhando mais do que se estivessem no urbano, pois as oportunidades não estão disponíveis a todo mundo.”

“A qualificação é necessária para os dois lugares – urbano e rural. O campo tem mudado e exigindo cada vez mais das pessoas.”

“As pessoas da roça não acreditam na sua capacidade.”

O urbano visto como espaço de maior disputa e preparo:

“Se todos pensarem em ir para a cidade não vai ter emprego para todos. Nem todos que vão para a cidade vão ter a vida confortável que se imagina. Os custos são maiores.”

“Não se tem o que temos disponível na roça (alimentos), a relação entre o que se ganha no rural e no urbano e o custo de vida em cada um dos espaços.”

“A renda pode ser maior na cidade, mas a vida é mais difícil, tem mais individualidade e o custo é maior.”

“As disputas no urbano são maiores, só consegue ter bons resultados que estiver mais preparado, for mais inteligente. Tem que ser melhor.”

Nessas três primeiras categorias de ideias, vê-se que a partir da intensificação da comunicação entre a cidade e o rural, debatida em várias etnografias e visualizadas nas referidas falas, a facilitação ao acesso a bens e valores urbanos, por parte do rural, bem como a constatação do desemprego e a violência no urbano, tem provocado em alguns jovens uma visão não mais tão atraente do urbano. Para ilustrar essa posição dispõe-se das afirmações de três teóricos.

Stropasolas que pontua a razão da valorização nos habitantes, tanto do rural quanto do urbano:

A importância do espaço e dos valores rurais nessas localidades não é alimentada apenas pelo fato de que parcela expressiva da população reside fora do perímetro urbano, mas sobretudo porque um segmento nada desprezível dos habitantes “urbanos” é constituído por pessoas que vieram das comunidades do interior do município, muitas delas recentemente, como é o caso dos jovens. (STROPASOLAS, 2006, p.65)

Wanderley que mostra as alternativas que estão surgindo no rural e que possibilitam a melhoria na qualidade de vida:

Essa percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo. (WANDERLEY, 2000a, p.31)

E Carneiro que fala da maior disputa e preparo exigida no urbano:

As dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixos que os da cidade, a inexistência de uma rede de parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, tem levado os jovens a “descobrirem” que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto

de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a de moradia.
(CARNEIRO, 1999, p. 15)

Visualizam a aproximação do rural com o urbano:

“Apesar de a comunidade ser rural os jovens tem pensamentos grandes, de não estar só no rural.”

“O rural e o urbano estão mais próximos, antes parecia uma coisa mais distante, agora se mistura mais. Não se sente tão estranho no urbano. As informações estão chegando ao interior.”

“Na cidade tem coisas muito boas, mas tem mais coisas ruins que o rural. Ainda não está certo quanto ao que poderia ser (profissionalmente), estar na comunidade é bom, tranqüilo, tem qualidade na produção, diferente das coisas ruins que tem nos produtos dos supermercados.”

“Quer morar no rural e trabalhar no urbano;”

Sobre essa constatação, Wanderley (ibid.) defende que o meio rural está vivenciando um profundo processo de diversificação social, onde suas relações com o meio urbano vão acarretando a perda dos antagonismos outrora tão evidente, para se tornarem relações de complementaridade:

O espaço local é, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte de cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades.
(WANDERLEY, 2000a, p. 33)

Fazendo uso de argumentos que também mostram que as relações entre o rural e a cidade não destroem as particularidades dos dois mundos, e principalmente não acarretam o fim do rural, Stropasolas (2006, p.64) defende que o rural é um espaço específico e ator coletivo. Isso porque ao se falar do rural é preciso analisar as “diferentes formas de expressão da ruralidade nos contextos culturais, sociais, e espaciais heterogêneos, isto é, nas localidades”, bem como, “rejeitar as dicotomias que acabam por definir um em função do outro”.

Ainda que desejem e gostem do rural, visualizam o urbano como um espaço de mais oportunidades (de trabalho e educação):

“Gostam mais do rural, acham melhor, mas preferem o urbano pelas facilidades, acessos.”

“Mesmo com todas as dificuldades do urbano, lá tem mais possibilidade de emprego.”

“No urbano tem mais oportunidade de emprego, apesar de ser mais perigoso.”

“Mais oportunidade em relação à educação, se quiser continuar estudando, no urbano tem ensino médio, faculdades.”

“Gostam do rural, mas querem ir para a cidade.”

“É mais prático já morar na cidade, do que ter que ir e voltar todos os dias para trabalhar.”

“O lugar que a gente mora tem melhores condições para se morar, a cidade é para trabalhar.”

“Tem pessoas que pretendem ficar no rural, mas outros já querem ir para bem longe.”

“A maioria das pessoas quer sair.”

“O que ficou forte na parte do rural é que a agricultura está ficando para trás, as pessoas até moram, mas querem serviço que dá remuneração todo mês.”

“Hoje já se pode ser advogado e continuar morando em São Mateus, pela proximidade. Já morou em cidade grande e não quer voltar, quer ficar no rural.”

“Os desejos, sonhos apresentados são coisas boas para o futuro.”

“No quadro das profissões apareceram muitos desejos que agora, estudando, pode-se almejar.”

Acreditam só ter perspectivas de trabalho e reconhecimento no/com trabalho na cidade:

“Querem ir para a cidade para ter emprego.”

“Cidade – referencia como local para se ter um bom emprego.”

“A expectativa de se “crescer” (profissionalmente) é na cidade, na roça não tem como crescer.”

“O trabalho rural não tem reconhecimento, tem que se buscar mais renda na cidade.”

“Não se tem escolhas no rural: escola (universidade), emprego de carteira assinada, locomoção, etc.”

“O único trabalho por aqui (rural) é o doméstico, tomar conta de bebê, roça. Os poucos empregos que se tem (farmácia, supermercado, padaria, bar e outros pequenos comércios) são para a própria família.”

“A maioria absoluta prefere o urbano.”

“No rural não dá para trabalhar, pois é muito instável (questões climáticas, trabalho pesado).”

“As atividades urbanas é que dão dinheiro (quer vender bebidas).”

“As pessoas se sentem presas na roça, querem ir para a cidade.”

“Cidade como idéia de estabilidade.”

“Apareceu tanta coisa ruim na cidade e ainda assim a maioria quer ir para lá.”

“Cidade – trabalho.”

“Roça - não tem futuro.”

Nesses dois blocos, vemos de novo que algumas das facilidades presentes no urbano, como a educação e trabalho, são atrativos fortes que recaem sobre os jovens, sobretudo sobre as jovens, que também lidam com a subordinação paterna e a invisibilidade no trabalho, acarretando numa maior saída por parte dessas, como mostra Bourdieu:

Menos apegadas do que os homens (e os próprios filhos mais moços) à condição camponesa e menos empenhadas no trabalho e nas responsabilidades de poder, logo menos presas pela preocupação com o patrimônio a “manter”, mais dispostas em relação à educação e as promessas de mobilidade que ela contém, elas importam para o coração do mundo camponês o olhar citadino, que desvaloriza e desqualifica as “qualidades camponesas” (BOURDIEU, 2000, p. 105)

Os que destacaram preocupações com o futuro e com as visões estabelecidas:

“Vai chegar uma época que não vai mais ter quem produza alimentos.”

“Valorizam-se mais o urbano.”

As falas desse último bloco, ainda que bastante simples, traduzem as complexas relações, dúvidas e anseios que esses jovens carregam consigo. É ao mesmo tempo a expressão de um sentimento de responsabilidade que paira sobre o trabalho rural (a produção de alimentos), bem como, a indignação por não se reconhecer tamanha responsabilidade, tanto pelos próximos, como pelas pessoas de fora.

O que se viu na questão que buscou entender o que pensam/esperam do futuro, é que, ainda que valorizem o rural como um espaço de qualidade de vida e produção, é no urbano que muitos desejam se firmarem profissionalmente. O bom do rural não está, para a maioria, pautado sobre o trabalho, pois um bom emprego foi colocado por alguns, só ser possível na cidade.

Mesmo assim várias falas apontaram o rural como um espaço de valores, possibilidades e crescimento, mas que para isso deve haver esforço, investimento e mudanças, principalmente em infraestrutura, serviços e práticas agrícolas. Percebem que muitas coisas já mudaram, se comparado ao tempo em que seus pais eram jovens. A cidade, que foi defendida por vários por possibilitar trabalhos menos

penosos e melhor remunerados, também foi colocada como um lugar de maior disputa e preparo.

Em algumas falas, o rural era colocado como um espaço para se viver e preservar. Foi interessante vê-los entenderem como positiva a aproximação que está ocorrendo entre rural e urbano, inclusive porque veem a cidade enxergando a importância do rural.

Em suma o que aqueles jovens têm construído é que o rural é bom pra morar e o urbano tem melhores possibilidades de trabalho. Mas para alguns, a busca por um trabalho na cidade e a conseqüente saída do rural, é mais uma necessidade do que desejo. Os que manifestaram haver possibilidade de se viver bem (economicamente) com as atividades rurais, disseram que precisa haver melhores investimentos (políticas públicas), ter novas atividades e não trabalhar como os pais. Todas as questões levantadas ilustram a tendência descrita pelos estudiosos como a “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000a) ou o “nascimento de outra ruralidade” (VEIGA, 2006), entre outras terminologias. Que pode, dentre as transformações e tendências debatidas em seu âmago, ser o caminho para não acontecer o que foi manifestado como preocupação de alguns jovens: o esvaziamento do campo.

Por tudo que manifestaram, sobre seus desejos pode-se concluir que, ainda que alguns tenham colocado a saída como algo já definido, não parecem com isso almejam uma ruptura com o rural. Projetam aproximar o sonho do trabalho e da remuneração “fora” com as vivências e relações de “dentro”.

Nos debates que aconteciam como última questão dos grupos focais, saíram algumas falas que somam no conjunto da questão ‘o que pensam e querem’ os jovens rurais de Anchieta. Na espontaneidade das falas, o que era dito por um, logo era utilizado pelo outro, corroborando a fala anterior ou trazendo novos elementos. Das falas abstraídas, visualizaram-se dois temas: Sucessão e “Sair e ficar”.

Sucessão

“Não sabe se quer continuar com a propriedade.” (Moça)

“Vê mais possibilidade da propriedade ficar parta o irmão.” (Moça)

“Se ficar com parte da herança pretende deixar para o irmão. Se tiver que desenvolver algo, será como agroturismo.”(Moça)

“Se herdar a terra quer continuar com ela, mas não como fonte de renda.” (Moça)

“Acha que não ficará trabalhando, mas não quer vender a propriedade, quer ter como moradia/bem, mas não como trabalho.” (Moça)

“Se herdar a terra vai colocar gado, pasto.” (Rapaz)

“Tem propriedade, mas ninguém da família trabalha.” (Moça)

“Não tem muita idéia de quem ficará com a propriedade.” (Moça)

“Se herdar, quer produzir algo que não dê trabalho, que sirva de poupança / segurança.” (Rapaz)

“A propriedade vai ser dividida entre os três irmãos, e por isso vai ficando pequeno. Acha que vai ser só para moradia.” (Moça)

“Tudo o que os pais tem ela herdar, mas pretende fazer faculdade e trabalhar fora. Só se casar com alguém que queira trabalhar com a terra.”

“É filha única e por isso com certeza a propriedade fica para ela, porém, se casar com alguém que queira o trabalho rural, tudo bem, senão vende.”

“Se herdar a terra não sabe o que fazer com ela. Mas acha que vai ficar com o irmão.” (Moça)

“Quer um pedaço só para fazer uma casa, o resto pode ficar para o irmão.” (Moça)

“Na casa o irmão trabalha com os pais, as irmãs querem estudar.” (Moça)

“Quando concluir o ensino médio, pretende ir para a cidade.” (Moça)

“Acha que vai continuar na terra.” (Rapaz)

“A roça deve ficar para o irmão, pois só ele trabalha com os pais, as filhas já estão recebendo o incentivo/investimento na educação.” (Moça)

O tema sucessão, ainda que se almejasse ouvi-lo, não foi perguntado diretamente. O formato das questões trabalhadas propiciava se chegar aos indícios sobre o tema, e a estratégia era saber se esse era um tema que preocupava os jovens, o que seria demonstrado a partir da espontaneidade das falas.

Como era de se esperar, o tema apareceu em todos os grupos, porém não ocupou muito tempo dos debates. O “não dito” ou no caso, o “pouco dito” já demonstra que esse tema não está, ou é insuficientemente, tratado com os jovens. E que, portanto, como demonstram a várias etnografias aqui citadas, via de regra trata-se ainda de uma estratégia que se mantém centrada nas mãos paternas.

Outra característica considerada de grande relevância, é que, quem mais tratou da questão da herança/sucessão, foram as mulheres. E, em sua maioria, manifestaram que provavelmente não ficarão com a terra, ainda que por motivos diferentes. Houve quem dissesse que não sabe se quer terra; outra já diz que só se casar com alguém que queira; se herdar, vê como patrimônio, e não como trabalho; quer o suficiente para fazer uma casa, ou seja, quer só pra moradia; e as que acham que vai ficar para os irmãos, pois já estão sendo compensadas com estudos. Em

contrapartida, os únicos três rapazes que opinaram nessa questão, além de manifestarem que provavelmente ficarão com a terra, já têm ideia do que farão com ela.

Esse debate evidencia em muito as desigualdades de gênero presentes no meio rural. As moças já carregam o entendimento de que a elas não cabe a terra. Inicialmente as únicas que afirmam que receberão terra é porque são filhas únicas. Já as que possuem irmãos manifestaram dúvidas, não sabem. Mas independente da certeza se herdarão ou não a terra, já apresentam vários indícios de não querê-la. Essa rejeição ou pouco gosto pela terra, enquanto patrimônio econômico, pode ser fruto das relações de gênero estabelecidas no cotidiano rural, onde às mulheres não cabe o trato, a responsabilidade com a terra. A vivência nessa cultura que determina papéis aos gêneros, cabendo à mulher os considerados secundários, acaba por inserir nas jovens que seja natural que a terra caiba somente aos homens, porque eles sim, são os que trabalham, têm capacidade e competências para manuseá-la. A elas parece suficiente serem ressarcidas com o estudo.

Paulilo (2004), assim como outros pesquisadores, afirmam que mesmo que o direito legal garanta a igualdade de gênero, não significa que na partilha propriamente dita, a divisão seja igualitária entre filhos e filhas. São os homens que herdarão a maior parte, senão a totalidade. E como bem ficou explicitado na fala de uma das moças, a elas cabe a recompensa em estudos, ou o acesso pelo casamento. A autora diz que essa estratégia, legitimada, como foi colocado, mostra a “partilha da terra mais como uma forma de remuneração do esforço investido na manutenção e aumento do patrimônio que como herança”, (p.235)

Carneiro, em suas pesquisas também identifica essa situação e a caracteriza como “código consuetudinário”, já que parece estar internalizado por todos, inclusive as mulheres, que o fato dessas não terem trabalhado na terra, bem como, contribuído para o aumento do patrimônio, também não possuem o mesmo direito que os filhos homens. (1999, p.11)

Woortmann (1995, 316), fala que “por força do *habitus*, as pessoas escolhem ‘livremente’ seu destino”, ou seja, essas jovens, ao longo do aprendizado adquirido pelo convívio familiar e comunitário, são levadas a desejarem o que é conveniente para a reprodução do todo. Ou como trata a autora, é “uma espécie de ‘instinto social’ historicamente produzido – e por isso estruturado.” (p. 315)

Para além das questões de gênero, nas falas sobre o tema também apareceu um grave problema da sucessão na agricultura familiar: a insuficiência de terras para ser dividida entre os filhos. Esse problema que é nacional, também afeta Anchieta, haja vista, que seu meio rural é composto basicamente por propriedades familiares que vão até cinquenta hectares (85% do total das propriedades). Se por um lado a posição das moças sugere a masculinização do campo (ABRAMOVAY, 1998a; BOURDIEU, 2000), a insuficiência das terras também preocupa o futuro da agricultura familiar nesse município.

Castro (2005) mostra que fatores econômicos e principalmente o questionamento da autoridade paterna, leva os jovens a buscarem sua autonomia individual, provocando um fluxo maior para as cidades e uma maior dificuldade de mantê-los na terra, resultando no problema da falta de herdeiros. Ela identificou junto aos pais muitas queixas sobre os jovens estarem indo, ou desejando ir embora, acarretando no problema da falta de um possível sucessor.

Tal situação também pode ser identificada por essa pesquisa no único momento em que se acompanhou uma atividade⁷² em que, em sua maioria, estavam presentes os pais. Ao serem indagados sobre os principais problemas que viam na propriedade, foram enfáticos em dizer que faltava mão de obra, uma vez que seus filhos estavam trabalhando, ou buscando trabalho na cidade, principalmente na indústria.

O fato é, como mostra Castro, que no caso específico das mulheres, em todas as pesquisas por ela analisada, bem como nas analisadas nessa, tem-se em comum a demonstração da exclusão das filhas no processo de sucessão, que só se tornam herdeiras da terra excepcionalmente. Para ela é “a própria separação dos jovens de sexo oposto na convivência cotidiana [...], que reforça a divisão sexual do trabalho e as diferenças quanto ao direito costumeiro à herança e a sucessão” (ibid., p.243). Diz ainda a autora:

As regras de transmissão de patrimônio apresentadas nas monografias são semelhantes em alguns aspectos, mas variam quanto ao que é mais valorizado em cada realidade e enfoque apresentados. Assim, analiticamente, pode-se adotar um ‘modelo’ que define a transmissão de patrimônio como parte do processo de reprodução social da família, em especial da família camponesa, e da realidade que a cerca, mas as peças se

⁷² Trata-se do planejamento de ações para o ano de 2009, realizado por algumas entidades (Incaper, Semader, STRAP), juntamente com agricultores familiares representantes dos 05 setores, no dia 26 de agosto de 2008, acompanhado em sua totalidade pela pesquisadora.

alternam, de acordo com a forma como as relações sociais são construídas. Essa variação está diretamente relacionada aos espaços de negociação entre vontade individual e necessidades da família, quanto à manutenção e expansão de seu patrimônio e tudo o que implica para a posição que a família ocupa na comunidade. Assim, a herança aparece para além da transmissão material, mas principalmente como a herança da terra como capital cultural, mesmo que para isso regras sejam criadas de maneira a “driblar” as leis da própria transmissão patrimonial.(CASTRO, 2005, P.215)

Assim, pelo que visto na pesquisa e é expresso por Castro (ibid), a diferença de “criação” entre os jovens homens e mulheres, evidenciado na divisão sexual do trabalho, pode ser denominada de “preparação do sucessor e/ou herdeiro”, ainda que não esteja explícita nos discursos. Por outro lado, que o fato das moças terem falado mais sobre herança indique que, ainda que elas se autoexcluam do processo buscando outras profissões na cidade, também sugere que esse processo não é assim tão aceito por elas.

“Ficar e sair”

“Se sair e tiver que voltar para trabalhar, não se vê trabalhando com lavouras, gostaria de desenvolver outras atividades, mas para isso precisa buscar recursos fora.”

“Vê que algumas famílias estão voltando para o setor.”

“Tem pretensões de ficar.” (Rapaz)

“Tem muita saída da comunidade. Tem caso onde já saíram até os pais, mas a maioria ainda é de jovens em busca de uma renda, principalmente entre as safras. Observa-se que quem sai está buscando recursos para investir na própria comunidade.”

“Tem muitos jovens saindo, uns vão influenciando outros, buscam emprego para terem o próprio dinheiro.”

“O fato de se estar perto da indústria tem muita influência sobre os jovens.”

“Eu saí por causa dessa influência, apesar de não ser o desejo.” (moça que trabalha na cidade e fica na comunidade só nos fins de semana)

“A saída é sempre em busca de mais recursos.”

“Acha que cada vez mais vão sair mais jovens.”

“Percebe que está ficando cada vez mais difícil manter “as origens rurais”, as necessidades básicas estão aumentando; Tem também a Samarco que está avançando sobre o rural e vem trazendo alguns benefícios, como a possibilidade de emprego, que por sua vez trás condições de investir na própria propriedade. Mas de ruim é que trás poluição e desmatamento, destruindo as reservas naturais. A comunidade quer manter suas características, seus recursos naturais. Quando vê um jovem saindo espera que de fato ele se dê bem. Compara com a situação que se vê sobre o nordeste, onde as pessoas saem em busca da sobrevivência, por melhoria.

Acredita que o meio rural deveria ser visto não só como moradia, mas como espaço que se pode ter renda.”

“Diz que dos seus colegas jovens, que eram em torno de dez, hoje devem permanecer no máximo uns três na agricultura.”

“Vê dificuldades de se manter no rural, mesmo que herde a terra, vê só possibilidade de manter terra e criar outras possibilidades para a comunidade como o turismo rura.”

“Os próprios pais incentivam a sair, não incentivam a fazer alguma coisa boa aqui mesmo – querem que os filhos tenham o que não tiveram.”

“Quer ir para a cidade por causa dos estudos, mas prefere morar na comunidade.”

“A intenção era de ficar aqui, mas vê que precisa sair para conseguir alguma coisa melhor.”

“Acha que só fica na roça quem já está atuando.”

“Acha que precisa de mais incentivo para permanência.”

“Acha que não quer vender a terra, quer continuar lá quando se aposentar.”

“Acha que a maior parte dos irmãos ficam, uns não querem ficar, principalmente os que já estão fazendo alguma coisa fora.”

“Eu particularmente, adoraria morar na cidade tem lá suas dificuldades mas garanto que pra o que eu quero ta bom! Estudar aqui no interior por enquanto dá, faculdade não terei de ir tão longe, mas meu futuro só em uma grande cidade mesmo.”

“A vida de hoje é mais voltada para o meio urbano, os jovens só pensam em internet, videogame, baladas, coisas que com certeza não tem nada a ver com o campo, mesmo acreditando que estamos evoluindo cada vez mais, e temos acesso a maioria desses fatores, a maior parte da população acredita que a cidade será sempre melhor. Daí vem a questão, violência, desemprego, pobreza, o poder acima de tudo, isso é viver? Sair na rua e acreditar que volta-e-meia poderá ser assaltado? Passar por cima dos outros, querer ajuda e não ser ajudado? Tudo bem então, vamos todo mundo p/ a cidade, comer fumaça e morrer dentro de 10 anos. Bom, eu posso ter exagerado, mas é o que ta acontecendo, até eu mesma, que to falando tudo isso vô acabar indo para lá mesmo!”(Moça)

Essa última passagem é um bom ponto de partida para análise do tema, mostra-se aí o quanto esses jovens estão divididos entre os valores locais e os valores citadinos: primeiro ela fala de várias opções de lazer que considera de características urbanas e que diz não ter nada a ver com o rural, e ao mesmo tempo em que os nega, usa a palavra ‘evoluindo’ para se referir a presença de algumas dessas novidades no rural. Retrata muito dos problemas que enxerga no urbano, achando ruim que as pessoas queiram ir para a cidade, mas também vê no processo, aparentemente como uma situação a qual ela não tem escolha. As contradições presentes nessa fala ilustram que esses jovens ainda estejam confusos, ou pelo menos indecisos quanto ao

“sair ou ficar”. Demonstrando que a permanência ou a saída do rural não é uma decisão fácil, tão pouco livre de ansiedade ou angústia.

Para Bourdieu, a fala dessa jovem ilustra a “interiorização do seu futuro objetivo, e a representação que deles têm os dominantes, que têm o poder de contribuir para fazê-lo por suas decisões, que os camponeses realizam ações que tendem a ameaçar a sua própria reprodução” (2000, p.117).

Nas demais falas destacadas vê-se que prevalece a possível saída. Mas apareceu também quem manifestou desejo de ficar, bem como algumas experiências de famílias que estão voltando para a comunidade.

Dentre os que ilustraram o desejo pela saída, há os que manifestam que mesmo sabendo das dificuldades presentes na cidade, o farão em busca de melhores condições financeiras. Alguns desses colocam inclusive como forma de adquirirem renda que poderão investir futuramente na própria comunidade. Ou que pretendem voltar para morar nem que seja quando estiverem aposentados.

Essas falas representam o que Castro (2005, p 232) chama de “transmissão de capital cultural”, pois ainda que esses jovens estejam almejando melhores condições de vida, seja por questões econômicas, sejam para fugir de uma submissão estabelecida, existe bem estruturado um sentimento de pertencimento, construído no convívio com a família, com os amigos e outras redes sociais. O discurso desses jovens, ainda que se fale de muitas insatisfações, vê-se um apego aos valores e vivências experimentados ao longo da vida, sempre associadas à qualidade de vida, paz, relação com a natureza, tranquilidade, relação com o outro, alegria, e outros.

Dentre as razões para a possível saída encontram-se também: a influência exercida por quem já saiu; a influência da indústria, existente no Setor Horizonte, e muito falada também nos outros setores devido à especulação do crescimento industrial vivida naquele momento; busca em suprir as necessidades que vão aumentando, como opções de lazer e estudo; e por incentivo dos pais, que dizem não querer para os filhos as dificuldades que vivenciam.

É justamente por causa dessa pluriatividade de razões, que Castro observa que a decisão, principalmente por sair, varia de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e a relação que estabelecem com as regras e normas que regem suas vidas:

Pode-se perguntar, que outros fatores estão em jogo nas escolhas das futuras inserções dos filhos? Até que ponto os interesses individuais, negociações e ações mais drásticas são fruto do “modelo” ou são formas de atuar nos seus limites. Por exemplo, quando determinadas atitudes significam rupturas definitivas ou temporárias, por parte dos filhos, em busca de alternativas diferentes das propostas pelos pais. (CASTRO, *ibid.*, p. 244)

As moças demonstram ser as mais propensas a saírem. Querem sair para estudar, mas também demonstram pesar em quebrar o vínculo. O meio onde vivem e a família têm grande significado para elas e isto foi demonstrado em outros momentos, ao falarem desse espaço de forma tão idealizada, e ainda que saiam, principalmente para continuarem os estudos, e em outros casos para ter uma profissão diferente, desejam voltar um dia. As mulheres, como é tratado pela literatura, ocupam, no meio rural, um espaço subjugado, enquanto aos homens cabe a administração, gestão da propriedade. Dessa forma, às moças restam poucas opções e por isso são educadas, socializadas a casarem e reproduzirem o papel do trabalho doméstico ou a saírem e assumirem outros tipos de profissões.

O desejo de permanecerem morando no rural e ter um trabalho na cidade, que garanta melhores condições financeiras e no futuro possam até investir na propriedade, parece para alguns ser a melhor opção e tendência. Essa possibilidade foi manifestada no Setor Horizonte, inclusive com uma dose de preocupação se o rural não vai se tornar um lugar só de moradia. Para eles essa realidade está cada vez mais presente, pois estão lado a lado com uma grande empresa e bem próximos do meio urbano.

Para os que colocam como projeto de vida a permanência, fazem questão de afirmar que não querem reproduzir o que os pais fazem. Almejam outras atividades, não desejam ficar no (ou só no) trabalho com lavoura. E mais uma vez identificam que se fazem necessários mais investimentos para essas mudanças e a conseqüente permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi percorrido nesse trabalho, pode-se dizer que as perspectivas e projetos de vida dos jovens rurais são influenciados por uma série de fatores que se iniciam na relação com a família, e que as ações desta estão fortemente vinculadas à lógica de mercado que exerce uma dominação econômica (BOURDIEU, 2000). Isto é, as famílias acionam diversas estratégias para manter a integridade territorial da propriedade, já que estão, como mostra Bourdieu, ajustadas à “dimensão simbólica” da dominação econômica. A crescente subordinação da economia camponesa à lógica do mercado se estabelece quando se comparam e se visualizam certas vantagens associadas ao urbano, que por sua vez, são frutos da unificação do mercado de bens simbólicos e a incorporação de um valor dominante: o urbano.

E ainda que não se tenha procedido a uma investigação direta junto aos pais, pelo que fora expresso pelos jovens, são eles, os pais, muitas das vezes os primeiros a incentivarem os filhos, principalmente as moças, a buscarem outras atividades profissionais. Esse incentivo nem sempre é elaborado no campo da objetividade, ele é constituído ao longo das relações internas da família, estabelecidas no cotidiano, já que os pais já incorporaram e reproduzem o que Bourdieu (2000) chama de *dominação simbólica*, que desvaloriza e desqualifica as “qualidades camponesas”. Por tudo que foi identificado sobre o trabalho/renda, pode-se afirmar que os pais têm grande responsabilidade sobre os desejos e escolhas dos filhos. E estes, ainda que tenham manifestado maior nível de conversa e abertura, demonstraram também, bastante dependência e obrigação junto aos pais.

É principalmente, mas não somente, sobre a relação que se dá no interior da família que se estabelecem os processos sucessórios. A busca às etnografias que tratam de sucessão apresentadas no segundo capítulo foram fundamentais para entender que a origem, as referências, que os jovens acionam ao formularem, ainda que subjetivamente, seus desejos e projetos de vida, começam na família, sobretudo a partir da divisão sexual do trabalho.

O trabalho se constitui de diversas dualidades. Inicialmente estão divididos entre o trabalho urbano e o rural. O trabalho urbano traz referências de mais valorizado, melhor remunerado, porém, mais disputado e mais exigente de maior preparo, maiores qualificações. O trabalho rural representa, para muitos,

subordinação, pouco retorno financeiro e demasiado esforço físico, mas para outros têm as mesmas possibilidades de crescimento e renda que se teria na cidade, desde que haja inovação nas atividades e maiores incentivos por parte das políticas públicas.

Observou-se que a maioria das moças não vê a terra como bem produtivo. Não a querem para trabalhar. O apego manifestado foi pela terra enquanto patrimônio, que carrega um valor simbólico das relações afetivas ali construídas, as quais não se deseja deixar pra trás. As jovens, que dentro da família ocupam um lugar invisível, assim como suas mães, não desenvolvem o apego pela terra tal qual seus irmãos. Como foi dito por algumas, querem um “pedaço de terra” para construir uma casa, pois já estão sendo compensadas com os estudos que lhes possibilitará outras inserções profissionais. E nos casos onde não há filhos homens, manifestam que só querem ficar com a terra se casarem com rapazes que a desejem.

Essa posição é perfeitamente entendida, já que ao longo de suas vidas, não são reconhecidas pelo trabalho e papel que ocupam na família. Já os rapazes reclamam do trabalho pesado, penoso e sem reconhecimento financeiro. A subordinação que vivem está principalmente situada na falta de autonomia em relação ao trabalho desenvolvido e na pouca ou nenhuma remuneração por ele.

Dessa forma, os elementos terra, trabalho e família, (WANDERLEY, 2007), são experimentados e vivenciados de forma diferente por moças e rapazes, e é a forma que esses três elementos combinam que determinará as decisões entre herdar ou abrir mão da terra, ficar ou sair.

Em outras palavras, a relação de subordinação, vivida tanto pelas moças quanto pelos rapazes, ainda que em dimensões diferentes e um conseqüente projeto de vida voltado para o urbano, é afirmado ao dizerem que só “fica” quem já atua com a agricultura. Os jovens que ainda não estão consolidados ou apegados à atividade, ou seja, que se veem ou são vistos como “ajudantes”, são os mais propensos a saírem.

Por outro lado, os que manifestam “ficar” reclamam da necessidade de incentivos, que podem ser por parte da família, como também uma demanda mais ampla por políticas públicas. Além disso, ficou claro que a incorporação de atividades não agrícolas tem sido uma possibilidade de ascensão dos jovens no seio da família. Assim, num constante processo de construção, desconstrução ou

reconstrução, é afirmado por vários dos trabalhos aqui utilizados, que a pluriatividade é uma realidade e importante estratégia para melhoria na qualidade de vida das famílias e dos jovens, sobretudo para aqueles que mais sofrem com o processo de exclusão, que são os assalariados. Dessa forma a permanência está, em muito, condicionada ao “ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que surgirem” (CARNEIRO, 1999, p.8)

Diante de tudo que foi exposto no capítulo anterior, ilustrados a partir de aspectos do cotidiano, na representação que fazem do rural e do urbano, na relação com o trabalho e família e nos projetos de vida e desejos futuros, fica clara a afirmação de Wanderley (2000b) de que,

[...] o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais. (ibid., 91)

Arrisca-se a dizer, então, que este espaço apresenta vantagens comparativas, do ponto de vista de sua diversidade e capacidade de inserção de/em novas atividades, qualificadas ou não. O que pode também representar um fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que traduz numa estratégia de combinação de atividades, e não a substituição de uma pela outra, levando ao êxodo. É a possibilidade de inserir-se em novas atividades e obter renda necessária para garantir mais que a sobrevivência, mas principalmente, permanecer na localidade, manter os vínculos e laços de parentesco e amizade, a identidade, noção de pertença e porque não dizer, o ethos camponês (BOURDIEU, 2000), ainda que modificado pela nova dinâmica.

Porém, a difícil condição de vida das famílias que não possuem terra, ou têm, mas é insuficiente para garantir a manutenção econômica da família só com ela, como se viu no capítulo anterior, recai sobre os jovens levando-os a terem projeções para a saída. Isso porque a esses, pelas condições econômicas vividas, que os impede de comprarem terras ou fazer qualquer tipo de investimento em novas atividades, as possibilidades de se consolidarem, enquanto agricultores familiares ficam bem distantes.

É dentro de contextos econômicos desiguais, diferentes trajetórias familiares no processo de posse e trabalho com a terra, relações familiares com mais ou menos

abertura para os jovens, que os projetos de vida são moldados e realizados. E é, sobretudo a partir do contexto de cada um que as possibilidades de intervir e mudar uma realidade desfavorável serão maiores ou menores, ou seja, o perverso é que justamente quem vive numa situação de desigualdade, tende a permanecer nela por não conseguir romper com essas desigualdades. E como trata Wanderley (2007, p.30), o que parece uma indecisão, muita das vezes pode “significar apenas a aceitação de uma realidade ‘naturalizada’”, impedindo que esse jovem tenha mobilidade social, no campo ou na cidade.

Isso significa que a sucessão na agricultura familiar não depende somente do fato de fazer parte ou não dos projetos de vida dos jovens rurais, ou das expectativas dos pais. Vai depender de um “processo produtivo que coloque a agricultura no centro de um ciclo vital” e recupere “a importância da atividade do agricultor” (HAYGERT e DICKIE, 2004, p.128). Esse processo inclui novas oportunidades de trabalho, por meio da pluriatividade e atividades rurais não agrícolas, viabilizada, sobretudo por políticas públicas.

O acesso ou não à terra, a investimentos produtivos, crédito, assistência técnica e extensão rural, espaços e meios adequados à comercialização, para a sustentabilidade do jovem enquanto capital produtivo; e o acesso ou não, ao lazer, cultura, educação, esporte, saúde, que satisfaçam seus desejos, sem dúvida nenhuma contribuem para definir as escolhas desse segmento. É o que retrata também a UNESCO (2004):

Os jovens vão ter que escolher sua área de especialização, seu futuro trabalho e que tipo de família ou grupo de referência vão constituir, além de suas identidades sociais, sexuais e culturais, que são construídas precisamente nesta fase da vida. Todos esses aspectos têm importância demasiada para que se possa supor que se trata de processos naturais que ocorrerão sem a necessidade de apoios específicos. (UNESCO, 2004, p.201)

Por essa razão as políticas públicas são fundamentais nessa fase. É fato que as condições de vida e trabalho dos jovens rurais resultam em diferentes inserções produtivas, autonomia econômica e melhoria na qualidade de vida. Um jovem sem acesso a políticas públicas, pode-se dizer que é um jovem sem muitas perspectivas de consolidação econômica e social.

Mas políticas públicas para juventude nunca foi um referencial positivo no Brasil, tão pouco políticas públicas específicas para o jovem rural. Este segmento

sempre viveu à margem das decisões e orçamentos públicos, o máximo que lhes cabia era disputar com toda a gama de cidadãos, as políticas universais, como educação e saúde. E no que pese ser mencionado, de forma geral a qualidade dessas políticas sempre foi muito contestada.

Nos últimos anos, porém, essa realidade vem sofrendo algumas significativas mudanças. As necessidades e demandas do jovem rural vêm sendo reconhecidas como importantes, legítimas e incorporadas pelos governos. E a partir daí começam a ser criados espaços de discussão e elaboração de políticas, bem como, políticas e programas propriamente ditos. Dentre eles: os Comitês de Juventude Rural e Educação do Campo, ligados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, a Secretaria Nacional de Juventude, o Pronaf Jovem, o Programa Nossa Primeira Terra, o Consórcio Social da Juventude Rural e outras⁷³.

Essa mudança, é importante considerar, se deve em grande parte à ação dos próprios jovens e das organizações sociais e sindicais, às quais muitos estão vinculados, que nos últimos anos vêm garantindo visibilidade ao segmento jovem por dentro de sua estrutura. Sem dúvida esse empoderamento da juventude, por dentro dos movimentos, contribuiu não só para suas afirmações internas, mas principalmente para suas conquistas externas – a negociação de políticas públicas para os jovens rurais, junto ao Estado (CONTAG, 1999).

Mas por si só conquistar políticas não é suficiente. Mais difícil e complexo que a elaboração e aprovação das políticas é sua aplicação. As diferenças regionais e até estaduais, o restrito orçamento, a desarticulação entre as esferas e instâncias de governo, a burocracia somada à falta de conhecimento dos beneficiários, a falta de compreensão e descrédito das instituições meio e a necessidade de melhor avaliação sobre sua capacidade de responder às demandas locais, fazem com que as políticas públicas para a juventude não atinjam seus objetivos.

A superação desses gargalos, bem como a revitalização do meio rural, com ampliação do mercado de trabalho através das alternativas de ocupação e renda geradas por atividades rurais não agrícolas podem melhorar as condições de vida dos jovens rurais e garantir a permanência e sucessão na agricultura familiar, conforme explicita ABRAMOVAY (2001):

⁷³ Para maiores informações ver: <<http://www.mda.gov.br>>.

[...] com a formação de uma nova geração de agricultores é bem provável que o número de estabelecimentos agropecuários continue o declínio que vem mostrando desde o final dos anos de 1970. Mas o ritmo desta queda pode ser fortemente atenuado caso haja políticas públicas que permitam aos [...] rapazes e [...] as moças da região satisfazer seu desejo e sua vocação de permanecer na atividade agrícola familiar. (ABRAMOVAY, 2001, p.28).

E, ainda ALMEIDA (2004):

Ou acreditamos na possibilidade de um desenvolvimento rural ou abandonamos a chance de atingirmos um mundo mais justo. A menos que acreditemos que o futuro é aquele onde o campo virará apenas um lugar de lazer e encantamento acessível aos urbanos cansados da vida estressante das cidades. (ALMEIDA, 2004, p 16).

Se os jovens rurais são atores estratégicos no desenvolvimento, sem perder de vista que também são um “grupo de risco” (ABRAMO, 2005), e sem dúvida sujeitos de direito, é preciso se debruçar sobre este potencial e significativo segmento, garantindo-lhes a satisfação de suas necessidades vitais, sociais e produtivas. Para que a saída do campo e da atividade agrícola familiar seja uma opção e não uma imposição econômica e social. É necessário e urgente garantir os processos sucessórios na agricultura familiar do Brasil.

A situação adversa imposta ao meio rural não favorece o desenvolvimento das potencialidades humanas e profissionais dos jovens e das jovens. Diante deste contexto, e na perspectiva do “nascimento de uma nova ruralidade” (VEIGA, 2006) que possibilite identificar demandas e potencialidades deste seguimento, bem como, políticas públicas adequadas ao contexto rural, que valorizem, deem visibilidade, contemplando suas reais necessidades, transformando, intervindo e contribuindo para que a agricultura familiar continue existindo, através de seus sucessores.

O jovem rural pode ser “o agente de uma transformação social que resgate o campo” (CASTRO, 2005, p.270), mas para tal se faz necessário muita ação e esforço coletivo, que permitam a esse “ator político” condições dignas no campo. Nesse sentido, a proposição de uma nova ruralidade, que inclui novos arranjos, só faz sentido à medida que “colocar em relevo a importância que adquirem o espaço rural, as atividades agrícolas e as populações aí residentes” (STROPASOLAS, 2004, p.52).

Para que os projetos de vidas dos jovens considerem a continuidade da agricultura de base familiar, se faz necessário uma atuação sobre os fatores externos, onde a ação do Estado, viabilizando políticas públicas é fundamental, e sobre os

fatores internos, tornando as relações sociais estabelecidas no interior da família mais igualitárias. Ou como afirma Wanderley:

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais. (WANDERLEY, 2000b, p.91)

Por fim, viu-se que toda a análise foi permeada ou determinada por um caráter relacional entre rural e urbano. Em parte porque foi dada por algumas das questões trabalhadas e em parte por que é necessária à compreensão da situação vivida e dos desejos projetados. Conforme ressalta Carneiro (1999) é nessa relação ambígua que os jovens procuram juntar o que há de “melhor dos dois mundos”. A dicotomia campo/cidade é algo que, no universo do jovem rural, está perdendo força. O rural se rearruma, ou como defende Ferreira (1999, 149) “ao rural-agrícola se acrescentam as novas atividades não agrícolas que podem reconstruir o território, numa crescente integração do rural com o urbano e com o não local”.

Nos projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta-ES identifica-se o desejo por acesso à educação (principalmente de nível superior), trabalho digno e reconhecido – social e economicamente, opções de lazer e cultura, infraestrutura e reconhecimento junto à família. Soma-se a esse, o desejo de que sua realização seja possível no rural, espaço que, na representação do jovem, tem valores, redes de parentesco e amizade que atribui ao rural e à propriedade um valor muito mais amplo que o econômico. Assim esses jovens projetam novas formas de lidar com a terra, diferente de seus pais. E os projetos de vida, que, como se viu na introdução, se constroem e se reconstróem a partir das condições sócioeconômicas das famílias e as mudanças que vão sendo operadas ao redor, contemplarão ou não a sucessão na agricultura familiar, à medida que está se tornar mais atrativa e responder aos anseios dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 383 p.
- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998a. 101 p.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Campinas: Hucitec, 1998b. 275 p. (Série Estudos Rurais, 12).
- _____. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: NEAD, 2001. 122 p.
- _____. **Agricultura e desenvolvimento rural**. Jornal O Valor. São Paulo, 14 de jun. 2007. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2007/agri_desenv_rural_valor>. Acesso em: 14 fev. 2007.
- ALMEIDA, Jalcione. Caminhos para o Desenvolvimento e o Desenvolvimento que Queremos. In: **Revista Marco Social** – Juventude e Desenvolvimento Rural. Rio de Janeiro Instituto Souza Cruz. Vol. 06 nº 01/2004. p.10 a 17.
- ALVES, M.O. **Pluriatividade no Sertão Nordeste**: uma estratégia de sobrevivência. O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. Revista Raízes, v.21, n.1, jan-jun/2002. 20 p.
- ARMANI, D. (Org.). **Agricultura e pobreza**: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998. 239p.
- BABBIE, E. **The Practice of Social Research**. 6th ed. Belmont, CA: Wadsworth. 1992. 493p.
- BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: v.15, n.1, p.155-165, 2001.
- BATTESTIN, S; COSTA, W. T. Casamento e trabalho dos jovens no meio rural. **Revista Oikos**. Viçosa, v.18, n.2, p.80-98, número especial, 2007.
- BLACK, J., STANLEY, J. D. Methods and issues in social research – Research design. Cap. 4. 1976.
- BORIN, J.; VEIGA, J. E. (Coord.). **Brasil rural na virada do Milênio**. Brasília: NEAD, 2001. 75p.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.
- _____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do Mundo**. 2ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 693 – 714.
- _____. “Reprodução Proibida: A dimensão simbólica da dominação econômica” In: **O campo econômico**: A dimensão simbólica da dominação. Campinas/São Paulo: Papirus, 2000. p.93-119.
- _____. **A Dominação Masculina**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, MDA/SAF/Dater, 2003. 26 p.

_____. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados**. Brasília: NEAD Estudos, 2007. 174 p. _____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/Saf/index.php?scid=812> e http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_Anoagricolamunicipioespecificomesmodalidadeenquadramento.asp?cboAnoInicio=1998/1999&boAnoTermino=2007/2008&cboUF=32&SiglaDaUF=ES&NomeDaUF=Espirito%20Santo&cboCDMunicipio=3200409>. Acesso em 28 out. 2007.

_____. **Ministério das Cidades**. Perfil Municipal / Anchieta-ES. Disponível em: <<http://www2.cidades.gov.br/geosnic/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=320040>>. Acesso em 07 jun. 2008a.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09**. Brasília, 2008. 24 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0834517738.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2008b.

_____. **Ministério da Previdência Social**. Estatuto da Terra. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4504.htm>> e Instrução Normativa INSS/PRES Nº 20, de 11 de outubro de 2007 DOU de 110/10/2007. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/insspres/2007/20/CAP1.htm#CP1_S1>. Acesso em 15 mar. 2009.

BRENNEISEN, Eliane. Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo. Revista Espaço Plural – Dossiê Campo e Cidade. Ano IX, n. 18, p. 31-39, 1º semestre 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p.53-75, out. 1998.

_____. “O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.” In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

_____. Juventude Rural: Projetos e valores. In: ABRAMO, Helena (org.); BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p.243-261

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e novas ruralidades: identidades sociais em construção. In: **III Seminário Novo Rural Brasileiro**. NEA – Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 03 e 04 de julho de 2003. 31 p.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 444f. Tese (Doutorado) - UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós- graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2005.

_____. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMAN, Ellen; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (orgs). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: NEAD, 2006. p.245-277.

CASTRO, M.B.; STEPHAN, G. MEPES: Uma escola para o jovem rural. In: CASTRO, M.B.; STEPHAN, G. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007, p. 15-33.

CAVALCANTI, J. L. **A lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. S/d. p.7. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/Matéria02/LeideTerra.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2008.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Desenvolvimento Local baseado na Agricultura Familiar**. Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento local baseado na agricultura familiar. Brasília: Contag, 1997. 56 p.

_____. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável: através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: Contag, 1999. 63p.

DIAS, Marcelo Miná. **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. 2ª tiragem, Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006. 74 p.

_____. Extensão rural para qual desenvolvimento? In: Seminário “Abordagens Atuais sobre Extensão Rural” Viçosa: UFV, jul. 2007. Publicado em: Dias, M. M. (Org.). **Abordagens Atuais sobre Extensão Rural**. Viçosa: UFV, 2007. 46 p.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, nº 115, março, 2002. p. 139-145.

DURHAN, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 17-37.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007. 220 p.

FERREIRA, A. D. D. O rural como categoria sociológica. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 12, ISSN: 0104-4478, JUN 1999, p. 147-150.

FRANÇA, C. L. (org.). **Comercio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002. 168 p.

_____. **Comercio Ético e Solidário no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003. 144 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 65 p.

FRITZEN, M. R. C.; FRITZEM, S. J. Sucessão na Agricultura Familiar: afinal, o que é sucessão rural? **Revista da Juventude Rural**, Porto Alegre, v.2, n. 2, p.12-13, 2006

FUKUYAMA, F. **Confiança**. As virtudes sociais e a criação da propriedade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 429 p.

GODBOUT, J. T. – **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. 272 p.

GONÇALVES, E. **Anchieta: cidade dos sonhos**. Vitória.1996. 105 p.

GONÇALVES, J. S.. Crítica à ideologia da modernização homogeneizadora. In: **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999. p.34-81.

GONDIM, S. M. G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Revista Paideia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-162, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1980. 143p.

_____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas/SP: UNICAMP. IE, 1996. 217 p.

_____. O progresso técnico na agricultura. In: **Tecnologia e agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, P.13-50

HAGUETTE, T. M. F. A crítica e a alternativa aos métodos de pesquisas tradicionais. In: Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 107-170

HAYGERT, M.L.L.; DICKIE, M.A.S. Produzindo vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B.W.; PAULILO, M.I.S. (org.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p.109-152.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> e <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 15 nov.2007.

IJSN - **Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=perfil/selectttab.asp&obj=07&cls=1&topic=1>>. Acesso 15 out. 2007.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.74 p

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto** – Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/>> e <<http://200.252.80.30/sade/default.asp?c=c>>. Acesso em 26 out. 2007.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e Ruralidade: alguns aspectos metodológicos**. São Paulo: UNICAMP. Disponível em:<<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: 04 set. 2007.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 202 p.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 1974. p.185 - 314.

MINAYO, M. C. S.; outros. As cenas e os bastidores: metodologia. In: **Fala galera: Juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 238 p.

_____. Trabalho de campo: teoria, estratégias e técnicas. In: **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11º ed. São Paulo: Hucitec, 2008 p. 201-297

MOURA, M. M. **Os herdeiros da Terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 100 p.

MOREIRA, José Roberto. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, J. R. (org.) **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p 15-40.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s.n.], 2005. 218 p.

NEVES, L.G.S; et al. **História, geografia e organização social e política do município de Anchieta**. Vitória: Brasília Editora Ltda, 1995. 133 p.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros! Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernado2006bibliografia/Agriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2007.

PAULILO, M.I.S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): 360, jan-abr/2004, p.229-252.

PEREIRA, J. L. G. **Juventude rural**: para além das fronteiras entre o campo e a cidade. 2004. 179 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Sociedade e agricultura. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PIMENTA, S. D. C. **Trajatórias na Terra**: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança. 2005. 214 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Belo Horizonte: UFMG. 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA (ES). Anchieta... um pedaço do paraíso num mar de águas azuis. **Revista de Anchieta**, Anchieta, 1997-2000. 19 p.

_____. **Anchieta**: passos para o futuro. Agenda 21 local. Anchieta: PMA, 2006a. 118 p.

_____. **Documento de Referência da Agenda 21 de Anchieta**. Anchieta: PMA/ Secretaria de Desenvolvimento Humano, Econômico e do Trabalho, 2006b. 63 p.

_____. **Desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda de Anchieta**. Anchieta: PMA/ Secretaria de Desenvolvimento Humano, Econômico e do Trabalho, 2006c. 32 p.

_____. **Censo Agropecuário de Anchieta**. Anchieta: PMA / Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2006d. s/p.

_____. **Plano Diretor Municipal**. Anchieta: PMA, 2007. 129 p.

PREZOTTO, L. L. **A sustentabilidade da agricultura familiar**: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. 167 p.

PRIORE, M.D.; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 223 p.

REVISTA VIDA VITÓRIA. **O sonho de Anchieta**. Encarte especial da Revista Vida Vitória, ed. 195, 03 set. 1997. 17 p.

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro:, v.16, p.164-184, 2001

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.18, n.51, p. 99-192, fev. 2003.

_____; et al. A pluriatividade e as transformações no cercado de trabalho rural gaúcho: um estudo de caso no município de Barão. In: **III Seminário Novo Rural Brasileiro**. NEA – Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 03 e 04 de julho de 2003. p.39.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEBRAE. **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.sebraees.com.br/municipios/tel_apr_mun.asp?Codigo_categoria=784>. Acesso em 15 out. 2007.

_____. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo/areas-de-atuacao/turismo>>. Acesso em 04 mai. 2008.

SILVA, V. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. **Cadernos CEDES**, Campinas, ago. 2002, v.22, n.57, p.97-115.

SILVA, P. F. G.; LOPES, M. F. Revisando o método: categorias e dinâmicas no trabalho de campo. **Revista Oikos**. Viçosa - MG, v. 15, n. 2, p. 343-358, 2004.

SINGER, P. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena (org.); BRANCO, Pedro P. Mortoni (org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-35.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1997. p.71

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303 p.

STROPASOLAS, V. L. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. V12, n1, 2004. p 253-267.

_____. As representações de rural no pensamento social contemporâneo. In: STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006. p. 40-85.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Artigo publicado In: **RAP - Rio de Janeiro** 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006. p.35 a 41.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Ed. Atlas. 1995. 159 p.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. Algumas perguntas Chaves. Brasília: Unesco, 2004. p.201.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1991. Série Estudos Rurais. 219 p.

_____. Brasil rural vai além da agropecuária. BORIN, Jair e VEIGA, José Eli (coord). **Brasil rural na virada do Milênio**. Brasília: NEAD, 2001. p. 67-69.

_____. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas/São Paulo: Editora Autores Associados, 2002. 304 p.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados, São Paulo**, v. 20, nº 57, 2006. p. 333-353.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 97-105.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: **Individualismo e Cultura**: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7ª, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 15-37

VIEIRA, Rosangela Steffen. Tem Jovem no campo! Tem jovem homem tem jovem mulher. In: WOORTMAN, Ellen; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (orgs). **Margarida Alves**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: NEAD, 2006. p.195-214.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 15, outubro de 2000a. p. 31- 44.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 de outubro de 2000b. P. 87-145.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude Rural e perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-34

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: Mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 73 p.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: USP/HUCITEC/Edunb, 1995. 325 p.

ANEXOS
ANEXO A
TABELAS DOS GRUPOS FOCAIS

Tabela 1.A – Quantidade de participantes do Grupo Participante Setor Jabaquara

COMUNIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Simpatia	04
Pé do Morro	02
Serra das Graças	02
Jabaquara	04
Limeira	09
Outros	02
TOTAL	23

Fonte: Autora

Tabela 2.A – Nome e comunidade dos participantes do Grupo Participante Setor Horizonte

COMUNIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Belo Horizonte	16
TOTAL	16

Fonte: Autora

Tabela 3.A – Quantidade de participantes do Grupo Participante Setor Corindiba

COMUNIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Duas Barras	01
Olivânia	03
Dois Irmãos de Olivânia	02
São Felix	02
São Miguel	05
Cabeça Quebrada	03
TOTAL	16

Fonte: Autora

Tabela 4.A - Quantidade de participantes Grupo Participante Setor Pongal

COMUNIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Alto Joeba	03
Alto Pongal	06
Córrego da Prata	06
Itaperoroma Alta	02
Itaperoroma Baixa	02
Dois Irmãos	03
TOTAL	22

Fonte: Autora

Tabela 5.A – Quantidade de participantes do Grupo Participante Setor São Mateus

COMUNIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Emboacica	06
São Mateus	09
Baixo Pongal	09
Itapeúna	02
TOTAL	26

Fonte: Autora

ANEXO B
TABELAS DO CENSO AGROPECUÁRIO DA SEMADER

PROPRIEDADES

Tabela 1.B - Propriedades por tamanho da área / por comunidade (%)

SETOR	COMUNIDADE	Total prop.	0 a 10	11 a 50	51 a 100	101-200	201-500	501-1000	>1000
CORINDIBA	Dois Irmãos	25	28,6%	9,5%	21,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Duas Barras	47	49,0%	25,4%	26,1%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Jaqueira	18	8,2%	14,3%	13,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Olivânia	17	6,1%	9,5%	30,4%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	São Vicente	38	8,2%	41,3%	8,7%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Sub-total	145	49	63	23	10	0	0	0
HORIZONTE	Belo Horizonte	26	42,1%	22,9%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%
	Chapada do A	7	7,9%	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%
	Goembê	37	42,1%	51,4%	25,0%	0,0%	28,6%	0,0%	0,0%
	Itajobaia	11	7,9%	8,6%	25,0%	25,0%	42,9%	0,0%	0,0%
	Monteiro	11	0,0%	8,6%	25,0%	75,0%	28,6%	50,0%	50,0%
	Sub-total	92	38	35	4	4	7	2	2
JABAQUARA	Araquara	5	0,0%	2,7%	6,3%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%
	Cachoeira Alta	11	2,9%	12,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Canela	9	1,4%	4,1%	25,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%
	Jabaquara	14	5,8%	1,4%	6,3%	42,9%	33,3%	0,0%	0,0%
	Limeira	14	18,8%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%
	Pé do Morro	22	18,8%	10,8%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Picuã	8	0,0%	4,1%	25,0%	7,1%	16,7%	0,0%	0,0%
	Segundo Território	2	0,0%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Serra das Graças	37	23,2%	25,7%	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Simpatia	57	29,0%	36,5%	25,0%	28,6%	33,3%	0,0%	0,0%
Sub-total	179	69	74	16	14	6	0	0	

PONGAL	Alto Joeba	35	14,6%	15,9%	30,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%
	Alto Pongal	66	32,6%	32,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Córrego da Prata	41	20,2%	19,5%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%
	Dois Irmãos	23	4,5%	13,3%	30,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%
	Itaperoroma Alta	20	10,1%	8,0%	10,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
	Itaperoroma Baixa	31	18,0%	10,6%	30,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Sub-total	216	89	113	10	3	1	0	0

SÃO MATEUS	Arerá/Três Barras	21	8,6%	11,3%	7,1%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Baixo Pongal	81	37,4%	38,7%	28,6%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Boa Vista/Iriri	22	7,9%	8,1%	7,1%	36,4%	33,3%	0,0%	0,0%
	Emboacica	26	10,1%	8,1%	28,6%	9,1%	33,3%	100,0%	0,0%
	Itapeúna	31	11,5%	19,4%	14,3%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Peraquara	6	2,2%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	São Mateus	17	7,9%	4,8%	7,1%	9,1%	33,3%	0,0%	0,0%
	Subaia	16	10,1%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Viegas	10	4,3%	1,6%	7,1%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	Sub-total	230	139	62	14	11	3	1	0

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 2.B – Número de propriedades por tamanho da área

Setores	Total prop.	0 a 10	11 a 50	51 a 100	101-200	201-500	501-1000	>1000
Corindiba	145	49	63	23	10	0	0	0
Horizonte	92	38	35	4	4	7	2	2
Jabaquara	179	69	74	16	14	6	0	0
Pongal	216	89	113	10	3	1	0	0
São Mateus	230	139	62	14	11	3	1	0
Total	862	384	347	67	42	17	3	2
TOTAL %	100%	45%	40%	8%	5%	2%	0%	0%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 3.B - Propriedades por tamanho da área / setores em relação ao município (%)

Setores	Total prop.	0 a 10	11 a 50	51 a 100	101-200	201-500	501-1000
Corindiba	145 ou 17%	12,8%	18,2%	34,3%	23,8%	0,0%	0,0%
Horizonte	92 ou 11%	9,9%	10,1%	6,0%	9,5%	41,2%	66,7%
Jabaquara	179 ou 21%	18,0%	21,3%	23,9%	33,3%	35,3%	0,0%
Pongal	216 ou 25%	23,2%	32,6%	14,9%	7,1%	5,9%	0,0%
São Mateus	230 ou 26%	36,2%	17,9%	20,9%	26,2%	17,6%	33,3%
Total	862	384	374	67	42	17	3
TOTAL %	100%	45%	40%	8%	5%	2%	0%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 4.B - Propriedades por tamanho da área / por setor (%)

Setores	Total prop.	0 a 10	11 a 50	51 a 100	101-200	201-500	501-1000	>1000
Corindiba	145	33,8%	128,6%	36,5%	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Horizonte	92	41,3%	92,1%	11,4%	4,3%	18,4%	5,7%	50,0%
Jabaquara	179	38,5%	107,2%	21,6%	7,8%	8,7%	0,0%	0,0%
Pongal	216	41,2%	127,0%	8,8%	1,4%	1,1%	0,0%	0,0%
São Mateus	230	60,4%	44,6%	22,6%	4,8%	2,2%	1,6%	0,0%
Total	862	44,5%	90,4%	19,3%	4,9%	4,4%	0,9%	3,0%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

SITUAÇÃO DO IMÓVEL

Tabela 5.B – Número de propriedades de acordo com documentação

Setores	Total prop.	N soube respon	Escrit Registr.	Escr. s/ registro	Posse c/ docum.	Posse s/ docum.	Prop. Espolio	Prop. Invent.	Outras
Corindiba	145	1	94	9	17	5	8	6	5
Horizonte	92	3	64	6	8	0	2	1	8
Jabaquara	179	0	118	6	9	30	2	12	2
Pongal	216	2	168	19	9	3	12	2	1
São Mateus	230	8	120	11	28	31	10	18	4
Total	862	14	564	51	71	69	34	39	20

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 6.B - Propriedades de acordo com documentação / setores em relação ao município (%)

Setores	Total prop.	N soube respon	Escrit Registr.	Escr. s/ registro	Posse c/ docum.	Posse s/ docum.	Prop. Espolio	Prop. Invent.	Outras
Corindiba	145	7%	17%	18%	24%	7%	24%	15%	25%
Horizonte	92	21%	11%	12%	11%	0%	6%	3%	40%
Jabaquara	179	0%	21%	12%	13%	43%	6%	31%	10%
Pongal	216	14%	30%	37%	13%	4%	35%	5%	5%
São Mateus	230	57%	21%	22%	39%	45%	29%	46%	20%
Total	862	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 7.B – Propriedades de acordo com documentação / por setor (%)

Setores	Total prop.	N soube respon	Escrit Registr.	Escr. s/ registro	Posse c/ docum.	Posse s/ docum.	Prop. Espolio	Prop. Invent.	Outras
Corindiba	145	0,7%	64,8%	6,2%	11,7%	3,4%	5,5%	4,1%	3,4%
Horizonte	92	3,3%	69,6%	6,5%	8,7%	0,0%	2,2%	1,1%	8,7%
Jabaquara	179	0,0%	65,9%	3,4%	5,0%	16,8%	1,1%	6,7%	1,1%
Pongal	216	0,9%	77,8%	8,8%	4,2%	1,4%	5,6%	0,9%	0,5%
São Mateus	230	3,5%	52,2%	4,8%	12,2	13,5%	4,3%	7,8%	1,7%
Total	862	1,6%	65,4%	5,9%	8,2%	8,0%	3,9%	4,5%	2,3%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

CLASSIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

Tabela 8.B - Número de famílias e sua classificação por comunidades

SETOR	COMUNIDADE	Total prop.	Total famílias	Proprietária	Parc. Meira	Arrendatária	Comodatária	Assalariada	Outras
CORINDIBA	Dois Irmãos	25	49	18	15	1	3	9	3
	Duas Barras	47	72	35	31	0	3	3	0
	Jaqueira	18	41	15	7	0	0	19	0
	Olivânia	17	46	15	28	0	0	2	1
	São Vicente	38	46	29	9	1	1	5	1
	Sub-total	145	254	112	90	2	7	38	5
HORIZONTE	Belo Horizonte	26	49	18	10	0	0	7	14
	Chapada do A	7	66	14	2	0	0	9	41
	Goembê	37	66	24	29	0	0	10	3
	Itajobaia	11	29	7	7	0	0	11	4
	Monteiro	11	52	3	5	0	2	17	25
	Sub-total	92	262	66	53	0	2	54	87
JABAQUARA	Araquara	5	15	4	4	0	0	7	0
	Cachoeira Alta	11	17	14	1	0	0	2	0
	Canela	9	15	6	5	0	0	4	0
	Jabaquara	14	59	5	4	0	0	48	2
	Limeira	14	50	10	4	0	0	36	0
	Pé do Morro	22	50	18	8	0	0	23	1
	Picuã	8	14	5	7	0	0	2	0
	Seg. Território	2	2	2	0	0	0	0	0
	Serra das Graças	37	47	41	4	0	0	2	0
	Simpatia	57	82	45	7	0	0	29	1
	Sub-total	179	351	150	44	0	0	153	4

PONGAL	Alto Joeba	35	51	35	16	0	0	0	0
	Alto Pongal	66	91	70	21	0	0	0	0
	Córrego da Prata	41	51	31	20	0	0	0	0
	Dois Irmãos	23	35	25	8	0	0	2	0
	Itaperoroma Alta	20	22	18	4	0	0	0	0
	Itaperoroma Baixa	31	40	30	8	0	0	2	0
	Sub-total	216	290	209	77	0	0	4	0

SÃO MATEUS	Arerá/T. Barras	21	43	30	8	0	1	1	3
	Baixo Pongal	81	99	89	8	0	0	1	1
	Boa Vista/Iriri	22	31	21	1	0	0	7	2
	Emboacica	26	38	21	6	0	0	9	2
	Itapeúna	31	69	61	1	0	0	2	5
	Peraquara	6	7	6	1	0	0	0	0
	São Mateus	17	46	35	5	0	0	5	1
	Subaia	16	24	19	3	0	0	2	0
	Viegas	10	12	6	0	0	0	5	1
	Sub-total	230	369	288	33	0	1	32	15

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 9.B – Número de famílias e sua classificação

Setores	Total famílias	Prop.	Parc./ Meeira	Arrend.	Comod.	Assal.	Outras
Corindiba	254	112	90	2	7	38	5
Horizonte	262	66	53	0	2	54	87
Jabaquara	351	150	44	0	0	153	4
Pongal	290	209	77	0	0	4	0
São Mateus	369	288	33	0	1	32	15
Total	1526	825	297	2	10	281	111

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 10.B – Classificação das famílias / setores em relação ao município (%)

Setores	Total famílias	Prop.	Parc./ Meeira	Arrend.	Comod.	Assal.	Outras
Corindiba	254	13,6%	30,3%	100,0%	70,0%	13,5%	4,5%
Horizonte	262	8,0%	17,8%	0,0%	20,0%	19,2%	78,4%
Jabaquara	351	18,2%	14,8%	0,0%	0,0%	54,4%	3,6%
Pongal	290	25,3%	25,9%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%
São Mateus	369	34,9%	11,1%	0,0%	10,0%	11,4%	13,5%
Total	1526	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 11.B - Classificação das famílias área / por setor (%)

Setores	Total famílias	Prop.	Parc./ Meeira	Arrend.	Comod.	Assal.	Outras
Corindiba	254	44,1%	35,4%	0,8%	2,8%	15,0%	2,0%
Horizonte	262	25,2%	20,2%	0,0%	0,8%	20,6%	33,2%
Jabaquara	351	42,7%	12,5%	0,0%	0,0%	43,6%	1,1%
Pongal	290	72,1%	26,6%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%
São Mateus	369	78,0%	8,9%	0,0%	0,3%	8,7%	4,1%
Total	1526	54,1%	19,5%	0,1%	0,7%	18,4%	7,3%
Total %	100%	54,1%	19,5%	0,1%	0,7%	18,4%	7,3%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

OUTRAS PROFISSÕES

Tabela 12.B – Número de pessoas por outras profissões

Setores	Caminhoneiro	Func. Público	Comerciante	Motorista	Outros*	Total
Corindiba	3	43	9	11	59	125
Horizonte	2	41	5	3	114	165
Jabaquara**	4	48	21	2	42	117
Pongal	8	69	12	6	57	152
São Mateus	9	68	9	10	191	287
Total	26	269	56	32	463	846
Total %	3,1%	31,8%	6,6%	3,8%	54,7%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 13.B - Número de pessoas por outras profissões/setores em relação ao município (%)

Setores	Caminhoneiro	Func. Público	Comerciante	Motorista	Outros*
Corindiba	11,5%	16,0%	16,1%	34,4%	12,7%
Horizonte	7,7%	15,2%	8,9%	9,4%	24,6%
Jabaquara**	15,4%	17,8%	37,5%	6,3%	9,1%
Pongal	30,8%	25,7%	21,4%	18,8%	12,3%
São Mateus	34,6%	25,3%	16,1%	31,3%	41,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 14.B - Número de pessoas por outras profissões / por setor (%)

Setores	Caminhoneiro	Func. Público	Comerciante	Motorista	Outros*
Corindiba	2,4%	34,4%	7,2%	8,8%	47,2%
Horizonte	1,2%	24,8%	3,0%	1,8%	69,1%
Jabaquara**	3,4%	41,0%	17,9%	1,7%	35,9%
Pongal	5,3%	45,4%	7,9%	3,9%	37,5%
São Mateus	3,1%	23,7%	3,1%	3,5%	66,6%
Total	3,1%	31,8%	6,6%	3,8%	54,7%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Legenda:

*Outras Estudantes / Serviços gerais / Doméstica / Pescador / Autônomo (Pedreiro)

** De acordo com a metodologia do Censo, no Setor Jabaquara muitas famílias não foram contadas por que não tinham nenhum vínculo com atividade / propriedade rural. Os números aí apresentados são de pessoas que desenvolvem outras atividades mas pertencem à famílias que desenvolvem atividades rurais.

FAIXA ETÁRIA E NÚMERO DE PESSOAS NO TRABALHO RURAL

Tabela 15.B – Faixa etária e número de pessoas no trabalho rural

Setores	Total famílias	0 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 54	> 55	Total pessoas	Estão no trabalho rural
Corindiba	254	126	153	133	130	151	178	871	420
Horizonte	262	163	215	211	114	192	124	1019	227
Jabaquara	351	220	210	235	161	195	209	1230	499
Pongal	290	127	189	155	151	229	194	1045	482
São Mateus	369	223	245	248	189	198	223	1326	361
Total	1526	859	1012	982	745	965	928	5491	1989

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 16.B - Faixa etária e número de pessoas no trabalho rural / setores em relação ao município (%)

Setores	Total famílias	0 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 54	> 55	Total pessoas	Estão no trabalho rural
Corindiba	254	14,7%	15,1%	13,5%	17,4%	15,6%	19,2%	15,9%	21,1%
Horizonte	262	19,0%	21,2%	21,5%	15,3%	19,9%	13,4%	18,6%	11,4%
Jabaquara	351	25,6%	20,8%	23,9%	21,6%	20,2%	22,5%	22,4%	25,1%
Pongal	290	14,8%	18,7%	15,8%	20,3%	23,7%	20,9%	19,0%	24,2%
São Mateus	369	26,0%	24,2%	25,3%	25,4%	20,5%	24,0%	24,1%	18,1%
Total	1526	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 17.B - Faixa etária e número de pessoas no trabalho rural / por setor (%)

Setores	Total famílias	0 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 54	> 55	Total pessoas	Estão no trabalho rural
Corindiba	254	14,5%	17,6%	15,3%	14,9%	17,3%	20,4%	871	48,2%
Horizonte	262	16,0%	21,1%	20,7%	11,2%	18,8%	12,2%	1019	22,3%
Jabaquara	351	17,9%	17,1%	19,1%	13,1%	15,9%	17,0%	1230	40,6%
Pongal	290	12,2%	18,1%	14,8%	14,4%	21,9%	18,6%	1045	46,1%
São Mateus	369	16,8%	18,5%	18,7%	14,3%	14,9%	16,8%	1326	27,2%
Total	1526	15,6%	18,4%	17,9%	13,6%	17,6%	16,9%	5491	36,2%
Total %	100,0%	15,6%	18,4%	17,9%	13,6%	17,6%	16,9%	100,0%	36,2%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

APOSENTADOS E PARA APOSENTAR

Tabela 18.B – Número de Aposentados e Pessoas para aposentar por sexo

Setores	Total pessoas	APOSENTADOS			PARA APOSENTAR		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Corindiba	871	74	83	157	13	16	29
Horizonte	1019	44	61	105	24	16	40
Jabaquara	1230	67	66	133	23	26	49
Pongal	1045	63	83	146	13	18	31
São Mateus	1326	74	84	158	20	16	36
Total	5491	322	377	699	93	92	185

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d).

Tabela 19.B - Número de Aposentados e Pessoas para aposentar por sexo / setores em relação ao município (%)

Setores	Total pessoas	APOSENTADOS			PARA APOSENTAR		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Corindiba	871	23,0%	22,0%	22,5%	14,0%	17,4%	15,7%
Horizonte	1019	13,7%	16,2%	15,0%	25,8%	17,4%	21,6%
Jabaquara	1230	20,8%	17,5%	19,0%	24,7%	28,3%	26,5%
Pongal	1045	19,6%	22,0%	20,9%	14,0%	19,6%	16,8%
São Mateus	1326	23,0%	22,3%	22,6%	21,5%	17,4%	19,5%
Total	5491	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 20.B - Número de Aposentados e Pessoas para aposentar por sexo / por setor (%)

Setores	Total pessoas	APOSENTADOS			PARA APOSENTAR		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Corindiba	871	8,5%	9,5%	18,0%	1,5%	1,8%	3,3%
Horizonte	1019	4,3%	6,0%	10,3%	2,4%	1,6%	3,9%
Jabaquara	1230	5,4%	5,4%	10,8%	1,9%	2,1%	4,0%
Pongal	1045	6,0%	7,9%	14,0%	1,2%	1,7%	3,0%
São Mateus	1326	5,6%	6,3%	11,9%	1,5%	1,2%	2,7%
Total	5491	5,9%	6,9%	12,7%	1,7%	1,7%	3,4%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

USO CRÉDITO RURAL ATÉ 2006

Tabela 21.B – Usa ou usou Crédito Rural até 2006 / setores em relação ao município (%)

Setores	Total famílias	PRONAF	1º Crédito	Outro
Corindiba	254	24,5%	8,3%	6,7%
Horizonte	262	4,8%	8,3%	40,0%
Jabaquara	351	17,6%	8,3%	26,7%
Pongal	290	46,8%	8,3%	20,0%
São Mateus	369	6,4%	66,7%	6,7%
Total	1526	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

Tabela 22.B - Usa ou usou Crédito Rural até 2006 / por setor (%)

Setores	Total famílias	PRONAF	1º Crédito	Outro
Corindiba	254	18,1%	0,4%	0,4%
Horizonte	262	3,4%	0,4%	2,3%
Jabaquara	351	9,4%	0,3%	1,1%
Pongal	290	30,3%	0,3%	1,0%
São Mateus	369	3,3%	2,2%	0,3%
Total	1526	12,3%	0,8%	1,0%

Fonte: Censo Agropecuário da SEMADER (PREFEITURA, 2006d), com readaptação da autora, transformando números absolutos em percentuais.

ANEXO C

RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS GRUPOS FOCAIS

Tabela 1.C – Sexo por Setor

SEXO	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Homem	14	14	7	11	10	56
Mulher	9	2	9	11	16	47
Total	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Tabela 2.C – Idade por Setor

IDADE	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
14			1			1
15	4		8	2	1	15
16	3	1	5	4	1	14
17	7	4	2	11	3	27
18	1	1		4		6
19	2	3			1	6
20	1			1	2	4
21						
22					1	1
23	1				1	2
24		1			1	2
25 a 30	4	3			7	14
Outras		3*			8**	11
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Legenda:

* Outras idades: 03 participantes acima de 30: 1 com 13, 1 com 36 e 01 com 46

** Outras idades: 08 participantes acima de 30: 1 com 31, 1 com 32, 2 com 33, 1 com 34, 1 com 35, 1 com 39, 01 com 46

Tabela 3.C – Estado Civil por Setor

ESTADO CIVIL	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Solteiro	22	13	16	22	13	86
Casado	1	3	0	0	12	16
Separado					1	01
TOTAL	23	16	16	22	25	103

Fonte: Autora

Tabela 4.C – Escolaridade por Setor

ESCOLARIDADE	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Ensino Fundamental incompleto	1	4			21*	26
Ensino Fundamental completo					1	1
Ensino Médio incompleto	18	7	16	22	1	64
Ensino Médio completo	3	5				8
Ensino Superior incompleto						0
Ensino Superior completo	1				3	4
Pós Graduação						0
Não soube responder						0
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Legenda: *Os 21 que declararam ensino fundamental incompleto estão cursando o EJA.

Tabela 5.C – Categoria por Setor

CATEGORIA	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Proprietária	5	5	11	12	9	42
Parceira/mecira	1		2	1	3	7
Assalariada rural	2	2		2	5	11
Somente alguns membros têm vínculo com atividades rurais	3	4	1	6	1	15
Só mora na área rural, mas não tem nenhum vínculo com agricultura	10	4			5	19
Outras	2			1	1	4
Não soube responder					2	2
*Proprietário e Parceiro		1	2			3
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Legenda: * Essa opção não estava no questionário, é possível que se estivesse, teriam mais registros. Ela só apareceu porque houve esse questionamento nos Grupos Focais de Setor Horizonte e Setor Corindiba.

Tabela 6.C – Renda da Família por Setor

RENDA DA FAMÍLIA	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Possui renda até R\$ 3.840,00 família/ano	2	1	1	4	5	13
Possui renda de R\$ 3.840,00 a R\$ 6.720 família/ano	6	3	1	1	4	15
Renda superior a R\$ 6.720 família/ano	9	4	1	10	3	27
Não sabe responder	6	8	13	7	14	48
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Tabela 7.C – Renda Própria por Setor

RENDA PRÓPRIA	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Nenhuma renda	13	4	8	16	9	50
Até ½ salário mínimo	1	3	4	2	4	14
De ½ até 01 salário mínimo	2	2	2		7	13
De 01 a 02 salários mínimos	2	3	1	2	2	10
Mais de 02 salários mínimos	2	1		1	1	5
Outras	1	1	1	1	1	5
Não soube responder	2	2			2	6
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Tabela 8.C – Número de membros da família por Setor

MEMBROS DA FAMÍLIA	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
1 a 3	5	1	1	5	7	19
4 a 6	16	9	15	16	13	69
7 a 9	2	6		1	5	14
Mais de 9					1	1
Não soube responder		1				1
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Tabela 9.C – Número de membros que permanecem na atividade rural por Setor

MEMBROS DA FAMÍLIA QUE PERMANECEM NA ATIVIDADE RURAL	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Todos	2		9	1	3	15
Só alguns permanecem	9	10	7	19	13	58
Nenhum	12	6		2	8	28
Não soube responder					2	2
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Tabela 10.C – Atribuições / trabalho dos jovens por Setor

ATRIBUIÇÕES/ TRABALHO DOS JOVENS	SETOR JABAQUARA	SETOR HORIZONTE	SETOR CORINDIBA	SETOR PONGAL	SETOR SÃO MATEUS	TOTAL
Faz de tudo um pouco na atividade rural	4	6	5	8	6	29
Só na lavoura	2		2		1	5
Outras atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria etc)				2	1	3
Domésticas e outras atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria etc)		1	1			2
Domésticas e esporadicamente na lavoura	1		3		1	5
Domésticas e lavoura sempre					5	5
Só as atividades domésticas	4	2	5	8	7	26
Outras	9*	3**		4***	3****	19
Não soube responder	2	3			2	7
Mescla atividades rurais com outras*****	1	1				2
TOTAL	23	16	16	22	26	103

Fonte: Autora

Legenda:

* 07 estudantes / 01 funcionária pública / 01 "bicos" / 01 "faz nada"

** 01 auxiliar de biblioteca / 01 mecânico automotivo / 01 na indústria

*** 01 no comércio / 01 soldador / 01 fábrica de móveis / 01 garçom

**** 01 Serviços gerais / 01 eletricitista / 01 abastecimento de água / 01 servente

***** Essa opção não estava no questionário, é possível que se estivesse, teriam mais registros. Ela só apareceu porque houve esse questionamento nos Grupos Focais de Setor Horizonte e Setor Corindiba.

ANEXO D

FIGURA 1.D – Anchieta Comunidades e Setores

EM ARQUIVO DIGITAL ANEXO – “anexo D – mapa de Anchieta.jpg”

ANEXO E

Tabela 1.E - Relação dos jovens participantes dos grupos focais

Nº	NOME	COMUNIDADE
1.	Adilso Loterio	Cabeça Quebrada
2.	Adriana Julião Gonçalves	Baixo Pongal
3.	Afonso M. dos Santos	Serra das Graças
4.	Alan de Mattos	Baixo Pongal
5.	Alana Almeida Araujo	Limeira
6.	Alessandro	Baixo Pongal
7.	Alexandre M. Parmagnani	São Miguel
8.	Alexandre Neves dos Santos	São Mateus
9.	Aline dos Santos Anjo	Belo Horizonte
10.	Amarildo da Penha Brandão	Belo Horizonte
11.	Ana Paula Bossato	Córrego da Prata
12.	Anderson Boone	Duas Barras
13.	André Perussi	Alto Joeba
14.	André Totti Gomes	Duas Barras
15.	Andressa Chaga Cardoso	Jabaquara
16.	Angela M. dos Santos da Silva	São Mateus
17.	Ariane Pianca Athayde	Córrego da Prata
18.	Arlam Pedro Juriatto	Dois Irmãos
19.	Arubiana dos Santos Mattos	São Mateus
20.	Bruna Dalmagro Schunck	Cabeça Quebrada
21.	Bruna Petri	Alto Pongal
22.	Bruno dos Santos Brandão	Belo Horizonte
23.	Caio César Queiroz dos Santos	Limeira
24.	César L. Marcarini	Alto Joeba
25.	Deivid Teixeira Ramos	Limeira
26.	Demilson Moreschi Siqueira	Dois Irmãos
27.	Dhiego Silva Xavier	Limeira
28.	Diana Porto Rocha	São Mateus
29.	Douglas Brandão Neves	Belo Horizonte
30.	Eduardo Cock Pompermayer	Jabaquara
31.	Elivelton Almeida dos Santos	Limeira
32.	Enoque dos Santos Belem	Belo Horizonte
33.	Estefania Marques Pires	Limeira
34.	Evila Schunck Loureiro	São Miguel
35.	Fabiana Ferreira	Dois Irmãos
36.	Fernanda Ribeiro Guilherme	Baixo Pongal
37.	Flávio dos Santos Brandão	Belo Horizonte
38.	Franciele Belém Montovaneli	São Miguel
39.	Gabriel Pimenta	Jabaquara
40.	Gabriel Pompermayer	Alto Pongal
41.	Geidson Freire Correa Pinto	Itapeuna
42.	Geovani Bissa Meriguete	Pé do Morro
43.	Gerliane Machado Porto	Baixo Pongal
44.	Gilceia Ferrarini	Dois Irmãos de Olivânia
45.	Gilson José dos Santos	São Mateus
46.	Gionara dos Santos Vanelli	Olivânia
47.	Helena Ferreira	Emboacica
48.	Hortencia Salarini Lourencini	Alto Pongal
49.	Igor Lorencini Zuqui	Córrego da Prata
50.	Ivan Manoeli	Alto Joeba
51.	Jaqueline dos Reis Porto Miranda	Simpatia

52.	Jeferson dos Santos Barboza	São Mateus
53.	Jéssica Lourencini Boldrini	Alto Pongal
54.	Jéssica Neves do Santos	São Mateus
55.	Jociel Ciciliotti dos Passos	Serra das Graças
56.	Joelmir da Silva Alves	Itaperoroma Alta
57.	Jonatas Oliveira Pereira	Jabaquara
58.	Josiel de Araujo Garcia	Emboacica
59.	Júlio César Nunes Brandão	Belo Horizonte
60.	Junior Ceza Schunck Marculana	São Felix
61.	Leandro Miguel Ramos	São Felix
62.	Leandro Pires Brandão	Belo Horizonte
63.	Leonardo Rigoni Bossato	Córrego da Prata
64.	Leonardo Salvador Ribeiro	Pé do Morro
65.	Leovegildo Nunes Brandão Simões	Belo Horizonte
66.	Liliana Catani Branbati	Olivânia
67.	Lucas dos Santos Javarini	Cabeça Quebrada
68.	Luciene Horacio dos Santos	São Mateus
69.	Ludimilla Martins Bossato	Córrego da Prata
70.	Ludmila M. Vieira	Simpatia
71.	Lumara Candeia da Silva	Itaperoroma Alta
72.	Maciel Ferreira	Emboacica
73.	Mainara Gaigher Zétoles	São Miguel
74.	Marciana Gobeti Vicente Gonçalves	Baixo Pongal
75.	Marciel dos Santos Brandão	Belo Horizonte
76.	Marinéia Gonçalves	Baixo Pongal
77.	Mayara Brandão Neves	Belo Horizonte
78.	Micheli Lorencini	Alto Pongal
79.	Mike Cristian Layber Ozorio	Itaperoroma Baixa
80.	Monique Lorencini Palaoro	Alto Pongal
81.	Naiara de Freitas Catani	Olivânia
82.	Nazareno M. Simões	Belo Horizonte
83.	Plinio Simões do Nascimento	Belo Horizonte
84.	Renan Wottikosky Layber	Itaperoroma Baixa
85.	Ricardo Ferreira Brandão	Belo Horizonte
86.	Robson Brandão Simões	Belo Horizonte
87.	Rodrigo Almeida Batista	Limeira
88.	Rosana Ferreira	Simpatia
89.	Rosinete Paulo	Emboacica
90.	Sabrina da Penha Justi Bossato	Córrego da Prata
91.	Sandra Conceição Guimarães	São Mateus
92.	Savio Barcelos	Limeira
93.	Sema Paulo	Emboacica
94.	Silvestre Ferreira Brandão	Belo Horizonte
95.	Sionara Gomes Dalmagre	Dois Irmãos de Olivânia
96.	Sionaria Gusmão Santana	Limeira
97.	Taianes Lopes Costa	Baixo Pongal
98.	Tiago da Victoria Naundorf	Emboacica
99.	Uedson Amilton Gonçalves	Baixo Pongal
100.	Vanda Mara dos Santos	Itapeuna
101.	Vanderlei Correa	Jaqueira
102.	Vanderléia Miranda Vieira	Simpatia
103.	Vanildo Lima Sena	São Miguel

ANEXO F



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

QUESTIONÁRIO BASE DO GRUPO PARTICIPANTE - ANCHIETA/ES

Homem () Mulher ()

Nome: _____

Comunidade: _____

Município: _____

Idade : _____ Estado Civil: _____

1- Qual é sua escolaridade (colocar na linha a série exata)?

- a) () 1º grau incompleto (1ª a 8ª série) _____
- b) () 1º grau completo (1ª a 8ª série) _____
- c) () 2º grau incompleto (ensino médio) _____
- d) () 2º grau completo (ensino médio) _____
- e) () 3º grau incompleto (curso superior/faculdade) _____
- f) () 3º grau completo (curso superior/faculdade) _____
- g) () Pós Graduação _____
- h) () Não soube responder _____

2- Sua família é:

- a) () Proprietária
- b) () Parceira/meeira
- c) () Assalariada rural
- d) () Somente alguns membros têm vínculo com atividades rurais
- e) () Só mora na área rural, mas não tem nenhum vínculo com agricultura
- f) () Outras
- g) () Não soube responder

3- A renda anual de sua família é:

- a) () Possui renda até R\$ 3.840,00 família/ano
- b) () Possui renda de R\$ 3.840,00 a R\$ 6.720 família/ano
- c) () Renda superior a R\$ 6.720 família/ano
- d) () Não sabe responder

4- Atualmente você tem algum tipo de renda mensal (que possa decidir sobre ela)?

- a) () Nenhuma renda
- b) () Até ½ salário mínimo
- c) () De ½ até 01 salário mínimo
- d) () De 01 a 02 salários mínimos
- e) () Mais de 02 salários mínimos

- f) ()Outras
- g) ()Não soube responder

5- Quantos membros tem sua família (contando com você): _____

6- Desses quantos ainda permanecem na atividade rural?

- a) ()Todos
- b) ()Só alguns permanecem. Quantos _____
- c) ()Nenhum

7- Quais são suas atuais atribuições / trabalho?

- a) ()Faz de tudo um pouco na atividade rural
- b) ()Só na lavoura
- c) ()Outras atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria etc)
- d) ()Domésticas e outras atividades rurais não agrícolas (artesanato, agroindústria etc)
- e) ()Domésticas e esporadicamente na lavoura
- f) ()Domésticas e lavoura sempre
- g) ()Só as atividades domésticas
- h) ()Outras. Qual _____
- i) ()Não soube responder

ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES

ANEXO G
IMAGENS GRUPOS PARTICIPANTES

Imagem 1.G – Grupo Participante Setor Jabaquara



Fonte: Autora

Imagem 2.G – Grupo Participante Setor Horizonte



Fonte: Autora

Imagem 3.G – Grupo Participante Setor Corindiba



Fonte: Autora

Imagem 4.G – Grupo Participante Setor Pongal



Fonte: Autora

Imagem 5.G – Grupo Participante Setor São Mateus



Fonte: Autora